CONCEITOS ELEMENTAIS
DO
MATERIALISMO HISTÓRICO

Marta Harnecker

CONCEITOS ELEMENTAIS DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Pode até parecer que é de
[illegible] mão, mas como vá
há notar, nunca foi aberto.
É ocho ótimo saber que al-
guém lá afim de abrir, e
tornar útil. Bergocas [illegible]

27/1/77

Primeira edição em espanhol 1968
Sexta edição alterada 1971
Primeira edição em português 1973

APRESENTAÇÃO DA SEXTA EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

DEPOIS de havermos realizado, tendo este livro como texto fundamental, uma prática pedagógica de dois anos nas Faculdades de Economia e Sociologia da Universidade de Santiago do Chile; de havermos mantido importantes discussões teóricas com nossos companheiros de trabalho do Centro de Estudos Sócio-econômicos; de havermos lido com grande interesse o livro de Charles Bettelheim *"Calcul économique et formes de propriété"* e, por fim, depois de recebermos importantes sugestões por intercâmbio epistolar com Louis Althusser, percebemos a necessidade de reformular alguns conceitos e tornar mais precisos outros, a fim de que nosso pensamento se fizesse mais explícito.

Para conseguir este objetivo reestruturamos totalmente sete dos doze capítulos que faziam parte das primeiras edições.

Dois deles desaparecem como tais e seus conceitos se integram em outros capítulos (5 — Forças Produtivas e Relações Sociais de Produção: sua relação mútua, e 11 — Transição e Revolução, os quais eram, sem dúvida, os capítulos mais fracos).

Os capítulos reestruturados são os seguintes: 1 — *Produção,* 2 — *Relações de Produção* (que nas edições anteriores figuravam em dois capítulos: Forças Produtivas e Relações Sociais de Produção), 3 — *Forças Produtivas,* 4 — *Estrutura Econômica,* e 7 — *Aparelhamento Jurídico-Político*. Os capítulos 2 e 3 são os que contêm maiores contribuições em relação às edições anteriores, e onde se realizam as modificações mais importantes. Os capítulos 1, 4 e 7 apenas sofrem modificações parciais, introduzem-se alguns novos conceitos, e no caso do capítulo 7 seu desenvolvimento é mais amplo.

Os demais capítulos passam por pequenas modificações de forma e algumas retificações de conceito, exceto o capítulo sobre classes sociais que se amplia, acrescentando-se um ponto importante

acerca da relação entre as classes e a estrutura social global, e desenvolvendo-se de forma muito mais completa o ponto sobre a luta de classes, que passa agora a constituir um capítulo à parte.

Para fazer uma distinção clara entre: a) os conceitos que se referem à estrutura social e os que se referem ao efeito desta estrutura sobre os indivíduos que a constituem, e b) os conceitos do materialismo histórico e a concepção marxista da História, nesta edição dividimos os capítulos em três partes: *A estrutura social, As classes sociais* e *A teoria marxista da História.*

Para ajudar a compreender as modificações introduzidas e sua razão de ser, apresentamos no final de cada capítulo uma lista explicativa delas.

Além disso, decidimos introduzir nesta edição um apêndice sobre o conceito de mais valia, que — embora não seja um conceito da teoria geral do materialismo histórico, mas da teoria regional do modo de produção capitalista — é fundamental para compreender muitos dos exemplos que damos no decorrer da obra quando nos referimos ao capitalismo. Ao fazê-lo, pensamos fundamentalmente nos companheiros trabalhadores, para os quais a compreensão deste conceito implica na conceituação exata de seu papel na sociedade.

Queremos agradecer, finalmente, a todos quantos colaboraram direta ou indiretamente na gestação desta nova edição, e esperamos que as modificações introduzidas *sirvam para fazer dela um melhor instrumento de transformação do mundo.*

MARTA HARNECKER

Santiago, fevereiro de 1971

APRESENTAÇÃO DE LOUIS ALTHUSSER

AO APRESENTAR esta nova edição corrigida e ampliada do livro de Marta Harnecker, que recomendo calorosamente, desejo recordar uma idéia muito simples que está implícita nas transformações por que passou a versão original para dar lugar a esta nova edição. Uma idéia muito simples mas que tem conseqüências teóricas e políticas importantes.

Eis a idéia: toda a *teoria* de Marx, isto é, a *ciência* que Marx fundou (o materialismo histórico) e a *filosofia* que ele descortinou (o materialismo dialético) tem por centro e coração *a luta de classes.*

A luta de classes é, portanto, "o elo decisivo", não só na prática política do Movimento Operário marxista-leninista, *mas também na teoria,* na ciência e na filosofia marxistas.

Sabemos claramente, desde Lênine, que a filosofia representa a luta de classes na teoria, mais precisamente, que toda filosofia representa um ponto de vista de classe na teoria, contra outros pontos de vista de classe opostos. Sabemos que a filosofia marxista-leninista (o materialismo dialético) representa o ponto de vista da classe operária na teoria: é o "elo decisivo" para compreender a filosofia marxista e para desenvolvê-la. É o "elo decisivo" para compreender porque esta filosofia pode deixar de "interpretar" o mundo para ajudar em sua transformação revolucionária.

Todavia, que a luta de classes seja também o "elo decisivo" na teoria *científica* de Marx, é, talvez, difícil de apreender.

Contento-me com um único exemplo: *O capital.* Eis um livro que contém a ciência marxista, os princípios fundamentais da ciência marxista. Não obstante, não devemos nos iludir; não basta ter um livro diante dos olhos — é necessário saber lê-lo. Pois bem, há uma maneira de ler *O capital,* uma maneira de "compreender" e de "expor" a teoria científica de Marx, que pode ser perfeitamente burguesa, isto é, influenciada, marcada, penetrada pela ideologia burguesa, mais precisamente, pela ideologia *economicista* ou *sociologista* burguesas.

Por exemplo, pode-se ler *O capital* da seguinte maneira: como uma teoria da *Economia Política* do modo de produção capitalista. Começar-se-á pela infra-estrutura, examinar-se-á o "processo de trabalho", distinguir-se-ão as "forças produtivas" e as "relações de produção", analisar-se-á a mercadoria, o dinheiro, a mais-valia, o salário, a reprodução, a renda, o lucro, o juro, a baixa tendencial da taxa de lucro e assim por diante. Em resumo, descobrir-se-ão, tranqüilamente, em *O capital* as leis da *Economia* capitalista. E, quando se houver terminado esta análise dos mecanismos "econômicos", acrescentar-se-á um pequeno suplemento: as classes sociais, a luta de classes.

Acaso o minúsculo e inacabado capítulo acerca das classes sociais não está no final de *O capital?* Acaso se pode falar de classes sociais antes de desmontar todo o mecanismo da Economia capitalista? Acaso Marx não nos convida a considerar as classes sociais (e portanto, a luta de classes) como o simples *produto,* o último *produto* da estrutura da Economia capitalista, como o resultado desta? Acaso as classes sociais não constituem um simples *efeito* da Economia capitalista, e a luta de classes um simples efeito da existência das classes?

Uma leitura deste tipo, uma interpretação assim de *O capital* constituem uma deformação grave da teoria marxista: uma deformação *economicista* burguesa. As classes sociais não se acham no final de *O capital* — estão presentes do começo ao fim da obra. A luta de classes não é um efeito (derivado) da existência das classes sociais: a luta de classes e a existência das classes são uma única e mesma coisa. A luta de classes é o "elo decisivo" para compreender *O capital.*

Quando Marx deu a *O capital* o subtítulo de *Crítica da Economia Política,* não queria apenas dizer que se propunha a criticar os economistas clássicos, mas também a *ilusão economicista* (burguesa). Queria criticar radicalmente a ilusão burguesa que separa cuidadosamente, por um lado a atividade de produção e intercâmbio e, por outro, as classes sociais, as lutas políticas etc. Marx queria mostrar que todas as condições da produção, da circulação, da distribuição capitalistas (portanto, toda a chamada Política) se acham dominadas pela existência das classes sociais e da luta de classes.

Expliquemos em poucas palavras o princípio essencial da tese de Marx. Não há producão econômica "pura", não há circulação (intercâmbio) "pura", nem há distribuição "pura". Todos estes fenômenos econômicos são processos que ocorrem *sob relações sociais* que são, em última instância, isto é, sob suas aparências, relações de

classe, e relações de classes antagônicas, isto é, relações de luta de classes.

Tomemos, por exemplo, a produção *material* dos objetos de utilidade social (valor de uso), tal como se apresenta, à simples vista, nas unidades de produção (fábricas, explorações agrícolas etc.). Esta produção material supõe a existência de "forças produtivas" onde a "força de trabalho" (os trabalhadores) põe em ação instrumentos de produção (ferramentas, máquinas) que transformam a matéria-prima. Um "economista" burguês ou um leitor "economicista" de *O capital* veria ali um simples processo de trabalho técnico. Pois bem, basta refletir, como o faz Marx, para perceber que é um contra-senso. É preciso dizer que as forças produtivas são postas em ação no processo de trabalho *sob a dominação* das relações de produção, as quais são relações de *exploração.* Se há operários, deve-se ao fato de serem trabalhadores assalariados, isto é, explorados. Se há operários que não possuem senão sua força de trabalho e se vêem obrigados (por fome: Lênine) a vendê-la, é porque existem capitalistas que possuem os meios de produção e compram a força de trabalho para explorá-la, para extrair dela a mais-valia. A existência das classes antagônicas se acha inscrita, portanto, na própria produção, *no coração mesmo da produção:* nas relações de produção.

É preciso ir mais longe: as relações de produção não constituem algo que venha *agregar-se* às forças produtivas como simples "forma". As relações de produção *penetram* nas forças produtivas, já que a força de trabalho que põe em ação as forças produtivas faz parte, ela mesma, das "forças produtivas", e que processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho. E como é esta tendência que domina todo o processo de produção capitalista, faz-se necessário dizer que os mecanismos *técnicos* da produção se encontram submetidos aos mecanismos (de classe) da exploração capitalista. O que chamamos de forças produtivas é, ao mesmo tempo, a *base* material ("base técnica", diz Marx) e a *forma de existência* histórica das relações de produção, isto é, das relações de exploração. Marx mostrou, admiravelmente, no Livro I (Quarta Seção, Caps. 14 e 15), que as sucessivas formas da organização do processo de produção (a manufatura e a grande indústria) outra coisa não eram senão as formas sucessivas de existência material e histórica das relações de produção capitalista. É, portanto, um erro economicista e tecnocrático separar as forças produtivas das relações de produção. O que existe é a unidade (tendencial), em formas de existência material, das forças produtivas e das relações de produção, *sob a dominação das relações de produção.*

Se é assim, não há produção "pura" e tampouco economia "pura". Com as relações de produção as classes estão presentes desde o início do processo de produção. Com esta relação entre as classes antagônicas criam-se as bases da luta de classes; a luta de classe está, portanto, enraizada na própria produção.

Mas isto não é tudo. Nenhuma sociedade existe, isto é, tem duração na História, se ao produzir *não reproduz* as condições materiais e sociais de sua existência (de sua produção). Pois bem, as condições de existência da sociedade capitalista constituem a condição da exploração que a classe capitalista faz a classe obreira suportar: a classe capitalista deve reproduzi-las custe o que custar. Para compreender *O capital* é necessário elevar-se até a reprodução: e se compreenderá, então, que a burguesia não pode assegurar a estabilidade e a duração da exploração (que impõe na produção), senão a condição de conduzir uma luta de classe permanente contra a classe operária. Essa luta de classe se produz perpetuando ou reproduzindo as condições materiais, ideológicas e políticas da exploração. Realiza-se na produção (redução do salário destinado à reprodução da força de trabalho; repressão, sanções, demissões, luta anti-sindical etc.). Realiza-se também fora da produção: aqui é onde intervém o papel do Estado e dos Aparelhamentos ideológicos do Estado (Escola, Igreja, Informação, Sistema político), para submeter a classe operária mediante a repressão e a ideologia.

Se é assim que se lê, *O capital* deixa de ser uma teoria da "Economia Política" do capitalismo, para transformar-se na teoria das formas materiais, jurídico-políticas e ideológicas de um modo de produção, fundado na exploração da força de trabalho assalariada — para chegar a ser uma teoria revolucionária.

Nesta conformidade, colocam-se em seu lugar a economia política, as forças produtivas, a técnica e assim por diante.

Pode-se, pois, formar outra idéia da luta de classes e renunciar a certas ilusões "humanistas" que surgem da ideologia pequeno-burguesa (e que são o complemento das ilusões "economicistas"). Vê-se o indivíduo forçado a abandonar a idéia de que a sociedade capitalista teria existido de alguma maneira antes da luta de classes e que esta, como a conhecemos seria o *produto* do proletariado (e de seus aliados) em rebelião contra as "injustiças" da sociedade. Realmente, a luta de classes, própria da sociedade capitalista, é consubstancial à sociedade capitalista: começou com ela, foi *a burguesia que a conduziu desde seus primórdios* com uma tenacidade sem igual, contra um proletariado então desarmado. Longe de rebelar-se contra as "injustiças", o proletariado não fez outra coisa, a princípio, senão

resistir à luta de classes burguesa, antes de organizar-se, de desenvolver sua consciência, e de passar à contra-ofensiva, depois à ofensiva, até a tomada do poder.

Sendo assim, se a teoria científica de Marx nos demonstra que tudo se relaciona com a luta de classes, compreendemos melhor as razões desse fato sem precedente na História: a "fusão" da teoria marxista e do Movimento operário. Não se tem refletido suficientemente neste *fato*: por que, e como, o Movimento operário, que existia antes que Marx e Engels escrevessem o *Manifesto,* se reconheceu a si próprio em uma obra tão difícil como *O capital.* É a partir de um ponto de vista comum: a luta de classes. Ela estava no âmago da prática cotidiana do Movimento Operário. Ela está no âmago de *O capital* no âmago da teoria marxista. Marx devolveu, em teoria científica, ao Movimento Operário o que havia recebido em experiência política.

Como diz Mao: "Não nos esqueçamos jamais da luta de classes."

L. ALTHUSSER

Fevereiro de 1971

INTRODUÇÃO[1]

"Os filósofos não têm feito mais do que interpretar
o mundo de diferentes maneiras, mas o que importa
é transformá-lo."
MARX — XI Tese sobre Feuerbach

QUE SIGNIFICA esta passagem da interpretação do mundo para sua transformação anunciada por Marx na XI tese sobre Feuerbach? Necessidade de abandonar a teoria para passar à ação, isto é, necessidade de abandonar a escrivaninha e os livros para comprometer-se, de forma exclusiva, em uma ação política revolucionária?

Muitos jovens latino-americanos, cansados da verborragia revolucionária que jamais chega a produzir qualquer feito político que transforme, realmente, o status das grandes massas trabalhadoras da América Latina, caem na tentação de interpretar esta frase como uma passagem da teoria à ação, como se toda teoria fosse apenas interpretação do mundo e como se toda ação implicasse uma transformação deste.

Se assim fosse, para ser conseqüente, Marx deveria ter abandonado os livros, o estudo, para dedicar-se de forma exclusiva ao trabalho político. Não obstante, até sua morte, o trabalho intelectual ocupa grande parte de seus dias, sem que por isso descuide a ação política imediata.

A vida de Marx apresenta-nos, portanto, uma disjuntiva: ou Marx não foi conseqüente com sua afirmação da necessidade de passar da interpretação à transformação do mundo, ou considera que não pode existir transformação deste sem um conhecimento prévio da realidade que se quer transformar, sem um conhecimento prévio de como está ela organizada, quais são suas leis de funcionamento e desenvolvimento, quais são as forças sociais que existem para realizar as mudanças, isto é, sem um conhecimento científico de tal realidade.

1. Esta introdução integra todas as idéias contidas na "Introdução" das edições anteriores.

Não resta dúvida de que esta última é a posição de Marx.

A XI tese sobre Feuerbach não anuncia a morte de toda teoria, mas uma ruptura com as teorias a respeito do homem, da sociedade e sua história, que até esse momento eram teorias filosóficas, que se limitavam a contemplar e interpretar o mundo, sendo incapazes de transformá-lo porque não conheciam o mecanismo de funcionamento das sociedades.

O que até esse momento existia, em relação à sociedade e sua história, eram: teorias filosóficas acerca da História ou filosofias da História, ou então narrações históricas e análises sociológicas que se limitavam a descrever os fatos que ocorriam nas diferentes sociedades. O que *não existia* era um *conhecimento científico* da sociedade e sua história.

A XI tese sobre Feuerbach indica, portanto, uma ruptura com todas as teorias filosóficas sobre o homem e a História, que não fazem mais do que interpretar o mundo, e anuncia a chegada de uma teoria científica nova, a teoria científica da História ou materialismo histórico, que funda um campo científico novo: *a ciência da História,* da mesma maneira que a teoria científica de Galileu funda um novo campo científico, a ciência física.

Detenhamo-nos por um momento a analisar o significado desta palavra "teoria", tão empregada na linguagem científica.

Da mesma maneira que no processo de produção material se pretende transformar uma matéria-prima determinada (por exemplo, o cobre) em um produto determinado (por exemplo, tubos, cabos elétricos etc.) mediante a utilização, por parte dos trabalhadores, de meios de trabalho especializados (máquinas, instrumentos etc); no processo de produção de conhecimentos pretende-se transformar uma matéria-prima determinada (uma percepção superficial, deformada, da realidade) em um produto determinado (um conhecimento científico, rigoroso, dessa realidade). Esta transformação os trabalhadores intelectuais a realizam utilizando instrumentos de trabalho intelectual determinados, fundamentalmente: a *teoria* e o *método* científico. Chama-se teoria ao corpo de conceitos mais ou menos sistemático de uma ciência (por exemplo: a teoria da gravidade, a teoria da relatividade, a teoria freudiana do inconsciente etc.) Chama-se método à forma pela qual se utilizam estes conceitos.

Toda teoria científica tem, portanto, o caráter de *instrumento de conhecimento;* ela não nos dá um conhecimento de uma realidade concreta, porém dá-nos os meios ou instrumentos de trabalho intelectual que nos permitem chegar a conhecê-la de forma rigorosa, científica. A teoria da gravidade, por exemplo, não nos proporciona

um conhecimento imediato da velocidade com que cai uma pedra de uma altura determinada, porém, nos concede os meios para poder realizar este cálculo concreto.

Quando, pois, se fala de teoria marxista da História está-se falando de um corpo de conceitos que serve aos trabalhadores intelectuais como *instrumento* para analisar, de maneira científica, as diferentes sociedades, suas leis de funcionamento e desenvolvimento.

Este corpo de conceitos do materialismo histórico abrange: processo de produção, forças produtivas, relações técnicas de produção, relações sociais de produção, relações de produção, infra-estrutura, superestrutura, estrutura ideológica, estrutura jurídico-política, modo de produção, formação social, conjuntura política, determinação em última instância, pela economia, relativa dos demais níveis, classes sociais e luta de classes relacionadas às relações de produção, transição, revolução etc.

Os primeiros fundamentos deste corpo de conceitos, embora ainda muito frágil, se encontram na *Ideologia Alemã* (1845-1846). Por isto, pode considerar-se que esta obra marca uma verdadeira revolução teórica no pensamento de seus autores. Marx e Engels inauguram uma ciência nova ali onde antes reinavam as filosofias da História, ali onde não existiam senão filosofias da História e narrações de fatos históricos empíricos.

Qual a envergadura deste descobrimento científico?

Para explicá-lo, utilizemos uma imagem empregada por Louis Althusser. Se considerarmos os grandes descobrimentos científicos da história humana, poderíamos imaginar as diferentes ciências como formações regionais de grandes "continentes" teóricos. Poderíamos, assim, afirmar que antes de Marx haviam sido descobertos apenas dois grandes continentes: o continente Matemática pelos gregos (Tales ou os que desse modo o mito deste nome assim designa) e o continente Física por Galileu e seus sucessores. Uma ciência como a Química, fundada por Lavoisier, é uma ciência regional do continente Física. Uma ciência como a Biologia, ao integrar-se à química molecular, entra também neste mesmo continente. A lógica em sua forma moderna entra no continente Matemática. Por outro lado, é muito possível que Freud haja descoberto um novo continente científico.[2]

Se esta metáfora for útil, poderia afirmar-se que Marx abriu ao conhecimento científico um novo continente: o continente da História.

---

2. *Lênine e a Filosofia* (conferência realizada na Sorbona, 24 de fevereiro de 1968).

Esta nova ciência que Marx fundou é uma ciência "materialista" como toda ciência, e por isso sua teoria geral tem o nome de materialismo histórico, indicando a palavra materialismo simplesmente a atitude estrita do sábio perante a realidade de seu objeto, que lhe permite captar, como dirá Engels, "a natureza sem nenhuma adição de fora". Contudo, a expressão "materialismo histórico" é, não obstante, um tanto estranha, já que as demais ciências não empregam a palavra materialismo" para definir-se como tais. Não se fala, por exemplo, de materialismo químico, ou de materialismo físico. O termo *materialismo*, que Marx emprega para designar a nova ciência da História, tem por objetivo assinalar uma linha demarcatória entre as concepções idealistas anteriores e a nova concepção materialista, ou seja, científica da História.[3]

Até aqui temos falado do materialismo histórico e da grande revolução teórica que seu aparecimento provocou. Agora devemos perguntar: Reduz-se a teoria marxista ao materialismo histórico, isto é, a uma teoria científica?

Não, a teoria marxista compõe-se de uma teoria científica: o materialismo histórico, e de uma filosofia: o materialismo dialético.

Althusser nos faz ver que "existe uma correlação manifesta entre as grandes revoluções científicas e as grandes revoluções filosóficas. Basta, por um lado, comparar os fatos maiores da história das ciências, e, por outro, os fatos maiores da história da filosofia. As grandes revoluções filosóficas vêm sempre depois das grandes revoluções científicas. À matemática grega segue-se a filosofia de Platão, e à constituição da física de Galileu, a filosofia cartesiana; à física newtoniana, a filosofia kantiana; à lógica matemática, a filosofia de Husserl, e à ciência da História fundada por Marx, uma nova filosofia: o materialismo dialético".[4]

Portanto, para que a Filosofia surja e se desenvolva é necessário que existam as ciências. A isso se deve, talvez que não haja existido filosofia antes de Platão.

A reviravolta que o nascimento de uma nova ciência produz no campo teórico não se faz sentir imediatamente no campo da Filosofia; é preciso certo tempo para que a Filosofia seja transformada.

Este atraso necessário da Filosofia com respeito à ciência é o que se faz sentir na filosofia marxista ou materialismo dialético. "Como

3. Cf. *Ibid.*

4. *Althusser — Curso de Filosofia para Cientistas* (École Normale Supérieure, 18 de dezembro de 1967).

testemunhas temos os trinta anos de silêncio filosófico que se situam entre as *Teses sobre Feuerbach* e o *Anti-Duhring* e os longos titubeios posteriores, e ainda hoje continua marcando o passo..."[5]

Por outro lado, devido à íntima relação que existe entre descobrimentos científicos e transformações filosóficas, é nas análises científicas mais completas de Marx e Engels, e especialmente em *O Capital*, onde podemos encontrar os elementos teóricos mais avançados para elaborar a filosofia marxista. Lênine dizia, de maneira muito certa, que era em *O Capital* onde se deveria buscar a dialética materialista, isto é, a filosofia marxista.

A teoria marxista está constituída, portanto, por uma teoria científica da História, ou materialismo histórico, e pela teoria filosófica que corresponde a esta revolução no campo das ciências: o materialismo dialético.

Vimos, nas linhas anteriores, o frágil desenvolvimento que teve a elaboração do materialismo dialético, situação que se explica pelo atraso necessário da Filosofia com respeito aos novos descobrimentos científicos.

Vejamos agora qual o nível de elaboração em que se encontra o corpo de conceitos que constitui a teoria geral do materialismo histórico.

Marx e Engels nunca desenvolveram em forma sistemática este corpo de conceitos. Não obstante, estes autores o empregaram com grande êxito para analisar o sistema de produção capitalista permitindo-lhes obter dele um profundo conhecimento. Por via de *O Capital* o proletariado internacional pôde conhecer as razões de sua miséria e os meios de acabar com ela de maneira revolucionária. Os prodigiosos descobrimentos de Marx e Engels permitiram às massas operárias dar uma orientação correta a suas lutas. O sistema capitalista fora desnudado. Analisavam-se as condições de seu nascimento, de seu desenvolvimento e de sua destruição. Assinalavam-se, assim, quais eram as condições objetivas da revolução. A época das utopias havia passado.

Este corpo de conceitos, que seus criadores não desenvolveram de forma sistemática, foi elaborado de forma desigual por seus sucessores. Os conceitos pertencentes à infra-estrutura, por exemplo, têm sido mais bem elaborados do que os pertencentes à superestrutura.

Isso não se deve ao acaso, mas ao fato que estes são os conceitos que Marx usa mais freqüentemente na análise da estrutura econômica do modo de produção capitalista. Estudando a forma em que Marx os emprega em *O Capital*, foi possível chegar a uma elaboração mais

5. *Lênine e a Filosofia.*

sistemática dos mesmos, embora ainda insuficiente em muitos aspectos. A maior parte dos demais conceitos permanece, ao contrário, em estado de "conceitos práticos" (mais que procurar um conhecimento, indicam as linhas gerais que devem guiar a investigação).

O estado atual da teoria do materialismo histórico é, portanto, mais ou menos o seguinte:

— teoria científica do aspecto econômico do modo de produção capitalista pré-monopolista e alguns elementos para compreender-se alguns aspectos do capitalismo monopolista.

— ausência de uma teoria científica da estrutura ideológica e jurídico-política do modo de produção capitalista.

— ausência de um estudo científico dos demais modos de produção (escravista, feudal, etc.).

— alguns elementos de uma teoria geral da transição de um modo de produção a outro. Sobretudo, elementos para pensar na transição do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista (ditadura do proletariado, não-correspondência entre as relações de propriedade e de apropriação real etc.).

— primeiros elementos para uma teoria científica das classes sociais, sobretudo das classes sociais sob o sistema capitalista de produção.

— elementos para uma análise da conjuntura política (teoria do elo mais fraco de Lênine, sistema de contradições de Mao Tse-tung).

O estado pouco desenvolvido de muitos aspectos da teoria marxista não deve descoroçoar-nos, antes, pelo contrário, deve impulsionar-nos para um estudo profundo e crítico de tudo quanto já existe e para uma elaboração dos conceitos gerais que são urgentes para a análise de nossas sociedades.

Além disso, não devemos esquecer-nos de que os revolucionários russos, chineses, vietnamitas, cubanos, etc. não esperaram que a teoria marxista estivesse completamente desenvolvida para comprometer-se na sua luta política. E por último, foi o que se aprendeu na própria luta que ajudou a desenvolver a teoria.

Tampouco devemos nos esquecer de que a teoria marxista é apenas um dos aspectos da formação teórica de um militante revolucionário.

Se nos pedissem para assinalar quais deveriam ser as grandes linhas de uma formação deste tipo, diríamos que:

O primeiro aspecto da formação de um militante revolucionário é o estudo da teoria marxista-leninista. A História mostra-nos que é a união da teoria marxista e do movimento operário que deu aos homens de nosso tempo a possibilidade de "transformar o mundo", de "fazer a revolução".

Contudo, embora a teoria marxista seja fundamental para a constituição de um movimento revolucionário sério que passe do romanticismo e do voluntarismo revolucionário a uma fase de realismo e de preparação efetiva para a ação, ela, por si só, não basta.

Permanecer nesta fase é, como diz Mao Tse-Tung, "contemplar a flecha sem jamais lançá-la", ou "repetir o disco" esquecendo que nosso dever é "aprender o novo", "criar o novo".

O segundo aspecto que não se deve esquecer na formação de um militante revolucionário é a aplicação criadora da teoria marxista à realidade concreta de seu país.

Não existem revoluções *em geral;* só existem revoluções *particulares,* adaptadas à situação de cada país.

É necessário *combater o estudo* que freqüentemente se faz do marxismo, não em função das necessidades práticas da revolução, mas simplesmente para adquirir um novo conhecimento. É necessário ligar a verdade universal do marxismo-leninismo à prática concreta de nossos movimentos revolucionários.

É necessário estudar a história de nossos países, conhecer as características específicas de nossas formações sociais. Estudar o que se define para nossa estrutura econômica, a forma pela qual se combinam as diferentes relações de produção, qual a relação que domina, onde estão o ponto forte e o ponto fraco desta estrutura. Estudar a estrutura ideológica, as idéias predominantes nas massas. Estudar a estrutura do poder, as contradições internas desse poder, e assim por diante.

Este estudo de nossas formações sociais concretas deve realizar-se recolhendo o número máximo de dados desta realidade, criticando-os à luz dos princípios gerais do marxismo-leninismo para poder obter-se conclusões justas.

O terceiro aspecto da formação de um militante revolucionário é o estudo da conjuntura política de seu país e em nível mundial. Não basta conhecer a história de um país, conhecer sua fase atual de desenvolvimento; é necessário passar a um nível mais concreto, ao estudo do "momento atual" da luta de classe nesse país e em nível mundial, isto é, ao estudo da conjuntura política.

É fundamental determinar quais são os amigos e os inimigos da revolução em cada fase de seu desenvolvimento. Poder determinar o poder econômico, político, militar e cultural de cada um dos grupos que se defrontam etc.

Para evitar-se o teoricismo ineficaz e o praticismo sem sentido é necessário que todo militante revolucionário chegue a formar-se de

uma maneira mais ou menos profunda nos três aspectos que assinalamos.

Pois bem, *o objetivo deste livro* é ajudar a conhecer a teoria marxista-leninista. O estudo da realidade concreta de cada país é tarefa própria de cada povo.

Nosso trabalho se limita, portanto, a apresentar em forma pedagógica, mas ao mesmo tempo muito rigorosa, os principais conceitos da teoria geral do materialismo histórico. Esses conceitos foram enunciados por Marx, Engels e Lênine e por eles utilizados no estudo de realidades concretas, mas, não obstante, nunca os estudaram de maneira sistemática.

Pretende este livro deter-se nestes conceitos, fazendo um estudo crítico a respeito deles, isto é, buscando além das palavras o pensamento profundo de seus autores, o qual permitirá fugir ao dogmatismo e aplicar, criadoramente, estes conceitos na análise de nossas realidades concretas.

Este estudo crítico dos principais conceitos do materialismo histórico, tratando de incorporar as mais recentes investigações a seu respeito, é o que diferencia o conteúdo deste livro do conteúdo dos diferentes manuais de marxismo que até agora conhecemos.[6]

Para satisfazer nosso objetivo vimo-nos na obrigação de começar pelos conceitos mais simples, para ir, a pouco e pouco, passando para os conceitos mais complexos. Começamos pelo conceito de produção, já que é o conceito-base da teoria marxista: é a produção de bens materiais que servirá de "fio condutor" para explicar os demais aspectos da sociedade. A seguir fomos estudando os conceitos de: forças produtivas, relações de produção, relações técnicas de produção, relações sociais de produção, estrutura econômica, infra-estrutura e superestrutura, estrutura ideológica, estrutura jurídico-política, modo de produção, formação social, conjuntura política e transição. Todos estes conceitos, que são fundamentais para a compreensão da estrutura social, são estudados na Primeira Parte deste livro. A seguir vem a Segunda Parte, "As Classes Sociais", que estuda os efeitos da estrutura social sobre os indivíduos que a suportam, e a ação que eles podem exercer sobre esta estrutura. Por último, a Terceira Parte, refere-se a teoria marxista da História, e nos dá uma visão de conjunto da contribuição de Marx e Engels sobre este ponto. O "normal", aparentemente, teria sido começar por esta visão de conjunto, como o fazem todos os manuais; não obstante, para formular esta visão de conjunto em forma científica e compreensível para o leitor é necessário percorrer o árduo caminho do estudo sistemático e rigoroso de todos os conceitos anteriores.[7]

Recomendemos aqui o que escrevia Marx a Lachâtre, a 18 de março de 1872:

Querido cidadão:

Aplaudo sua idéia de publicar a tradução de *Das Kapital* por entregas periódicas. Desta forma a obra será acessível à classe operária e, para mim, esta consideração está acima de qualquer outra.

Esse é o lado bom da medalha, mas eis o reverso: o método que empreguei, e que ainda não foi aplicado às matérias econômicas, torna bastante árdua a leitura dos primeiros capítulos e é de temer que o público francês, sempre impaciente por concluir, ávido de conhecer a relação dos princípios gerais com as questões imediatas que o apaixonam, se desanime por não haver podido avançar desde o começo.

Esta é uma desvantagem contra a qual nada posso fazer senão advertir e precaver aos leitores preocupados com a verdade. Não há caminho régio para a ciência e só podem chegar a seus cumes luminosos os que não temem fatigar-se escalando suas vias escarpadas.

Receba, querido cidadão, a segurança de minha afetuosa estima.

KARL MARX

Pois bem, o desenvolvimento desigual dos conceitos da teoria do materialismo histórico, que assinalamos, reflete-se no conteúdo dos diversos capítulos. Alguns alcançam um desenvolvimento bastante rigoroso e científico; outros se limitam quase a lançar problemas. Nossa intenção foi fazer o leitor sentir esta situação de desenvolvimento desigual.

---

6. Por exemplo, *El materialismo histórico,* de F. V. Konstantinov, Editorial Grijalbo, México, 1960; *La théorie du materialisme historique,* de Bujarin, Éditions Anthrops, Paris, 1967; *Introducción a la sociología marxista,* de J. R. Núñez Tenorio, Editorial Crítica Marxista, Caracas, 1968; *Problemas Fundamentales del Materialismo Histórico,* de Gnezermán e Kursánov, Editorial Progresso, Moscou, 1969.

7. A quem quiser ter uma visão rápida do marxismo, recomendamos ler, antes de iniciar o estudo do capítulo I, o texto de Estáline acerca do materialismo histórico. Ver Textos Selecionados, pp. (257-271). Seria conveniente que, ao finalizar este livro, o leitor voltasse a ler o mesmo texto, desta vez em forma crítica.

Para realizar este trabalho utilizamo-nos do método de trabalho teórico e de leitura crítica que aprendemos estudando as *obras de Louis Althusser principalmente*,[8] e de seus colaboradores. Cada vez que deparamos nestes autores, ou em outros, textos suficientemente claros, utilizamo-los em forma textual ou semitextual, indicando de onde provém o texto citado para que o leitor possa recorrer ao original.

O questionário e os esquemas que constam ao final dos capítulos têm um fim pedagógico, tanto para os que estudem em caráter pessoal, como para os que utilizem o conteúdo deste livro em cursos de formação para trabalhadores e estudantes.

Os temas para meditação que se seguem ao questionário não podem ser solucionados partindo apenas do conteúdo do capítulo. Seu objetivo é duplo: de um lado, mostrar os problemas teóricos que podem apresentar-se ao estudar determinados conceitos; de outro, indicar as possíveis aplicações dos conceitos teóricos na análise de nossa realidade latino-americana.

Os textos selecionados que se encontram depois do último capítulo têm diferentes finalidades: aclarar, apoiar, complementar o conteúdo de cada capítulo, ao mesmo tempo em que coloca o leitor em contacto direto com esses autores.

A bibliografia geral, que figura ao final do livro, indica os principais textos que devem ser lidos em uma primeira fase de formação. Cada texto vai acompanhado de um comentário crítico que tem por fim orientar a leitura. Ao final desta bibliografia, na qual os textos de cada autor figuram seguindo a ordem cronológica, fazemos sugestões concretas sobre a maneira pela qual se pode organizar, de maneira mais eficaz, a sua leitura.

Não se deve considerar o conteúdo deste trabalho como um dogma e sim como um esforço de investigação e de exposição pedagógica de um certo número de instrumentos de trabalho teórico. Se alguns destes instrumentos, em vez de facilitar o conhecimento de uma realidade social concreta, dificulta-o não há dúvida de que deve ser modificado, aperfeiçoado, ou, em caso extremo, abandonado.

A bibliografia que figura ao final de cada capítulo pretende, justamente, facilitar o estudo crítico do conteúdo do capítulo.

8. Principalmente *La revolución teórica de Marx* e *Para leer "El Capital"* editados por Siglo XXI. Além de suas obras escritas, contribuíram para tornar possível este trabalho, discussões mantidas ao longo de mais de três anos de trabalho realizado sob sua direção.

Recomendamos a nossos leitores estudar os textos de Marx, Engels, Lênine e Mao-Tse-Tung, visto como eles, embora não tenham elaborado, sistematicamente, muitos dos conceitos do materialismo histórico, narraram e analisaram sua própria prática revolucionária da qual temos muito que aprender.

Mas lê-los, estudá-los, assimilá-los não significa transformar-se em "recitadores" de seus textos. Não bastam as citações célebres; necessita-se de uma aplicação criadora da teoria marxista. Lênine criticava duramente os políticos que se aferravam às citações dos livros sem fazer esforço por defrontar-se de forma criadora com a realidade.

"Eles são como aqueles eruditos cujo crânio é um caixote cheio de citações que podem extrair, mas que no momento em que se apresenta uma combinação nova, não descrita nos livros, sentem-se perdidos e tomam justamente aquela que não serve".[9]

Por último, queremos agradecer mui especialmente a nosso professor e amigo Louis Ahhusser e a todos quantos, de uma maneira ou de outra, tornaram possível a realização deste livro que tem sido o fruto de um verdadeiro labor coletivo. Além disso queremos agradecer aos que, com suas sugestões positivas, nos ajudaram a corrigi-lo.

Este trabalho terá sido *absolutamente estéril* se nossos leitores se limitarem a aumentar o campo dos conhecimentos acerca da teoria marxista. Recordemo-nos de que o objetivo último de Marx foi *transformar o mundo*.

M. H.

Santiago, janeiro de 1971.

9. LÊNINE, "Discurso ao Primeiro Congresso de Ensino Extracurricular". *Obras Completas*, Tomo 29.

PRIMEIRA PARTE

A ESTRUTURA SOCIAL

Na Primeira Parte veremos os conceitos marxistas que permitem estudar de maneira científica a sociedade global e suas diferentes estruturas regionais: econômica, ideológica e jurídico-política.

Deter-nos-emos, especialmente, nos elementos da estrutura econômica pela importância que ela representa para a teoria marxista da História.

1

A PRODUÇÃO

Introdução. 1. *O processo de trabalho.* 2. *Elementos do processo de trabalho.* 3. *O papel dos meios de trabalho no processo de trabalho.* 4. *Processo de trabalho e processo de produção.* 5. *Divisão de trabalho.*

INTRODUÇÃO

INICIAMOS esta exposição pedagógica dos principais conceitos do materialismo histórico partindo do processo de produção, não por uma decisão arbitrária, mas porque este conceito vai construir a base sobre a qual se vai edificar todo o edifício teórico do materialismo histórico.

Para o marxismo, a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada na forma pela qual os homens produzem os meios materiais.

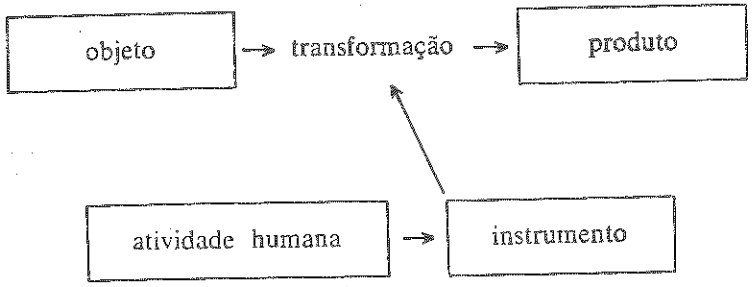
"A concepção materialista da História parte do princípio de que a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social de Classes ou estamentos, se orientam pelo que se produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio; não se deve buscá-las na *Filosofia*, mas na *Economia* da época de que trata."[1]

1. ENGELS, Anti-Duhring, Grijalbo, México, 1964, p. 264.

Pois bem, toda produção se caracteriza por dois elementos inseparáveis: *o processo de trabalho* que dá conta da transformação da natureza que o homem realiza para convertê-la em um objeto útil e as *relações de produção* que dão conta da forma histórica concreta na qual se realiza o processo de trabalho.[2]

1. PROCESSO DE TRABALHO

Chamaremos processo de trabalho em geral a todo processo de transformação de um objeto determinado, seja este em estado natural ou já trabalhado, em um produto determinado, transformação efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados.[3]



O momento da transformação é o momento determinante, o mais importante do processo de trabalho. Fala-se processo de trabalho quando o objeto sofre um processo de transformação para chegar a converter-se em produto útil. Esta transformação se realiza mediante a atividade humana de trabalho, utilizando-se para isso de instrumentos mais ou menos aperfeiçoados do ponto de vista técnico.

2. Nas primeiras edições chamávamos indiferentemente ao processo de transformação da natureza de "processo de trabalho" ou "processo de produção". Atualmente chegamos à convicção de que é necessário diferenciar ambos os processos, já que, como veremos neste mesmo capítulo, o fundamental do processo de produção é a reprodução de suas próprias condições; por sua vez, um processo de trabalho pode realizar-se sem que tenha esta finalidade.

3. L. ALTHUSSER, *La revolución teórica de Marx*, Siglo XXI, México, 1967, p. 136.

Este processo de trabalho, Marx o estuda no primeiro livro de *O capital*. Apoiando-nos nele, redefiniremos agora, de maneira mais precisa, os diferentes elementos que formam parte deste processo.

2. ELEMENTOS DO PROCESSO DE TRABALHO

Estes elementos são, como vimos: a) o objeto sobre o qual se trabalha, b) os meios com os quais se trabalha e c) a atividade humana utilizada no processo.

a) *O objeto sobre o qual se trabalha*

Devemos distinguir dois tipos: a matéria bruta e a matéria-prima.

MATÉRIA BRUTA é a substância que provém diretamente da natureza, aquela que o trabalho nada mais faz do que dela se beneficiar.

Exemplos: as árvores que esperam ser cortadas nos bosques, o mineral que vai ser extraído das minas etc.

MATÉRIA-PRIMA é a substância que já sofreu uma modificação qualquer efetuada pelo trabalho.

Exemplos: a madeira elaborada, o mineral purificado.

Pois bem, a matéria-prima pode constituir o elemento principal de um produto ou pode intervir apenas como matéria auxiliar.

As matérias-primas auxiliares são aquelas que:

a) podem ser absorvidas pelo próprio instrumento de trabalho: o carvão ou a eletricidade pela máquina, o óleo pela roda etc.

b) podem ser incorporadas à matéria-prima principal para operar nela uma transformação de caráter material; a tinta para o couro ou a lã, o cloro para branquear os tecidos etc.

c) podem servir simplesmente para ajudar a execução de um trabalho como no caso dos materiais destinados a iluminar ou aquecer os locais de trabalho.

Na verdadeira indústria química a distinção entre matérias-primas principais e secundárias desaparece, uma vez que no produto final não aparece nenhuma das matérias-primas empregadas.

b) *Meios com os quais se trabalha*

Marx os denomina *meios de trabalho*. Distingue um sentido estrito e um sentido amplo.

OS MEIOS DE TRABALHO EM SENTIDO ESTRITO são as coisas ou conjunto de coisas que o trabalhador interpõe diretamente entre ele e o objeto sobre o qual trabalha (matéria bruta ou prima). Servem de intermediários entre o trabalhador e o objeto sobre o qual trabalha.

Exemplos: a serra e o martelo em uma pequena indústria de móveis; a máquina de costura em uma indústria de confecções; a pá mecânica na extração de minérios.

OS MEIOS DE TRABALHO EM SENTIDO AMPLO compreendem, além dos já assinalados, todas as condições materiais que, sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis à realização deste.

Exemplos: o terreno, as oficinas, as vias, os canais, as obras de irrigação e assim por diante.

Devido ao fato de a produção de bens materiais não poder realizar-se dela não participam tanto a matéria-prima (ou bruta) como os meios de trabalho em seu sentido mais amplo, Marx chamou a estes elementos *meios de produção*.

OS MEIOS DE PRODUÇÃO se acham constituídos pelo objeto sobre o qual se trabalha e por todos os meios de trabalho em sentido mais amplo.

É necessário assinalar que em muitos textos marxistas se emprega a expressão "meios de produção" para designar o que Marx define como "meios de trabalho". Isto pode provocar mal-entendidos.

c) *Atividade humana realizada no processo de produção.*

A atividade humana desenvolvida no processo de produção de bens materiais chama-se, correntemente, *trabalho*. Este trabalho que se expressa em uma certa quantidade de produtos, implica o emprego de certa quantidade de energia humana.

Marx chama FORÇA DE TRABALHO à energia humana empregada no processo de trabalho.

A fadiga, após uma jornada de trabalho, não é senão a expressão física deste dispêndio de energia, produto da atividade humana desenvolvida durante o processo de trabalho. A boa alimentação, o descanso, permitem recuperá-la.

Não se pode confundir o conceito de *trabalho* com o de *força de trabalho*. Cada um deles se refere a realidades absolutamente diferentes. Um exemplo para tornar mais clara a diferença: da mesma maneira pela qual uma máquina produz um "trabalho" determinado em certa quantidade de horas (enlatar uma determinada quantidde de alimentos) e para realizar este trabalho emprega certa quantidade de energia elétrica; uma operária de uma fábrica de macarrão, em suas 8 horas de trabalho diário, consegue empacotar determinada quantidade de quilos de macarrão, e para realizar este trabalho despende certa quantidade de energia humana. Portanto, a energia humana ou *força de trabalho* se diferencia radicalmente do *trabalho* realizado, que não é senão o rendimento dessa força de trabalho.

Por confundirem ambos os conceitos, os economistas clássicos foram incapazes de descobrir a origem da exploração capitalista.

Eles sustentavam que o salário era o preço do trabalho realizado pelo operário, mas quando calculavam quanto deviam pagar-lhe, esqueciam-se totalmente deste enunciado e em lugar de calcular o preço do trabalho realizado (número de sapatos terminados, por exemplo) calculavam o preço de objeto que o trabalhador devia consumir para recuperar sua força de trabalho (não só objetos materiais como alimento, vestuário, habitação, para ele e sua família, mas também objetos culturais como rádio, cinema, esportes e assim por diante).

d) *O produto: resultado do processo de produção.*

> Chama-se PRODUTO o objeto final criado no processo de trabalho.

O produto é um valor de uso.

> Chama-se VALOR DE USO a todo objeto que responde a uma necessidade humana determinada (fisiológica ou social).

Todavia, é necessário assinalar que embora todo produto geralmente represente um valor de uso, pois se assim não fosse não se justificaria produzi-lo, nem todo valor de uso pode ser definido como produto. Há objetos que respondem a necessidades humanas sem haver sofrido um processo prévio de transformação. É o caso do ar que responde à necessidade de respirar. É um valor de uso mas não um produto.[4]

3. O PAPEL DOS MEIOS DE TRABALHO NO PROCESSO DE TRABALHO

Resumindo: todo processo de trabalho é uma estrutura constituída por três elementos fundamentais: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho que estabelecem entre si determinadas relações. Pois bem, os elementos mais significativos do processo de trabalho são os meios de trabalho em sentido estrito. Eles assinalam o tipo de atividade que os indivíduos devem realizar para a fabricação dos produtos, determinando, desta maneira, o tipo de relação que se estabelece entre o trabalhador e os meios de produção.

O trabalho agrícola, por exemplo, muda completamente quando se introduz o trator. Em lugar de precisar-se de 20 operários agrícolas para trabalhar a terra com suas respectivas pás e enxadas, basta um

4. Quando se produz um objeto, não para o consumo imediato, mas para o intercâmbio por outro no mercado, fala-se de mercadoria.

só homem para manejar um trator e produzir o mesmo rendimento; por outro lado, o trabalho deixa de ser fundamentalmente manual.

Isto explica a afirmativa de Marx: "O que distingue as épocas econômicas entre si não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz."[5]

Ora, ainda que os meios sejam os elementos determinantes do processo de trabalho, nem sempre ocupam um lugar dominante na estrutura deste processo. Nos países com baixo nível tecnológico, por exemplo, a força de trabalho ocupa lugar dominante. É o caso das sociedades primitivas, escravagistas e, em geral, das sociedades chamadas "subdesenvolvidas".

Fato diferente ocorre no capitalismo avançado onde o tipo de meio de produção empregado — a máquina altamente aperfeiçoada — domina todo o processo submetendo o trabalhador a seu próprio ritmo, convertendo-o num autômato da produção.

4. PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE PRODUÇÃO

Até aqui estudamos o processo de trabalho detendo-nos nos elementos simples e gerais que fazem parte de todo processo de trabalho sem preocupar-nos com as condições históricas concretas nas quais este processo se desenvolve. Por isso não tivemos de apresentar o trabalho em relação a outros trabalhadores.

Pois bem, o que o marxismo sustenta é que os homens não estão sós e isolados em sua luta pela transformação da natureza, que ao efetuarem o processo de trabalho estabelecem entre si determinadas relações: relações de colaboração e ajuda mútua, relações de exploração, ou relação de transição entre ambos extremos. Estas relações que os homens estabelecem entre si no processo de trabalho são as que determinam o caráter que este processo assume em uma sociedade historicamente determinada. Existe uma grande diferença entre o trabalho realizado sob o látego de um capataz de escravos e o trabalho realizado sob o olhar vigilante do capitalista.

Marx dá a estas relações o nome de *relações de produção* e insiste em que todo processo de trabalho se verifica sob determinadas relações de produção, isto é, que a forma pela qual os homens transformam a natureza nunca está isolada, mas ao contrário, está determinada pelo tipo de relação que estabelecem no processo de trabalho.

5. *El capital*, I, p. 132.

Chamaremos PROCESSO DE PRODUÇÃO ao processo de trabalho que se verifica sob determinadas relações de produção.[6]

Esta distinção entre processo de trabalho e processo de produção explica-nos porque Marx admite falar de processo de trabalho em sentido geral e abstrato e não admite quando trata de produção em geral.

Para Marx não existe a produção em geral; a produção está sempre historicamente determinada.[7]

5. DIVISÃO DO TRABALHO

Em toda produção social existe uma distribuição de tarefas, isto é, uma divisão do trabalho. Quanto mais complexa a sociedade e mais elevado seu nível de desenvolvimento, tanto maior esta diferença de tarefas.

Devemos distinguir os seguintes tipos de divisão do trabalho: divisão da produção social, divisão técnica do trabalho e divisão social do trabalho.

Chamaremos DIVISÃO DA PRODUÇÃO SOCIAL à divisão da produção em diferentes ramos, esferas ou setores.

Exemplos: divisão entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial; divisão dentro do trabalho industrial (metalurgia, química, têxtil etc.); divisão entre o trabalho industrial e o comercial, e assim por diante.

---

6. Esta definição será mais bem compreendida ao estudarmos o capítulo sobre as relações de produção. Ali veremos como o processo de produção tende a reproduzir tanto suas condições materiais como suas condições sociais de produção, isto é, as relações de produção nas quais se verifica.

7. "Quando falamos, portanto, de produção, sempre se trata da produção em um estado determinado do desenvolvimento social..." Marx. *Introdução à Crítica da Economia Política.* Edição alemã, Sietz Verlag, Berlim, 1964, t. 13, p. 616. Pois bem, a distinção entre processo de trabalho e processo de produção devemo-la à leitura do livro de Charles Bettelheim: *Calcul Economique et Formes de Propriété.*

Chamaremos DIVISÃO TÉCNICA DO TRABALHO à divisão do trabalho dentro de um mesmo processo de produção.

Esta divisão técnica do trabalho encontra-se especialmente desenvolvida na indústria moderna. Cada operário ou grupo de operários realiza um trabalho específico que corresponde a uma parte do processo. Em uma indústria de automóveis existem, por exemplo, diversas seções que se complementam umas às outras até chegar a produzir o automóvel acabado. Portanto, nenhum operário produz um produto final. O que se converte em produto final é o produto comum de todos eles. Esta divisão técnica das tarefas dentro de um mesmo processo de produção permite maior eficácia e, portanto, um aumento do rendimento do trabalho dos operários.

Pois bem, a divisão técnica pode conduzir à divisão da produção social. É o caso da atividade química que começou como uma simples divisão técnica dentro do processo de produção têxtil para, em seguida, converter-se em um ramo autônomo, em uma verdadeira indústria química.

Como distinguir, então, claramente entre a divisão técnica do trabalho e a divisão da produção social?

Marx dá-nos os elementos fundamentais no texto de *O Capital* que se refere à divisão do trabalho e à manufatura.

O que caracteriza a divisão técnica é que os trabalhos especializados isolados não produzem mercadorias e sim valores de uso que podem ser enviados ao mercado para intercâmbio com outros. O que cada trabalho especializado produz é apenas uma parte do produto final. Só este, que é o resultado de um trabalho coletivo, constitui-se em mercadoria, isto é, em valor de uso permutável no mercado.

É por isso que a atividade química, nascida como um trabalho especializado mais pertencente à indústria têxtil, deve ser considerada, neste caso, dentro da divisão técnica do trabalho. Os objetos que esta atividade produz não vão para o mercado, mas passam, diretamente a incorporar-se ao processo de tingimento dos tecidos.

Não ocorre o mesmo, porém quando a atividade química se torna independente do processo de produção têxtil e passa a constituir uma indústria autônoma. Neste caso seus produtos vão para o mercado e não diretamente a um processo determinado de produção, e aí a divisão técnica passou a constituir divisão da produção social.

Por último, devemos esclarecer que a divisão técnica do trabalho não deve se referir somente à divisão do trabalho numa fábrica. Falar

de divisão do trabalho dentro de um mesmo processo de produção não é o mesmo que falar de divisão do trabalho dentro de uma mesma fábrica.

À medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas e que matura seu caráter social, unidades de produção que antes constituíam parte da divisão da produção social passam a depender cada vez mais umas das outras, de tal modo que as relações entre elas não podem ser deixadas ao azar do mercado uma vez terminadas as operações de produção. Doravante, estas relações devem ser predeterminadas no essencial e, portanto, previstas com antecedência e regidas por um plano.

Quando isto ocorre, o destino dos produtos está predeterminado de uma maneira socialmente consciente, eliminando-se, assim, o papel do mercado. As unidades de produção, em vez de constituírem processos de produção autônomos, "passam a ser células de uma divisão *técnica do trabalho*", elevando-se esta a um grau superior.[8]

Isto ocorre, por exemplo, quando se produzem combinados industriais nos países socialistas. As indústrias extrativas de petróleo, as refinarias e as empresas distribuidoras passam a constituir um só processo de produção no qual as unidades de produção apenas representam uma divisão técnica do trabalho. Só o produto final deste processo de produção combinado chega ao mercado. Nos passos anteriores não há compra nem venda; há somente traslado de um produto de uma unidade de produção a outra, de acordo com um plano preestabelecido.

> Chamaremos DIVISÃO DO TRABALHO à distribuição das diferentes tarefas que os indivíduos desempenham na sociedade (tarefas econômicas, ideológicas ou políticas) que se realizam em função da situação que eles têm na estrutura social.

Esta divisão social do trabalho começa historicamente com a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A este último só tinham acesso os indivíduos que provinham das classes dominantes.

Vejamos de que maneira ocorre esta divisão social no processo de produção capitalista.

B. BETTELHEIM CH., *La transition vers l'economie socialiste*. Maspero, Paris, 1968, pp. 57-58. O tema é tratado em vários capítulos do livro.

Neste processo intervêm, por exemplo, operários especializados, técnicos e engenheiros desempenhando determinadas funções específicas. Pois bem, a distribuição dos indivíduos da sociedade nestas diferentes tarefas não depende de critérios puramente técnicos (melhores aptidões, maior preparo) mas de critérios sociais. Certas classes sociais têm acesso a certas tarefas, outras classes não.

São as relações sociais de produção, como veremos mais adiante, que determinam esta divisão social do trabalho.

RESUMO DO CAPÍTULO

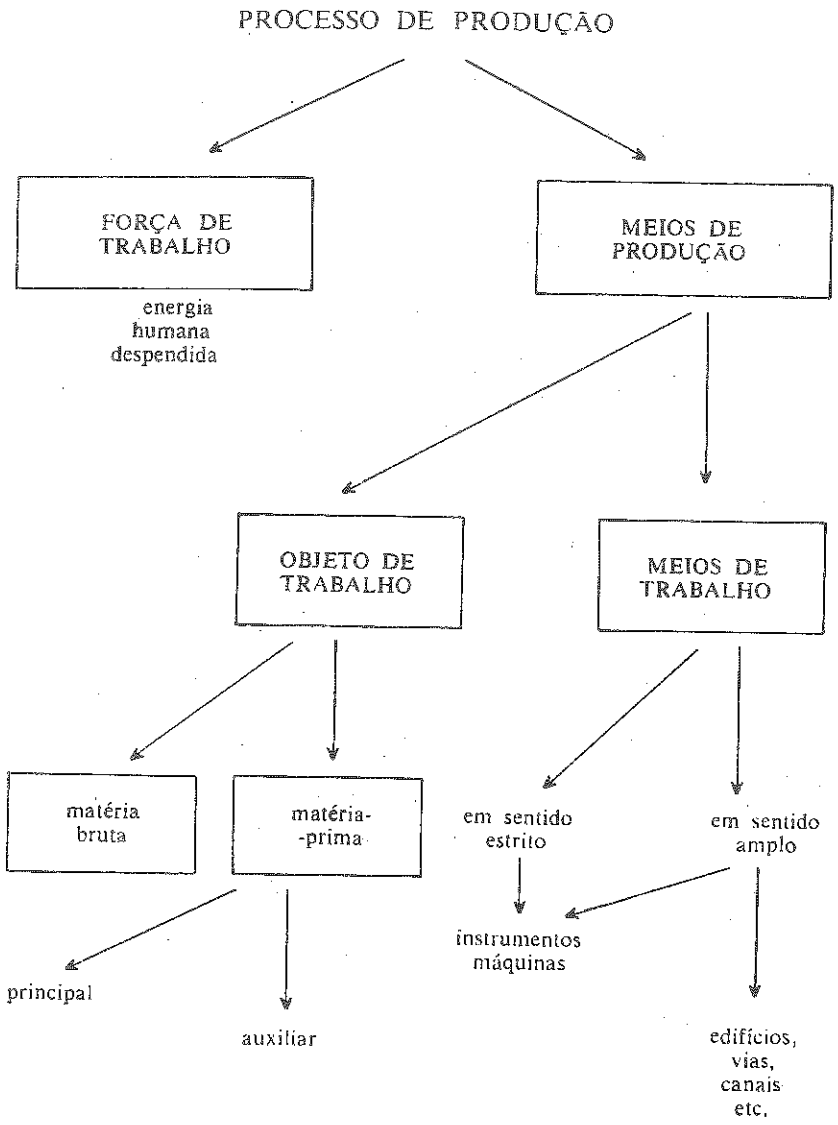
Neste capítulo definimos o que se entende por processo de trabalho. Estudamos os principais elementos que fazem parte dele. Assinalamos o papel determinante que os meios de trabalho desempenham no processo de trabalho. Vimos a diferença que há entre o conceito de processo de trabalho e o conceito de processo de produção. Estudamos, por último, as diferentes formas em que ocorre a divisão do trabalho na sociedade.

Vimos os seguintes conceitos da teoria geral do materialismo histórico: *processo de trabalho — força de trabalho — matéria bruta — matéria-prima — meios de trabalho em sentido estrito* e *em sentido amplo — meios de produção — processo de produção — divisão da produção social — divisão técnica do trabalho — divisão social do trabalho.*

QUESTIONÁRIO

1. Que se entende por produção?
2. O que é essencial no processo de produção?
3. A caça e a pesca podem ser consideradas como processos de produção?
4. Que se entende por trabalho?
5. Que se entende por forças de trabalho?
6. Que se entende por matéria bruta?
7. O cobre empregado pela indústria de cabos elétricos pode ser considerado como matéria-prima?
8. Que se entende por matéria-prima?
9. Que se entende por matéria-prima principal?
10. Que se entende por matéria-prima auxiliar?
11. Em que tipo de indústria pode confundir-se a matéria-prima principal com a matéria-prima auxiliar?

ESQUEMA I: ELEMENTOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO



12. Que se entende por meios de trabalho?
13. Por que não se emprega a palavra "instrumentos" para designar os meios de trabalho?
14. Pode uma ponte ser considerada como meio de trabalho? Por que os meios de trabalho constituem o elemento determinante no processo de trabalho?
15. Qual a definição precisa do conceito "meios de produção"?
16. Pode-se trabalhar sem meios de produção?
17. Que diferença existe entre processo de trabalho e processo de produção?
18. Como se deve entender a afirmação de Marx de que não existe "produção em geral"?
19. Que se entende por divisão da produção social?
20. Que se entende por divisão técnica do trabalho?
21. Que se entende por divisão social do trabalho?
22. Pode-se falar de divisão técnica no trabalho de um artesão (por exemplo, uma tecedora de xales, de um carpinteiro que produz uma pequena quantidade de móveis)?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Como se calcula o salário mínimo em seu país?
2. Se ao capitalista interessa fazer o operário trabalhar o máximo de horas, como se explica que na maioria dos países capitalistas o horário de trabalho seja de 8 horas?, e por que em alguns países socialistas é apenas de 6 horas?
3. Quais seriam as conseqüências se os operários fossem donos dos meios de produção?
4. Na sociedade capitalista latino-americana, a quem pertencem os meios de produção?
5. A divisão técnica do trabalho é uma vantagem ou desvantagem para os trabalhadores?

BIBLIOGRAFIA

MARX: Sobre o processo de trabalho, *El capital,* Livro I, pp. 131-136. 1970, pp. 57 e ss.

BETTELHEIM, Ch.:*Calcul économique et formes de propriété.* Maspero, Paris, 1970, pp. 57 e ss.

ALTHUSSER: Sobre o conceito de produção. *A revolução teórica de Marx,* p. 136. Sobre o processo do trabalho, *Para leer "El capital"*, pp. 185-189; ed. francesa II, pp. 144-148.

ESTABLET, R.: Sobre a divisão do trabalho, "Présentation du plan du Capital", *Lire Le capital*, t. II, pp. 385-386.

MARX: *El capital*, Livro I, cap. XII, seção 4: "División del trabajo dentro de la manufactura y división del trabajo dentro de la sociedad", pp. 285-292.

Modificações introduzidas no capítulo:

1) Suprime-se o texto em que se afirma que o processo de recolher não é um processo de produção, visto como se lermos o texto de Marx sobre o processo de trabalho comprovamos que o autor o considera explicitamente como processo de trabalho.
2) Introduz-se uma distinção entre o processo de trabalho e o processo de produção que é importante para o estudo de *O Capital* e dos problemas da transição para o socialismo.
3) Dá-se sentido preciso à definição de divisão técnica do trabalho, fazendo-a extensiva a todo processo de trabalho sem limitá-la à fábrica. Estas modificações também são importantes para o estudo da transição.
4) Introduz-se a definição de divisão social do trabalho e se altera a expressão "divisão do trabalho social" para "divisão da produção social".

2

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Introdução. 1. Relações técnicas de produção. 2. Relações sociais de produção. 3. As relações de produção na manufatura e na grande indústria. 4. Reprodução das relações de produção. 5. As relações sociais de produção não são relações humanas.

INTRODUÇÃO

NO CAPÍTULO anterior vimos os elementos simples que fazem parte de todo processo de trabalho; neste capítulo estudaremos as relações de produção que ministram conhecimento sobre a forma em que se verifica este processo.

Em todo processo de produção se estabelecem determinadas relações entre os diferentes agentes da produção.

> Dá-se o nome de AGENTES DA PRODUÇÃO a todos os indivíduos que de uma maneira ou de outra participam no processo de produção de bens materiais.

Estas relações entre agentes da produção podem agrupar-se em: relações técnicas de produção e relações sociais de produção.

Examinaremos primeiramente cada uma destas relações em separado para depois estudar a unidade inseparável na qual elas ocorrem na manufatura e na grande indústria.

1. RELAÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

Para esclarecer o que devemos entender como relações técnicas é preciso que comecemos por distinguir entre dois tipos de processo de trabalho: *individual* e *cooperativo*. Chamaremos de *processo de trabalho individual* ao que é realizado por um trabalhador que trabalha isoladamente, transformando uma determinada matéria-prima em um produto determinado. É o caso do artesão ou do pequeno produtor camponês. Chamaremos de *processo de trabalho cooperativo* ao que se realiza com a participação de vários trabalhadores. Podemos distinguir duas formas de cooperação: 1) A cooperação simples, na qual todos os trabalhadores realizam a mesma tarefa ou tarefas muito semelhantes. Esta forma de cooperação ocorria nas operações de caça dos povos primitivos nas quais um grupo de caçadores saía, provido de flechas, esforçando-se por cercar o animal. Continua ocorrendo o mesmo, atualmente, no trabalho agrícola tecnicamente pouco desenvolvido. 2) A cooperação complexa que se estabelece sobre a base de uma divisão técnica do trabalho. Por exemplo, no processo de semeadura, alguns trabalhadores fazem os sulcos, outros vão lançando a semente e assim por diante.

O processo de trabalho individual caracteriza-se, fundamentalmente, porque nele existe uma clara unidade do trabalhador e de seu meio de trabalho. A qualidade e o rendimento do trabalho do artesão dependem da habilidade pessoal com que pode manejar seu instrumento de trabalho. Por outro lado, e de acordo com o que foi dito antes, é ele quem controla todo o processo de trabalho ou o tem sob domínio absoluto. Decide quando, como e onde deve trabalhar.

O processo de trabalho cooperativo caracteriza-se, fundamentalmente, pela existência de um trabalho social comum que, se for realizado numa escala suficientemente ampla, demanda uma direção para dispor, em harmonia, as diferentes atividades individuais. Ela deve executar as funções gerais oriundas da diferença entre o movimento de conjunto do processo produtivo e os movimentos individuais dos que fazem parte deste processo.

A esse respeito diz Marx: "em todos os trabalhos nos quais cooperam muitos indivíduos a coesão e a unidade do processo se personificam, necessariamente, em uma vontade de mando e em funções que não afetam aos trabalhos parciais, mas à atividade total da oficina, como ocorre com o regente de orquestra."[1]

1. *El capital*, Livro III, p. 367.

No caso de uma indústria capitalista moderna, uma fábrica de calçados, por exemplo, nem todos os operários executam as mesmas tarefas dentro do processo produtivo. Uns trabalham diretamente na transformação da matéria-prima, isto é, do couro, em nosso exemplo, para convertê-lo em produto final, ou seja, em um par de sapatos em condições de ser posto à venda. Pois bem, para que estes trabalhadores diretos, especializados na realização de apenas uma parte do processo de produção, possam efetuar um trabalho coordenado, é necessária a participação de outras pessoas que sejam capazes de controlar e dirigir o processo de produção, seja parcialmente, seja em nível global.

Ambos os tipos de trabalho são necessários para pôr em ação os meios de produção.

Todo processo baseado na cooperação em grande escala implica, portanto, que os trabalhadores individuais percam o controle e o domínio do processo de trabalho. Produz-se, assim, uma separação entre o trabalho individual e o conjunto do processo de trabalho. Quem põe em marcha este processo já não é o trabalhador individual mas o trabalhador coletivo que exige, como um de seus elementos, um grupo de trabalhadores que execute funções de direção e controle do processo de produção, a par da função de direção e controle do processo de trabalho em seu conjunto.[2]

> Chamaremos TRABALHADORES DIRETOS aos agentes da produção que entram em contacto direto com a matéria-prima, e TRABALHADORES INDIRETOS aos que têm função de organização, vigilância e controle, em distintos níveis do processo de trabalho.

Até aqui falamos do caráter comum a todas as formas de cooperação: *a existência de um trabalho coletivo no qual surgem determinadas funções de direção e controle do processo de trabalho.*

Vejamos agora alguns de seus traços diferenciais que dependem dos diversos tipos de relações que se estabelecem entre os elementos do processo de trabalho.

Pode existir um processo cooperativo de produção que implique a existência de uma *unidade entre o trabalhador e seu meio de traba-*

2. Trata-se de funções diferentes que, em determinadas formas históricas da produção, se personificam em agentes que se separam do trabalhador coletivo e impõem sua autoridade sobre ele; elas, porém, podem ocorrer, em épocas históricas, como simples diferenciação do trabalhador coletivo.

lho, isto é, em que o trabalho realizado em forma coletiva implique um controle ou domínio, por parte do trabalhador individual, de seu instrumento de trabalho. Neste caso existe uma *separação* do trabalhador individual com respeito à colocação em marcha do processo de trabalho que agora está em mãos do trabalhador coletivo, mas uma *união* do trabalhador individual com seu meio de trabalho: sua habilidade pessoal continua valendo.

Pode haver também o caso de um processo de produção cooperativa em que o trabalhador individual tenha perdido não só o domínio de pôr em marcha o processo de trabalho mas também tenha perdido o domínio do meio de trabalho, como ocorre na grande indústria onde o trabalhador passa a ser uma peça a mais da máquina. Nestas condições se constitui uma nova unidade, que substitui a unidade do trabalhador com seu meio de trabalho já examinada, a *unidade do meio de trabalho e o objeto de trabalho.* É a máquina que transforma a matéria-prima; o trabalhador passa a ser seu escravo. Esta unidade máquina-objeto constitui, segundo Marx, *"um esqueleto material independente dos operários"* e passa a ser um elemento fixo do processo de trabalho disposto a receber o operário que venha. Assim se produz uma separação total entre o trabalhador individual e os meios de produção. A necessidade do trabalho coletivo passa a ser uma necessidade técnica. O trabalhador coletivo transforma-se em trabalhador socializado.

Pelo que acabamos de ver podemos afirmar que o tipo de relação que se estabelece entre o trabalhador individual e o meio de trabalho depende, fundamentalmente, do caráter que este meio possua. Daí que Marx insista no papel decisivo que o meio de trabalho desempenha, na forma histórica concreta na qual ocorre o processo de trabalho.

> Chamaremos RELAÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO às formas de controle ou domínio que os agentes da produção exercem sobre os meios de trabalho em particular e sobre o processo de trabalho em geral.[3]

3. Marx, Engels e Lênine explicitaram muito pouco esta relação entre os agentes e os meios de produção. Não obstante, um estudo atento de *O capital* e do manuscrito *Formações econômicas pré-capitalistas* de Marx, evidencia que se preocuparam com o problema da relação do trabalhador com os meios de produção, utilizando diversos termos para designá-la: "posse efetiva", "apropriação real", "apropriação efetiva", "controle" etc.

Resumindo: Em todo processo de produção se estabelece um determinado tipo de relação entre os agentes e os meios de produção, relação essa que está ligada às características técnicas do processo de trabalho: divisão técnica do trabalho, tipo de cooperação, características técnicas do meio de trabalho etc. Estas relações se caracterizam pelo tipo de controle ou domínio que os agentes da produção podem exercer sobre os meios de trabalho e o processo de trabalho.

Na obra *Para leer "El capital"*, Étienne Balibar estudou estas relações denominando-as "relações de apropriação real", opondo-as às relações de propriedade, e a ele devemos grande parte das idéias aqui desenvolvidas.

Temos preferido denominá-las relações técnicas de produção devido a se estabelecerem no interior do processo de produção por causa de condições técnicas precisas: o grau de divisão técnica do trabalho, o tipo de tecnologia empregada etc.

Por outro lado, parece-nos que ao nomeá-las desta maneira estamos estabelecendo uma linha clara de demarcação entre estas relações e as relações sociais de produção ou relações de propriedade que veremos em seguida.

2. RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Até aqui vimos as formas técnicas em que ocorre a produção de bens materiais. O trabalhador direto e o indireto são agentes da produção que despendem sua força de trabalho em tarefas tecnicamente diversas, que dependem da divisão técnica do trabalho dentro do processo de produção.

Mas este processo técnico de produção jamais existe isolado das condições sociais que o tornam possível. Toda produção social está historicamente determinada.

Pois bem, em uma sociedade concreta é possível verificar em geral, que existem indivíduos *proprietários* dos meios de produção e indivíduos que devem trabalhar para aqueles: os *trabalhadores.*

Os *trabalhadores ou produtores diretos* são agentes imediatos da produção, isto é, aqueles que despendem sua força de trabalho no interior do processo mesmo de reprodução. Do ponto de vista técnico dividem-se, como vimos, em trabalhadores diretos e indiretos.

Nas sociedades em que existe a propriedade privada dos meios de produção, os proprietários desses meios têm um papel no processo geral de produção, sem figurar necessariamente como produtores diretos, pois sendo donos dos meios de produção, tornam possível o

processo. Como os meios de produção representam as condições materiais indispensáveis a todo processo de produção, como é impossível produzir sem meios de produção, os homens que não possuem estes meios, ou que dispõem de uma quantidade demasiado pequena deles, terminam por trabalhar para os que possuem os meios fundamentais de produção.

a) *Os agentes da produção*

Chamam-se *agentes da produção* a todos os que participam, de uma maneira ou de outra, no processo de produção de bens materiais; podemos classificar estes agentes de dois pontos de vista:

1) *do ponto de vista técnico*: trabalhadores diretos e trabalhadores indiretos;

2) do ponto de vista social: trabalhadores não-proprietários e proprietários dos meios de produção.

É importante assinalar que se trata de dois pontos de vista para estudar os mesmos agentes e não de tarefas técnicas ou sociais que devem ser desempenhadas por agentes diferentes.

Cada agente da produção está, assim, duplamente determinado. Determinado tanto por sua função técnica como por sua função social. Se tomamos como exemplo o sistema capitalista vemos que o operário é, do ponto de vista técnico, um trabalhador direto e do ponto de vista social, um trabalhador privado dos meios de produção; o capitalista é, por sua vez, do ponto de vista de sua função social, o proprietário dos meios de produção e, do ponto de vista técnico, pode desempenhar o papel de trabalhador indireto (administrador), como ocorre nas pequenas indústrias, onde o proprietário e sua família trabalham ou podem não desempenhar nenhum papel no processo de produção, mesmo em se tratando, neste caso, de um não-trabalhador. Por outro lado, também o técnico deve ser considerado de dois pontos de vista. Do ponto de vista técnico é um trabalhador indireto e, do ponto de vista social, é um não-proprietário que, não obstante, desempenha no interior da indústria a função social do capitalista como veremos mais adiante.

Isto posto, é importante assinalar que, embora cada agente da produção esteja duplamente determinado pela função técnica e social que desempenha no processo de produção, *esta última função é que tem caráter dominante*. A função técnica de vigilância, controle e direção de todo processo de produção complexo tem, por exemplo, um caráter muito diferente quando se acha subordinada às relações de

produção capitalistas do que tem quando se acha subordinada às relações de produção socialistas.

b) *O direito de propriedade, a propriedade real e a posse efetiva.*

Pois bem, até aqui temos falado de propriedade, mas não dissemos o que entendemos por isso. Vamos agora apreciar este conceito, começando por definir o que entendemos por direito de propriedade.

Direito de propriedade é o direito que tem aquele que possui bem, de usar, gozar e dele dispor. Expliquemos cada um destes termos:

Direito de usar, isto é, de fazer uso do bem que se possui de acordo com suas características naturais. Por exemplo, usar a terra é cultivá-la; usar um veículo é conduzi-lo.

Direito de gozar, isto é, direito ao gozo dos frutos que esse bem produz. Por exemplo, gozar dos frutos obtidos pelo cultivo da terra. Chama-se *usufruto* o direito a uso e gozo desse bem.

Direito de dispor, isto é, de destinar o bem que se possui a determinados fins ou alienar este direito em favor de terceiros.

Este direito de propriedade pode provir de um simples consentimento coletivo motivado por questões políticas e ideológicas, ou pode tomar formas jurídicas acabadas.[4] Além disso, seu conteúdo varia segundo as diferentes épocas históricas. O conteúdo do direito de propriedade próprio da sociedade ocidental moderna não pode aplicar-se portanto, de forma mecânica a qualquer tipo de sociedade. Não se pode aplicar à sociedade feudal o conceito de propriedade privada próprio do sistema capitalista de produção. No sistema feudal existem diferentes graus de propriedade privada: "propriedade eminente porém não efetiva dos personagens mais poderosos" da hierarquia feudal "sobre terrenos imensos; propriedade direta porém não absoluta, visto como está ligada a obrigações e serviços dos senhores pequenos e médios. Esta hierarquia de direitos sobre a terra ia-se impondo até à base, isto é, até aos camponeses explorados".[5]

Isto posto, é importante distinguir entre o *direito de caráter jurídico* e o *poder real* de usar, gozar e dispor de um bem.

Vejamos agora como o que ficou dito até aqui se aplica ao problema da propriedade dos meios de produção. Distinguiremos entre o *direito de propriedade privada* sobre os meios de produção e a *pro-*

4. Falaremos de posse quando existir uma simples detenção de um bem (isto é, sem que nela intervenham relações de direito).

5. PARAIN, "Évolution du système féodal européen", *Cahiers du CERM*, nº 59, 1958, "Mode de production féodal et classes sociales en système précapitaliste", p. 8.

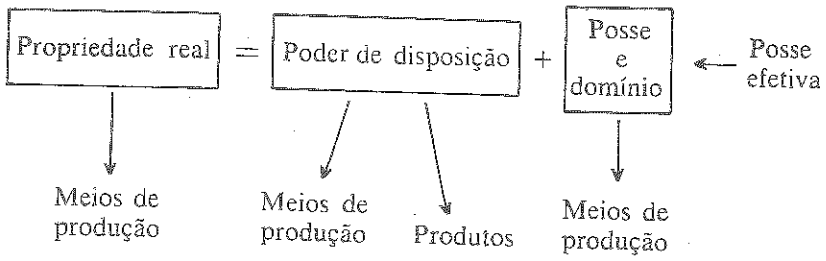
priedade real sobre eles. Quando o direito de propriedade se transforma em um *poder* real de usar, gozar e dispor dos meios de produção e portanto, dos produto obtidos no processo de produção, diremos que existe *propriedade real.*

Nessas condições, para que possa existir esta propriedade real é necessário que o detentor desse poder possa pôr em marcha o processo de produção. Neste caso, portanto, um determinado tipo de posse dos meios de produção deve combinar-se com um determinado tipo de domínio ou controle do processo de trabalho. A propriedade jurídica necessita, em conseqüência, de uma determinada base técnica, isto é, uma determinada estrutura do processo de trabalho, para transformar-se em propriedade real.

Vemos aqui *como se interpenetram, de maneira inseparável, as relações técnicas e as relações sociais de produção; como as relações técnicas servem de suporte para as relações sociais, que, por sua vez, atuam sobre elas dando-lhes seu caráter histórico específico.*

Chamaremos POSSE EFETIVA à capacidade que têm os possuidores dos meios de produção para colocá-los em ação.

Resumindo: EXISTE PROPRIEDADE REAL dos meios de produção quando se juntam nas mesmas mãos a posse efetiva destes meios e o poder de disposição destes e dos produtos que eles produzem.



Pois bem, quando os proprietários jurídicos dos meios de produção têm a propriedade real deles, os produtores diretos se acham totalmente separados destes meios: são não-proprietários que perderam todo o

domínio sobre os meios com os quais trabalham e sobre o processo de trabalho global.[6]

É esta relação de propriedade não-propriedade que os agentes estabelecem com os meios de produção o que explica a relação de exploração que se estabelece entre eles.

A relação dos agentes com os meios determina, portanto, a relação dos agentes entre si.

c) *O conceito de relações sociais de produção*

Depois das considerações anteriores podemos definir as relações sociais de produção da seguinte maneira:

Chamaremos RELAÇÕES DE PRODUÇÃO às relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos em um processo de produção determinado. Relações que dependem do tipo de relação de propriedade, posse, disposição ou usufruto que estabelecem com um meio de produção.

Podemos distinguir dois tipos fundamentais de relações sociais de produção que dependem de duas formas de propriedade dos meios de produção.

6. Sendo assim, pode ocorrer que a propriedade real e a propriedade jurídica não estejam nas mesmas mãos. Seria este o caso de um programa agrário que nacionalizasse a terra, isto é, transformasse em propriedade do Estado, mas delegasse seu direito de dispor delas às comunas ou centros regionais. O Estado teria a propriedade jurídica e a comuna a propriedade real. Outro caso de separação entre propriedade jurídica e propriedade real é o do interventor em uma empresa. O capitalista continua sendo, do ponto de vista jurídico, o proprietário, mas o interventor é que dispõe agora dos meios de produção e de seus produtos. Pois bem, não só existem casos de não correspondência entre propriedade jurídica e propriedade real, mas podem existir outras formas de combinação dos elementos próprios ao direito de propriedade.

Pode dar-se o caso de uma propriedade jurídica que esteja separada de uma posse efetiva, isto é, que exista o direito de dispor dos meios de produção e dos produtos do trabalho, estando os primeiros em mãos de terceiras pessoas que os fazem produzir. É o caso do regime de produção social servil em que o detentor da terra tem a propriedade jurídica da mesma e o produtor direto, a quem o senhor concedeu um pedaço de terra, tem a posse efetiva dela, já que com seus próprios meios de trabalho a faz produzir.

O detentor da terra tem um direito jurídico que entra em contradição com a posse efetiva que os camponeses produtores diretos têm. Quando

a) *Relação de explorador-explorado*

Existe quando os proprietários dos meios de produção vivem do trabalho dos produtores diretos.

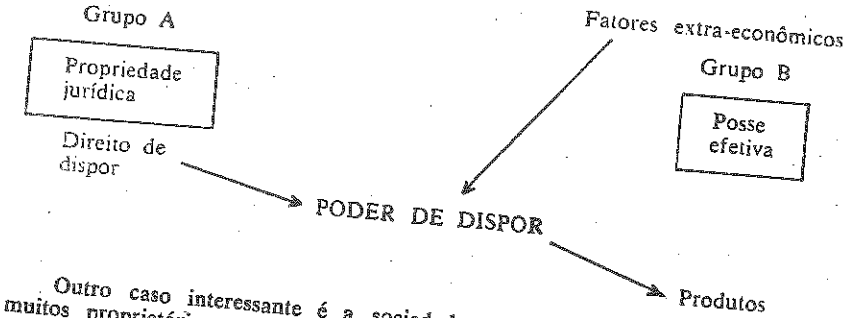
São as seguintes as principais relações de exploração: as *relações de escravidão*, nas quais o amo não só é proprietário dos meios de produção mas também o é da força de trabalho (o escravo), as *relações de servidão*, nas quais o senhor é proprietário da terra e o servo depende dele e deve trabalhar gratuitamente para ele durante certa quantidade de dias por ano, e, por último, as *relações capitalistas*, nas quais o capitalista é o proprietário dos meios de produção e o operário deve vender sua força de trabalho para poder viver.

b) *Relações de colaboração recíproca*

Estas relações se estabelecem quando existe uma propriedade social dos meios de produção e quando nenhum setor da sociedade vive da exploração de outro setor. Por exemplo, as relações que se estabelecem entre os membros das comunidades primitivas ou as relações de colaboração que caracterizam, segundo Marx, o modo de produção comunista.

---

existe esta não correspondência entre as relações de propriedade jurídica e posse efetiva, o direito de dispor dos produtos só se transforma em *poder* mediante a intervenção de fatores extra-econômicos (políticos ou ideológicos). O servo, que pode viver de sua produção, só vai trabalhar a terra do senhor sob o rigor do capataz. Fato muito diferente ocorre no capitalismo onde o capitalista não só tem a propriedade real do processo. Ao trabalhador não resta, neste caso, senão uma só alternativa: passar fome ou oferecer sua força de trabalho ao capitalista.



Outro caso interessante é a sociedade por ações. Neste caso existem muitos proprietários no sentido jurídico do termo, mas geralmente só um grupo muito pequeno deles tem a propriedade real dos meios de produção.

3. AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA MANUFATURA E NA GRANDE INDÚSTRIA

Neste ponto estudaremos como as relações de produção técnicas e sociais formam uma unidade inseparável em determinados processos de produção concretos, como o são a manufatura e a grande indústria.

a) *A manufatura*

A *manufatura capitalista* nasce quando um capitalista, proprietário dos meios de produção (instrumentos de trabalho, local e assim por diante) reúne uma quantidade relativamente grande de operários que trabalham ao mesmo tempo, em um mesmo lugar e sob o comando do próprio capitalista.

Marx dirá que as condições necessárias para que isto ocorra são fundamentalmente duas: certa quantidade de dinheiro acumulada por um setor da população: os capitalistas, e, a presença de um trabalhador livre, desapossado de todo meio de produção, o qual para poder subsistir, deve vender sua força de trabalho ao capitalismo que é o que possui estes meios.

Na manufatura o trabalho toma, primeiramente, a forma de uma cooperação simples. Cada trabalhador realiza a mesma operação com a única diferença de que agora trabalha em comum com outros trabalhadores. Por isso Marx diz que a diferença da oficina de artesanato e da manufatura é, de início, puramente quantitativa. A característica essencial de ambos os processos de trabalho é a *unidade que existe entre o trabalhador e seu meio de trabalho.*

Isto assentado, a manufatura que começa mais como uma forma de cooperação simples, porém agora submetida ao capitalista — devido a que este é o proprietário dos meios de produção — evolui rapidamente, impulsionada pelo desejo de aumentar os lucros do capitalista, no sentido de formas de cooperação cada vez mais complexas. Nasce assim a divisão técnica do trabalho dentro da manufatura. Os trabalhadores vão-se especializando em diferentes tarefas de acordo com suas aptidões. Estas tarefas vão tendo um caráter cada vez mais parcial, mais limitado.

O caráter técnico do trabalho na manufatura tem, portanto, dois característicos fundamentais: é primeiramente, *um trabalho manual* que depende, em grande medida, da força, habilidade, aptidão, segurança e rapidez com que o operário maneja sua ferramenta de trabalho. Em segundo lugar, é um *trabalho parcelar*, isto é, um trabalho em

que cada operário se especializa em uma tarefa muito concreta e só a soma destes trabalhos parcelares chega a construir o objeto global. Isto tem efeitos positivos uma vez que implica um aumento do rendimento no trabalho; quer isso dizer que com o mesmo esforço, no mesmo tempo, produzem-se mais produtos. Mas também tem efeitos negativos: parcela o trabalhador a tal extremo que até seu corpo chega a deformar-se para responder melhor à atividade manual altamente especializada que deve executar.

Os elementos simples da manufatura são, portanto, o *trabalhador parcelar* e seu *instrumento*.

Pois bem, estes elementos simples estão combinados em um *mecanismo específico* que é o *trabalhador coletivo* formado por um conjunto de *operários parcelares*.

A existência deste trabalho coletivo, no qual cada trabalhador desenvolve tarefas altamente especializadas, faz necessária a existência de uma direção que harmonize as diferentes atividades individuais e execute as funções gerais necessárias para que se ponha em marcha o processo de produção global.

Esta função de controle, vigilância e direção converte-se em uma *função do capital* tão logo o trabalho submetido a ele revista a forma de um trabalho coletivo.

Esta função, que nasce como uma das tantas tarefas do trabalhador coletivo, separa-se dele e se transforma em uma função que o domina e o abate. O trabalhador coletivo perde, assim, todo domínio sobre o processo de trabalho.

Ora, o importante é estudar a forma em que esta função, em si mesma de caráter técnico, está sobredeterminada pela função social que o capital desempenha.

Como o processo de produção capitalista tem como finalidade fundamental aumentar a mais-valia (trabalho não pago), o papel diretivo que o capitalista (ou algum de seus representantes) executa no processo de produção não se limita somente à realização de tarefas técnicas, antes, ao mesmo tempo, estas mesmas tarefas técnicas de controle, vigilância e direção se acham sobredeterminadas pela necessidade de extrair o máximo de mais-valia. Os trabalhadores indiretos se transformam em fiscalizadores do processo de produção, exigem dos operários o máximo de rendimento, aumentam-se assim, além das necessidades técnicas, os cargos de vigilância e controle para impedir que os trabalhadores voltem as costas para o trabalho etc.

Vejamos o que Marx diz a esse respeito:

"Porém se, por seu conteúdo, a direção capitalista tem dois aspectos, como os tem o próprio processo de produção por ele dirigido,

os quais são, de um lado, um processo social de trabalho para a criação de um produto e, de outro lado, um processo de valorização do capital, por sua forma a direção capitalista é uma direção despótica. Ao desenvolver-se a cooperação em grande escala, este despotismo vai apresentando suas formas peculiares e características; primeiro, tão logo seu capital alcance um limite mínimo, a partir do qual começa a verdadeira produção capitalista, o patrão se exime do trabalho manual; depois, confia a função de vigiar direta e constantemente aos operários isolados e aos grupos de operários, a uma categoria especial de operários assalariados. Assim como os exércitos militares, o exército operário, posto sob o comando do próprio capital, reclama toda uma série de chefes (diretores, gerentes, empresários) e oficiais (inspetores, "foremen", "overlookers", capatazes, contramestres), que durante o processo de trabalho exercem o comando em nome do capital; o labor de alta direção e vigilância vai-se reduzindo à sua função específica e exclusiva...

...O capitalista não é tal por ser dirigente industrial, mas ao contrário: é dirigente industrial por ser capitalista. O alto comando da indústria se converte em atributo do capital, como na época feudal eram tributos da propriedade territorial o alto comando na guerra e o poder judicial."[7]

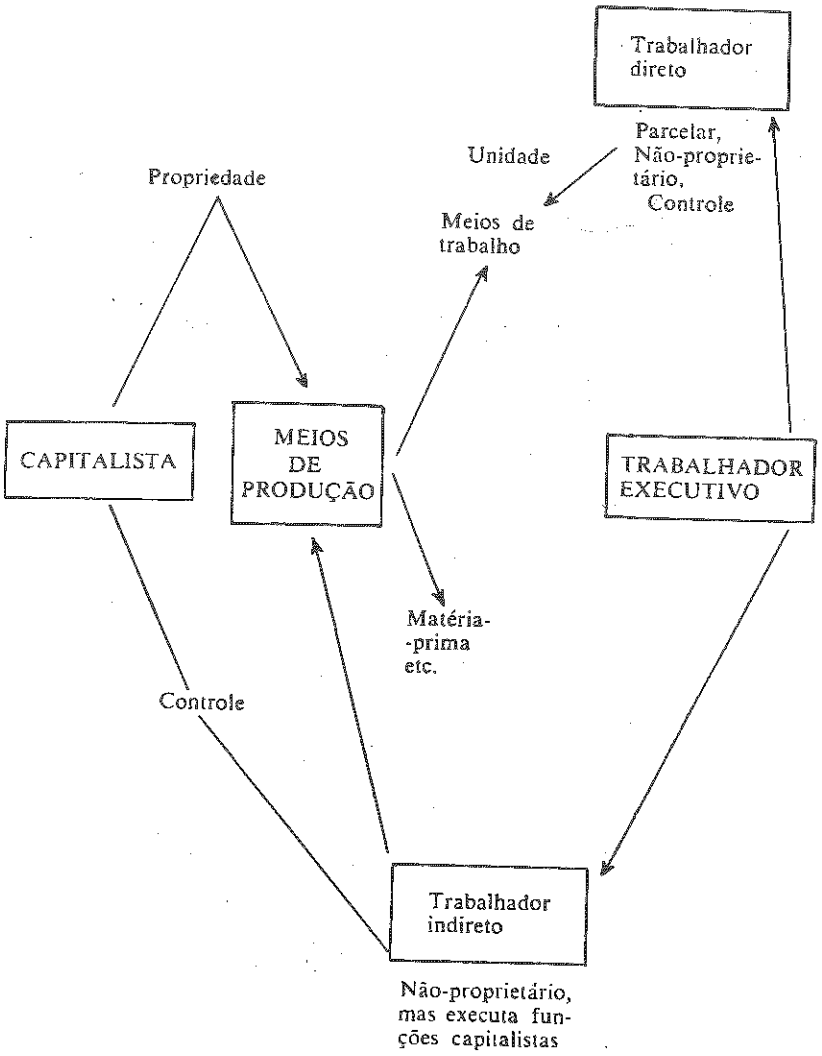
Temos, portanto, na manufatura, uma determinada combinação de relações técnicas e sociais que seria a seguinte: o capitalista é ao mesmo tempo o proprietário e o que controla (pessoalmente ou por intermédio de um representante seu) o processo de produção em seu conjunto. O trabalhador não é proprietário dos meios de produção, mas ainda controla o manejo dos meios de produção com os quais trabalha. Lembremo-nos de que é próprio da manufatura a unidade que existe entre o trabalhador e seu meio de trabalho. Ainda não existe, portanto, um domínio total de todos os elementos do processo de produção por parte do capitalista.

Na etapa da manufatura a propriedade jurídica do capitalista sobre os meios de produção ainda não corresponde a uma propriedade real plena sobre eles. O trabalho, que ainda depende da habilidade do operário, não está totalmente subordinado ao capital. O capitalista, muitas vezes, deve ceder ante a pressão dos trabalhadores para não perder um trabalhador hábil, que conseguiu aumentar seu rendimento graças à sua longa experiência de trabalho manual especializado.

Assim, em um determinado instante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a base técnica da manufatura — *a unidade*

7. Marx, *El capital*, Livro I, pp. 267-268.

ESQUEMA II: A MANUFATURA



trabalhador parcelar/instrumento que implica que o rendimento do trabalho encontre limites na capacidade física do trabalhador — entra em contradição com a necessidade da acumulação capitalista. Desta maneira busca-se substituir o trabalho manual pelo trabalho mecânico realizado pela máquina.

b) *A grande indústria*

A *grande indústria capitalista* diferencia-se da manufatura pela forma que adquiriu nela o meio de trabalho. A revolução, no que se refere ao meio de trabalho, vai produzir uma revolução no processo geral de produção: a chamada *revolução industrial.*

Em que consiste esta revolução?

Na introdução de máquinas-ferramentas no processo de produção. Estas máquinas integram uma unidade técnica dos aparelhamentos e ferramentas com os quais trabalha o operário manual da manufatura. Agora deixam de ser ferramentas em mãos de um homem para passar a ser "ferramentas mecânicas, engrenadas em um mesmo mecanismo".[8]

Marx define a máquina-ferramenta como "um mecanismo que, uma vez lhe seja transmitido o movimento adequado, executa, com ferramentas, as mesmas operações que antes o operário executava com outras ferramentas semelhantes... A *ferramenta* converte-se de simples ferramenta em *máquina,* quando passa das mãos do homem para peça de um mecanismo".[9]

A máquina-ferramenta permite, assim, saltar a barreira orgânica que se levantava entre o trabalhador e o meio de trabalho na manufatura e aumentar com isso, consideravelmente, a produção.

Ela transforma completamente a relação entre o trabalhador e os meios de produção. O colocar em marcha os meios de trabalho já não depende mais da aptidão pessoal do trabalhador. A organização da produção passa a ser completamente independente das características da força humana de trabalho.

Estabelece-se uma completa separação entre o trabalhador e seu meio de trabalho. Por outro lado, estabelece-se uma unidade entre os meios de trabalho e o objeto de trabalho.

O processo de produção já não pode ser definido como a reunião de um certo número de operários, mas como um conjunto de máquinas dispostas a receber a qualquer operário.

8. MARX, *El capital,* Livro I, p. 304.
9. *Ibid.,* p. 304.

O capital, que começa por apoderar-se do processo de trabalho nas condições técnicas dadas pelo desenvolvimento histórico, ao submeter-se às leis da acumulação capitalista, revoluciona totalmente o processo de trabalho. Até então, diz Marx, só existia uma submissão formal do trabalho ao capital; agora, com a introdução da máquina-ferramenta, existe uma submissão real.

O trabalho coletivo passa a ser, aqui, uma necessidade técnica, e se converte, segundo Marx, em um *"trabalho socializado"*. Torna-se, assim, cada vez mais impossível determinar qual o papel que desempenha o trabalhador individual na produção do produto final.[10]

O caráter cada vez mais socializado da estrutura do processo de trabalho (e de suas relações) cai em contradição com o caráter privado da propriedade real sobre os meios de produção, isto é, cai em contradição com as relações de produção.

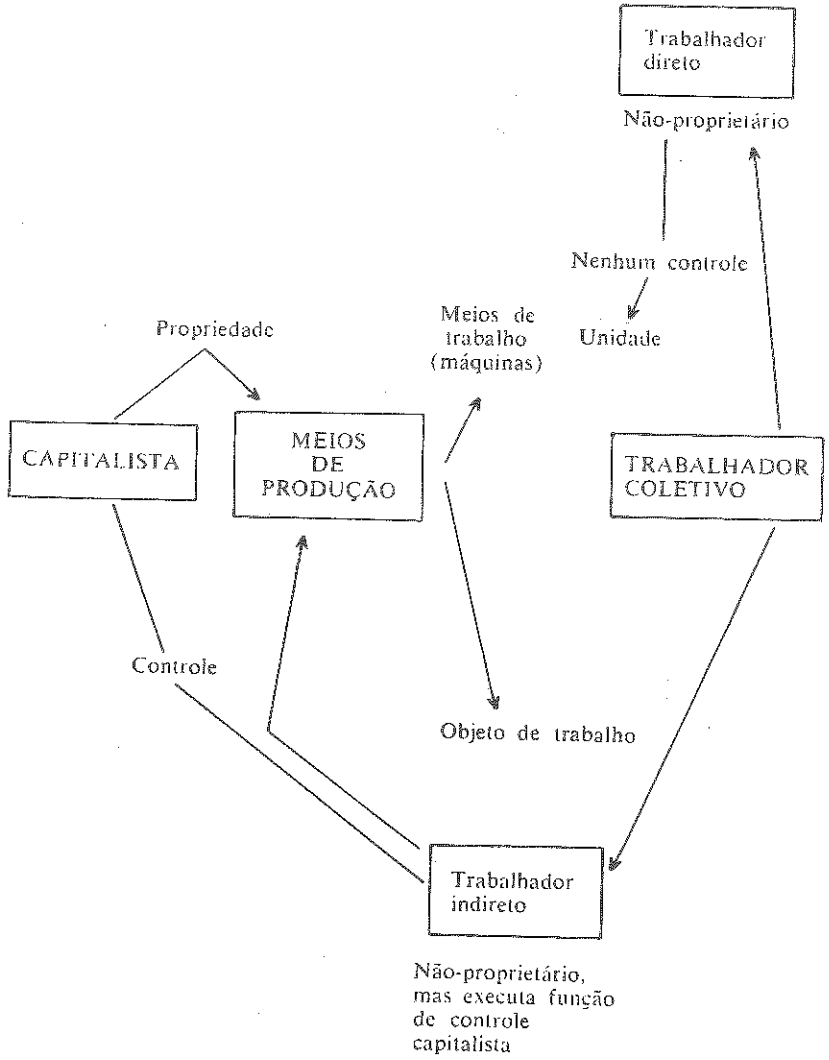
Temos, portanto, na grande indústria, a seguinte combinação de relações técnicas e sociais: o capitalista é, ao mesmo tempo, o proprietário e o que controla e dirige (pessoalmente ou por intermédio de representantes) o processo de produção global. O trabalhador individual encontra-se, portanto, totalmente *separado* dos meios de produção: não é seu proprietário e também não os controla, e por isso se encontra totalmente submetido ao capital, social e tecnicamente.

Esta coincidência entre relações sociais e técnicas de produção, entre as relações de propriedade e apropriação real, para utilizar a terminologia de Marx, que faz com que a propriedade jurídica do capitalista se transforme em uma propriedade real e que a separação do trabalhador de seus meios de produção seja total é que dá o caráter totalmente irreversível ao processo de desenvolvimento capitalista nes-

10. Pois bem, como a revolução que a máquina produz ao ser introduzida em um setor da produção, requer a transformação análoga dos demais setores da produção (a fiação mecânica implicou a necessidade de implantar o tecido mecânico e ambos levaram à revolução mecânica-química da impressão, tingimento, branqueamento etc.), o resultado é que o produto final, completamente elaborado, é cada vez menos o produto dos trabalhadores que realizam a última etapa de sua produção. O produto do último trabalhador se agrega aos trabalhos efetuados já por muitos outros trabalhadores em outros setores da produção.

A estrutura do processo de trabalho próprio do modo de produção capitalista tem, portanto, um caráter contraditório: a separação do trabalhador dos meios de produção e, portanto, a submissão do trabalhador individual ao proprietário privado dos meios de produção se contradiz com o caráter cada vez mais socializado que adquire o trabalhador coletivo, de um lado, e, de outro, com o aumento cada vez maior da dependência entre os diferentes processos de trabalho dentro da sociedade. Desenvolveremos mais este ponto no próximo capítulo.

ESQUEMA III: A GRANDE INDÚSTRIA



ta etapa. Fato diferente ocorre quando o processo se encontra na fase de desenvolvimento manufatureiro onde ainda predomina o trabalho manual e o operário pode deixar a fábrica e voltar, de alguma forma, à sua antiga produção artesanal.[11] Isto tem ocorrido com algumas reformas agrárias nas quais o processo de coletivização da terra não se tem feito acompanhar da criação da base tecnológica correspondente. Ainda se mantêm métodos e técnicas de trabalho individual, com a diferença que agora se realizam dentro de um terreno que é de propriedade coletiva. Qualquer retrocesso político pode implicar, neste caso, um recuo na produção agrícola no sentido da pequena propriedade independente.

Depois de analisar a forma em que se dá a união das relações técnicas e sociais de produção dentro da manufatura e da grande indústria capitalista, compreendemos melhor de que maneira as relações sociais de produção desempenham o papel dominante neste processo, provocando uma mudança na sua estrutura técnica.

O afã de ganhar mais é que leva o capital a buscar novas fórmulas para aumentar a mais-valia. Já não basta prolongar a jornada de trabalho; esta tem um limite fisiológico e um limite político imposto pela luta da classe obreira. Torna-se necessário lograr diminuir a parte da jornada de trabalho destinada a pagar a força de trabalho do operário, aumentando, assim, a parte da jornada não paga que a classe capitalista aufere. Para que isso ocorra é necessário buscar formas de aumentar a produção do trabalho, aumentando sua intensidade (sistema Taylor etc.) e substituindo o trabalho manual pelo trabalho das máquinas.

As relações técnicas próprias da grande indústria têm sido originadas e se acham mais que determinadas pelas relações sociais capitalistas de produção.

Não existem, portanto, relações técnicas independentes de uma determinada forma de subordinação a relações sociais de produção, e, por sua vez, se estas relações mudam, deveria mudar também a forma na qual se estrutura o processo de trabalho, isto é, as relações técnicas de produção. Este seria o caso da transição para o socialismo, onde começam a implantar-se novas relações sociais de produção, as quais, para serem eficazes, deveriam modificar a estrutura do processo de trabalho de tal modo que este permita a apropriação real, por parte dos trabalhadores, do processo de produção, eliminando-se definitivamente a separação que o capitalismo estabelece entre o operário e os meios de produção.

11. "... ali onde o produto final não é senão uma simples composição de produtos parciais ou heterogêneos, os diferentes trabalhos parciais dos quais provêm podem desagregar-se e transformar-se em ofícios independentes." *Marx, Le Capital,* II p. 43.

4. REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Nos pontos anteriores demonstramos que existem dois tipos de relações de produção: as *relações técnicas de produção* ou "relações do homem com a natureza" e *relações sociais de produção* ou "relações dos homens entre si através dos meios de produção". Vimos, além disso, como estas relações formam uma unidade inseparável. Podemos concluir, portanto, que:

> As RELAÇÕES DE PRODUÇÃO acham-se constituídas pelas relações técnicas e pelas relações sociais de produção.[12]

Até aqui temos analisado as relações de produção de um ponto de vista estático ou estrutural. Agora nos referiremos brevemente a elas considerando-as como um processo, isto é, do ponto de vista dinâmico.

Todo processo de produção não só produz produtos materiais como também produz e reproduz suas condições sociais de produção,

12. Na maior parte dos textos marxistas emprega-se, de maneira indiferente: "relações de produção" e "relações sociais de produção".

Não obstante, se lidos atentamente os textos de Marx, verifica-se que, quando ele fala de "relações de produção" não restringe seu significado somente às relações sociais de produção, mas envolve os dois tipos de relações de produção anteriormente assinalados: técnicas e sociais.

Por exemplo, no Livro III, quando se refere ao processo social de produção, diz: "Este concerne às condições materiais de existência do homem e representa, ao mesmo tempo, um processo que se desenvolve no quadro de RELAÇÕES DE PRODUÇÃO específicas, histórico-econômicas. Este processo produz e reproduz estas relações, portanto, os agentes do processo, as condições materiais de sua existência e suas relações recíprocas, isto é, a forma econômica determinada de sua sociedade. O conjunto de RELAÇÕES DOS AGENTES DA PRODUÇÃO ENTRE SI E COM A NATUREZA, suas condições de produção, constituem a sociedade sob seu aspecto econômico." *El capital,* III p. 758 (versaletes do autor).

Neste texto se vê que Marx engloba no conceito de RELAÇÕES DE PRODUÇÃO tanto as relações técnicas como as relações sociais de produção (as relações dos agentes da produção com a natureza e a relação dos agentes da produção entre si).

isto é, reproduz constantemente as relações de produção dentro das quais opera o processo de produção capitalista. Assim, ao mesmo tempo em que produz mercadorias, reproduz as relações capitalistas de produção: o capital e o trabalho assalariado.

Nesta reprodução das relações capitalistas intervêm fatores superestruturais.[13] Por exemplo, as formas jurídicas de propriedade privada e contrato de trabalho, e a presença de um exército disposto a entrar em ação quando se põe em perigo o sistema capitalista, são elementos superestruturais necessários à reprodução desse sistema. Com maior razão são necessários os fatores superestruturais para reproduzir as relações de produção em que não existe correspondência entre propriedade jurídica e posse efetiva dos meios de produção.[14]

Do tipo específico de relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos, depende o tipo de intervenção dos elementos superestruturais.

Não intervêm da mesma maneira, como acabamos de ver, os elementos superestruturais, quando existem relações de produção capitalistas, como quando existem relações de produção de tipo servil.

5. AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NÃO SÃO RELAÇÕES HUMANAS

As relações sociais de produção não podem ser consideradas apenas como relações humanas, relações entre homens. São relações entre

---

Examinemos agora o texto do Livro II de *El capital*, p. 37: "Quaisquer que sejam as formas sociais da produção, seus fatores são sempre dois: os meios de produção e os operários. Mas tanto uns como outros são apenas, enquanto se acham separados, fatores potenciais de produção. Para poder produzir em realidade têm de combinar-se. Suas distintas combinações distinguem as diversas épocas econômicas da estrutura social."

Quando se lê este texto, a tendência é para identificar erroneamente "suas distintas combinações" como relações sociais de produção. A palavra "combinação", no texto, refere-se, sem dúvida, a dois tipos de combinações: 1) a combinação entre os agentes da produção e a natureza — relações técnicas de produção, e 2) a combinação dos agentes entre si através dos meios de produção — as relações sociais de produção.

Não nos deve causar estranheza que se confundam tão amiúde as expressões "relações de produção" e "relações sociais de produção", já que o próprio Marx as emprega, às vezes, de forma pouco precisa.

13. Estudá-los-emos, pormenorizadamente, mais adiante.

14. Ver nota acerca das formas de combinação dos elementos do direito de propriedade, p. 49.

agentes da produção, isto é, entre homens que têm uma função bem determinada na produção de bens materiais, a qual depende da forma em que se relacionem com os meios de produção: *entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos*. Esta relação entre homens passa, portanto, através de uma relação com os objetos: os meios de produção.

Este ponto é de grande importância, já que destrói todas as idéias utópicas de "colaboração entre operários e patrões". As relações entre operários e patrões não poderão ser "fraternais", enquanto não mudarem suas relações com os meios de produção.

Além disso, é importante assinalar que estas relações sociais de produção se estabelecem independentemente da vontade dos homens. O capitalista explora e explorará o operário embora a isso não se proponha conscientemente, ainda que lute contra essa exploração, já que as leis objetivas do sistema capitalista são inflexíveis: ou a exploração dos trabalhadores ou a morte do empresário; não há outra alternativa.

Pois bem, quando o marxismo afirma que é necessário destruir as relações capitalistas de produção, que é necessário que "morra o empresário", não afirma que os capitalistas devam ser destruídos fisicamente. Sustenta algo muito diferente: o que deve desaparecer é a função capitalista, a função de exploração do trabalhador, própria do sistema capitalista de produção. E isso só é possível se forem destruídas as relações de produção capitalistas e substituídas por outras relações sociais de produção.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo estudamos as relações de produção. Distinguimos entre as relações técnicas e as relações sociais de produção. Vimos como formam uma unidade inseparável, tomando como exemplo a manufatura e a grande indústria. Assinalamos como o processo de produção tende a reproduzir estas relações. E, por último, vimos que elas não devem ser consideradas como simples relações humanas, já que se estabelecem independentemente da vontade dos homens.

Neste capítulo vimos os seguintes conceitos da teoria geral do materialismo histórico: *relações técnicas de produção — trabalhadores diretos — trabalhadores indiretos — agentes sociais da produção — direito de propriedade — propriedade real e posse efetiva — relações sociais de produção.*

QUESTIONÁRIO

1. Que se entende por cooperação simples?
2. Que se entende por cooperação complexa?
3. Que se entende por trabalhador direto?
4. Que exemplos existem de trabalhador direto que controle totalmente os meios de produção?
5. Que se entende por trabalhador indireto?
6. Que se entende por relações técnicas de produção?
7. Que se entende por agente da produção?
8. Por que uma pessoa que não trabalha no processo de produção pode ser considerada, não obstante, agente da produção?
9. Que se entende por agente técnico da produção?
10. Que se entende por agente social da produção?
11. Que se entende por relações sociais de produção?
12. Que se entende por direito de propriedade?
13. Que se entende por propriedade real?
14. Que se entende por posse efetiva?
15. Qual é a unidade técnica que caracteriza a manufatura?
16. Qual é a unidade técnica que caracteriza a grande indústria?
17. Que se entende por trabalho coletivo?
18. Como se caracteriza a função de direção no processo de produção capitalista?
19. Como poderia você demonstrar no capitalismo que o meio de trabalho é o elemento mais significativo do processo de trabalho?
20. Por que, se as relações sociais de produção são relações entre indivíduos, não podem ser consideradas simplesmente como relações humanas?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Por que é importante a distinção entre trabalhadores diretos e indiretos?
2. É possível que os próprios operários controlem o processo de produção?
3. Qual o papel que deverá desempenhar a máquina em um regime socialista?
4. Basta suprimir o direito de propriedade capitalista dos meios de produção para conseguir que os operários cheguem a possuí-los efetivamente?

5. Por que é importante insistir em que as relações sociais de produção não são relações humanas?

BIBLIOGRAFIA

MARX-ENGELS: Textos selecionados, pp. 26-28 (ed. atual).

MARX: Cap. XI. Cooperação, Cap. XII. Divisão do trabalho e manufatura, Cap. XIII. Maquinaria e grande indústria, *El capital*, Fondo de Cultura Económica, México, 1966, pp. 259-424.

MARX: A gênese da renda da terra, em *El capital*, Livro III.

MARX: *As formas anteriores à produção capitalista*, na revista: "L'homme et la Société", Nº 1.

LÊNINE: O programa agrário da social-democracia, na primeira revolução russa de 1905-1907. Editorial Progreso, Moscou.

BALIBAR, E.: Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico, apenas I — "De la periodización a los modos de producción", e II — "Los elementos de la estructura y su historia", em *Para leer El Capital*, Siglo XXI, México, 1969, pp. 228-276. Ed. francesa, t. II, pp. 201-251.

ALTHUSSER, L.: "El objeto de El capital", em *Para leer El capital*, pp. 188-196, Ed. francesa, II, pp. 149-159.

BETTELHEIM, CH.: *Calcul économique et formes de propriété*, Maspero, Paris, 1970.

Modificações introduzidas no capítulo:

1. Desenvolve-se mais o conceito de relações técnicas e de estrutura do processo de trabalho na cooperação.
2. Definem-se, de forma muito mais precisa, as chamadas "relações de propriedade", distinguindo: propriedade jurídica, propriedade real e posse efetiva.
3. Corrige-se a definição de relações sociais de produção que figurava em quadro nas edições anteriores. Nela não se dizia explicitamente que são "relações entre agentes", apesar de estar sustentado no texto.
4. O mais característico deste capítulo, porém, é a insistência na unidade inseparável de ambas as relações, utilizando como exemplos a manufatura e a grande indústria. Nas edições anteriores não ficava suficientemente clara esta unidade.

3

AS FORÇAS PRODUTIVAS

1. *As forças produtivas.* 2. *A socialização das forças produtivas.* 3. *Correspondência e não-correspondência entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.* 4. *O papel da ciência no desenvolvimento das forças produtivas.*

1. AS FORÇAS PRODUTIVAS

Nos CAPÍTULOS anteriores estudamos os elementos do processo de trabalho e vimos que os meios de trabalho são os elementos determinantes deste processo, aqueles que determinam a forma em que se vai produzir e, portanto, o tipo de relações técnicas que se podem estabelecer entre os trabalhadores e os meios de produção. Vimos, além disso, como estas relações técnicas se acham mais que determinadas pelas relações sociais de produção. E tudo isto nos serviu para compreender um dos conceitos fundamentais do marxismo, o conceito de *relações de produção*.

Agora, devemos examinar outro conceito fundamental: o de *forças produtivas*.

Marx nos diz no *Prefácio à Crítica da Economia Política*:

"Na produção social de sua vida os homens contraem determinadas relações, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado do desenvolvimento das FORÇAS PRODUTIVAS materiais..." "A um certo grau de seu desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes..."

Que entender, então, por forças produtivas?

As forças produtivas não seriam aparentemente senão os elementos do processo de trabalho considerados do ponto de vista de sua potencialidade produtiva, especialmente a força de trabalho[1] e o meio de trabalho.[2]

Não obstante, para notar as forças produtivas propriamente ditas não é possível examinar os elementos do processo de trabalho de forma isolada.

Quando Marx estuda a manufatura, por exemplo, mostra-nos como a divisão técnica do trabalho dentro dela e as formas de trabalho coletivo que ali se estabelecem, não só aumentam as forças produtivas individuais mas também produzem forças produtivas *novas* que não se limitam a ser uma simples soma das forças que ali se combinam.

Só o fato de os operários trabalharem em um local comum, em bora o seja apenas sob forma de cooperação simples, aumenta a produtividade da força de trabalho ao desenvolver o espírito de competição entre os diferentes trabalhadores. Depois, quando se estabelecem formas de cooperação complexa, a especialização dos operários em diferentes tarefas e a coordenação do conjunto delas em um só trabalhador coletivo produzem um aumento notável das forças produtivas desse grupo de trabalhadores, em que a diferença entre a soma das forças produtivas individuais e a força produtiva do trabalhador coletivo é cada vez maior. Nasce assim uma força produtiva *nova* que, sob as condições capitalistas de produção, passa a ser propriedade do capitalista sem que este tenha que pagar por ela a mais ínfima quantidade de dinheiro.

Depois do que foi dito, podemos compreender por que sustentamos que para notar as forças produtivas reais não podemos pensar nos elementos isolados uns dos outros.

Pois bem, o fato decisivo que faz com que os elementos, potencialmente produtivos, passem a ter uma produtividade real é a força de trabalho do homem. Ele é o único que pode pôr em ação os

1. "Neste processo (de trabalho) o homem se defronta com um poder natural como a matéria da natureza. Põe em ação as *forças naturais* que formam sua corporeidade, os braços e as pernas, a cabeça e as mãos, para, desse modo, assimilar, sob uma forma útil para sua própria vida, as matérias que a natureza lhe oferece." Marx, *El capital*, Livro I, p. 2. (Sublinhado pela autora.) Em uma carta a Anenkov, Marx fala de "faculdades produtivas do homem" (28 de dezembro de 1846).

2. No capítulo acerca da grande indústria Marx fala da produtividade da máquina e diz que é possível medi-la, comparando-a à produtividade da força humana.

meios de produção. Sem o trabalho do homem, os meios de produção têm caráter apenas potencialmente produtivo. Por isso Marx, ao pensar no desenvolvimento das forças produtivas, pensa na forma em que a produtividade do trabalho humano aumenta ao utilizar este ou aquele meio de produção.

Após o que dissemos, pensamos que deveríamos distinguir entre *forças produtivas potenciais*, que seriam os elementos do processo de trabalho considerados em forma isolada, e *forças produtivas propriamente ditas*, que seriam as que nascem de uma combinação historicamente determinada destes elementos.

Cremos que é neste sentido que se pode interpretar o seguinte texto de Marx:

"Quaisquer que sejam as formas sociais de produção, seus fatores são sempre dois: os meios de produção e os obreiros. Mas tanto uns como outros são somente, enquanto se acham separados, *fatores potenciais* de produção. Para poder produzir em realidade têm que combinar-se. Suas *diferentes combinações distinguem as diversas épocas econômicas da estrutura social.*"[3]

Pois bem, estas diferentes combinações produzem diferentes resultados produtivos, os quais podem ser medidos pelo grau de produtividade do trabalho.[4]

As forças produtivas de uma sociedade crescem, desenvolvem-se e se aperfeiçoam no transcurso da História. E este desenvolvimento se acha determinado, fundamentalmente, pelo grau de desenvolvimento dos meios de trabalho.

A passagem dos instrumentos de pedra para os de metal permite, por exemplo, um aumento importante da produtividade do trabalho nos povos primitivos, aumentando assim o desenvolvimento das forças produtivas.

Ocorre o mesmo com a introdução da máquina-ferramenta na produção capitalista. O grau de desenvolvimento das forças produtivas cresce, a partir daí, de uma forma vertiginosa.

Isto dito, é importante assinalar que o ritmo e caráter que este desenvolvimento das forças produtivas assume depende, de maneira direta, da natureza das relações de produção, sob as quais se desenvolve o processo de trabalho.

É a forma capitalista de acumulação, própria da etapa pré-monopolista, que produz a integração maciça da máquina-ferramenta no

3. MARX, *El capital*, II, p. 37. (Sublinhado pela autora.)

4. Isto é, o número de produtos que se consegue produzir em uma determinada quantidade de tempo.

processo de produção, dando por tal intermédio um grande impulso ao desenvolvimento das forças produtivas neste modo de produção.

Não obstante, este mesmo processo de acumulação é que, posteriormente, na etapa monopolista, tende a frear o desenvolvimento das forças produtivas como o veremos mais adiante.

O desenvolvimento das forças produtivas não é, portanto, um desenvolvimento linear nem acumulativo; é um desenvolvimento que depende da estrutura do processo de produção: das relações dos agentes entre si e dos agentes com os meios de produção, isto é, das relações de produção.

Ora, como entender, então, as afirmações de Marx que dizem respeito ao caráter determinante que as forças produtivas tem sobre as relações de produção? Acaso, ao dizer que são estas relações que determinam o ritmo e a forma de desenvolvimento das forças produtivas estamos negando o que Marx formulou?

Pensamos que não. Achamos que quando Marx, Engels e Lênine empregam as palavras: base, raiz, condições, condições "sine qua non", suporte etc., para explicar a relação que existe entre forças produtivas e relações de produção, o que estão fazendo é assinalar o papel determinante que tem o desenvolvimento do meio de trabalho na criação de certas condições materiais que tornam possível o estabelecimento de determinadas relações de produção.

Cada vez, pois, entendemos melhor o texto de Marx que afirma que os instrumentos de trabalho apontam, por um lado o grau de desenvolvimento da força de trabalho do homem, e, por outro, as condições sociais em que se trabalha.

Apontam o grau de desenvolvimento da força de trabalho do homem porque a produtividade de seu trabalho depende fundamentalmente do tipo de meio de trabalho que utiliza. Não se pode comparar o grau de produtividade de um trabalho realizado com um trator ao de um trabalho realizado com um carro de bois.

Apontam as condições sociais em que se trabalha porque as características técnicas do instrumento de trabalho dão lugar a um determinado tipo de estrutura do processo de trabalho, sobre o qual se apóiam determinadas relações de produção. Já vimos, no capítulo anterior, como a introdução da máquina-ferramenta produz uma mudança muito importante na estrutura do processo de trabalho que se caracteriza, por um lado, por converter o referido processo em um processo altamente socializado em que o trabalho coletivo responde a uma necessidade técnica, e, por outro, em converter o trabalhador em um indivíduo absolutamente separado dos meios de produção, já que além de não ser proprietário, perdeu todo do-

mínio sobre eles. Esta relação técnica serve de apoio às relações sociais de produção capitalistas. Ambas as relações estarão, como veremos depois, em contradição com a natureza das forças produtivas, isto é, com a estrutura cada vez mais socializada do processo de trabalho dentro da unidade de produção e com a interdependência cada vez maior dos diferentes setores da produção.

Antes de estudarmos o que se entende por caráter cada vez mais social das forças produtivas, com o que poderemos desenvolver mais o que se entende por contradição entre forças produtivas e relações de produção, definamos alguns conceitos.

Chamaremos de FORÇAS PRODUTIVAS POTENCIAIS aos elementos do processo de trabalho quando considerados, em forma isolada deste, do ponto de vista de sua produtividade potencial.

Chamaremos de FORÇAS PRODUTIVAS propriamente ditas as forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho sob relações de produção determinadas. Seu resultado é uma determinada produtividade do trabalho.[3]

Mediremos o grau de desenvolvimento das forças produtivas pelo grau de PRODUTIVIDADE do trabalho.

---

5. Não devemos confundir as *forças produtivas* com o *caráter ou natureza destas forças*. Por exemplo, uma determinada força pode ter um caráter mecânico ou humano, segundo a origem da energia, ou pode ser uma mistura das duas. Pois bem, como as forças produtivas propriamente ditas surgem da combinação dos elementos do processo de trabalho em um processo de produção determinado, é este tipo específico de combinação que dita sua natureza ou caráter. Este pode ser individual no caso da produção artesanal, ou social, no caso da cooperação. Porém, este caráter social adquire características específicas na manufatura e na grande indústria: trabalhador coletivo formado de trabalhadores parcelários, na manufatura, e trabalhador coletivo socializado, na grande indústria. Além disso, o caráter social se estende à inter-relação dos diversos setores da produção, como veremos no ponto seguinte. É este caráter que as forças produtivas tomam em cada processo de produção concreto, que entra em contradição com o caráter das relações de produção.

2. A SOCIALIZAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Como já vimos, as forças produtivas se desenvolvem constantemente, salvo raras exceções. Este processo de desenvolvimento parte da produção individual para ir-se transformando, cada vez mais, em um processo de produção social.

A produção artesanal, que se caracteriza por ser um processo de produção individual, é superada pela produção industrial na qual o processo de produção tem caráter social. Os meios de produção só podem ser postos em marcha por um conjunto de trabalhadores e, portanto, nenhum deles pode dizer que o produto de seu trabalho especializado é *seu produto*. A produção se transforma, de uma série de atos individuais em uma série de atos sociais, e os produtos, de individuais em produtos sociais.

Este caráter cada vez mais social que vão assumindo as forças produtivas no curso de seu desenvolvimento, é o que se tem denominado de "processo de socialização das forças produtivas".

Pois bem, este processo de socialização das forças produtivas não deve ser reduzido somente à socialização do processo de trabalho dentro da fábrica, como parecem apresentar alguns textos marxistas.

A socialização das forças produtivas ultrapassa os limites da fábrica. Ela depende, principalmente, de dois fatores: a) a origem cada vez mais social dos meios de produção e b) o destino cada vez mais social do produto.

a) *Origem cada vez mais social dos meios de produção*[6]

Por origem cada vez mais social dos meios de produção devemos entender o fato de que estes meios provenham de um número cada vez maior de ramos da produção econômica. Assim, a agricultura primitiva, por exemplo, se basta a si própria, isto é, o número de meios de produção de origem não agrícola que utiliza é muito limitado. Mas progressivamente a agricultura precisa, para sua própria produção, de meios de produção de origem cada vez mais diversa: ferramentas mais complexas, desinfetantes, energia elétrica, material elétrico e assim por diante. O mesmo fato ocorre em cada ramo da indústria, quer se trate das indústrias extrativas, quer, ainda mais, das indústrias de transformação.

6. Este ponto é uma tradução textual de alguns parágrafos do texto do professor Bettelheim: "Les cadres sociaux-économiques et l'organisation de la planification sociale", publicado na revista *Études de planification socialiste*, 1-2, p. 23.

A socialização crescente das forças produtivas manifesta-se, portanto, no fato de que cada ramo da produção precisa de meios de produção que tenham origens cada vez mais diversas. Este processo é uma contrapartida da maior divisão do trabalho e da especialização crescente das atividades econômicas.

b) *Destino cada vez mais social do produto*[7]

Por destino cada vez mais social do produto devemos entender o fato de que os produtos, que são resultado de um processo de produção destinam-se, geralmente, a um número crescente de consumidores, seja direta ou indiretamente.

Este fenômeno implica em diversos aspectos, especialmente os seguintes:

1) Cada ramo da produção trabalha direta ou indiretamente para um número crescente de outros ramos. Isto não é senão a outra face da crescente divisão do trabalho social. Assim, por exemplo, a indústria química, que quando pela primeira vez aparece como setor distinto da produção não trabalha senão para um pequeno número de indústrias, vê multiplicar-se, progressivamente, o campo da utilização de seus produtos. Atualmente o campo de utilização da indústria química é quase universal. Estende-se à agricultura, às indústrias extrativas, às indústrias metalúrgicas (especialmente no tratamento de metais), e assim por diante. Se levarmos em conta as utilizações indiretas, vemos que atualmente cada ramo da produção trabalha para todos os demais ramos e sofre, portanto, também as repercussões de todas as variações que podem ocorrer em qualquer setor da economia.

2) O destino, cada vez mais social, do produto, também se manifesta de outra forma, se examinarmos a dimensão da coletividade servida por uma unidade de produto. Com o progresso das forças produtivas esta dimensão vai geralmente (embora não necessariamente) crescendo. Assim vai passando, sucessivamente, de local a microrregional, regional, nacional e internacional.

A necessidade da propriedade do Estado sobre certos meios de produção é tanto mais forte quanto mais se utilizam estes em atividades (ou em unidades econômicas) mais fortemente integradas na divisão do trabalho social, seja pela própria natureza dos meios de produção nela postos em marcha, seja pela destinação de seus produtos.

7. *Ibid.*, pp. 24-25.

Em resumo, a socialização das forças produtivas não se limita apenas ao que ocorre dentro das fábricas, porém se refere fundamentalmente à interdependência crescente dos diversos setores da economia nacional e mundial.

> Chama-se SOCIALIZAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS ao caráter cada vez mais socializado do processo de trabalho, por um lado, e à interdependência cada vez maior que existe entre os diversos setores da produção social, por outro.

Este último é que caracteriza essencialmente a socialização das forças produtivas no capitalismo monopolista.

O capitalista depende cada vez mais de todos os capitalistas. Não era este o caso das pequenas indústrias isoladas umas das outras e trabalhando para um mercado muito reduzido. Se uma delas se separava, provocava apenas uma perturbação local. Ao contrário, a paralisação em uma grande empresa consagrada a uma indústria muito especializada, cujos produtos são utilizados em inúmeras outras empresas, pode provocar um transtorno em toda a sociedade.

Por outro lado, esta socialização crescente das forças produtivas da sociedade é que tem levado, inclusive os países que se regem pelas leis do sistema capitalista de produção, a reconhecer a necessidade cada vez mais urgente de planificar a economia e de *transformar em propriedade do Estado* os setores fundamentais à marcha da economia global.

O crescente caráter social das forças produtivas entra, assim, em contradição[8] cada vez mais aguda com o caráter privado da apropriação capitalista dos meios de produção.

Dizemos que entra em contradição cada vez mais aguda, e não que faz nascer uma contradição, visto como, desde o começo do modo de produção capitalista tem existido uma unidade contraditória entre o caráter privado da propriedade capitalista dos meios de produção e o caráter social que teve desde seu início a força de trabalho, contradição que não existia na produção artesanal. Pois bem, tem sido justamente esta contradição que tem servido de maior impulso ao desenvolvimento das forças produtivas nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista. O capitalista, movido pelo afã de

8. O caráter específico da contradição marxista e sua diferença com a contradição hegeliana será desenvolvido, em forma ampla, no livro em preparo, *Os problemas fundamentais do materialismo dialético.*

lucro, ao reunir sob seu comando um certo número de trabalhadores, estimulou o desenvolvimento das forças produtivas buscando continuamente métodos para obter maiores lucros: primeiro especializando ao máximo os trabalhadores; depois, introduzindo a máquina.

Mas à medida que se desenvolvem as forças produtivas, especialmente à medida que se aperfeiçoa o instrumento de trabalho — a máquina-ferramenta — vai socializando cada vez mais o trabalhador coletivo dentro da fábrica e, ao mesmo tempo, vai produzindo maior interdependência dos diferentes setores da produção, chegando a transformar esta contradição, de motor do desenvolvimento das forças produtivas, em freio deste. A contradição passa, então, a ter um caráter antagônico, preparando assim as condições materiais da destruição das relações capitalistas de produção.

Quando aparece esta contradição antagônica, nos textos clássicos marxistas diz-se que aparece uma não-correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes. Vejamos agora as teses clássicas do marxismo com respeito a este problema.

3. CORRESPONDÊNCIA E NÃO-CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS FORÇAS PRODUTIVAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

O marxismo sustenta que as forças produtivas e as relações sociais de produção se desenvolvem de forma desigual. Em geral, o desenvolvimento das forças produtivas é um desenvolvimento constante (embora possam existir períodos de estagnação). Pelo contrário, as relações sociais de produção não se alteram cada dia; tendem, portanto, a atrasar-se com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. Pouco a pouco se produz uma *não-correspondência,* as relações sociais de produção começam a ser inadequadas para a expansão das forças produtivas, começam a criar obstáculos, a frear seu desenvolvimento. Um exemplo desta *não-correspondência* é o sistema capitalista monopolista no qual as forças produtivas que alcançaram um alto grau de socialização, se vêem freadas pelo caráter privado das relações de propriedade.

Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas se vê favorecido e estimulado quando as relações sociais de produção correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Esta é a chamada LEI DE CORRESPONDÊNCIA entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

Esta noção de "correspondência", Marx e Engels a empregam freqüentemente. No prefácio à *Contribuição*... Marx escreve:

"Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado das forças produtivas materiais."

É importante que nos detenhamos nesta noção de *correspondência,* já que ela impede de estabelecer uma relação em sentido único: as forças produtivas determinam as relações sociais de produção. Isto é, impedem pensar nas relações entre as forças produtivas e as relações sociais de produção como relações de causa e efeito.

As relações sociais de produção não são simples efeito das forças produtivas. Por exemplo, *O capital* faz-nos ver que o estabelecimento da manufatura capitalista no seio da sociedade feudal não se produziu apenas como um mero efeito da divisão do trabalho social, nem do aperfeiçoamento dos instrumentos de produção. Também se fez necessária a participação de um elemento externo às forças produtivas: a acumulação de uma certa quantia de dinheiro nas mãos de um certo grupo de pessoas. O sistema de produção capitalista requer, para estabelecer-se, o que Marx chamou: uma ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. Esta não se explica pelo exclusivo desenvolvimento das forças produtivas. As forças produtivas, portanto, são apenas determinantes em última instância. É importante não esquecer a expressão "em última instância", visto como serve para estabelecer uma linha demarcatória entre a determinação mecânica, na qual o elemento determinado é um simples efeito do elemento dominante ou causa, e este tipo diferente de determinação que se realiza dentro de uma estrutura complexa na qual os outros elementos da estrutura atuam, por sua vez, sobre o elemento determinante em última instância.

Pois bem, a expressão "determinação em última instância" não resolve o problema teórico. Tem uma utilidade negativa, serve para descartar o determinismo mecanista; qual é, porém, seu conteúdo positivo? Parece que é o de indicar os limites materiais dentro dos quais se podem estabelecer determinadas relações de produção.

Antes que exista um sobreproduto em um grupo social não se pode estabelecer nenhum tipo de relação de exploração.

Antes que exista um grau importante de socialização das forças produtivas, não se pode estabelecer as relações socialistas de produção.

Portanto, ao estudar o tipo de determinação realizada pelas forças produtivas é necessário evitar dois erros importantes. O *determinismo mecanicista:* afirmar, por exemplo, que a socialização das forças produtivas provocará, como resultado inevitável, o estabelecimento de relações socialistas de produção, e que, portanto, não resta senão esperar que isso ocorra de forma espontânea.

O segundo erro consiste no *menosprezo dos limites mínimos necessários para estabelecer as relações socialistas de produção.* Se não é possível esperar que as condições estejam absolutamente maduras para estabelecer as relações socialistas de produção, tampouco é possível implantar estas relações por uma decisão de tipo político. Obrigar, por exemplo, os camponeses que se acham arraigados a suas terras e que as cultivam em forma individual, como instrumentos mui rudimentares, a trabalhar de forma coletiva, é implantar uma medida idealista que não se amolda às condições materiais mínimas necessárias. Ao contrário, a introdução de tratores e outras máquinas na agricultura faz com que os camponeses compreendam, pelas novas condições de trabalho, a necessidade de um trabalho coletivo, e assim as relações de produção socialistas poderiam estabelecer-se sobre uma base firme. É interessante estudar, a este respeito, como a revolução chinesa e a vietnamita souberam conduzir as mudanças no campo até o estabelecimento das relações de produção socialistas, sem forçar os camponeses a aceitar decisões dos organismos superiores de governo.

4. O PAPEL DA CIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Referir-nos-emos, por último, ao papel que a ciência ocupa no mundo atual.

Alguns teóricos da II Internacional se esforçaram por buscar a causa determinante do desenvolvimento das forças produtivas no progresso do conhecimento, nos avanços da ciência. Este foi, por exemplo, o ponto de vista de Kautski.

É evidente que o progresso da ciência, especialmente da ciência da natureza, tem exercido importante influência sobre o desenvolvimento das forças produtivas, e, em particular, sobre o desenvolvimento da técnica. A grande indústria contemporânea seria impossível sem a aplicação das descobertas científicas modernas no campo da mecânica, da física, da química. A grande agricultura de nosso tempo baseia-se na aplicação da química, da agrobiologia etc.

Mas ainda que os conhecimentos científicos desempenhem papel muito importante no desenvolvimento das forças produtivas, é

errôneo buscar nelas a causa fundamental e determinante de seu desenvolvimento.

O desenvolvimento da ciência depende da forma em que uma determinada sociedade produz bens materiais.

Em uma carta a Starkenburg, de 25 de janeiro de 1894, Engels escrevia: "Se é certo que a técnica, como V. diz, depende em parte considerável do estado da ciência, esta depende ainda mais do *estado* e das *necessidades* da técnica. O fato de que a sociedade sinta uma necessidade técnica estimula mais à ciência do que dez universidades. Toda a hidrostática (Torricelli etc.) surgiu da necessidade de regular o curso dos rios das montanhas italianas nos séculos XVI e XVII. Com respeito à eletricidade, começamos a saber algo racional desde que se descobriu a possibilidade de sua aplicação técnica. Mas, por infelicidade, na Alemanha a gente se acostumou a escrever a história das ciências como se estas houvessem caído do céu." [9]

As condições econômicas e sociais da produção não determinam somente a aquisição de certas descobertas científicas mas também sua aplicação.

Por exemplo, a propriedade do vapor como força motriz já havia sido descoberta na antiga Grécia. Mas nesse momento a existência do sistema de escravidão tornava desnecessária a utilização dessa descoberta, e se opta pelo aproveitamento da grande quantidade de mão-de-obra.

As leis da concorrência capitalista representam, pelo contrário, um grande estímulo para o desenvolvimento da técnica e, como conseqüência disso, da ciência. Constantemente se tem necessidade de novas máquinas, capazes de maior rendimento, para se poder produzir a custos cada vez mais baixos e assim poder conquistar o mercado. A situação muda quando o capitalismo chega a transformar-se em capitalismo monopolista. Os monopólios açambarcam as patentes dos inventos para impedir que estes atinjam as mãos de seus competidores. Uma parte ínfima dos inventos chega a ser aplicada. Um exemplo do freio que significa o capital monopolista para o desenvolvimento da ciência e sua aplicação à produção é o caso da energia atômica. Os monopólios capitalistas têm oposto grande resistência ao emprego pacífico da energia atômica.

Resumindo, as descobertas científicas criam somente a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas, mas depende das relações sociais de produção o fato de esta possibilidade vir a converter-se em realidade, isto é, que os descobrimentos científicos se apliquem realmente à produção.

9. MARX-ENGELS, *Obras escogidas*, tomo II, p. 510.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo definimos que compreendemos por forças produtivas a maneira pela qual podemos entender que estas forças sejam determinantes, em última instância, das relações de produção, e que estas, por sua vez, determinem o ritmo e natureza de seu desenvolvimento.

Explicamos o que se deve entender por socialização das forças produtivas e como esta socialização entra em contradição com as relações de produção capitalistas. Expusemos a forma pela qual os clássicos apresentam a correspondência e não-correspondência entre forças produtivas e relações de produção aplicando os alcances das expressões correspondência e determinação em última instância. Por último vimos brevemente a relação que existe entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento das forças produtivas

Neste capítulo vimos os seguintes conceitos gerais do materialismo histórico: *forças produtivas — socialização das forças produtivas — determinação em última instância.*

QUESTIONÁRIO

1. Os elementos do processo de trabalho são forças produtivas?
2. Que se entende por forças produtivas potenciais?
3. Que se entende por forças produtivas propriamente ditas?
4. Que se entende por caráter ou natureza das forças produtivas?
5. Como se medem as forças produtivas?
6. Que se entende por produtividade do trabalho?
7. Que significa dizer que as relações de produção determinam o ritmo e a natureza do desenvolvimento das forças produtivas?
8. Como explicar que as forças produtivas sejam determinantes, em última instância, das relações de produção?
9. Que se entende por origem, cada vez mais social, dos meios de produção?
10. Que se entende por destino, cada vez mais social, do produto?
11. Que se entende por socialização das forças produtivas?
12. Como explica V. a contradição entre forças produtivas e relações no capitalismo?
13. Que se entende por determinação em última instância das forças produtivas sobre as relações de produção?
14. Que se entende por correspondência e não-correspondência entre forças produtivas e relações de produção?
15. De que maneira a ciência atua no desenvolvimento das forças produtivas?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Como definir de maneira mais adequada o tipo de relação que existe entre forças produtivas e relações sociais de produção?
2. O processo de trabalho baseado na cooperação complexa implica, necessariamente, uma separação do trabalhador dos meios de produção no socialismo?

3. Na sociedade capitalista adiantada pode a ciência ser considerada como elemento das forças produtivas?
4. Que se deve fazer para estabelecer relações de produção socialistas em um país onde existe uma produção agrícola de tipo individual rudimentar?
5. Existe na América Latina um desenvolvimento suficiente das forças produtivas que estabeleça, mediante uma revolução, relações de produção socialistas?

BIBLIOGRAFIA

MARX: *El capital,* Livro II, pp. 68-69.
LÊNINE: *Quienes son los amigos del pueblo.* (Sobre socialização.) Ver Texto Selecionados, pp. 278-279.
LÊNINE: Observações sobre o projeto da comissão T 6.
BETTELHEIM "Les cadres sociaux-économiques et l'organisation de la planification sociale. Em: *Études de planification socialiste,* Nº 1, 2, pp. 23-25.

Modificações introduzidas no capítulo:

Este capítulo foi totalmente reestruturado.

As principais diferenças que existem entre esta edição e as anteriores com relação ao conceito de forças produtivas são as seguintes:

1. A distinção que atualmente fazemos de *forças produtivas potenciais* e *forças produtivas* propriamente ditas. Nas edições anteriores se negava o direito de usar o conceito de forças produtivas para referir-se aos elementos isolados do processo de trabalho.

2. A distinção muito mais clara entre forças produtivas e *relações técnicas de produção.* Nas edições anteriores se confundiam, em algumas partes, ambas as coisas. Nesta edição distinguimos entre forças produtivas e *estrutura do processo de trabalho que dá origem a essas forças.* É o trabalhador coletivo composto por muitos trabalhadores parcelares (estrutura do processo de trabalho) que dá origem a uma força produtiva maior que a soma dos trabalhadores individuais, por exemplo. E distinguimos, além disso, a natureza ou caráter das forças produtivas (caráter socializado do trabalhador coletivo na grande indústria, por exemplo), do caráter de separação do operário dos meios de produção, próprio das relações técnicas de produção na grande indústria. Isto nos permite resolver melhor o problema da contradição entre forças produtivas e relações de produção, que nas edições anteriores era formulado como a contradição entre forças produtivas e relações *sociais* de produção, sustentando mais ou menos explicitamente que as forças produtivas podiam ser consideradas como relações técnicas de produção.

3. Além disso, cremos haver resolvido melhor o problema da determinação em última instância das forças produtivas sobre as relações de produção ao desenvolver, de maneira muito mais pormenorizada, o papel que o meio de trabalho desempenha no respectivo processo.

4. Por último decidimos integrar aqui o capítulo V das edições anteriores: Forças produtivas e relações (sociais) de produção: sua relação recíproca, já que as forças produtivas constituem uma unidade tão indivisível com as relações de produção que dificilmente seu conceito pode ser desenvolvido sem fazer alusões às relações de produção.

4

A ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE

Introdução. 1. *Relações de produção e relações de distribuição.* 2. *Relações de produção e relações de consumo.* 3. *Relações de produção e relações de intercâmbio.* 4. *O papel determinante das relações de produção.* 5. *A estrutura econômica e o conceito marxista de estrutura.*

INTRODUÇÃO

OS CAPÍTULOS anteriores nos proporcionam todos os elementos teóricos necessários para compreender o conceito marxista de estrutura econômica. Não obstante, não começaremos por seu estudo, mas chegaremos a ele partindo de uma crítica a uma definição de economia que reflete muito bem a forma pela qual os economistas burgueses estabelecem o problema.

O dicionário de Lalande define a Economia Política da seguinte maneira:

"Ciência que tem por objeto o conhecimento dos fenômenos e... a determinação das leis que concernem à distribuição das riquezas, tanto como às de sua produção e consumo, enquanto estes fenômenos se acham ligados ao da distribuição."

Nesta definição se acentua de forma clara o papel preponderante da distribuição sobre os demais aspectos do ciclo econômico. Examinaremos cada um destes aspectos para depois fixar qual deles determina todo o processo.

Comecemos por examinar a analogia que existe entre as relações de distribuição e as relações de produção.

1. RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO[1]

> DISTRIBUIÇÃO é a forma pela qual o produto social global se reparte entre os diferentes membros da sociedade.

E chamaremos de produto social global ao conjunto de bens produzidos por uma sociedade em um ano.

Suponhamos que uma sociedade capitalista produza em um ano um produto social global equivalente a 100 milhões de cruzeiros.

Desta quantia, os capitalistas e os proprietários de terra recebem uma parte maior que os operários e empregados.

Poderíamos imaginar uma repartição dos 100 milhões de cruzeiros da seguinte forma:

Capitalistas	30 milhões
Proprietários de terra	20 milhões
Operários e empregados	50 milhões

Os capitalistas e os proprietários de terra, que constituem um pequeno grupo de indivíduos dentro da sociedade, recebem, neste exemplo, a metade do produto social global.

Surge, então, a seguinte pergunta: por que os capitalistas e os latifundiários recebem uma parte tão grande do produto social quando são eles justamente os que menos trabalham?

Por que existe gente que possui dois automóveis enormes e duas ou três casas quando, por outro lado, existem os que nada possuem?

Deve-se isso a que os capitalistas e os proprietários sejam mais inteligentes, mais bem dotados, mais trabalhadores do que os operários e camponeses?

O grande mérito de Marx é haver demonstrado, através de seu estudo do modo de produção capitalista, que a distribuição desigual não depende da existência de naturezas humanas mais ou menos dotadas, mas sim e fundamentalmente, da propriedade ou não-propriedade de que gozam os indivíduos dos meios de produção. Devido ao fato de os capitalistas serem os proprietários

1. Ver texto selecionado: "Demonstração do papel determinante da produção no processo econômico", letra b) "Produção e distribuição".

dos meios de produção industrial e os latifundiários proprietários da terra, é que podem eles apropriar-se da maior parte do produto social.

A luta dos trabalhadores por melhores salários significa, no fundo, uma luta por melhor distribuição do produto social. Mas enquanto a propriedade privada dos meios de produção estiver em mãos de um pequeno grupo de indivíduos da sociedade, este grupo se oporá a uma distribuição mais justa, não haverá senão pequenas concessões para acalmar o protesto dos trabalhadores.

A distribuição do produto social depende, portanto, de uma distribuição prévia dos meios de produção. É a forma pela qual têm sido distribuídos os meios de produção (elementos do processo de produção) o que determina fundamentalmente a forma pela qual será distribuído o produto social. Afirmar isto é afirmar que as relações de distribuição se acham determinadas pelas relações de produção.

É isto o que Marx afirma no seguinte texto:

> Fixemo-nos, quanto ao mais, nas chamadas relações de distribuição. O salário pressupõe o trabalho assalariado; o lucro, o capital. Estas formas concretas de distribuição pressupõem, pois, determinados caracteres sociais quanto às condições de produção e determinadas relações sociais dos agentes de produção. As relações concretas de repartição constituem, pois, simplesmente, a expressão das relações de produção historicamente determinadas.[2]

E logo na página seguinte:

> As chamadas relações de distribuição respondem, pois, a formas historicamente determinadas e especificamente sociais do processo de produção...[3]

2. RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE CONSUMO[4]

Entende-se por consumo o ato de usar um objeto para satisfazer uma necessidade determinada. Por isso, não só se deve falar de consumo de alimentos, mas também consumo de automóveis, rádios e assim por diante.

Se nos situamos em nível da sociedade global, vemos que nem todos os objetos produzidos no processo de produção chegam a ser consumidos diretamente pelos indivíduos. Por exemplo, os tratores, a máquina de costura, todos os produtos da indústria extrativa em geral e assim por diante.

2. *El capital*, III, p. 814.
3. *Ibid.*, p. 815.
4. Ver texto selecionado já citado, letra a) "Produção e consumo".

Estes produtos não são consumidos diretamente; ao contrário, são utilizados como meios de produção em outros processos produtivos.

Distinguem-se, assim, dois tipos de consumo:

a) *O consumo individual*

Consumo direto dos valores de uso pelos indivíduos da sociedade. Exemplo: alimentos, artigos de vestuário, automóvel etc.

b) *O consumo produtivo*

Aqui os valores de uso não são consumidos diretamente pelos indivíduos da sociedade, antes intervêm em novos processos de produção como meios de produção. São consumidos produtivamente, isto é, usados na produção de novos valores de uso. Por exemplo, o trator é consumido produtivamente na produção agrícola.

Chama-se CONSUMO INDIVIDUAL ao consumo direto dos valores de uso por parte dos indivíduos.

Chama-se CONSUMO PRODUTIVO ao consumo de valores de uso como meios de produção.

Temos visto, até aqui, que é a partir da produção que podemos precisar os distintos tipos de consumo. Examinamos agora o papel da produção no consumo individual.

1) A produção proporciona ao consumo seu objeto. Consumo sem objeto não é consumo. Como consumir um automóvel se não foi previamente produzido?

2) Como o produto não é um objeto em geral mas um objeto bem determinado que deve ser consumido de uma forma determinada, o objeto de consumo impõe, também, portanto, a forma de consumo. O fato de consumir um automóvel, por exemplo, implica o saber manobrar esse auto etc.

3) A produção não só proporciona o objeto de consumo e determina sua forma, mas também cria continuamente novas necessidades do consumo. Se observarmos a sociedade capitalista atual, vemos como os produtores de mercadorias se esforçam, mediante a

publicidade, por criar novas necessidades. A mudança da moda é um dos casos mais evidentes. Em resumo, a produção produz: o objeto de consumo, a forma de consumo e o instinto de consumo.

Mas as relações entre produção e consumo não são unilaterais. O consumo também desempenha um papel na produção. Se os objetos produzidos não são consumidos, produz-se uma paralisia na produção. É o consumo que cria a necessidade de nova produção.

3. RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE INTERCÂMBIO[5]

A necessidade de intercâmbio nasce da divisão do trabalho. Quando o homem não produz todos os objetos que lhe são necessários para viver; tem de trocar os produtos que lhe sobram por outros que lhe fazem falta.

O intercâmbio de produtos é um fenômeno intermediário entre a produção e a distribuição.

A intensidade, extensão e forma do intercâmbio se determinam pelas relações de produção. A uma produção restrita corresponde um intercâmbio restrito. A uma produção privada corresponde um intercâmbio privado etc.

4. O PAPEL DETERMINANTE DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Depois de analisar as diversas relações que se produzem no processo econômico, podemos chegar a concluir que são as relações de produção que constituem o elemento determinante:

"uma produção dada determina, portanto, diz Marx, um consumo, uma distribuição e um intercâmbio determinados, ela regulamenta igualmente as *relações recíprocas determinadas destes diferentes momentos*. Na verdade, a produção, também, sob sua forma específica, encontra-se, por sua vez, determinada pelos demais fatores... Há uma relação recíproca entre os diversos momentos. Este é o caso de toda totalidade orgânica." [6]

5. Ver texto selecionado citado, letra c) "Finalmente intercâmbio e distribuição".

6. MARX, *Einleitung zur Kritik der politischen Ökonomie*, p. 613.

Este caráter determinante das relações de produção é o que explica o fato de Marx só fazer intervir, exclusivamente estas relações do nível econômico.

Vejamos como Marx define este nível:

No livro III de *O Capital,* no capítulo sobre a fórmula trinitária, diz que "... *o conjunto de relações dos agentes da produção entre si e com a natureza... constituem, precisamente, a sociedade sob o aspecto de sua estrutura econômica*".[7]

Neste texto está-se referindo tanto às relações técnicas (agentes/natureza) como às relações sociais de produção (agentes/agentes).

Por outro lado, o texto do *Prefácio* à "Crítica da Economia Política" confirma esta definição:

"Na produção social de sua vida os homens contraem determinadas relações, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado do desenvolvimento das forças produtivas materiais. *O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade...*"

Mas este texto não só confirma a definição de que a estrutura econômica deve ser considerada como o conjunto de relações de produção de uma sociedade determinada, mas também acrescenta algo mais que é importante: a base material sobre a qual se estabelecem estas relações de produção, isto é, o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Isto é importante para entender o caráter dinâmico da estrutura econômica a qual *ao mesmo tempo em que é uma estrutura é um processo.*

Até aqui temos visto que são as relações de produção que definem o nível econômico segundo Marx, que estas relações se acham condicionadas pelas forças produtivas, e que Marx emprega o conceito de *estrutura* para notar sua forma de combinação específica nas diferentes épocas históricas.

Mas o que entende o marxismo por estrutura?

5. A ESTRUTURA ECONÔMICA E O CONCEITO MARXISTA DE ESTRUTURA

Devemos começar diferenciando dois conceitos: o conceito de *totalidade* diferente do conceito de *estrutura.*

O conceito de *totalidade* é uma noção muito ampla que comumente é aplicada em forma não diferenciada a qualquer conjunto de

7. MARX, *El capital,* Livro III, p. 758.

elementos, desde os conjuntos mais simples até os mais complexos como a própria sociedade.

Definiremos como totalidade, em sentido estrito, àquele "todo" formado por um conjunto de elementos justapostos, que não tem nenhuma forma específica. Por exemplo, um pacote de açúcar. Este "todo" é constituído por uma certa quantidade de pequenos cristais de açúcar que tomarão a forma do recipiente que os contenha, sem que a mudança de lugar dentro da totalidade afete em nada cada cristal.

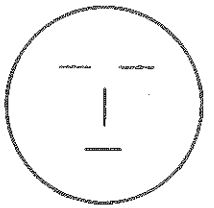
O conceito de *estrutura,* por sua vez, se refere a um "todo" no qual os elementos não se justapõem, antes, pelo contrário, se encontram distribuídos nela segundo uma organização de conjunto. Esta organização é que determina a função que cada elemento desempenha na totalidade.

O desenho seguinte permite compreender melhor o conceito de estrutura.

Figura 1



Figura 2



Os elementos que se combinam são: um círculo e quatro pequenos traços. Na primeira estrutura os quatro traços formam um quadrado no centro da figura; na segunda, os dois superiores representam os olhos, o do centro representa o nariz e o inferior a boca de um rosto. Portanto, os mesmos elementos desempenham papel diferente, conforme seja a organização do todo e o lugar que nele ocupam.

Isto é o que Marx quer dizer quando escreve referindo-se aos elementos que constituem parte do processo de trabalho: "... que um valor *de uso* represente o papel de *matéria-prima, meio de trabalho* ou *produto* depende única e exclusivamente das *funções concretas* que esse valor de uso desempenha no *processo de trabalho,* do lugar que nele ocupa; ao mudar de lugar seu destino e sua função."[8]

8. MARX, *El capital,* Livro I, p. 135.

Não obstante, o conceito de estrutura, em Marx, vai além de uma simples organização dos elementos em um todo até aqui analisada.

O fundamental no conceito marxista de estrutura é o tipo de relação que se estabelece entre os diferentes elementos do todo. Não a relação de um elemento isolado com o todo mas as diferentes relações que se estabelecem entre os elementos que são as que determinam, em última instância, o tipo de organização do todo. Já vimos como os diferentes elementos do processo de trabalho se encontram combinados em duas relações fundamentais: as relações técnicas e as relações sociais de produção.

Pois bem, estas relações que articulam de uma determinada maneira os diferentes elementos do processo de trabalho têm um caráter relativamente estável. Os elementos podem mudar, porém se as relações se mantêm, falar-se-á de uma mesma estrutura. Lembremos o caso da manufatura. Neste caso a estrutura se caracterizava por uma combinação de relações sociais capitalistas de produção (capitalista/assalariado) e por relações técnicas nas quais o trabalho coletivo estava formado por um conjunto de trabalhadores parcelares de tal modo que a relação destes com os meios de trabalho formava ainda uma unidade inseparável. Enquanto existem estas relações, dever-se-á falar de manufatura, ainda que mudem a qualidade e o caráter dos instrumentos: martelos, teares, pás etc., e ainda que mudem o tipo de trabalho especializado e o número de trabalhadores.

Esta estrutura só muda quando se alteram as relações entre os elementos ao introduzir-se a máquina-ferramenta. A relação de unidade entre trabalhador e meio de trabalho se rompe e se constitui uma nova unidade entre o meio de trabalho e o objeto de trabalho que determina por sua vez uma mudança de caráter no trabalho coletivo que passa a ser socializado.

Pois bem, estas relações não são visíveis à primeira vista. Qualquer observador superficial afirmará que a diferença entre a manufatura e a grande indústria se limita a um grau maior de desenvolvimento tecnológico dos instrumentos de trabalho.

E são tão pouco visíveis que só podem ser trazidas à luz por meio de um sério trabalho científico. Já dissemos como muitos escritores se haviam referido, antes de Marx, à situação de exploração da classe trabalhadora sob o capitalismo, mas ninguém antes dele foi capaz de descobrir as relações profundas que estavam na origem desta exploração. Descreviam-se os efeitos do sistema capitalista, mas não se conhecia sua estrutura, suas relações internas.

O conceito de estrutura, em Marx, *é inseparável do conceito de processo*. Quando Marx estuda a manufatura, ao mesmo tempo que

estuda as relações de produção que a caracterizam como tal, estuda a forma em que, através das contradições internas próprias a essa estrutura, se vão preparando as condições para que o trabalho altamente especializado do operário parcelar se transforme em trabalho parcelar de uma máquina-ferramenta. Mostra, por outro lado, como o limite físico, orgânico, que implica a unidade trabalhador parcelar/meio de trabalho cai em contradição com o afã de lucro do capitalista etc.

Poderíamos dizer que o que Marx realiza em *O capital*, em geral, não é uma *análise estrutural* do modo de produção capitalista que acentua suas relações estáveis, invariáveis, mas, pelo contrário, uma análise da dinâmica de desenvolvimento deste modo de produção, de suas contradições internas, das condições de seu desaparecimento. Mas embora acentue o *processo*, este só pode ser estudado cientificamente a partir de suas relações estruturais fundamentais que determinam o que este processo tem de específico e que o diferencia de qualquer outro processo.

Depois do que acima foi dito podemos definir o conceito de estrutura da seguinte maneira:

> Chamaremos ESTRUTURA a uma totalidade articulada composta por um conjunto de relações internas e estáveis que determinam a função que os elementos desempenham dentro desta totalidade.[9]

9. O conceito de estrutura e a relação entre o conceito marxista de estrutura e o estruturalismo serão desenvolvidos amplamente no livro: *Los problemas fundamentales del materialismo dialéctico*, atualmente em preparo. Por ora só pretendemos adiantar, seguindo a Althusser em um texto inédito, que *toda estrutura em Marx deve ser entendida como processo* e que por não haver assinalado suficientemente este aspecto fundamental do conceito marxista de estrutura, tem-se afirmado que a corrente althusseriana é uma interpretação estruturalista de Marx.

Por outro lado, o conceito marxista de estrutura nada tem a ver com uma simples "combinatória" de relações. A estrutura social não é, para o pensamento marxista, uma simples combinação de relações que poderia construir-se independentemente da história empírica, por um lado, e por outro, o marxismo reconhece certa hierarquia nestas relações. Há relações dominantes e relações que têm um papel determinante em última instância. Trata-se, como diz Althusser, de uma "estrutura dominante" determinada em última instância pelas relações econômicas.

Tampouco tem cabimento separar sincronia e diacronia. Trata-se apenas de dois pontos de vista. Quando se acentua o caráter estável das relações e

Por último, parece-nos importante introduzir um novo conceito para notar o ciclo econômico global: produção, distribuição, intercâmbio e consumo.

Para isso começaremos por definir o que entendemos por *organização*. [10] Uma organização é, também, uma totalidade articulada, porém, determinada ordem interna, quando está sujeita a uma determinada hierarquia, falaremos de *sistema*.[11]

É neste sentido que nos referimos ao "sistema econômico" de uma determinada sociedade. Quando falamos de sistema econômico estamos incluindo no conceito todas as fases do ciclo econômico.

Portanto, distinguiremos entre dois conceitos: estrutura econômica e sistema econômico.

> Chamaremos ESTRUTURA ECONÔMICA ao conjunto de relações de produção que formam parte de uma sociedade determinada.

> Chamaremos SISTEMA ECONÔMICO ao processo econômico global: produção, distribuição, intercâmbio e consumo.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo começamos por examinar a relação existente entre distribuição, consumo, intercâmbio e produção, para chegar a definir a estrutura econômica como o conjunto de relações de produção. Para aclarar estes conceitos, foi preciso deter-nos no conceito marxista de estrutura.

Vimos, neste capítulo, os seguintes conceitos da teoria geral do materialismo histórico: *estrutura econômica, consumo produtivo* e *consumo individual.*

---

se estudam essas relações como tais, está-se pensando de um ponto de vista sincrônico, porém, essa mesma estrutura considerada como processo implica pôr em prática um ponto de vista diacrônico.

10. POUILLON, J., "Presentación: un ensayo de definiciones", em: *Problemas del estructuralismo, Siglo XX*, México, 1968 (2ª ed., p. 9.)

11. *Ibid.*

QUESTIONÁRIO

1. Que se entende por relações de distribuição?
2. Por que a distribuição se acha determinada pela produção?
3. Que se entende por consumo individual?
4. Que se entende por consumo produtivo?
5. Por que o consumo se acha determinado pela produção?
6. Qual a origem das relações de intercâmbio?
7. Por que Marx, quando define a estrutura econômica, não se refere aos processos de intercâmbio, distribuição e consumo, que juntamente com a produção constituem os diferentes momentos do processo econômico?
8. Que se entende por estrutura?
9. Que se entende por estrutura econômica?
10. Que se entende por sistema econômico?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Por que a noção de "sociedades industriais", que se emprega para designar tanto os Estados Unidos como a União Soviética, não é um conceito marxista? Que implicações tem seu uso?
2. É possível realizar-se uma reestruturação da renda sem alterar as relações de produção existentes? Entende-se por reestruturação da renda, neste caso, a reestruturação de acordo com o interesse dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

MARX: Sobre a estrutura econômica e as relações de produção, *El capital*, livro III, p. 758, e livro II, p. 37. Livro III, cap. LI: "Relações de distribuição e relações de produção", pp. 810-816.

MARX: Sobre as relações de produção, Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política.* Ver Textos Selecionados, p. 289.

MARX: *Introdução à Crítica da Economia Política*, cap. II: Relação geral da produção com a distribuição, o intercâmbio e o consumo. Ver Textos Selecionados, pp. 282-287.

ALTHUSSER: Sobre a relação entre produção, distribuição, intercâmbio e consumo, "O objeto de *O Capital*", parágrafo VIII, em *Para leer "El capital"*, pp. 178-96. Edição francesa, t. II, pp. 149-159.

SEVE, L.: Método estrutural e método dialético, em: *Dialéctico y Estructuralismo*, Ed. Orbelus, Buenos Aires, 1969.

POUILLON, J.: Apresentação de "Problemas de estruturalismo".

Modificações introduzidas no capítulo:

1. Elimina-se do capítulo o conceito de relações de produção, que foi desenvolvido de forma ampla no cap. 2.
2. Começa-se por uma definição não marxista para depois chegar-se à definição marxista.
3. Desenvolve-se, de maneira relativamente extensa, para os fins deste livro, o conceito marxista de estrutura devido à sua importância e contínuo emprego nesta obra. Faremos isto neste capítulo e não no primeiro, como se deu nas edições anteriores, porque os elementos com os quais contamos a esta altura permitem-nos um desenvolvimento mais complexo deste conceito.

5

INFRA-ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

1. *Infra-estrutura e superestrutura.* 2. *Superestrutura: uma noção problemática.* 3. *Relações entre infra e superestrutura.*

1. INFRA-ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Do CAPÍTULO 1 ao 4 estudamos os conceitos que nos permitem compreender a estrutura econômica da sociedade. O estudo pormenorizado e rigoroso desta estrutura é fundamental, pois a partir dela podemos comprender os demais níveis da sociedade.

Marx e Engels chamaram de INFRA-ESTRUTURA ou BASE a estrutura econômica da sociedade, e de SUPERESTRUTURA às instituições jurídico-políticas, Estado, direito etc., e as "formas da consciência social" que correspondem a uma infra-estrutura determinada.

Diz Engels no *Anti-Dühring:*

> ...a estrutura econômica da sociedade constitui, em cada caso, o fundamento real a partir do qual é preciso explicar, em última instância, toda a sobreestrutura das instituições jurídicas e políticas assim como os tipos de representação religiosa, filosófica e de outra natureza, de cada período histórico. [1]

Mediante as noções de infra e superestrutura, Marx e Engels expressaram a relação que existe entre o nível econômico da sociedade e os níveis jurídico-político e ideológico ("formas da consciência social").

Da mesma maneira que em um edifício os alicerces servem de base para sua construção, a estrutura econômica é a base de todo o edifício social.

1. *Anti-Dühring,* Grijalbo, México, 1964, p. 12.

Uma das grandes contribuições de Marx e Engels é haverem eles descoberto que para estudar a sociedade não se deve partir do que os homens dizem, imaginam ou pensam, mas da forma em que produzem os bens materiais necessários à sua vida.

A relação direta existente entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos — relação cuja forma corresponde sempre de um modo natural a uma determinada fase de desenvolvimento do tipo de trabalho e, portanto, a sua capacidade produtiva social — é o que nos revela o segredo mais recôndito, a base mais oculta de toda a construção social e também, por conseguinte, da forma política da relação de soberania e dependência, em uma palavra, de cada forma específica de Estado. O que não impede que a mesma base econômica — a mesma no tocante a suas condições fundamentais — possa mostrar em seu modo de manifestar-se infinitas variações e gradações, devidas a distintas e inumeráveis circunstâncias empíricas, condições naturais, fatores étnicos, influências históricas que atuam do exterior etc., variações e gradações que só podemos compreender mediante a análise destas circunstâncias empíricas dadas.[2]

A noção de SUPERESTRUTURA designa, portanto, dois níveis da sociedade: a estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica. À primeira corresponde o Estado e o direito; à segunda, as chamadas "formas da consciência social".

2. SUPERESTRUTURA: UMA NOÇÃO PROBLEMÁTICA

O fato de havermos empregado o termo "noção" para falar da superestrutura não se deve a um simples acidente; deve-se a que ela não tem sido estudada de forma acabada pelos marxistas.

Pode dizer-se por exemplo, que tudo quanto ocorre em uma sociedade que não pertence à instância econômica deve ser considerado como um fenômeno pertencente à superestrutura?

Stáline, em seu artigo "A propósito do marxismo em lingüística",[3] afirma que a linguagem não é um fenômeno pertencente à superestrutura nem à base ou infra-estrutura.

Em uma carta que se refere a este artigo, diz:

...não se pode situar a linguagem nem nas categorias das bases nem naquela das superestruturas. Tampouco se pode situá-la na categoria dos fenômenos "intermediários" entre a base e a superestrutura, visto como não existem fenômenos intermediários deste gênero.[4]

2. MARX, *El capital*, III, p. 733.

3. Veja-se "Marxisme et linguistique", artigo de Balibar publicado em *Cahiers marxistes-leninistes*, nºs 12-13, julho-outubro de 1966, pp. 19-25.

4. Carta a Kracheninnikova, citada por Balibar em *op. cit.*, p. 25.

Por outro lado, Althusser, ao criticar Gramsci, sustenta que a ciência é um fenômeno que não pode ser colocado sob a categoria de superestrutura.

Fazer da ciência uma superestrutura é tê-la na conta de uma dessas ideologias "orgânicas" que se coadunam tão bem com a estrutura que devem desaparecer com ela.[5]

Se o conceito de superestrutura não abrange todos os fenômenos extra-econômicos, qual deve ser o conceito que permita abrangê-los? Este é um problema teórico que o marxismo deve resolver.

3. RELAÇÕES ENTRE INFRA E SUPERESTRUTURA

Segundo a teoria marxista, é na infra-estrutura que se há de buscar o "fio condutor" para explicar os fenômenos sociais pertencentes à superestrutura, mas esta assertiva não significa afirmar que tudo se reduz ou é um simples reflexo do econômico.

Não obstante, muitos textos de Marx e Engels se prestam para uma interpretação deste tipo devido à importância excessiva que atribuem ao papel que a estrutura econômica desempenha na sociedade.

Devemos perguntar-nos, portanto, qual pode ser a razão que levou Marx e Engels a realizar tal acentuação.

É necessário recordar que no momento histórico em que estes autores escreviam havia uma forte corrente idealista que atribuía à vontade e ao pensamento dos homens a causa dos fenômenos sociais, desprezando o papel da vida material. Mesmo os pensadores que ocupavam as posições mais avançadas como os materialistas ingleses e franceses dos séculos XVII e XVIII, e o materialista alemão Ludwig Feuerbach, continuavam sustentando princípios idealistas quando se tratava de explicar os fenômenos da vida social, a história das sociedades.

Teólogos e filósofos idealistas, sociólogos e historiadores burgueses, todos os ideólogos da aristocracia feudal e da grande e pequena burguesia viam na consciência, a razão, as idéias políticas, morais e religiosas, a força motriz fundamental e determinante do desenvolvimento da sociedade.

5. ALTHUSSER, L., "O objeto de *O capital*", em *"Para leer El capital"*, p. 145. (Edição francesa, t. II, p. 92.)

Vejamos como Marx critica este idealismo em uma carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, onde fala do livro de Proudhon, *Filosofia da Miséria:*

...Para o senhor Proudhon a história é uma determinada série de desenvolvimentos sociais. Ele vê na história a realização do progresso... O senhor Proudhon não pode explicar estes fatos e então recorre a sua hipótese — verdadeiro achado — da razão universal que se manifesta. Nada mais fácil do que inventar causas místicas, isto é, frases, quando se carece de sentido comum. [6]

Por combater posições deste tipo Marx e Engels caem, em certos textos, no extremo oposto. Estes textos, isolados do contexto e do campo ideológico no qual foram produzidos, têm conduzido a falsas interpretações.

Por exemplo, a seguinte passagem de *A Ideologia Alemã:*

...As representações, os pensamentos, o comércio espiritual dos homens se apresentam ainda, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. [7]

Na página seguinte diz:

...A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas correspondem perdem, assim, a aparência de sua própria substantividade. [8]

A interpretação mecânica, não crítica, de textos como estes tem dado origem a uma simplificação do marxismo.

Certos marxistas, que Lênine chama de "marxistas vulgares", esforçam-se por *deduzir diretamente* da economia todos os fenômenos produzidos em nível jurídico-político e ideológico.

No caso da ideologia filosófica, por exemplo, pretendem deduzir os conceitos de matéria e de espírito das relações sociais de produção. O conceito de matéria corresponderia ao proletariado (trabalho material) e o conceito de espírito corresponderia aos capitalistas (trabalho de organização e administração que não é trabalho de tipo material).

Lênine rechaça com energia este simplismo fazendo ver que tais conceitos foram produzidos há mais de dois mil anos por filósofos que pertenciam a diferentes classes.

6. *Obras escogidas,* II, pp. 445-446.
7. *La ideologia alemana,* p. 68.
8. *Ibid.,* 69.

Este mesmo "marxismo vulgar" encontra-se na base dos erros cometidos pelos mencheviques nos preâmbulos da Revolução de Outubro. Segundo Lênine, eles teriam aprendido de cor que a revolução democrática tem por base econômica a revolução burguesa e compreenderam esta afirmação no sentido de que era necessário rebaixar as tarefas democráticas do proletariado ao nível da moderação burguesa..."

O que eles não podiam ver, devido a seus desvios economicistas, era o papel fundamental do aspecto político na etapa de transição, e por isso, tampouco, podiam ver a diferença fundamental que existe entre uma revolução democrático-burguesa realizada pela burguesia e uma revolução democrática de novo tipo, que é uma revolução que executa tarefas democrático-burguesas sob a direção do proletariado e que tem como fim último estabelecer o socialismo. Estes marxistas reduziam a sociedade à sua estrutura econômica. Perdiam de vista os demais níveis e, o que é mais grave, perdiam de vista a necessidade de preparar um partido de vanguarda capaz de transformar revolucionariamente a sociedade a fim de conduzi-la, por via mais segura, ao socialismo e depois ao comunismo.

Aos marxistas vulgares é preciso repetir a frase de Engels em sua carta a Starkenburg, de 25 de janeiro de 1894: não existe "um efeito automático" da situação econômica. [9]

É necessário mostrar-lhes que se Marx e Engels acentuaram o lado econômico é porque diante de seus adversários lhes era necessário "sublinhar o princípio radical" negado por eles e porque "nem sempre tiveram o tempo, o espaço, nem a oportunidade de dar a devida importância aos fatores que intervêm no jogo de ações e reações". [10]

O estudo das obras políticas de Marx e Engels é a prova mais evidente da importância que outorgavam aos demais níveis da sociedade e, sobretudo, à ação revolucionária, produto da luta de classes.

Com respeito ao papel da economia, estes autores afirmavam:

...Se alguém o tergiversa dizendo que o fator econômico é o *único* determinante, converterá aquela tese em uma frase vazia, abstrata, absurda.[11]

9. *Obras escogidas,* II, pp. 510-11.
10. ENGELS, Carta a Bloch, de 21-22 de setembro de 1890, em *Obras escogidas,* II p. 494.
11. *Ibid.,* p. 492.

As condições econômicas são as condições *finalmente determinantes*, porém, as outras instâncias da sociedade também desempenham um papel:

> O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc., descansa no desenvolvimento econômico. Mas todos eles também repercutem uns sobre os outros e... sobre a base da necessidade econômica, que se impõe sempre, em *última instância*.[12]

Os elementos da superestrutura estão ligados direta ou indiretamente às mudanças operadas na infra-estrutura, mas têm uma autonomia relativa e seu desenvolvimento se rege por leis específicas.

Engels assinala, por exemplo, como não se pode explicar o desenvolvimento da filosofia pura e simplesmente a partir do desenvolvimento econômico:

> ...como campo circunscrito da divisão do trabalho, a filosofia de cada época tem como premissa um determinado material de idéias que lhe legam seus predecessores e do qual parte. Assim se explica que países economicamente atrasados possam, não obstante, conduzir a batuta em matéria de filosofia.[13]

Podemos dizer, portanto, que podem existir certos elementos ideológicos que se transmitem de uma formação social a outra. Mas que estes elementos sempre estão postos a serviço dos interesses das classes dominantes, às quais servem de instrumento de luta. A transformação radical da superestrutura e sua substituição por uma nova não exclui a continuidade de alguns elementos.

Se a economia determinasse mecanicamente toda a superestrutura e o desenvolvimento da sociedade, Marx e Engels cairiam em um absurdo do contra-senso: convocar para a luta de classes e a revolução quando tudo já estaria determinado antecipadamente pel economia.

Este é um dos pontos mais freqüentemente repetidos pelos críticos do marxismo. Comprazem-se em assinalar "a incoerência lógica" da teoria marxista. Por um lado, a afirmação da determinação econômica, e, por outro, a afirmação da necessidade da ação dos

12. *Ibid.*, Carta a Starkenburg, de 2 de janeiro de 1894, em *Obras escogidas*, II, p. 510.

13. *Ibid.*, Carta a Schmidt, Londres, 27 de outubro de 1890, em *Obras escogidas*, II, p. 500.

"homens" na história. Esta crítica não faz senão revelar a ignorância ou a má fé dos que a formulam, os quais parecem esquecer a diferença radical que existe entre o determinismo marxista e o determinismo mecanicista.

Engels escrevia o seguinte a Franz Mehring sobre este problema:

> ...Com isto se acha relacionado também o néscio modo de ver dos ideólogos: como neganos um desenvolvimento histórico independente às distintas esferas ideológicas, que desempenham um papel na história, também lhes negamos todo *efeito histórico*. Este modo de ver se baseia em uma representação vulgar antidialética da causa e efeito como dois pólos fixamente opostos, em um esquecimento absoluto do jogo de ações e reações. Que um fator histórico, uma vez iluminado por outros fatos, que são em última instância fatos econômicos, repercute, por sua vez, sobre o que o rodeia, e inclusive sobre suas próprias causas, é coisa que esquecem, às vezes mui intencionalmente, esses cavalheiros... [14]

Infelizmente, Marx e Engels não puderam desenvolver de uma maneira sistemática e profunda o problema do determinismo específico do marxismo.

Althusser nos diz a esse respeito que:

> ...propor-se a pensar na determinação dos elementos de um todo pela estrutura do todo; na determinação de uma estrutura por outra estrutura, isto é, os problemas da causalidade estrutural, é lançar um problema absolutamente novo, dentro da maior confusão teórica, já que não se dispõe de nenhum conceito teórico elaborado para resolvê-lo.[15]

RESUMO DO CAPÍTULO

A primeira parte deste capítulo, mais que um desenvolvimento do tema da infra e da superestrutura, pretende ser uma advertência do estado precário da investigação marxista acerca do que se entende por "superestrutura". A segunda parte pretende demonstrar que Marx e Engels nunca reduziram a superestrutura à infra-estrutura. As estruturas jurídico-políticas e ideológicas, que fazem parte da superestrutura, têm uma relativa autonomia em relação à infra-estrutura e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento.

14. *Obras escogidas*, II, p. 504.

15. ALTHUSSER, "O objeto de *O capital*", em *Para leer "El capital"*, p. 202. (Edição francesa, t. II, p. 168.)

QUESTIONÁRIO

1. Que se entende por infra-estrutura e por superestrutura?
2. Que faz pensar que se deve elaborar mais o conceito de superestrutura?
3. Qual a relação que existe entre a infra e a superestrutura?
4. Por que Marx e Engels acentuaram tanto o papel da economia?
5. Que diferença existe entre o determinismo mecanicista e o determinismo marxista, em largos traços?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Em que sentido se pode afirmar que a ciência depende da economia e em que sentido se pode dizer que não depende dela? Como combinar ambas as afirmações?
2. Pode falar-se de superestrutura no caso da transição do capitalismo para o socialismo onde a superestrutura parece adiantar-se à estrutura econômica?
3. Como formular de maneira precisa a não-contradição existente entre o determinismo econômico marxista e a ação dos "homens na história"?

BIBLIOGRAFIA

MARX-ENGELS, *La ideología alemana*, 1ª parte: "Feuerbach". Ver textos selecionados, pp. 289-296.

MARX, *El capital*, III, p. 733.

ENGELS, Cartas a: Joseph Bloch, 21 de setembro de 1890; Conrad Schmidt, 27 de outubro de 1894; H. Starkenburg, 25 de janeiro de 1894; Mehring, 14 de julho de 1893, em Marx-Engels, *Obras escogidas*, vol. II.

ALTHUSSER, "O objeto de *O capital*", em "Para leer *El capital*", pp. 145 e 202. (Edição francesa, t. II, pp. 92 e 168.)

NOTA:

Neste capítulo não se introduz nenhuma modificação fundamental.

6

ESTRUTURA IDEOLÓGICA

1. *Introdução.* 2. *Conteúdo do nível ideológico.* 3. *Ideologia e classes sociais.* 4. *Ideologia e estrutura.* 5. *Regiões ideológicas.* 6. *Ideologias práticas e ideologias teóricas.* 7. *Tendências ideológicas.* 8. *Origem do caráter deformado e falseado das representações ideológicas.* 9. *Estrutura ideológica e determinação econômica.*

INTRODUÇÃO [1]

VIMOS, nos capítulos anteriores, que a teoria marxista sustenta que em toda sociedade existem três níveis: o nível econômico e os níveis jurídico-político e ideológico. Estes níveis se articulam entre si de uma maneira complexa, sendo o nível econômico o mais determinante em última instância.

Se empregarmos a metáfora arquitetural de Marx e Engels do edifício com um alicerce ou infra-estrutura e uma superestrutura que se constrói sobre este alicerce, podemos dizer que a ideologia pertence à superestrutura. Mas a ideologia não se limita a ser apenas uma instância da superestrutura; ela desliza também pelas demais partes do edifício social, *é como o cimento que assegura a coesão do edifício*. A Ideologia dá coesão aos indivíduos em seus papéis, em suas funções e em suas relações sociais.

A ideologia impregna todas as atividades do homem, compreendendo entre elas a prática econômica e a prática política. Está pre-

1. Neste ponto baseamo-nos fundamentalmente no artigo "Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica", de Louis Althusser, publicado na revista *Casa de las Américas*, n.º 34, pp. 19-20, Havana, Cuba.

sente em suas atitudes em face das obrigações da produção, na idéia que os trabalhadores fazem do mecanismo da produção. Está presente nas atitudes e nos juízos políticos, no cinismo, na honestidade, na resignação e na rebelião. Governa os comportamentos familiares dos indivíduos e suas relações com os demais homens e com a natureza. Está presente em seus juízos acerca do "sentido da vida" e assim por diante.

A ideologia se acha a tal ponto presente em todos os atos e gestos dos indivíduos que chega a ser *indiscernível de sua "experiência vivida"* e, por isso, toda análise imediata do "vivido" está profundamente marcada pela ação da ideologia.

Quando se pensa estar diante de uma percepção obscura e nua da realidade ou de uma prática pura, o que ocorre, na verdade, é que se está diante de uma percepção ou de uma prática "impura", marcada pelas estruturas invisíveis da ideologia.

Como não se percebe sua ação, a tendência é para tomar a percepção das coisas e do mundo por percepções das "coisas mesmas", o que não ocorre sob a ação deformadora da ideologia.

2. CONTEÚDO DO NÍVEL IDEOLÓGICO [2]

O nível ideológico é, portanto, uma realidade objetiva indispensável à existência de toda sociedade, inclusive da sociedade comunista.

Qual o conteúdo deste nível? Formam-se por dois tipos de sistemas: *os sistemas de idéias - representações sociais* (as ideologias em sentido restrito) e *os sistemas de atitudes - comportamentos sociais* (os costumes).

Os sistemas de idéias - representações sociais abrangem as idéias políticas, jurídicas, morais, religiosas, estéticas e filosóficas dos homens de uma determinada sociedade. Estas idéias ocorrem sob a forma de diversas representações do mundo e do papel do homem nele. As ideologias não são representações objetivas, científicas do mundo, mas representações cheias de elementos imaginários; mais do que descrever uma realidade, expressam desejos, esperanças, nostalgias. As ideologias podem conter elementos de conhecimento, porém, nelas predominam os elementos que têm uma *função de adaptação à realidade*. Os homens vivem suas relações com o mundo dentro da ideologia. É ela que transforma sua consciência e suas atitudes e comportamentos para amoldá-las a suas tarefas e a suas condições de existência. Por exemplo: a ideologia religiosa que fala do sentido do sofrimento e da morte procura, para os explorados, representações que lhes permitam suportar melhor suas condições de existência.

Os sistemas de atitudes - comportamentos se constituem pelo conjunto de hábitos, costumes e tendências a reagir de uma determinada maneira. É mais fácil que uma pessoa modifique sua forma de representar o mundo, isto é, sua ideologia em sentido estrito, do que mudar suas formas habituais de viver e enfrentar praticamente as situações vitais. É por isso que entre as ideologias em sentido estrito e os sistemas de atitudes-comportamentos nem sempre existe relação de identidade. As relações dialéticas que entre elas se estabelecem podem ir desde a identidade total ou parcial até a contradição.

É importante ter em conta estes sistemas de atitudes-comportamentos visto como através deles se expressam determinadas tendências ideológicas. Assim, por exemplo, determinados *costumes,* determinados "hábitos de trabalho", certo "estilo de direção e mando" podem ser contrários à ideologia do proletariado ainda que ocorram em militantes ou dirigentes socialistas. Os hábitos de trabalho e de mando, se se multiplicam, podem vir a ser sinais de distinção social, de conquistas de partido (conscientes ou não) na luta ideológica de classes. O comportamento tecnocrático ou burocrático de alguns dirigentes marxistas revela a penetração da ideologia burguesa nas fileiras da classe operária.

3. IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS [3]

Vimos que tanto em uma sociedade sem classes como em uma sociedade de classes a ideologia tem como função assegurar uma determinada relação dos homens entre si e com suas condições de existência, adaptar os indivíduos a suas tarefas fixadas pela sociedade.

2. Neste ponto nos baseamos no artigo sobre a revolução cultural, publicado em *Cahiers marxistes-leninistes,* nº 14, pp. 14-15, Paris, 1966.

3. Neste ponto baseamo-nos no artigo de Althusser anteriormente citado, pp. 20-22. O conceito de classes sociais será tratado de forma exaustiva no capítulo IX. Por ora adiantaremos a definição que ali damos e estudamos: "As classes sociais são grupos sociais antagônicos, em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que se acha previsto fundamentalmente pela forma específica pela qual se relaciona com os meios de produção." Como exemplos destas classes antagônicas temos amos/escravos, senhores latifundiários/servos, capitalistas/operários.

Em uma sociedade de classes esta função está dominada pela forma que toma a divisão dos homens em classes. A ideologia se destina, neste caso, a *assegurar a coesão dos homens na estrutura geral da exploração de classe*. Destina-se a assegurar a dominação de uma classe sobre as demais, fazendo os explorados aceitar suas próprias condições de exploração como algo fundado na "vontade de Deus", na "natureza", ou no "dever moral" e assim por diante.

Mas a ideologia não é uma "mentira piedosa" inventada pelos exploradores para enganar os explorados; ela serve também aos indivíduos da classe dominante para reconhecer os sujeitos desta classe, para aceitar como "amada de Deus", como "fixada pela natureza" ou pelo "dever moral", a dominação que exercem sobre os explorados. Ela serve de traço de união social para comportar-se como membros de uma mesma classe, a dos exploradores. A "mentira piedosa" da ideologia tem, portanto, uma dupla serventia: *exercer-se sobre a consciência dos explorados para fazê-los aceitar como natural sua condição de explorados; exerce-se sobre os membros da classe dominante para permitir-lhes exercer como natural sua exploração e sua dominação.*

4. IDEOLOGIA E ESTRUTURA[4]

As ideologias, como todas as realidades sociais, só se tornam inteligíveis através de sua *estrutura*. A ideologia comporta representações, imagens, sinais etc., mas estes elementos considerados isoladamente não fazem a ideologia; é seu *sistema*, seu *modo de combinar-se*, o que lhes dá sentido; é sua estrutura que determina seu significado e função. Pelo fato de estar determinada por sua *estrutura*, a ideologia supera como realidade todas as formas nas quais é vivida subjetivamente por este ou aquele indivíduo. A ideologia, portanto, não se reduz às formas individuais nas quais é vivida e, por isso, pode ser *objeto de um estudo objetivo*. É por isto que podemos falar da natureza e da função da ideologia e estudá-la.

5. REGIÕES IDEOLÓGICAS[5]

O estudo objetivo da ideologia nos faz ver que, apesar de ser uma realidade que se encontra difusa em todo o corpo social, pode ser

4. Neste ponto recorremos ao artigo já citado. p. 20.
5. Veja-se ALTHUSSER, art. cit., p. 21.

dividida, não obstante, em regiões particulares, centralizadas sobre diferentes temas. Assim, podemos distinguir regiões relativamente autônomas no seio do nível ideológico, por exemplo, ideologia moral, religiosa, jurídica, política, estética, filosófica etc.

Nem todas estas regiões têm existido sempre na história. Pode-se prever que algumas desaparecerão ou se confundirão com outras no curso da história do socialismo e do comunismo.

Nas diferentes sociedades, em relação às classes sociais que nelas existem, tal ou qual região domina as demais. Assim se explicam, por exemplo, as indicações de Marx e Engels acerca da influência dominante da ideologia religiosa em todos os movimentos de rebelião camponesa desde o século XIV ao século XVIII, e inclusive em certas formas primitivas do movimento operário. A ideologia religiosa parece dominar como região ideológica na história da libertação de algumas raças oprimidas, como a dos negros nos Estados Unidos.

6. IDEOLOGIAS PRÁTICAS E IDEOLOGIAS TEÓRICAS[6]

Em cada uma das regiões anteriormente assinaladas a ideologia pode existir sob duas formas: 1) forma mais ou menos difusa, mais ou menos irreflexiva ou *ideologias práticas*, e 2) forma mais ou menos consciente, reflexiva sistematizada ou *ideologias teóricas*.

Sabemos que podem existir ideologias religiosas que possuem regras, ritos etc., sem que possuam uma teologia sistemática; o aparecimento de uma teologia representa maior grau de sistematização teórica da ideologia religiosa. Ocorre o mesmo com as demais regiões da ideologia. Elas podem existir sob uma forma não-teorizada, não-sistemática, sob a forma de costumes, tendências, gostos e assim por diante... ou, pelo contrário, sob uma forma sistematizada e reflexiva como "teoria" moral, "teoria" política etc. A forma superior da teorização da ideologia é a filosofia no sentido tradicional do termo. É importante esclarecer aqui que estas *"ideologias teóricas"* podem conter elementos de tipo científico, mas porque estes elementos estão integrados em uma estrutura de tipo ideológico, só conseguem dar conhecimentos parciais que se vêem deformados ou limitados por sua situação nesta estrutura.

6. *Ibid.*

7. TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS[7]

Não só existem regiões ideológicas, mas existem também diferentes tendências ideológicas.

Marx, ao afirmar que "as idéias dominantes são as idéias da classe dominante", mostrava-nos o caminho para estudar as diversas tendências ideológicas. Assim como há classes dominantes e classes dominadas, existem tendências ideológicas dominantes e tendências ideológicas dominadas.

Portanto, no interior do nível ideológico, em geral, podemos observar a existência de *diferentes tendências ideológicas que expressam as "representações" das diferentes classes sociais*: ideologia burguesa, pequeno-burguesa, proletária.

Mas não se deve perder de vista que nas sociedades capitalistas "as ideologias pequeno-burguesas e proletárias são ideologias *subordinadas* e que sempre triunfam sobre elas, mesmo sob protesto dos explorados, as idéias da classe dominante". Esta verdade científica é de primordial importância para compreender a história do movimento operário e a prática dos comunistas. Que quer dizer Marx quando afirma que a ideologia da classe burguesa domina as outras ideologias e, em particular, a ideologia proletária? Isso significa que o protesto operário contra a exploração se expressa dentro da própria estrutura, portanto, do sistema e, em grande parte, das representações e das noções de referência da ideologia dominante burguesa, por exemplo: a luta operária centrada na obtenção de maior poder aquisitivo de bens de consumo. A pressão da ideologia burguesa é tal que a classe operária não pode, por si só, libertar-se radicalmente da ideologia burguesa. O que pode fazer é expressar seus protestos e suas esperanças utilizando certos elementos da ideologia burguesa, mas continua sendo sua prisioneira, aprisionada em sua estrutura dominante. *Para que a ideologia operária espontânea chegue a transformar-se até o ponto de libertar-se da ideologia burguesa, é necessário que receba do exterior o socorro da ciência* e que se transforme sob a influência deste elemento novo, radicalmente distinto da ideologia.

A tese leninista fundamental da *"importação"* ou da necessária *"fusão" da teoria marxista com o movimento operário* não é, portanto uma tese arbitrária ou a descrição de um acidente da história; funda-se, pelo contrário, na própria natureza da ideologia e dos limites absolutos do desenvolvimento natural da ideologia espontânea da classe operária.

7. Veja-se ALTHUSSER, art. cit., p. 21.

8. ORIGEM DO CARÁTER DEFORMADO E FALSEADO DAS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS[8]

As ideologias contêm elementos de conhecimento da realidade, mas estes se encontram sempre integrados em um sistema global de representações que, por princípio, é um sistema deformado e falseado da realidade.

Qual a origem do caráter necessariamente deformado e falseado da ideologia?

Deve-se este caráter à necessidade que tem a classe dominante de enganar as classes que lhe estão subordinadas, para conseguir manter seu domínio sobre elas?

Para responder a esta pergunta analisemos, primeiramente, quais os limites de toda consciência espontânea da realidade.

Utilizemos, para isso, uma das análises que Marx fez em *O capital,* a que corresponde ao capítulo IX do livro III, acerca de quotas geral de lucro.

Situemos rapidamente os parágrafos que nos interessam. Neste capítulo Marx assinala que originalmente as quotas de benefício de cada ramo da produção diferem muito umas das outras, mas que, por efeito da competição, estas quotas tendem a uniformizar-se em uma quota de lucro médio. Os preços de produção, no sistema capitalista, se estabelecem ajuntando-se ao custo de produção das mercadorias uma porcentagem de lucro calculada sobre a base da quota de lucro médio. Isto dá como resultado que o capitalista não receba exatamente a mais-valia por ele produzida. Da massa da mais-valia produzida em um determinado período pelo capital social global, ele recebe só uma quantidade proporcional ao capital que inverteu.

É isto que, em resumo, diz Marx no seguinte texto:

> No que tange à repartição do lucro, os diferentes capitalistas se consideram como simples acionistas de uma sociedade anônima na qual os dividendos se distribuem percentualmente e na qual, portanto, os diversos capitalistas só se distinguem entre si pela grandeza do capital que cada um deles inverteu na empresa coletiva, por sua participação proporcional na empresa conjunta, pelo número de suas ações. Por conseguinte, enquanto a parte deste preço das mercadorias que repõe as partes do valor do capital consumidas em sua produção e com a qual, portanto, é necessário voltar a adquirir

8. Neste ponto baseamo-nos fundamentalmente no artigo de Althusser: "Sobre el concepto de ideología", publicado em *Polémica sobre marxismo y humanismo,* Siglo XXI, México, 1966, pp. 183-186; e no artigo de Emilio Ipola: "Los lenguajes del marxismo, en lo que se refere al análisis de la cuota de ganancia média realizado por Marx en el libro III de *El capital.*"

estes valores — capitais consumidos — enquanto esta parte, ou seja, o preço de custo, se liga intimamente à inversão realizada dentro das respectivas esferas da produção, a outra parte integrante do preço das mercadorias, ou seja, o lucro que se adiciona a este preço de custo, não se rege pela massa de lucro que este capital concreto produz em um período de tempo dado nesta esfera concreta da produção, mas pela massa que corresponde em termo médio a cada capital invertido, considerado como parte alíquota do capital total empregado na produção conjunta, durante um período dado.[9]

Algumas páginas mais adiante, Marx assinala os efeitos que tem, para a consciência dos agentes da produção, esta separação ou diferença de magnitude entre a mais-valia produzida pelo capitalista e o lucro recebido pelo capital que inverteu.

A verdadeira diferença de magnitude entre o lucro e a mais-valia... nos diferentes ramos da produção, *oculta* inteiramente a verdadeira natureza e a origem do lucro *não só para o capitalista, interessado em enganar-se deste ponto de vista, mas também para o operário.*[10]

E depois, alguns parágrafos mais adiante:

...*o capitalista* prático, prisioneiro da luta pela competição e impossibilitado de afundar de qualquer maneira sob a superfície de seus fenômenos, tem de sentir-se *completamente incapaz para captar através da aparência a verdadeira essência interior e a estrutura interna deste processo.*[11]

Desta análise de Marx podemos extrair algumas conclusões importantes para o estudo da ideologia.

Marx indica-nos que a base fundamental da *estrutura* econômica capitalista (isto é, a mais-valia, verdadeira origem do benefício) se "oculta" completamente à consciência dos agentes da produção (capitalistas e operários). Disso podemos concluir que a percepção que têm do processo econômico os agentes da produção, mesmo os que fazem parte da classe dominante, é uma percepção *deformada* e *falseada*. Esta deformação da realidade não provém, portanto, essencialmente do interesse de enganar da classe dominante, e, sim, do caráter objetivo do sistema econômico como tal (isto é, da diferença de tamanho entre a mais-valia e o lucro).

Podemos, portanto, concluir que a deformação da realidade própria ao conhecimento ideológico não se explica por uma espécie de "má consciência" ou "vontade de enganar" das classes dominantes, mas se deve fundamentalmente à *necessária opacidade das realidades*

9. *El Capital*, III, pp. 164-165.
10. *Ibid.*, p. 173. (Grifado pelo autor.)
11. *Ibid.*, p. 174. (Grifado pelo autor.)

sociais que são estruturas complexas que só podem chegar a ser conhecidas mediante uma análise científica dessas estruturas.

Com efeito, em sua vida real, os homens se acham efetivamente determinados por *estruturas objetivas* (relações de produção, relações políticas de classes, etc.), sua vida prática os convence da existência destas realidades, fá-los perceber *alguns efeitos objetivos* da ação destas estruturas, porém dissimula sua essência. Não podem chegar através da simples percepção a um *conhecimento* verdadeiro destas estruturas. O conhecimento do mecanismo interno das diferentes estruturas sociais não pode ser senão o resultado de outra atividade, diferente da simples percepção proveniente da vida prática: a atividade *científica*.

Da mesma forma como o conhecimento das leis da natureza não pode ser o produto da simples atividade técnica nem da mera percepção — as quais não proporcionam senão observação e conhecimentos empíricos e receitas técnicas — antes, pelo contrário, o produto, de uma atividade específica distinta das atividades imediatas: *a atividade científica*, assim o conhecimento das realidades sociais não pode ser o produto da mera percepção ou vivência de tais realidades, pelo contrário, o produto de uma atividade *científica, que capte "através das aparências a essência e a estrutura" destas realidades.*

Esta é a razão profunda da existência da ideologia como representação deformada e falseada. Esta é a razão profunda que permite entender por que, mesmo nas sociedades sem classes, continuará existindo a ideologia. As formas particulares da ideologia podem variar muito, desde os mitos das sociedades primitivas até as distintas formas de ideologia da sociedade moderna (ideologia moral, religiosa, estética, jurídica, política etc.), mas em toda sociedade, existam ou não classes, a ideologia subsiste como um conhecimento necessariamente deformado e falseado. Este efeito de deformação pode ser mais ou menos grande, e subsiste inevitavelmente enquanto existir sua causa: a natureza estrutural da sociedade que produz a ideologia como um de seus efeitos orgânicos.

É errado, portanto, considerar que o caráter deformado e falseado da ideologia se deve a uma pura e simples ignorância ou a um mito forjado totalmente por um grupo e uma classe.

O marxismo rompeu com esta concepção da ideologia que era no fundo uma concepção de tipo idealista.

Pois bem, nas sociedades de classes, esta primeira deformação se combina com uma deformação suplementar, que domina a primeira. Uma das aquisições fundamentais da teoria marxista é precisamente a afirmação de que em uma sociedade de classes a ideologia é sempre uma ideologia de classe, determinada, em seu conteúdo, pela luta de

classes, e que nela a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante.

Não obstante, se considerarmos em forma isolada esta verdade, corremos o perigo de cair em uma concepção errada acerca da natureza da ideologia; corremos o perigo de pensar que a ideologia não é senão o instrumento utilizado por uma classe para explorar as demais classes; corremos o risco de pensar que a representação ideológica é uma mentira útil, fabricada pelos membros da classe dominante, para submeter a seu domínio as classes que lhe estão subordinadas, como se os membros da classe dominante possuíssem *a verdade* e pudessem escapar aos efeitos de deformação produzidos por toda ideologia.

Pois bem, afirmar isto não é negar que as classes dominantes possam utilizar de forma CONSCIENTE estes efeitos de deformação para fortalecer sua posição de dominação.

Não resta dúvida que a deformação da ideologia se acha dominada, em uma sociedade de classes, pelos efeitos específicos da divisão em classes, do papel que desempenham estas classes na estrutura social etc. Mas este fato não altera em nada o princípio geral que explica, em última instância, a deformação necessária de toda representação ideológica pelo *caráter estrutural de toda sociedade.*

9. ESTRUTURA IDEOLÓGICA E DETERMINAÇÃO ECONÔMICA

Vimos que o nível ideológico se acha constituído pelo conjunto de representações e comportamentos sociais. Segundo o marxismo, o *fio condutor* que permite explicar estas idéias e comportamentos é a forma na qual os homens produzem os bens materiais, isto é, a estrutura econômica da sociedade. Não são, portanto, as idéias que determinam o comportamento dos homens, antes é a forma na qual os homens participam na produção de bens materiais o que determina seus pensamentos e ações.

Mas, afirmar que a economia determina as idéias dos homens importa em reduzir o nível ideológico a um simples reflexo do nível econômico?

O marxismo não afirma que o ideológico possa reduzir-se simplesmente ao econômico. Afirma, pelo contrário, que *o nível ideológico tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento.* Como vimos anteriormente, este nível se acha constituído por diversas tendências ideológicas (burguesa, pequeno-burguesa, proletária, etc.), uma delas domina as demais e, portanto,

determina, em certa medida, suas formas de existência. Por outro lado, a região dominante (religiosa, moral, filosófica, etc.), não se acha determinada diretamente pela economia, mas pelas características próprias da estrutura ideológica de uma determinada sociedade. Segundo as tradições religiosas ou leigas de uma sociedade, a ideologia dominante burguesa poderá manifestar-se através de expressões religiosas, morais ou filosóficas. A classe dominante sempre sabe utilizar a linguagem que lhe permite alcançar a maior comunicação com as classes dominadas. Dá um conteúdo de classe à *matéria ideológica* que lhe oferece a tradição, os hábitos e costumes dessa sociedade determinada.

O nível ideológico não é um simples reflexo do nível econômico, mas uma realidade que possui estrutura própria e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento (matéria ideológica preexistente, tendência dominante e forma de atuação desta sobre as tendências subordinadas, etc.). A determinação econômica atua sobre esta estrutura em seu conjunto. Portanto, o produto ideológico é o resultado de dois tipos de determinações: uma inerente à própria estrutura ideológica e outra externa (jurídico-política e econômica). *Não existe uma determinação direta, mecânica, da economia, mas uma determinação complexa, estrutural.*

Vejamos o que diz Engels a respeito em uma carta a Conrad Smith, de 27 de outubro de 1890:

> No que concerne às regiões ideológicas... a religião, a filosofia etc. se compõem de um resíduo que vem da pré-história e que o período histórico encontrou diante de si e o recolheu.

Isto é, cada novo período histórico (marcado por uma nova determinação econômica) encontra-se diante de uma matéria legada pelo período histórico anterior e sobre esta matéria é que atua a nova determinação econômica.

Mas não se trata apenas de uma matéria ideológica legada; trata-se, também, e sobretudo no caso de ideologias que chegaram a adquirir um grau elevado de sistematização, de todo um "instrumental" que permite desenvolver esta matéria: bibliotecas, fichários, trabalhos de investigação, estrutura educacional e assim por diante. A pobreza ou riqueza filosófica de um país, por exemplo, não depende diretamente da pobreza ou riqueza da matéria e do instrumental filosófico legado pelo período anterior.

Engels diz, acerca deste ponto, na carta já citada:

> A economia não cria, ela mesma, nada diretamente, antes determina o tipo de modificações e de desenvolvimento da matéria intelectual existente, e,

mais ainda, "faz" isto amiúde indiretamente, já que são os reflexos políticos, jurídicos e morais que exercem ação mais direta sobre a filosofia.

Se insistimos na autonomia relativa da estrutura ideológica, com respeito à estrutura econômica, não é só pelo gosto de atingir exatidões teóricas mas devido às *graves repercussões políticas que seu esquecimento traz.*

Muitos críticos do marxismo pretendem negar a validez desta teoria afirmando que Marx se equivocou com respeito à classe operária "na medida em que o capitalismo se foi desenvolvendo, a classe operária — em lugar de crescer e amadurecer em consciência de classe — foi-se aburguesando e adaptando-se cada vez mais ao sistema". Se o marxismo sustentasse que a consciência de classe ou ideologia é um mero reflexo das condições econômicas, poder-se-ia, sem dúvida, afirmar que Marx se equivocou. Mas o marxismo sustenta algo muito diferente: as condições econômicas criam as condições materiais objetivas (concentrações de grandes massas de trabalhadores nos centros urbanos; divisão técnica e organização do trabalho dentro das fábricas, o que cria entre os trabalhadores hábitos de cooperação e disciplina, mobilidade territorial da mão-de-obra que lhes permite descobrir novos horizontes, etc.), que servem de base à tomada de consciência de classe do proletariado, mas estas condições *não provocam, não criam nada diretamente.* Para que o proletariado descubra seus verdadeiros interesses de classe, isto é, para que chegue a adquirir uma consciência de classe proletária, é necessário fazer intervir fatores extra-econômicos; é necessário pôr em mãos do proletariado a teoria marxista, único instrumento capaz de libertar a tendência ideológica proletária das deformações reformistas e economicistas, produtos da ideologia burguesa dominante.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo estudamos a estrutura ideológica. Vimos qual é o lugar que ocupa na sociedade, que relações existem entre ela e as classes sociais, qual a origem da natureza necessariamente deformada e falseada das representações ideológicas e, por último, como atua a determinação econômica sobre a estrutura ideológica.

Vimos os seguintes conceitos da teoria geral do materialismo histórico: *estrutura ideológica — regiões ideológicas — tendências ideológicas — ideologias práticas — ideologias teóricas.*

QUESTIONÁRIO

1. Qual o lugar da ideologia na estrutura social?
2. Qual o conteúdo da estrutura ideológica?
3. Por que as atitudes e comportamentos fazem parte da estrutura ideológica?
4. Que relação existe entre ideologia e classes sociais?
5. Pode o proletariado ter uma ideologia independente?
6. Em que sentido a ideologia é uma estrutura?
7. Que se entende por região ideológica?
8. Pode dar um exemplo de ideologia prática e de ideologia teórica?
9. Que se entende por tendência ideológica?
10. Qual a origem do caráter necessariamente deformado e falseado da ideologia?
11. Que implica afirmar que este caráter só se deve ao interesse de enganar, próprio da classe dominante?
12. Depende o grau de maturidade e riqueza ideológica de um povo de sua riqueza econômica?
13. Como atua a determinação econômica sobre a ideologia?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Pode a ciência ser considerada como uma ideologia teórica?
2. Quais são as causas das atitudes reformistas de muitos sindicatos?
3. Em que momento da luta de classes a luta ideológica adquire um papel preponderante?
4. Que papel podem desempenhar as ideologias religiosas na América Latina?

BIBLIOGRAFIA

MARX-ENGELS, *La ideología alemana;* primeira parte: "Feuerbach". Ver textos selecionados, pp. 289-296.

ALTHUSSER, L.: "Teoría, práctica y formación teórica. Ideología y lucha ideológica", *Casa de las Américas,* Havana, Cuba, nº 34, fevereiro de 1966.

ALTHUSSER, SEMPRÚN, SIMON e VERRET: *Polémica sobre marxismo y humanismo,* Siglo XXI, México, 1968.

CAHIERS MARXISTES-LENINISTES: nº 1, "Science et idéologie", (E. N. S.).
CAHIERS MARXISTES-LENINISTES: nº 14, nov. dez. de 1966, pp. 13-15.
ESTABLET: "Culture et idéologie", em *Cahiers marxistes-leninistes*, ns, 12-13: "Art., langue: lutte de classe", julho-outubro de 1966.
IPOLA, E., "Los lenguajes del marxismo".
RANCIÈRE, "Le concept de critique et la critique de l'économie politique des *Manuscrits de* 1844, em: *Lire le Capital*, tomo I, Maspero, Paris, 1965, pp. 97-122.

NOTA:

Este capítulo não sofreu modificações.

7

ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA

1. A estrutura jurídico-política. 2. A dupla função do Estado. 3. Extinção do Estado. 4. Aparelhamento de Estado e poder político. 5. Tipos de Estado e formas de governo. 6. Poder econômico e poder político. 7. O Estado em uma sociedade capitalista. 8. O Estado na transição do capitalismo para o socialismo: a ditadura do proletariado.

1. A ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA[1]

TODA SOCIEDADE, além de possuir uma estrutura econômica e uma estrutura ideológica determinadas, possui um conjunto de aparelhamentos institucionais e normas destinados a regulamentar o funcionamento da sociedade em seu conjunto. Estes aparelhos institucionais e normas constituem a *estrutura jurídico-política* da sociedade, e fazem parte de sua superestrutura.

As formas destes aparelhos institucionais, sua importância e os princípios normativos variam em relação à estrutura econômica que lhes serve de base.

Nas sociedades de classes, o jurídico-político está assegurado por um aparelho autônomo: o Estado, que monopoliza a "violência legítima" e cuja principal função é manter sob a sujeição de uma classe dominante todas as demais classes que dependem dela.

Isto explica uma das teses fundamentais do marxismo: o Estado é um instrumento de pressão das classes dominantes sobre as classes oprimidas.

1. Neste ponto baseamo-nos fundamentalmente no texto de Roger Establet da revista *Octobre*, dezembro de 1966, 5: "O jurídico-político". A revista *Octobre* foi órgão dos estudantes comunistas do círculo de Filosofia da U.E.C. da Sorbona.

2. A DUPLA FUNÇÃO DO ESTADO

No ponto anterior vimos que toda sociedade necessita de certos aparelhamentos institucionais e normas que lhe permita regulamentar seu funcionamento interno. Esta necessidade tem por base fundamental a divisão do trabalho social. À medida que esta divisão aumenta, aumenta também a necessidade de contar com uma equipe de pessoas capazes de organizar e administrar a sociedade em seu conjunto.

A esta função de tipo técnico (organizativa e administrativa) própria de toda sociedade em que existe um mínimo de divisão de trabalho se acrescenta, nas sociedades de classes, uma nova função: a de dominação política. Os aparelhamentos institucionais e normas já existentes são utilizados para submeter as diferentes classes da sociedade aos interesses das classes dominantes, e se *criam novos aparelhamentos e instituições com fins fundamentalmente repressivos*: destacamentos, cárceres, instituições de todo tipo etc.

Esta função, portanto, aparece apenas quando surge a divisão da sociedade em classes opostas, isto é, quando a produtividade do trabalho social leva consigo um excedente, o qual é açambarcado por um grupo de indivíduos dessa sociedade.

"Aqui aparece expressa com toda clareza a idéia fundamental do marxismo quanto à questão do papel histórico e da significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do *caráter irreconciliável* das contradições de classe. O Estado surge no lugar, no momento e no grau em que as contradições de classe *não podem*, objetivamente, conciliar-se. E, vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são irreconciliáveis."[2]

Pois bem, esta função eminentemente política se apóia na função que temos chamado de técnico-administrativa como o evidencia o seguinte texto de Engels:

> Mas com a diferença na distribuição aparecem as *diferenças de classe*.[3] A sociedade divide-se em classes privilegiadas e prejudicadas, exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, e o Estado[4] — que a princípio não havia sido senão o ulterior desenvolvimento dos grupos naturais de comunidades etnicamente homogêneas, com objetivo de servir a interesses comuns (por exemplo, no Oriente, a organização da regadura) e de proteger-se em face do exterior — assume, a partir desse momento, com a mesma intensidade, a tarefa de manter, coercitivamente, as condições vitais e de domínio da classe dominante com respeito à dominada.[5]

Assim, *só quando*, juntamente com a função de tipo técnico-administrativo, *nasce a função de dominação política* é que se pode falar do aparecimento de um Estado propriamente dito.

Para aclarar este duplo caráter do Estado examinemos o que diz Marx acerca do duplo caráter da função de vigilância e direção da produção nas sociedades de classe:

> "O trabalho de alta vigilância e de direção responde a uma necessidade em todos os ramos nos quais o processo direto de produção adota a forma de um processo socialmente combinado e não a de um trabalho isolado dos produtores independentes. E tem um duplo caráter.
>
> De um lado, em todos os trabalhos nos quais cooperam muitos indivíduos, a coesão e a unidade do processo se personificam, necessariamente, em uma vontade de mando e em funções que não afetam aos trabalhadores parciais, mas à atividade total da oficina, como ocorre com o dirigente de orquestra. Este é um trabalho produtivo cuja necessidade se estabelece em todo regime combinado de produção.
>
> De outro lado... este trabalho de alta vigilância se apresenta, necessariamente, em todos os sistemas de produção baseados no antagonismo entre o operário produtor direto e o proprietário dos meios de produção. Quanto maior antagonismo, maior também é a importância que o trabalho de alta vigilância desempenha. Por isso, este trabalho alcança seu ponto culminante sob o sistema de escravidão. Não obstante, é também indispensável no regime de produção capitalista, visto como aqui o processo de produção constitui, ao mesmo tempo, o consumo da força de trabalho por parte do capitalista. Do mesmo modo que nos Estados despóticos o trabalho de alta vigilância e a ingerência total do governo englobam ambas as coisas: tanto a realização dos assuntos comuns que derivam do caráter de toda comunidade, como as funções específicas que respondem ao antagonismo entre o governo e a massa do povo.[6]

Poderíamos dizer que, da mesma maneira pela qual a divisão técnica do trabalho dentro da empresa dá origem à função de vigilância e direção, que tem por objetivo a coordenação do trabalho integral dentro dela, a divisão do trabalho social requer um conjunto de aparelhamentos institucionais e normas destinadas a regulamentar o funcionamento global da sociedade. Esta função de organização e direção, função de tipo técnico-administrativo, está sobredeterminada, em ambos os casos, pelos efeitos da divisão da sociedade em classes. A função de organização e direção adquire, em nível da empresa, um caráter

2. LÊNINE, *O Estado e a Revolução*.

3. Devemos lembrar-nos de que se "na distribuição aparecem as diferenças de classe", é na produção onde se encontra sua origem.

4. Nós não falaríamos aqui de Estado, mas de aparelhamento político-jurídico.

5. *Anti-Dühring*, p. 141.

6. *El capital*, livro III, p. 367.

de exploração dos trabalhadores por parte dos donos dos meios de produção, e em nível do Estado é utilizada para reproduzir as condições políticas e econômicas da exploração de uma classe por outra.

Resumindo: O Estado tem uma dupla função: técnico-administrativa e de dominação política. Esta última é *a que define propriamente o Estado* sobredeterminando a função técnico-administrativa, isto é, orientando-a, colocando-a a serviço da função de dominação política. *Não há, portanto, tarefas técnico-administrativas com caráter neutro.*

Por que, então, insistir nesta função?

De fato, Marx, Engels e Lênine sublinharam fundamentalmente a função de dominação política, referindo-se raras vezes à função técnico-administrativa. Contudo, pensamos que isto se pode compreender pelas exigências do combate ideológico contra as teses burguesas da existência de um Estado acima das classes, isto é, de um Estado reduzido à sua função técnica, e não fundamentalmente por motivos teóricos.

Não obstante, consideramos importante não deixar de lado esta função por um duplo motivo: a) porque para combater a ideologia burguesa acerca do Estado devemos partir do que ela estabelece e fazê-la ver como as funções técnico-administrativas ocultam as funções de dominação política; b) porque o só afirmar a existência da função de dominação política tem conduzido a erros de tipo "voluntarista", isto é, conceber o Estado como produto ligado exclusivamente à vontade de domínio das classes dominantes. De fato, estas não criam um Estado para que sirva a seus interesses de classe, antes utilizam um aparelhamento jurídico-político já existente. A função social ou técnico-administrativa que cumpria este aparelhamento serve de base à nova função de dominação política.

É desta maneira que interpretamos o seguinte texto de Engels:

"...em toda parte subjaz ao poder político uma função social: e o poder político jamais tem subsistido além do tempo quando cumpriu essa função social."[7]

3. EXTINÇÃO DO ESTADO

Por outro lado, a distinção destas duas funções ajuda-nos a compreender a tese marxista acerca da *extinção* do Estado que se opõe à tese anarquista da *supressão* do Estado.

7. ENGELS, *Anti-Dühring*, p. 173.

Os *marxistas* sustentam que quando o proletariado busca o amparo do poder político, o Estado não pode desaparecer de um dia para outro. É preciso destruir o aparelhamento anterior e construir um novo, de caráter proletário, porque a luta de classes continuará e, portanto, se necessitará de um aparelhamento que cumpra as funções de repressão das classes que se oponham à construção do socialismo. Os *anarquistas* sustentam, pelo contrário, que é imprescindível fazer desaparecer imediatamente todo aparelhamento "burocrático" permitindo a livre organização da população em nível de suas frentes de massa.

Pois bem, a tese marxista sustenta além disso que este Estado, de tipo proletário, tenderá a ir desaparecendo, tenderá a *extinguir-se*.

À medida que se avança em direção ao comunismo, à supressão cada vez maior da diferença de classes, a função de dominação política, que define o Estado como tal, tende a desaparecer, subsistindo unicamente as funções de tipo técnico-administrativo. Desta maneira o Estado proletário vai desaparecendo de maneira gradual. A ação do governo sobre as pessoas se transforma na "administração de coisas e a direção dos processos de produção".

"Ao tornar-se, finalmente, real representante de toda a sociedade, o Estado se torna, ele mesmo, supérfluo. No momento em que deixa de haver classe para manter na opressão, no momento em que com o domínio de classe e a luta pela existência individual, condicionada pela atual anarquia da produção, desaparecem as colisões e os excessos que disso tudo dimanam, não há que reprimir, nem que seja necessário um poder especial repressivo, um Estado. O primeiro ato no qual o Estado aparece realmente como representante da sociedade toda — a tomada de posse dos meios de produção, em nome da sociedade — é ao mesmo tempo seu último ato independente como Estado. A intervenção de um poder estatal em relações sociais vai-se tornando, progressivamente, supérflua em um terreno após outro, e acaba por inibir-se a si mesma. Em lugar do governo sobre pessoas aparece a administração de coisas e a direção de processos da produção. O Estado não "se suprime", antes *se extingue*."[8]

Vejamos agora a forma pela qual Lênine completa este texto:

"...só o comunismo suprime em absoluto a necessidade do Estado, pois sob o comunismo *não há ninguém a quem reprimir*, "ninguém" no sentido de *classe*, no sentido de uma luta sistemática contra determinada parte da população. Nós não somos utopistas e não negamos, de modo algum, que é possível e inevitável que *alguns indivíduos* cometam excessos, como tampouco

8. *Ibid.*, p. 277.

negamos a necessidade de reprimir tais excessos. Porém, em primeiro lugar, para isto não é preciso uma máquina especial, um aparato especial de repressão; isto o próprio povo armado o fará, com a mesma simplicidade e facilidade com que um grupo de pessoas civilizadas, inclusive na sociedade atual, separa os que estão pelejando ou impede que se maltrate uma mulher. E, em segundo lugar, sabemos que a causa social mais importante destes excessos, consistentes na infração das regras de convivência, é a exploração das massas, a penúria e a miséria destas. Ao suprimir-se esta causa fundamental, os excessos começarão, inevitavelmente, a "extinguir-se". Não sabemos com que rapidez e gradação, mas sabemos que se extinguirão. E, com isso, se extinguirá também o Estado."[9]

4. APARELHAMENTO DO ESTADO E PODER POLÍTICO

Um dos traços distintivos de todo Estado é a existência de um grupo particular de indivíduos que trabalham para o aparelhamento do Estado. Ninguém poderia chamar de Estado a uma comunidade na qual todos os membros da sociedade asseguram, por turno, a "organização da ordem".[10]

O *aparelhamento do Estado* é o organismo que realiza as tarefas técnico-administrativas e de dominação política próprias à dupla função do Estado. Isto posto, ainda que a função técnico-administrativa esteja, como víamos nas páginas anteriores, *sobredeterminada pela função política,* pensamos que é importante distingui-la desta última função já que isso nos permitirá distinguir dentro do aparelhamento do Estado um aparelhamento fundamentalmente técnico-administrativo (corpo de funcionários) e um aparelhamento fundamentalmente repressivo (exército permanente, polícia de funcionários).

O poder político é a capacidade de utilizar um aparelhamento do Estado para cumprir os objetivos políticos da classe dominante.

É importante, pois, não confundir o aparelhamento do Estado ou maquinaria estatal com o poder político. *O objetivo fundamental da luta de classes concerne ao poder político do Estado.* As classes que conseguiram este poder põem o aparelhamento do Estado a serviço de seus interesses. Assim tem ocorrido em todas as revoluções não proletárias. Não obstante, as experiências da prática política do proletariado na Comuna de Paris fizeram Marx ver que "a classe operária não pode simplesmente tomar posse da máquina estatal existente e pô-la em marcha para seus próprios fins". A classe operária deve

9. *O Estado e a Revolução.*
10. LÊNINE, *O conteúdo econômico do populismo.*

"romper", "destruir", o aparato burocrático-militar do Estado burguês e substituí-lo por uma aparato totalmente diverso, por um aparato proletário que lhe permita ir, a pouco e pouco, fazendo desaparecer o Estado como tal, como órgão de repressão e de dominação política.

Portanto, não se deve confundir a *"destruição do aparelhamento do Estado burguês"* com a *"extinção do Estado proletário"* ou ditadura do proletariado. O primeiro é requisito para o segundo.

Pois bem, que características deve ter o novo aparelhamento do Estado que o proletariado criou? Marx responde a esta pergunta sintetizando os ensinos da Comuna de Paris: 1) substituição da forma centralista burguesa na qual o Estado se achava acima da nação, por uma forma centralista de novo tipo, na qual exista uma participação democrática real e consciente do proletariado e que tem por base territorial a comuna; 2) substituição do exército permanente pelo povo armado; 3) transformação da polícia em instrumento a serviço da comuna, despojando-a de seus antigos atributos políticos; 4) representantes do povo eleitos por sufrágio universal e revogáveis em qualquer momento; 5) supressão dos privilégios ligados aos cargos públicos (salário igual ao salário operário); 6) destruição do parlamentarismo burguês transformando as instituições representativas do povo em "corporações de trabalho, legislativas e executivas ao mesmo tempo".

Quando Lênine se refere à destruição do aparelhamento do Estado burguês, insiste em que seu aniquilamento não tem o caráter de extinção mas de desaparecimento repentino através de um processo revolucionário.

O Estado burguês "não pode ser substituído pelo Estado proletário (a ditadura do proletariado) mediante a "extinção", mas somente, em regra geral,[11] mediante a revolução violenta".

E quando Lênine se refere ao aparelhamento do Estado burguês está pensando em destruir ao mesmo tempo o aparato militar e o aparato burocrático como deixa muito claro em *O Estado e a Revolução.*

É interessante que nos detenhamos neste ponto, visto como a posição que Lênine mantinha em 1917 se modifica de forma importante no transcurso dos anos, pelo menos no que se refere ao aparelhamento burocrático do Estado.

Em 1917 Lênine acredita que estão dadas as condições materiais para poder destruir o aparelhamento burocrático e realizar nesse terreno as idéias da Comuna de Paris. Em 1921 deve reconhecer que

11. MARX apresentava como exceção a Inglaterra de sua época.

a coisa não foi tão fácil, que foi preciso recorrer aos antigos funcionários e que para isso foi preciso deixar de lado o salário operário e a irrevogabilidade.

Pois bem, antes de ver diretamente os textos de Lênine dessa época, queremos dizer que nos parece que o essencial da tese marxista está na *necessidade da destruição do aparelhamento do Estado burguês,* mas que a criação de um novo aparelhamento de tipo proletário não parece ser uma tarefa que se possa executar de um dia para outro, embora ali deva centrar-se o esforço do proletariado.

Em 1921, Lênine dizia:

"Nossos tribunais são tribunais de classe dirigidos contra a burguesia. Nosso exército é um exército de classe dirigido contra a burguesia. A burocracia existe não no exército, mas nos serviços."[12]

Examinemos mais pormenorizadamente o que ocorre neste setor do Estado nessa época:

Herdamos o velho aparelhamento social e esta tem sido nossa desgraça. É mui freqüente que este aparelhamento trabalhe contra nós. Aconteceu que, em 1971, depois que tomamos o poder, os funcionários do Estado começaram a sabotar-nos. Então nos assustamos muito e lhes rogamos: "Por favor, voltem a seus postos." Todos voltaram, e esta tem sido nossa desgraça. Hoje possuímos uma enorme massa de funcionários, mas não dispomos de elementos com suficiente instrução para poder dirigi-los de verdade. Na prática ocorre com farta freqüência que aqui, na cúspide, onde temos o poder do Estado em nossas mãos, o aparelhamento funciona mais ou menos; mas nos postos inferiores eles dispõem à sua maneira, de tal forma que mui amiúde contrariam nossas medidas. Nas altas esferas temos não sei exatamente quantos, mas creio que, em todo caso, apenas vários milhares, no máximo umas dezenas de milhares, de homens partidários. Mas nos postos inferiores se contam por centenas de milhares de antigos funcionários que herdamos do regime czarista e da sociedade burguesa e que trabalham contra nós, umas vezes consciente e outras inconscientemente. Não há dúvida de que, neste terreno, nada se conseguirá a curto prazo. Teremos de trabalhar muitos anos para aperfeiçoar o aparelhamento, mudar sua composição e atrair novas forças. Estamos fazendo-o a ritmo bastante rápido, talvez demasiado rápido. Fundamos escolas soviéticas e faculdades operárias, várias centenas de milhares de jovens estudam; talvez estudem depressa em demasia, mas, de qualquer maneira, o labor neste terreno começou e creio que nos dará seus frutos. Se não nos apressarmos em demasia neste labor, dentro de alguns anos teremos uma massa de jovens capazes de mudar radicalmente nosso aparelhamento.[13]

12. LÊNINE, "El impuesto en especies", *Obras escogidas,* t. III, p. 626.
13. *Obras escogidas,* t. III, pp. 773-774.

5. TIPOS DE ESTADO E FORMAS DE GOVERNO

O Estado, como conjunto de instituições e normas, destina-se a regulamentar o funcionamento da sociedade de tal maneira que este permita a constante reprodução das condições econômicas, ideológicas e jurídico-políticas que assegurem uma reprodução das relações de dominação de uma classe sobre as demais.

Isto suposto, o caráter do Estado variará em relação com o caráter das relações de produção. O que determina, portanto, o *tipo de Estado* é a estrutura econômica sobre a qual o Estado se erige em superestrutura política. Dessa maneira podemos distinguir diferentes tipos de Estado em confronto com as diferentes relações de produção: escravista, feudal, capitalista etc.

Dentro dos limites de cada um destes *tipos de Estados* podem ocorrer diferentes *formas de governo;* por exemplo, dentro do tipo de Estado capitalista ou burguês podem existir formas de governo que vão desde a república "democrática" até a ditadura militar.

Assim como o tipo de Estado depende da estrutura econômica da sociedade, isto é, da natureza de classe do Estado, as formas de governo dependem das condições históricas concretas.

Toda pessoa ou grupo que se mova dentro das margens estreitas da ideologia dominante, em uma sociedade capitalista, tenderá a substituir o problema da natureza do Estado pelo das formas de governo, e deste modo, se oculta a natureza de classe do Estado que é o problema essencial e decisivo.

6. PODER ECONÔMICO E PODER POLÍTICO

Amiúde se traça um paralelo demasiado rigoroso entre a hierarquia de poder na estrutura econômica, por um lado, e aquela da estrutura jurídico-política, por outro, como se a estrutura do poder político se limitasse a refletir a estrutura do poder econômico, como se as mesmas classes ocupassem sempre os mesmos lugares em ambas as estruturas. Isto é sem dúvida justo como tendência geral. Também é justo a longo prazo, já que uma contradição importante e prolongada entre as duas hierarquias tornaria insustentável a situação. Mas a história concreta não coincide com esta fórmula demasiado simplificada e esquemática.

Um caso típico de não correspondência entre o poder econômico e o poder político é o que se deu na França durante a ditadura de Luís Bonaparte. Neste período a burguesia, que ocupa lugar domi-

nante na estrutura econômica, deve ceder seu lugar na estrutura política para conservar seu lugar dominante na estrutura social, com base, precisamente, em sua posição na estrutura econômica.

> Portanto, quando a burguesia excomunga como *"socialista"* o que antes enaltecia como *"liberal"*, confessa que seu próprio interesse lhe ordena evitar o perigo de seu *governo próprio*, que para poder impor a tranqüilidade no país tem de impô-la, antes de tudo, a seu parlamento burguês, que para manter intacto seu poder social tem de quebrar seu interesse político; que os indivíduos burgueses só podem continuar explorando outras classes e desfrutando mansamente da propriedade, da família, da religião e da ordem sob a condição de que sua classe seja condenada com as demais classes à mesma nulidade política; que para salvar a bolsa é preciso renunciar à coroa...[14]

Outro caso típico de não correspondência entre poder econômico e poder político é o da Alemanha na época moderna. A burguesia estava tão temerosa da importância política que o proletariado adquiria, que para manter sua dominação econômica preferiu deixar em seu lugar o poder dos *Junkers*, isto é, dos proprietários de terra feudais. Neste caso temos, portanto, um poder político de tipo feudal-absolutista que realiza uma política econômica servindo aos interesses da burguesia.

7. O ESTADO EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA[15]

Aparentemente, o Estado não intervém na exploração capitalista, antes parece deixá-la desenvolver-se seguindo suas próprias leis; ainda mais, parece que o Estado poderia intervir através da legislação para limitar esta exploração. A idéia de um Estado acima das classes encontra matéria da qual alimentar-se na estrutura do sistema de produção capitalista, onde o Estado não intervém *diretamente* na exploração. A exploração "pacífica" realiza-se mediante um ato pacífico de compra e venda: o contrato de trabalho.

A exploração se realiza, assim, sem a intervenção da pressão estatal. A relação individual de igualdade e de liberdade no ato contratual de compra e venda da força de trabalho chega a ser possível graças à dependência prévia da classe operária diante da classe capitalista,

14. Marx, "El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte", *Obras escogidas*, t. I, p. 273.

15. Este ponto é, em sua maior parte, uma tradução das idéia mais importantes que figuram no artigo sobre o capitalismo de Estado, da revista *Cahiers marxistes-leninistes*, nº 16, pp. 2-19.

devido à separação do trabalhador de seus meios de produção e à concentração destes meios em mãos dos capitalistas. A liberdade individual tem por fundamento a sustentação da classe operária, que se vê obrigada a aceitar as condições que o capital lhe fixa.

Os fios invisíveis que fazem da classe operária a propriedade privada da classe capitalista não teriam solidez se não fosse a garantia que o Estado oferece à propriedade e, com isso, a liberdade do capital. O Estado assegura, assim, as condições gerais de existência do sistema de produção capitalista, prevendo e reprimindo os atentados contra a liberdade graças a seu exército de funcionários do aparelhamento jurídico (político) e, em última instância, graças a suas forças armadas. Uma vez assegurada a separação entre o trabalhador e seus meios de produção, a manutenção das condições gerais do modo de produção capitalista pode exercer-se sob a forma de intervenção repressiva só no caso de ocorrerem violações da propriedade, o que alimenta a ilusão de que o Estado não intervém na exploração.

Não obstante:

1. Em todos os lugares onde o capitalismo está pouco desenvolvido e onde os trabalhadores não se encontram separados de seus meios de produção em grande escala, o Estado se coloca diretamente a serviço do capital para ajudar a explorar os trabalhadores. (Ex.: O Congo, o capitalismo inglês na Índia.)

2. A não-intervenção na exploração direta aparece como o que é: uma intervenção permanente, repressiva, para garantir as condições de exploração cada vez que a liberdade de exploração, garantida pela propriedade capitalista, se encontre ameaçada pela luta dos trabalhadores, cada vez que o ato livre de compra e venda que assegura a continuidade da exploração seja ameaçado por uma greve, cada vez que os trabalhadores pretendam assegurar, eles mesmos, a produção ocupando as fábricas ou as terras. Então intervém o aparelho repressivo, judiciário e o exército do Estado. Todos os conflitos que ameaçam a livre disposição dos meios de produção por parte do capitalista desencadeiam a intervenção do Estado de uma maneira ou de outra.

A classe capitalista e seus apologistas se esforçam por fazer crer em um novo capitalismo que haveria superado sua enfermidade infantil: a anarquia da produção; tratam em vão de fazer crer em uma nova disciplina, adquirida graças a reformas fundamentais de estrutura e ao novo papel que o Estado desempenha na regularização dos ciclos do capital. Na base de todas estas ilusões reformistas reside a idéia de que a anarquia capitalista terminou, de que a sociedade faz prevalecer suas necessidades sobre o curso do desenvolvimento. Por último, apareceu

um sujeito central: o Estado que dirige e regulamenta o desenvolvimento impondo o ponto de vista das necessidades sociais.

A interpretação burguesa acentua unilateralmente a socialização das forças produtivas: se a concorrência traz consigo a centralização de capitais, a eliminação dos pequenos pelos grandes e a socialização progressiva dos diferentes ramos da economia, não pode ocorrer o mesmo para toda a sociedade, não nos aproximamos assim da existência de um *truste* único, de uma empresa gigantesca capaz de englobar todos os ramos da produção?

A resposta geral a esta ilusão é que *o desenvolvimento desigual é a lei absoluta do desenvolvimento capitalista.*

O capitalismo vive da desigualdade do desenvolvimento; não reabsorve uma desigualdade se não for para criar outra. Desenvolve as forças produtivas em um ramo para tirar partido do baixo desenvolvimento das empresas concorrentes; socializa um ramo inteiro para tirar partido da relativa debilidade dos ramos aos quais vende ou aos quais compra. Segundo os apologistas do neocapitalismo, o aparecimento de empresas gigantes que conhecem e dominam o mercado tem sido um fator decisivo na planificação da produção e a eliminação das crises. Eles não vêem que, se uma empresa consegue a eliminação de todos os seus competidores e conquista uma posição de monopólio, o desenvolvimento das forças produtivas, assim realizado, não serve para satisfazer, de maneira mais ampla, as necessidades sociais, baixando os preços tanto quanto lhes permitira os baixos custos de produção; a posição de monopólio conquistada lhes serve para impor preços que lhes proporcionem maior lucro. Nesta luta pela dominação de mercado cada força capitalista, que busca obter o monópolio, constrói fábricas gigantes capazes de, elas sozinhas, açambarcarem o mercado. A força que é capaz de conseguir os custos mais baixos e inundar o mercado com os preços mais baixos ganha a posição dominante. O resultado é um excedente considerável de capacidade de produção não empregada, estando cada empresa gigante preparada para açambarcar por si só o mercado. Esta capacidade não empregada ultrapassa de 50% nos Estados Unidos. O custo do sobreequipamento inicial é compensado amplamente pelos preços de monopólio adquiridos depois da vitória.

Outra estratégia de monopólio é possível quando em um ramo uma empresa consegue possuir de maneira durável processos de produção superiores aos dos concorrentes, por exemplo, monopolizando as patentes.

Por outro lado, os monopólios que vivem do desenvolvimento desigual têm interesse em deixar subsistir a seu lado empresas mais fra-

cas; assim, quando o Estado quer fixar os preços, deve tomar em conta o custo de produção mais alto destas empresas se não quer obrigá-las a desaparecer. A empresa monopolista logra, assim, um maior ganho, posto que seus custos de produção são mais baixos do que o destas empresas.

Portanto, a socialização das forças produtivas e o conhecimento do mercado tendem a reforçar as desigualdades do desenvolvimento capitalista estabilizando os ganhos excedentes.

Nestas condições, quão absurda parece ser a idéia de uma planificação social no regime capitalista, isto é, de um desenvolvimento igual.

Na realidade, os capitais mais poderosos buscam sempre não o ganho normal, mas o superganho. Só a absoluta igualdade dos benefícios para todos os capitais permitiria pensar, sem utopia, em uma repartição racional dos capitais segundo um plano. Assim sendo, a lei do desenvolvimento capitalista é desigual: benefícios diferentes apareceriam nos diferentes ramos na época da livre concorrência; a transformação atual da estrutura capitalista, isto é, a socialização das forças produtivas e o desenvolvimento dos monopólios, a produção em massa, a centralização financeira, a aplicação cada vez maior da ciência à produção, permitem atualmente conquistar, não de uma maneira passageira, mas por longos períodos, posições de sobrebenefício.

O capitalismo, no curso de seu desenvolvimento, teve de inventar meios para adaptar suas estruturas ao desenvolvimento das forças produtivas; assim, quando o nível das forças produtivas fez com que o capital de um indivíduo ou de uma família já não fosse suficiente para por em ação as forças produtivas, o quadro estreito da propriedade individual foi ampliado pela sociedade por ações e substituído pela propriedade coletiva dos capitalistas; da mesma maneira, hoje a propriedade do Estado permite a adaptação que não excede, não obstante, os limites da relação capitalista. Se forças produtivas gigantescas não podem ser exploradas com um benefício normal, então costumam intervir medidas de nacionalização. Nacionalizam-se aqueles setores de maior composição orgânica do capital de tal modo que a igualdade da quota de lucro se realize entre capitais de menor composição orgânica, o que dá como resultado uma quota de lucro mais alta.

Por outro lado, as esferas nacionalizadas — energia, transportes etc. — servem a todos os ramos capitalistas; por conseguinte, os capitalistas têm interesse em que a produção destas esferas seja abundante, regular e barata.

Tal intervenção do Estado não tem por objetivo submeter o capital a uma direção central, porém libertar ainda mais sua iniciativa,

reforçar sua autonomia, permitir-lhe continuar sua busca do máximo de benefício.

O capitalismo de Estado, tomado no sentido estreito de setor nacionalizado, pode, se se faz abstração das relações que mantém com o restante do capitalismo, dar a ilusão de ser um embrião de setor socialista. Mas o capitalismo de Estado designa, de fato, uma realidade que engloba em uma mesma estrutura o setor capitalista privado e o setor capitalista do Estado.

O setor nacionalizado, pela função especial que desempenha no capitalismo atual, permite que o capital reconheça o caráter social das forças produtivas, permanecendo não obstante nos limites do modo de produção capitalista.

O capitalismo monopolista do Estado não é um sistema de produção socialista que se desenvolve no seio de um sistema de produção capitalista, antes é a forma atual que adquire a subordinação do Estado aos interesses do capital.

Somente um conhecimento das leis gerais do modo de produção capitalista permite determinar os limites exatos entre os quais podem ocorrer as variações. As leis gerais fixam os limites e é, em última instância, o aparelhamento repressivo do Estado que defende sua realização. Entre estes limites se estende o campo de ação da política burguesa cujo objetivo é jogar sobre as variações possíveis dentro destes limites, para manter os próprios limites, manter o confronto das classes dentro destes limites. A política do proletariado consiste, pelo contrário, em acumular forças na luta para preparar as condições da supressão dos limites impostos pela ditadura do capital.

Por exemplo, a luta pela limitação da jornada de trabalho não põe em questão os fundamentos da exploração; inscreve-se, portanto, dentro dos limites fixados pelas leis deste sistema de produção. Entre estes limites se estende o campo da política que a burguesia pode aceitar. O Estado pode intervir para sancionar e estabilizar uma relação de forças. Quando a classe operária era débil e desorganizada, o Estado interveio para prolongar a jornada de trabalho mediante uma legislação sangüinária. Quando a classe operária se fortifica, a classe capitalista cede e o Estado impõe a legislação limitando a jornada de trabalho.

Se o Estado pode assim impor ao capital o ponto de vista dos interesses da sociedade sob a forma de lei, deve-se ao fato de esta intervenção inscrever-se dentro dos limites aceitáveis pelo sistema de produção; de nenhuma maneira poderia impor-se o ponto de vista da sociedade se este fosse o choque das leis fundamentais do capital, por

exemplo, para impor um desenvolvimento igual, impedindo ao capital toda liberdade de movimento.

Não obstante, antes de terminar, parece-nos importante assinalar que embora as conquistas da classe operária se encerrem nos limites do sistema capitalista, elas vão criando contradições cada vez maiores e vão preparando, portanto, as condições materiais e políticas de seu desaparecimento.

8. O ESTADO NA TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO PARA O SOCIALISMO: A DITADURA DO PROLETARIADO

Vimos, até aqui, como uma das teses fundamentais do marxismo, com respeito ao Estado, é a necessidade que o proletariado revolucionário tem, quando busca o amparo do poder político, de destruir o aparelhamento de Estado burguês e criar um novo tipo de aparelhamento de Estado, algumas de cujas características já vimos ao estudar a Comuna de Paris.

Pois bem, qual deve ser o caráter deste Estado, aquilo que o define essencialmente do ponto de vista de classe?

Antes de responder a esta pergunta, examinemos brevemente qual é a situação geral do proletariado na transição do capitalismo para o socialismo, visto como disso dependerá, em grande medida, o caráter que deva tomar este novo Estado.

Durante a transição do capitalismo para o socialismo ainda existem as classes sociais e, portanto, a luta de classes não desapareceu; apenas se reveste de outras formas. O proletariado chegou a ser a classe dominante, mas sua debilidade ainda é grande.

Esta debilidade se situa a dois níveis da estrutura social: 1) ao nível da infra-estrutura econômica, e 2) ao nível da superestrutura ideológica.

1) *A debilidade ao nível da infra-estrutura* radica na não-correspondência que existe entre as novas relações socialistas de produção estabelecidas nos setores mais importantes da economia e as relações técnicas de produção que ainda se acham um tanto atrasadas. A propriedade social dos meios de produção não vai acompanhada por uma apropriação real destes meios em forma coletiva; continuam dirigindo a produção alguns técnicos e administradores formados no regime anterior. O problema essencial da construção do socialismo, ao nível da infra-estrutura econômica, é resolver esta contradição.

Enquanto as relações de produção socialistas não se tenham estabelecido em todos os setores da economia, e enquanto não se tenha resolvido a contradição entre propriedade social e apropriação coletiva real, a qual só se resolverá obtendo um forte desenvolvimento das forças produtivas, os riscos de restauração do capitalismo, de retrocesso para o regime anterior, continua existindo. O período de transição é, portanto, um período de luta encarniçada por implantar definitivamente o socialismo.

2) *Debilidade ao nível da superestrutura ideológica.* Dada a situação econômica que Lênine descreve na citação anterior, instaura-se uma luta entre dois caminhos: o socialista e o capitalista. Esta luta, que tem sua base econômica, existe sobretudo ao nível ideológico. As classes que foram desapossadas em grande parte de seu poder econômico buscam outra frente de luta: a frente ideológica. Esforçam-se de mil maneiras por infiltrar suas idéias na nova organização social. A debilidade do proletariado é muito grande no terreno ideológico. O peso da tradição e dos costumes de muitas gerações não pode mudar-se de um dia para o outro. Da mesma maneira que foi necessário realizar uma revolução política para tomar o poder do Estado, e uma revolução econômica para mudar as relações de produção de tipo capitalista por relações socialistas, é necessário realizar uma revolução ao nível da ideologia. E para que esta revolução seja verdadeiramente eficaz deve realizar-se com a participação das massas; não basta revolucionar a ideologia de alguns intelectuais e artistas; é necessário que todo o povo lute contra os antigos hábitos e idéias egoístas e individualistas legados pelo regime capitalista para adquirir uma nova concepção do mundo: a concepção socialista e os novos hábitos de solidariedade e cooperação coletiva.

No texto a seguir Lênine define justamente a essência da ditadura do proletariado, a partir das tarefas que surgem, para analisar estes dois tipos de debilidades:

> ...A "essência fundamental" da ditadura do proletariado reside na organização e disciplina do destacamento avançado dos trabalhadores, de sua vanguarda, de seu único dirigente: o proletariado. Seu objetivo é construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, converter todos os membros da sociedade em trabalhadores, destruir a base sobre a qual descansa a exploração do homem. Não se pode alcançar este objetivo de um golpe; exige um período bastante longo de transição do capitalismo para o socialismo, tanto porque reorganizar a produção é empresa difícil como porque é preciso tempo para introduzir mudanças radicais em todos os domínios da vida e porque a enorme força do costume de um modo burguês e pequeno-burguês de dirigir a economia só pode ser superado em uma luta longa e tenaz. Precisamente por isto Marx fala de todo um período de ditadura do proletariado como período de transição do capitalismo para o socialismo.[16]

Pois bem, como para cumprir estas tarefas, o proletariado se depara com a oposição encarniçada da burguesia, o Estado proletário deve tomar necessariamente a forma de ditadura contra as classes que se opõem à construção do socialismo.

> A ditadura do proletariado é a guerra mais abnegada e mais implacável da nova classe contra um inimigo *mais poderoso,* contra a burguesia, cuja resistência *se vê decuplicada* por seu desmoronamento (embora seja apenas em um país) e cujo poder constiste não só na força do capitalismo internacionais da burguesia, mas, além disso, na *força do costume,* na força da *pequena produção.* Porque, por infelicidade, ainda resta no mundo muita, muitíssima *pequena produção,* e a pequena produção *gera* capitalismo e burguesia constantemente, cada dia, cada hora, de modo espontâneo e em massa. Por todos estes motivos, a ditadura do proletariado é necessária, e a vitória sobre a burguesia é impossível sem uma guerra prolongada, tenaz, desesperada, até a morte; uma guerra que exige serenidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e uma vontade única. [17]

Mas esta ditadura contra o grupo minoritário de privilegiados é uma *democracia para a maioria do povo.* Acaso as medidas que Marx sugeriu depois da experiência da Comuna de Paris não têm caráter essencialmente democrático?

A *democracia burguesa,* que é a democracia para uma minoria e a *ditadura para a maioria do povo,* transforma-se agora em democracia para a maioria e ditadura para o pequeno grupo que não aceita desfazer-se de seus privilégios.

O proletariado desejaria implantar o socialismo em um regime de absoluta democracia para todos, mas a realidade da luta de classes, o caráter que assume necessariamente quando se propõe a destruir os privilégios das classes dominantes, torna necessária esta ditadura.

Uma das importantes contribuições de Marx à teoria da história é haver assinalado de forma muito clara esta necessidade.

No texto seguinte Lênine demonstra o papel que a ditadura do proletariado desempenha na teoria marxista.

> "O fundamental na doutrina de Marx é a luta de classes. Assim se diz e se escreve com muita freqüência. Mas isto não é exato. Desta inexa-

16 LÊNINE. "Saudação aos operários húngaros", *Obras completas,* ed. russa, t. 6, p. 358. Em Marx, Engels, Lênine, *op. cit.,* p. 251.

17 LÊNINE, "A enfermidade infantil do 'esquerdismo' no comunismo". *Obras escogidas,* III, p. 359.

tidão deriva, com grande freqüência, a tergiversação oportunista do marxismo, seu falseamento em um sentido aceitável à burguesia. Com efeito, a doutrina da luta de classes *não foi criada* por Marx, mas pela burguesia, *antes* de Marx, e é, em termos gerais, *aceitável* à burguesia. Quem reconhece somente a luta de classes ainda não é marxista, pode manter-se ainda nos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Circunscrever o marxismo à doutrina da luta de classes é limitá-lo, abastardá-lo, reduzi-lo a algo que a burguesia pode aceitar. Só é marxista o que *torna extensivo* o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da *ditadura do proletariado*. Nisto é que se estriba a mais profunda diferença entre um marxista e um pequeno-burguês. Nesta pedra-de-toque é que se há de contrastar a compreensão e o reconhecimento *real* do marxismo. [18]

Para terminar, queremos dizer que, da mesma maneira como existem diferentes formas de Estado burguês, porém com a mesma essência: *uma ditadura da burguesia,* da mesma maneira a transição do capitalismo ao socialismo pode produzir diversas formas de Estado proletário, porém sua essência será necessariamente uma: *a ditadura do proletariado.*

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo definimos o que se entende por estrutura jurídico-política; depois analisamos o caráter que esta estrutura assume em uma sociedade de classes: a aparição do Estado. Vimos que é necessário distinguir duas funções estatais: uma função de tipo técnico e uma de dominação política de classe. Vimos a diferença que existe entre supressão e extinção do Estado; aparelhamento de Estado e o poder político; entre tipos de Estado e forma de governo. Assinalamos que nem sempre coincide o poder econômico como o poder político. Por último, detivemo-nos na análise de alguns aspectos do Estado capitalista, e do Estado que caracteriza a transição do capitalismo para o socialismo.

QUESTIONÁRIO

1. Que se entende por estrutura jurídico-política?
2. Quais são as funções do Estado?
3. Que se entende por aparelhamento do Estado?

18. LÊNINE *O Estado e a revolução.*

4. Que se entende por poder político?
5. Que se entende por tipos de Estado?
6. Que se entende por formas de governo?
7. Por que é importante não confundir ambos os conceitos?
8. Quais são as diferentes formas de governo que existem atualmente nos Estados capitalistas latino-americanos?
9. Em que país ou que países da América Latina não coincide o poder econômico da classe capitalista com o poder político desta mesma classe?
10. Que se entende por extinção do Estado?
11. Por que se afirma que o Estado capitalista está acima das classes sociais?
12. A nacionalização de certos setores da produção de um país prejudica ou favorece a burguesia desse país?
13. Qual a diferença entre nacionalização e socialização?
14. Por que é necessária a ditadura do proletariado?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Como analisar do ponto de vista marxista a sucessão de ditaduras militares na América Latina?
2. Quais são as possibilidades de manobra dos Estados capitalistas latino-americanos?
3. Que setores da produção podem ser nacionalizados na América Latina sem prejudicar os interesses da burguesia?

BIBLIOGRAFIA

LÊNINE, "O Estado e a Revolução".

LÊNINE, "Acerca do Estado".

ENGELS: *A origem da família, da propriedade privada e o Estado.*

ENGELS: *Socialismo utópico e socialismo científico* (últimas páginas).

MARX-ENGELS: *La ideología alemana,* pp. 68-72. Ver textos selecionados, pp. 229-36.

CAHIERS MARXISTES-LENINISTES: nº 10, pp. 2-19 ("Sur le capitalisme d'État").

POULANTZAS, N.: "Preliminares al estudio de la hegemonía del Estado". *Pensamiento crítico,* nº 7, agosto de 1967, pp. 174-207.

POULANTZAS, N.: *Clases sociales y poder político en el Estado capitalista.* (México, Siglo XXI, 1969.)

LUKÁCS, GEORG: "Critique du manuel de sociologie de Boukarine", *L'homme et la société,* nº 2, out.-nov. de 1966, Paris, pp. 175-176.

Modificações introduzidas no capítulo:

1. Ampliação geral do capítulo.
2. Insiste-se no caráter dominante da função política na definição do Estado.
3. O problema da supressão e da extinção do Estado tem tratamento especial.
4. Assinalam-se algumas características do que deveria ser o Estado proletário.
5. Desenvolve-se aqui o ponto sobre ditadura do proletariado de maneira um tanto mais ampla do que se desenvolvia na primeira edição no capítulo sobre transição e revolução.

8

MODO DE PRODUÇÃO, FORMAÇÃO SOCIAL E CONJUNTURA POLÍTICA

1. *Conceito de modo de produção.* 2. *Conceito de formação social.* 3. *Qual é o objeto de "O Capital" de Marx?* 4. *Conceito de conjuntura política.* 5. *O conceito de transição.*

1. CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO

DEPOIS de haver estudado os níveis econômico, jurídico-político e ideológico da sociedade, passemos aos elementos que nos permitirão definir o conceito marxista de modo de produção.

Marx e Engels empregam freqüentemente a expressão "modo de produção de bens materiais" ou simplesmente "modo de produção" para *descrever* a *maneira*, a *forma*, o *modo* pelos quais se produzem os bens materiais.

Vejamos alguns textos:

O *modo de produção da vida material* condiciona o processo da vida social, política e espiritual.[1]

O que distingue as épocas econômicas entre si não é o que se faz, mas *como se faz*, com que instrumentos de trabalho se faz.[2]

O capitalismo vale-se primeiro do trabalho nas condições técnicas dadas pelo desenvolvimento histórico. Não modifica imediatamente o *modo de produção*. A produção de mais-valia, sob a forma considerada anteriormente, isto é, obtida por um simples prolongamento da jornada de trabalho, apresentou-se independentemente de qualquer mudança no *modo de produção*.[3]

1. MARX, Prefácio à *contribuição à crítica da economia política.* (Sublinhado pelo autor.)
2. MARX, *El capital*, I, p. 132.

A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base de toda a ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na história, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social em classes ou estamentos, orienta-se pelo que se produz e como se produz, assim como pelo modo como se troca o produto. Sendo assim, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas nas cabeças dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio; não se há de buscá-las na *filosofia*, mas na *economia* da época da qual se trate.[4]

Pois bem, não se deve confundir a expressão "modo de produção de bens materiais" com o conceito de *MODO DE PRODUÇÃO*. A primeira é uma noção descritiva e se refere apenas à estrutura econômica da sociedade; o segundo, pelo contrário, é um conceito teórico e se refere à totalidade social global, isto é, tanto à estrutura econômica como aos demais níveis da totalidade social: jurídico-político e ideológico.

Marx e Engels jamais definiram o conceito de *MODO DE PRODUÇÃO* que tão amiúde empregam. A maioria dos autores marxistas utiliza esta expressão sem defini-la e os que a definem limitam seu significado ao nível econômico somente. Nós pensamos, não obstante, seguindo a Louis Althusser, que a redução deste conceito apenas ao nível econômico limita o sentido implícito que Marx lhe dá em *O Capital*, sua obra mais completa.

Ao estudar o modo de produção de bens materiais, isto é, o que temos chamado de processo de produção, vimos que, do ponto de vista marxista, não basta defini-lo apenas como um processo de tipo técnico. Este processo técnico verifica-se dentro de relações sociais determinadas, que são as que em última instância o tornam possível, as relações sociais de produção. Vimos também que na constituição destas relações intervêm elementos da superestrutura da sociedade. Sem um consentimento, explícito ou implícito, dos membros de uma sociedade e de suas instituições, estas relações não poderiam manter-se em vigor.

Isto é o que afirma Engels no seguinte texto, referindo-se às sociedades de classe:

3. *Das Kapital*, I, p. 328. Na edição espanhola emprega-se a expressão "regime de produção" em vez de "modo de produção" que é a tradução exata do termo alemão *Produktionweise*.

4. ENGELS, *Anti-Dühring*, p. 264.

A sociedade até hoje existente, que se tem movido em contraposições de classe, necessitava do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora em cada caso para manter as condições externas da produção, isto é, principalmente, para submeter pela violência, e manter a classe explorada nas condições de opressão ditadas pelo modo de produção (escravidão, servidão da gleba ou vassalagem, trabalho assalariado).[5]

Neste texto Engels mostra a necessidade da existência de condições superestruturais para manter um determinado tipo de produção social.

Vejamos agora o que diz o próprio Marx em um dos raros textos mais explícitos de *O capital* sobre este assunto:

...É, não obstante, evidente que nas condições primitivas e pouco desenvolvidas que se encontram na base desta relação social de produção[6] e do *modo de produção* correspondente, a tradição desempenha, necessariamente, um papel peponderante. É igualmente evidente que, neste caso como em todos os demais, a fração dirigente da sociedade tem grande interesse em dar o selo da lei ao estado de coisas existente e em fixar, legalmente, as barreiras que o uso e a tradição traçaram. Prescindindo de qualquer outra consideração, isto se produz, quanto ao mais, espontaneamente, tão logo a reprodução da base do estado de coisas existentes e as relações que se encontram em sua origem adquirem, com o transcorrer do tempo, uma forma regulamentada e ordenada; *esta regra e esta ordem são, elas mesmas, um fator indispensável de todo modo de produção* que deve tomar o aspecto de uma sociedade sólida, independente do simples azar ou do arbitrário. Esta forma é alcançada por sua própria reprodução sempre recomeçada.[7]

Se a tradição e a ordem são "fatores indispensáveis de todo modo de produção", conforme Marx expressa claramente nesse texto, este não pode ser definido somente como estrutura econômica da sociedade, antes abrange a totalidade social global.

O conceito de modo de produção é justamente o conceito que nos permite pensar, isto é, conhecer em forma científica, uma totalidade social.

Existe uma grande diferença entre *descrever* uma coisa — *apontar* suas características visíveis — e *conhecer* uma coisa. Quando um

5. *Ibid*, p. 277.

6. MARX se refere aqui às relações pré-capitalistas nas quais o latifundiário é o proprietário da terra e o produtor direto é um simples possuidor, pertencendo *de jure* todo seu trabalho sobrante ao detentor da terra. *El capital*, III, p. 734.

7. *Das Kapital*, III, pp. 801-802, tradução direta do alemão, *El capital*, III, pp. 734-735, *Le capital*, V, pp. 173-174.

enfermo expõe a seu médico o que sente não faz senão descrever os sintomas de sua enfermidade. O médico, com seu conhecimento do organismo humano, é capaz de diagnosticar, a partir desses sintomas, uma determinada enfermidade, por exemplo, apendicite. Resume em uma palavra a longa descrição dos sintomas que o enfermo fez. Esta palavra implica um *conhecimento* da enfermidade. A aplicação deste conhecimento é o que lhe permite curar o enfermo. Para chegar a diagnosticar uma determinada enfermidade é necessário captar a unidade que permite compreender os diferentes sintomas. Da mesma maneira, para chegar a definir um objeto, para chegar a conhecê-lo, é necessário descobrir a unidade ou a forma de organização dos elementos que servem, em um primeiro momento, para descrevê-lo.

Pode-se descrever uma sociedade, dizer, por exemplo, que em toda sociedade existem indústrias, campos cultivados, correios, escolas, exército, polícia, leis, correntes ideológicas e assim por diante. Mas a organização destes elementos em diferentes estruturas (econômica, jurídico-política e ideológica) e a determinação do papel que cada uma destas estruturas desempenha na sociedade *nos permitem passar da descrição ao conhecimento* de uma realidade social, estabelecer as leis de seu desenvolvimento e, portanto, a possibilidade de guiá-lo conscientemente. Na época de Marx todo o mundo *percebia, descrevia,* os sintomas da "enfermidade capitalista": a pobreza das massas, a riqueza de certos pequenos grupos, a exploração da mulher e do menor etc. Alguns se rebelavam, outros buscavam explicar esta situação recorrendo às leis divinas fatalistas: "sempre haverá pobres entre nós". Contudo, Marx e Engels souberam passar da descrição ao conhecimento das causas e das leis de desenvolvimento capitalista, conhecimento que permitiu, mais tarde, aos partidos marxistas fazer a revolução e estabelecer novos regimes sociais.

Depois do que ficou dito, podemos compreender melhor a afirmação que havíamos feito: o conceito de *MODO DE PRODUÇÃO* é o conceito teórico que permite pensar na totalidade social.

Todo *MODO DE PRODUÇÃO* se acha constituído por: 1) Uma ESTRUTURA GLOBAL, formada por três estruturas regionais:

estrutura econômica
estrutura jurídico-política (leis, Estado etc.)
estrutura ideológica (idéias, costumes etc.).

2) Nesta estrutura global, uma das estruturas regionais *DOMINA* as outras.

Aqui é importante assinalar que não é o nível ou estrutura econômica que sempre desempenha o papel dominante, como o pretendem, amiúde, os vulgarizadores do marxismo. Marx no-lo diz claramente em uma nota no primeiro livro de *O capital*:

> Aproveitarei a oportunidade para responder brevemente a uma objeção que me fez um jornal alemão dos Estados Unidos quando, em 1859, foi publicada minha obra *Contribuição à Crítica da Economia Política.* Dizia esse jornal que minha tese, segundo a qual o regime de produção vigente em uma determinada época e as relações de produção próprias deste regime, em uma palavra, "a estrutura econômica da sociedade, é a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social" e da qual "o regime de produção da vida material condiciona todo o processo da vida social, política e espiritual", era indubitavelmente exata com respeito ao mundo inteiro, em que predominam os interesses materiais, mas não podia ser aplicada à Idade Média, na qual reinava o catolicismo, nem a Atenas e Roma, onde imperava a política. Em primeiro lugar, é estranho que ainda haja quem pense que todos esses tópicos vulgaríssimos que correm por aí em torno da Idade Média e do mundo antigo sejam ignorados por alguém. É indubitável que nem a Idade Média pode viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. Longe disso, o que explica por que em uma era fundamental a política e na outra o catolicismo é precisamente o modo como uma e outra ganhavam a vida.[8]

Se resumirmos o essencial desta nota, podemos observar que Marx sustenta que se o econômico domina no capitalismo, não se pode negar que na Idade Média dominava o catolicismo (isto é, uma estrutura ideológica) e em Atenas e Roma, a política. Mas diz: "são as condições econômicas de então que *explicam*..." por que em um caso o catolicismo e no outro a política desempenhavam o papel principal (ou dominante).

3) Nesta estrutura global, a estrutura econômica é sempre *DETERMINANTE* em última instância.

Conforme aponta o texto que acabamos de citar, são as condições econômicas que DETERMINAM qual das estruturas regionais terá o papel dominante.

A distinção entre papel *DOMINANTE* e papel *DETERMINANTE* em última instância é uma distinção fundamental, que deve ser feita e à qual Althusser deu todo seu peso. Em Marx e Engels é difícil encontrar formulações explícitas sobre esta distinção, devido a que seu objeto de estudo é o *MODO DE PRODUÇÃO* capitalista onde ambas

8. *El capital,* I, p. 46, nota 36.

as determinantes coincidem; o nível econômico desempenha neste modo de produção não só o papel determinante.

Precisemos mais o que entendemos por estrutura dominante. Em nível do modo de produção consideramos dominante aquela estrutura regional que desempenha o papel fundamental na reprodução de um modo de produção determinado.

No caso do modo de produção capitalista, sua reprodução está assegurada por leis inerentes à estrutura econômica. Isso não quer dizer que os elementos superestruturais estejam ausentes, mas que sua presença não é o elemento fundamental na reprodução do sistema.

São as leis do desenvolvimento econômico capitalista (acumulação, reprodução ampliada etc.) que determinam a forma em que se reproduz o sistema e lhe dão caráter especifico. Os fatores superestruturais só intervêm de forma manifesta quando surgem obstáculos para o desenvolvimento destas leis. Esta seria a razão que permite afirmar que no modo de produção capitalista é a estrutura econômica que ocupa o lugar dominante na estrutura global do modo de produção.

No caso do modo de produção "servil" não são as leis econômicas que asseguram a reprodução do sistema. Para que o excedente continue sendo açambarcado pelos senhores da terra é necessária a intervenção ativa e fundamental de elementos de tipo superestrutural. Sem uma relação de dependência fundamental ligada a fatores ideológicos e jurídico-políticos, os servos não iriam trabalhar a terra do senhor ou não lhe entregariam parte de seu trabalho em outro tipo de renda (em produtos ou em dinheiro). Neste modo de produção, portanto, é dominante a superestrutura ideológica ou jurídico-politica, visto como é através delas que se assegura a reprodução do modo de produção.

4) Por último, o que caracteriza a todo *MODO DE PRODUÇÃO* é sua dinâmica, isto é, a contínua *REPRODUÇÃO* de suas condições de existência. O modo de produção capitalista, por exemplo, ao mesmo tempo que produz bens materiais em uma forma que implica a divisão dos homens dessa totalidade social em capitalistas e operários, e que dá origem a toda ideologia que favorece este tipo de produção e, a uma forma de poder que a defende e estimula, vai continuamente reproduzindo suas condições de produção.

Ao mesmo tempo que produz bens materiais, reproduz as relações de produção capitalista, e ao mesmo tempo que reproduz estas relações reproduz suas condições de existência superestruturais, isto é, as condições ideológicas e as relações de poder assim como o papel que desempenha na estrutura social.

Chamaremos MODO DE PRODUÇÃO ao conceito teórico que permite pensar na totalidade social como uma estrutura a dominante,[9] na qual o nível econômico é determinante em última instância.

Para finalizar devemos insistir em que são as relações de produção o núcleo estruturador ou matriz do modo de produção. Estas relações é que explicam o tipo característico de articulação das diferentes estruturas regionais em cada modo de produção; elas é que determinam qual das estruturas ocupará o papel dominante. Lembremo-nos de que Marx diz explicitamente que é *"a relação direta existente entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos"* que nos revela *"o segredo mais recôndito, a base oculta de toda a construção social"* (El capital, III p. 733).[10]

2. O CONCEITO DE FORMAÇÃO SOCIAL

O conceito de MODO DE PRODUÇÃO refere-se a um objeto abstrato, a uma totalidade social pura, "ideal", na qual a produção de bens materiais se efetua de forma homogênea. Mas na maior parte das so-

9. O conceito de *estrutura a dominante* empregado foi introduzido por Louis Althusser em seu artigo "Sobre a dialética materialista", em *La revolución teórica de Marx*, Siglo XXI, México, 1967, pp. 166-181. Na introdução deste livro demos a seguinte definição deste conceito: "A *estrutura a dominante* define a totalidade marxista como um todo complexo que possui a unidade de uma estrutura articulada, na qual existe um elemento que desempenha o papel dominante e outros que lhe estão subordinados; unidade dinâmica na qual há um intercâmbio de papéis, sendo o nível econômico o que determina em última instância o elemento da estrutura social que desempenhará o papel dominante." (P. 8.)

10. Achamos, portanto, que não é correto afirmar, como o faz POULANTZAS em seu livro *Clases sociales y poder político en el Estado capitalista* (Siglo XXI, México, 1969) que a matriz do modo de produção é o tipo de articulação de seus diferentes níveis.

Se, como o próprio Poulantzas assinala (p. 22), são as relações de produção (propriedade, apropriação real) que determinam o tipo de articulação dos níveis do modo de produção, tal tipo não é senão um efeito daquilo que constitui realmente a matriz deste modo: as relações de produção. Achamos que esta concepção de Poulantzas constitui o ponto nodal estratégico de seus erros teóricos acerca do conceito de classes sociais.

ciedades historicamente determinadas a produção de bens materiais não se efetua de uma maneira homogênea. Em uma mesma sociedade pode encontrar-se uma combinação de tipos de relações de produção.

A Rússia, analisada por Lênine em seu artigo sobre "O imposto em espécies" (que corresponde, mais ou menos, ao período que vai de 1917 a 1929) é um exemplo da combinação de diferentes sistemas econômicos.

Vejamos a enumeração que Lênine faz:

1) Economia camponesa patriarcal, isto é, natural em uma grande medida;
2) pequena produção mercantil (esta categoria compreende a maior parte dos camponeses que vendem trigo);
3) capitalismo privado;
4) capitalismo de Estado;
5) socialismo.

A Rússia é tão grande e tão variada que nela se mesclam todas estas diversas formas econômicas e sociais. Nisso consiste a originalidade da situação.

Outro exemplo é a França analisada por Marx em *El 18 Brumario*. Nela se encontra uma combinação de diferentes modos de produção de bens materiais: feudal, patriarcal, pequeno-mercantil e capitalista.

Pois bem, estas diversas relações de produção que coexistem em uma sociedade historicamente determinada não o fazem de forma anárquica nem isoladas umas das outras; uma delas ocupa uma situação dominante, impondo às demais suas próprias leis de funcionamento.

Na *Introdução à crítica da economia política*, Marx diz o seguinte:

> Em todas as formas de sociedade, é uma produção determinada e as relações por ela geradas que atribuem a todas as outras produções e às relações por elas geradas seu posto e sua importância. [11]

Se estudarmos, por exemplo, os diversos países da América Latina, verificaremos que existem diferentes relações de produção que vão desde o capitalismo mais desenvolvido até a economia quase autárquica de certas regiões, sendo na maior parte deles, se não em todos, o capitalismo o modo de produção de bens materiais dominante, que

11. *Einleitung zur Kritik der politischen Ökonomie*, p. 637.

submete a suas leis de desenvolvimento os outros modos que lhe estão subordinados.

Portanto, na maior parte das sociedades historicamente determinadas deparamo-nos com a existência de várias relações de produção. Mas nesta diversidade existe sempre uma que é *dominante* e cujas leis de funcionamento têm influência decisiva sobre as demais.

Do que ficou exposto deduz-se que a dominação de um modo de produção de bens materiais, isto é, de um tipo determinado de relações de produção, não faz desaparecer de forma automática todas as demais relações de produção: estas podem continuar existindo, ainda que modificadas e subordinadas às relações de produção dominantes.

Podemos afirmar, por exemplo, que desde a época de conquista, os países da América Latina têm estado submetidos ao regime de produção capitalista dos países hegemônicos, de início sob a forma de capitalismo comercial e depois através de relações de produção propriamente capitalistas (ou na maior parte deles); mas afirmar que o sistema de produção capitalista domina não significa negar que existiam e que ainda existem, de forma mui difundida, relações pré-capitalistas de produção: relações de produção que se aproximam das comunidades primitivas em alguns lugares isolados, relações semi-servis em muitas zonas camponesas e uma difusão bastante grande da pequena produção artesanal.[12]

Assim sendo, as relações de produção dominantes não só impõem suas leis de funcionamento às demais relações de produção que lhe estejam subordinadas mas também determinam o caráter geral da superestrutura dessa sociedade.

A complexidade da estrutura econômica e o caráter dominante de uma das relações de produção que nela coexistem explicam o caráter complexo das estruturas ideológica e jurídico-política de toda sociedade historicamente determinada.

Para designar esta realidade social historicamente determinada empregamos o conceito de FORMAÇÃO SOCIAL. Este conceito se refere, como vimos, a uma realidade concreta, complexa, impura, como toda realidade, diferentemente do conceito de MODO DE PRODUÇÃO, que se refere a um objeto abstrato, puro, "ideal".

12. A nosso ver, o grave erro de Gunder Frank, em seus livros e artigos sobre a América Latina, é crer que para afirmar a dominação do sistema capitalista mundial seja necessário negar a existência de qualquer tipo de relação pré-capitalista. Confunde-se a dominação do capitalismo nas relações de intercâmbio com a dominação em nível das relações de produção. Este erro impede a análise, em forma correta, das classes sociais na América Latina.

Chamaremos FORMAÇÃO SOCIAL a uma totalidade social concreta historicamente determinada.

Esta totalidade social concreta, historicamente determinada, pode corresponder a um país determinado ou a uma série de países que têm características mais ou menos semelhantes e uma história comum. Podemos, assim, falar da formação social chilena, mexicana etc., como também da formação social latino-americana.

Pois, bem, como toda totalidade social, esta totalidade social concreta, historicamente determinada, compõe-se de uma estrutura econômica, uma estrutura ideológica e uma estrutura jurídico-política; mas a este nível elas têm um caráter muito mais complexo. Portanto, em toda formação social, salvo mui escassas exceções, encontramos:

1) uma *estrutura econômica complexa,* na qual coexistem diversas relações de produção. Uma destas relações ocupa lugar dominante, impondo suas leis de funcionamento às demais relações subordinadas;
2) uma *estrutura ideológica complexa* formada por diversas tendências ideológicas. A tendência ideológica dominante, que subordina e deforma as demais tendências corresponde, geralmente, à tendência ideológica da classe dominante, isto é, à tendência ideológica própria ao pólo explorador da relação de produção dominante;
3) uma *estrutura jurídico-política complexa* que desempenha a função de dominação da classe dominante.

A *formação social* é, portanto, uma estrutura complexa, composta de estruturas regionais complexas articuladas a partir da estrutura de relações de produção. É necessário estudar cada estrutura regional em sua autonomia relativa das demais e de acordo com seus característicos próprios.

O conceito de modo de produção se refere a uma totalidade social abstrata (capitalista, servil, escravista etc.). O conceito de formação social se refere a uma totalidade social concreta. Esta não é uma combinação de modos de produção, isto é, de totalidades sociais abstratas, ou ideais; é uma realidade concreta, historicamente determinada, estruturada a partir da forma em que se combinam as diferentes relações de produção coexistentes em nível da estrutura econômica.[13]

Portanto, ao estudar uma formação social, ao estudar um país determinado, devemos começar sempre por diagnosticar que tipo de relações de produção existem, como se combinam, qual a relação de produção dominante, como exerce sua influência sobre as relações de produção subordinadas.

A estrutura econômica determina, em última instância, o desenvolvimento social, mas *não produz nada* automaticamente. Os níveis ideológicos e jurídico-políticos têm uma autonomia relativa, dentro das margens que a estrutura econômica lhe permite, isto é, suas próprias leis de desenvolvimento. Seu desenvolvimento pode estar adiantado ou atrasado com respeito à estrutura econômica.

O estudo de uma formação social é fundamentalmente um estudo empírico. É necessário ter dados concretos, estatísticos ou de outro tipo, os quais devem ser submetidos a um estudo crítico. *Nunca* se pode *deduzir* da infra-estrutura econômica as demais estruturas da sociedade. O econômico só serve de "fio condutor", de guia na investigação pormenorizada e específica das estruturas ideológica e jurídico-política.

Por último, em nível da formação social, a totalidade social historicamente determinada toma a forma de "individualidade concreta" que conserva uma certa identidade através de suas transformações. Um país ou grupo de países distingue-se de outro país ou grupo de países por suas características individuais e por sua história. Nesta história podem distinguir-se diferentes fases de desenvolvimento; o que determina a passagem de uma fase a outra é uma mudança na forma em que se combinam as diversas relações de produção que nela coexistem. As relações de produção que ocupam o lugar dominante na estrutura econômica determinam o caráter da fase e, além disso, lhe dão um nome. Quando se fala, por exemplo, de países capitalistas ou países semifeudais, está-se pensando nas relações de produção dominantes na formação social, mas isso não exclui a existência de outras relações de produção que ocupam lugar subordinado. Se empregássemos uma linguagem rigorosa, deveríamos dizer: formação social a dominante capitalista e formação social a dominante semifeudal.

13. A definição de *"formação social"* como simples combinação de produção é dada por Poulantzas em seu livro "Clases sociales y poder político en el Estado capitalista", pp. 13-14.

3. QUAL É O OBJETO DE "O CAPITAL"?

Com estes dois conceitos: MODO DE PRODUÇÃO e FORMAÇÃO SOCIAL podemos responder à pergunta acerca do objeto de *O capital*. Agora podemos formulá-la de maneira mais precisa na seguinte pergunta: é o objeto de *O capital* o estudo do modo de produção capitalista (objeto abstrato) em seu conjunto, ou só o estudo da estrutura econômica deste modo de produção, ou é o estudo de uma formação social, isto é, de uma realidade social historicamente determinada: a Inglaterra da segunda metade do século XIX?

Vejamos o que a respeito diz Lênine: O *único objeto de O capital* é estudar precisamente a sociedade capitalista. Este estudo implica uma análise materialista desta sociedade e de suas superestruturas.[14]

E, em uma nota, algumas páginas mais adiante, acrescenta que se os demais traços do regime econômico da Idade Média foram deixados de lado é porque pertencem ao regime feudal, enquanto Marx só estuda o regime de produção capitalista.[15]

Nestes textos Lênine assinala de forma precisa os limites do estudo de Marx: o regime, sistema ou organização social capitalista, isto é, um objeto abstrato, puro. Devemos observar que Lênine aqui emprega a expressão "formação social" no sentido de modo de produção.[16]

O seguinte texto faz ver de forma ainda mais clara o caráter abstrato do objeto de Marx:

Nossa missão — escreve Marx — é expor simplesmente a organização interna do regime capitalista de produção em sua média ideal, por assim dizê-lo.[17]

A teoria do capital pressupõe que o operário obtenha o valor integral de sua força de trabalho. Isto, que é o ideal do capitalismo, não constitui de modo algum sua realidade. A teoria da renda do solo pressupõe a divisão

14. "Quem são os amigos do povo?", p. 21.

15. *Ibid.*, nota p. 53.

16. Lênine emprega de forma indiferenciada a expressão "formação social" tanto para referir-se a uma totalidade social abstrata (o que temos denominado "modo de produção") como para referir-se a uma totalidade social concreta (o que temos denominado "formação social"). Portanto, cada vez que aparecer esta expressão nos textos, é necessário determinar em que sentido Lênine a utiliza.

17. *El capital*, III.

de toda a população em latifundiários, capitalistas e jornaleiros. Isto, que é o ideal do capitalismo, não constitui de modo algum sua realidade. A teoria da realização pressupõe uma distribuição proporcional da produção. Isto, que é o ideal o capitalismo, não constitui de modo algum sua realidade.[18]

Vejamos agora o que diz o próprio Marx sobre o modo de produção capitalista e da Inglaterra: "Nesta obra estudo o modo de produção capitalista e as relações de produção e intercâmbio que lhe correspondem. Como a Inglaterra é o lugar clássico desta produção, extraio deste país os fatos e os exemplos principais que servem de ilustração ao desenvolvimento de minha tese."[19]

Marx estuda, portanto, em *O capital* um objeto abstrato: o MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. A Inglaterra da segunda metade do século XIX figura nesta obra apenas como um exemplo que serve para *ilustrar* suas afirmações teóricas, devido ao fato de ser o país no qual o capitalismo estava mais avançado.

Contudo, podemos dizer que *O capital* estuda todo o modo de produção capitalista?

Antes de responder, vejamos o que diz Lênine depois de haver analisado de forma esquemática as características da estrutura econômica do regime de produção capitalista:

Tal é o *esqueleto* de *O capital*. Mas toda a questão se estriba em que Marx não se deu por satisfeito com este esqueleto, que não se limitou só à "teoria econômica", no sentido habitual da palavra; que, *ao explicar* a estrutura e o desenvolvimento de uma formação social determinada *exclusivamente* pelas relações de produção, Marx, não obstante, sempre e em toda parte, estudava as superestruturas correspondentes a estas relações de produção, cobria o esqueleto de carne e lhe injetava sangue. Por isso, *O Capital* obteve um êxito gigantesco, pois esta obra de um "economista alemão" pôs, ante os olhos do leitor, toda a formação social capitalista, como organismo vivo, com os diversos aspectos da vida quotidiana, com as manifestações sociais efetivas do antagonismo de classes próprio destas relações de produção, com sua superestrutura política burguesa destinada a assegurar o domínio da classe dos capitalistas, com suas idéias burguesas de igualdade etc., com suas relações familiares burguesas. [20]

Neste texto Lênine afirma que em *O capital* Marx não se limita a estudar a estrutura econômica do modo de produção capitalista, antes se refere também às superestruturas que lhe correspondem.

18. *Ibid.*, II, p. 504.

19. *Ibid.*, I, p. XIV, "Prefácio à primeira edição alemã."

20. LÊNINI, "Quiénes son los amigos del pueblo?", p. 12.

O que na realidade ocorre é que *O capital*, tal como o conhecemos, é uma obra inconclusa, representa o estudo científico do "nível econômico" do modo de produção capitalista, e a isso se deve que geralmente seja considerado como uma obra de tipo econômico. Marx pretendia analisar também o direito, o Estado e a ideologia do modo de produção capitalista, como o deixa ver no plano de trabalho que apresenta na *Introdução à crítica da economia política*, mas não chegou a fazê-lo. Não obstante, é necessário assinalar que esta teoria do "nível econômico" do modo de produção capitalista supõe necessariamente se não a teoria desenvolvida, pelo menos certos elementos teóricos que se referem às outras instâncias deste modo de produção: ideológica e jurídico-política. A estes elementos é que Lênine se refere no texto citado anteriormente.

Portanto, *O capital* não se limita apenas à economia. Ultrapassa amplamente a economia, conforme a concepção marxista da realidade econômica, que só pode ser compreendida como um nível, uma parte, uma estrutura regional inscrita organicamente na totalidade de um modo de produção. A isso se deve que, apesar de a análise de Marx permanecer fundamentalmente em nível da economia capitalista, podemos encontrar em sua obra elementos teóricos importantes para elaborar a teoria dos outros níveis deste modo de produção, elementos que até o presente momento não foram elaborados.[21]

Por último, é necessário assinalar que *O capital* limita-se a estudar de forma científica e perfeita o nível econômico do modo de produção capitalista em sua fase competitiva, que se caracteriza, fundamentalmente, pela livre concorrência dos capitalistas individuais. Apesar de Marx descobrir a tendência para a concentração dos capitais e para a formação de monopólios, não pode realizar uma análise científica desta fase do desenvolvimento capitalista devido a que como pensador, está limitado em suas elaborações pela problemática de sua época.

4. CONCEITO DE CONJUNTURA POLÍTICA

Até aqui vimos os conceitos de *modo de produção* e de *formação social*. O primeiro refere-se a uma totalidade social abstrata; o segundo, a uma totalidade social historicamente determinada. Agora vamos estudar o conceito que se refere ao nível mais concreto de análise de uma formação social, o conceito de CONJUNTURA POLÍTICA.

21. ALTHUSSER, "Teoría, práctica teórica...", p. 8.

A CONJUNTURA POLÍTICA é o "momento atual" da luta de classes em uma formação social ou sistema de formações sociais. [22]

A conjuntura política é o "momento atual" de uma formação social. Este "momento atual" caracteriza-se por ser uma síntese das contradições de uma formação, ou de um sistema de formações sociais em um determinado momento de seu desenvolvimento. Ela se expressa fundamentalmente como uma oposição entre diferentes forças sociais.

A grande contribuição de Mao Tsé-tung para o estudo da conjuntura foi a de proporcionar-nos um método de análise científica da conjuntura ao afirmar que toda conjuntura política é um sistema de contradições.

Neste sistema uma contradição ocupa o lugar principal e as outras um lugar secundário.

> Existem muitas contradições no processo de desenvolvimento de uma coisa complexa; entre estas, uma é necessariamente a contradição principal sua existência e seu desenvolvimento determinam a existência e o desenvolvimento das demais, ou influem nessa existência e nesse desenvolvimento.
>
> Por exemplo: na sociedade capitalista as duas forças opostas, o proletariado e a burguesia, constituem a contradição principal. Outras contradições, como por exemplo as que existem entre a classe feudal remanescente e a burguesia, o proletariado e a pequena burguesia camponesa, a burguesia liberal e a burguesia monopolista, a democracia burguesa e o fascismo burguês, assim como entre os próprios países capitalistas, entre o imperialismo e as colônias etc., estão determinadas e influenciadas por esta contradição principal.[23]

Além disso, cada uma destas contradições tem dois aspectos: um principal e um secundário.

> ...em cada contradição, tanto principal como secundária, podemos colocar no mesmo plano seus dois aspectos contraditórios? Não, tampouco. O desenvolvimento dos aspectos contraditórios em qualquer contradição é sempre

22. O conceito de "conjuntura política" pode referir-se tanto a uma formação social determinada como à situação mundial, na qual se verificam determinadas relações entre sistemas de formações sociais. Por exemplo, a conjuntura mundial que se produz ao triunfar a revolução socialista na Rússia etc.

23. MAO TSÉ-TUNG, "Sobre a contradição", em *Cuatro tesis filotóficas*, p. 57.

desigual. Algumas vezes parece existir um equilíbrio de forças, mas isso é apenas temporário e relativo, ao passo que a desigualdade no desenvolvimento continua sendo a forma fundamental. Dos dois aspectos contraditórios, um deve ser o principal e o outro o secundário. O aspecto principal é o que desempenha um papel dirigente na contradição. O caráter das coisas acha-se determinado, fundamentalmente, pelo aspecto principal da contradição, que ocupa a posição dominante.

Mas, esta situação não é de maneira alguma estática: o aspecto principal e o secundário de uma contradição se transformam um no outro e o caráter das coisas muda como conseqüência.[24]

Depois de haver estudado as contradições principal e secundárias, e seus aspectos principal e secundário, é importante estudar as particularidades de cada um destes aspectos. Por exemplo, no caso do proletariado, estudar o nível de consciência da massa obreira, a existência ou não de uma aristocracia operária, o grau de credulidade no sistema "democrático de governo" e assim por diante.

Por último, não basta conhecer as características particulares de cada aspecto; é importante analisar qual o tipo de relação que estabelecem entre si ambos os aspectos. "Sabe-se, por exemplo, que as forças exploradoras, que sempre têm mais 'experiência' que as forças exploradas, utilizam duas formas gerais de luta: a violência e o engano, as balas e as 'balas cobêrtas de açúcar', o fuzil e a pena."[25] Sua dominação política lhes permite utilizar a força repressiva do Estado contra os explorados, sua dominação ideológica proporciona-lhes os meios de informação e propaganda para realizar seu engano coletivo. Em um momento determinado a burguesia utiliza, fundamentalmente, o engano, em outros momentos utiliza a violência, dependendo do grau de organização, consciência e combatividade das massas.

A análise concreta supõe o estudo da forma específica de luta que ocorre entre os dois aspectos de uma mesma contradição.

Qualquer modificação no sistema de contradições que define uma conjuntura determinada, seja ao nível da contradição principal/secundárias, seja ao nível dos aspectos principal e secundário de contradição principal, produz igualmente uma modificação do momento atual, uma mudança de conjuntura política.

Somente uma análise correta da conjuntura política, isto é, do momento atual, permite estabelecer instruções adequadas de luta, isto é, instruções que façam avançar as forças revolucionárias.

24. *Ibid.*, pp. 59-60.

25. "La pensée de Mao Tsé-tung", em *Cahiers marxistes-leninistes* nº 14, p. 28.

Há uma diferença básica entre as contradições na Rússia resolvidas pela Revolução de Fevereiro e pela Revolução de Outubro, assim como entre os métodos empregados para resolvê-las. O emprego de diferentes métodos para resolver diferentes contradições é um princípio que deve ser observado pelos marxistas-leninistas. Os dogmáticos não observam este princípio; ignoram as diferenças entre as distintas situações revolucionárias, e, portanto, não compreendem que é preciso usar diferentes métodos para resolver diferentes contradições, antes adotam uniformemente uma fórmula que imaginam inalterável e a aplicam mecanicamente em toda parte; este procedimento só pode acarretar reveses à revolução.[26]

5. CONCEITO DE TRANSIÇÃO[27]

Ao estudar o conceito de modo de produção vimos que se trata de uma estrutura dinâmica que tende continuamente a reproduzir suas condições de existência. Neste capítulo estudaremos as condições que determinam a passagem de um modo de produção para outro.

A base material da transição de um modo de produção para outro, segundo o pensamento marxista tradicional, caracteriza-se por uma não-correspondência entre as velhas relações sociais de produção dominantes que entram em contradição com o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Trata-se de substituir as velhas relações sociais de produção por novas relações que correspondam ao grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas.

O acrescentamento das forças produtivas e o surgimento embrionário de novas relações sociais de produção têm um caráter espontâneo e imprevisto. Os agentes da produção, ao aperfeiçoarem seus velhos métodos de produção e ao criarem novos desenvolvimentos, portanto, as forças produtivas, não percebem os resultados sociais que produzem. Seu pensamento, sua consciência não vai além do benefício imediato que isso pode produzir-lhe.

Mas, o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças produzidas nas relações sociais de produção se operam espontaneamente só até certo ponto. Quando as novas forças produtivas e as

26. MAO TSÉ-TUNG, *op cit.*, p. 44, Nos escritos de Lênine que vão desde a Revolução de fevereiro até a Revolução de outubro de 1917 encontramos excelentes análises das diferentes conjunturas que vão surgindo e das novas instruções políticas que deviam estabelecer-se em cada situação.

27. Queremos advertir que consideramos este ponto um dos mais fracos deste livro.

relações sociais de produção que lhes correspondem, nascidas dentro da antiga infra-estrutura, entram em conflito com as velhas relações sociais de produção que nela dominam, o desenvolvimento espontâneo é substituído por uma atividade consciente, pela luta das classes mais avançadas, isto é, daquelas que surgem das novas relações de produção por obter ao nível econômico, jurídico-político e ideológico condições que favoreçam o desenvolvimento das novas relações de produção.

Assim sendo, as velhas relações de produção são defendidas pelas antigas classes dominantes que dispõem do poder do Estado e de todos os meios de influência ideológica sobre as massas. Elas estão interessadas em manter estas relações de produção e utilizam todos os meios de que dispõem para resistir às forças sociais avançadas que aspiram a terminar com as antigas formas de propriedade, para abrir o caminho ao pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Através da luta de classes, da revolução, é que se torna possível destruir o poder das antigas classes dominantes e suas conseqüências econômicas.

As classes revolucionárias criam um novo poder, um poder revolucionário, e apoiando-se nele destroem os obstáculos que impedem o pleno desenvolvimento das forças produtivas e das novas relações de produção que lhes correspondem. Desta maneira, o processo espontâneo do desenvolvimento social, preparado em nível da infra-estrutura, é substituído pela atividade consciente das massas guiadas pela classe mais interessada em romper com o antigo sistema.

A base e a causa econômica das revoluções sociais foram expostas por Marx em seu Prefácio à *Crítica da economia política*.

> Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade chocam-se com as relações de produção existentes ou, o que não é senão a expressão jurídica disto, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até aqui. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em suas travas. *Abre-se, assim uma época de revolução social.* (O sublinhado é nosso.)

Isto posto, utilizando os conceitos de modo de produção e de formação social, podemos dizer que esta "transição de um modo de produção para outro" realiza-se sempre dentro de uma formação social determinada. O que ocorre primeiramente é que, na estrutura econômica complexa de tal transformação social, onde coexistem vários modos de produção de bens materiais, isto é, diferentes relações de produção, uma das relações de produção, até então subordinada, começa a adquirir um papel cada vez mais importante, até que chega

a constituir-se na relação de produção dominante ao nível da estrutura econômica. Pois bem, como a estrutura jurídico-política e ideológica dessa formação social não mudou tendendo a favorecer as antigas relações de produção dominantes, torna-se necessário que a classe representativa das novas relações de produção consiga apoderar-se do aparelhamento do Estado para mudar as condições ideológicas e jurídico-políticas que freiam o desenvolvimento das novas relações de produção.

O processo consciente e violento de destruição das antigas relações de produção, isto é, a *revolução*, é a lei geral que caracteriza a mudança de dominação de uma relação de produção por outro, em uma formação social determinada.

Pois bem o peculiar à transição do capitalismo para o socialismo consiste em que no seio da sociedade capitalista, isto é, de uma formação social onde dominam as relações de produção capitalistas, *não podem surgir relações de produção socialistas*, como tem sido o caso de todas as sociedades anteriores nas quais as novas relações de produção nasciam dentro da formação social em que dominavam outras relações sociais de produção.

Por exemplo, na França a passagem do modo de produção feudal, dominante até esse momento, para o modo de produção capitalista, no que se refere a estrutura econômica, realiza-se, no essencial, antes da revolução de 1789. Isto é, não só as forças produtivas, mas também as relações sociais de produção capitalistas já existiam. Daí a Revolução de 1789, revolução em nível do jurídico-político, depois da revolução (espontânea) em nível econômico. A tomada do poder por parte da burguesia não faz senão consolidar e estimular as forças produtivas e as relações de produção correspondentes.

Por outro lado, se no próprio seio da formação social de dominância capitalista nascem e se desenvolvem forças produtivas com um caráter cada vez mais social que servirão de base para as relações socialistas de produção, estas relações não podem instaurar-se senão por uma revolução que dê o poder político à classe operária.

Estabelecer relações socialistas de produção não consiste em transformar as fábricas de tal maneira que se suprima o capital e que sejam os operários que administrem a empresa. Se o problema se reduzisse a isto, poderiam surgir em uma sociedade capitalista gérmens socialistas, como é, por exemplo, o caso dos *kibutz* em Israel. Como, porém, as relações de produção socialistas não se referem só às fábricas mas à economia global do país, às formas em que devem ser articuladas as diversas áreas da produção etc., estas não podem

nascer na sociedade capitalista, cuja lei de desenvolvimento implica, precisamente, uma certa anarquia da produção social.

Até aqui vimos que o materialismo histórico assinala-nos que a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas correspondem determinadas relações sociais de produção, e como sobre a base destas relações se estabelecem determinadas relações jurídico-políticas e ideológicas. Se as relações de produção se alteram, cedo ou tarde se alteram as demais relações.

Mas esta tese do materialismo histórico que parece estabelecer uma certa ordem — primeiro passo, mudança ao nível da infra-estrutura; segundo passo, mudanças ao nível da superestrutura — deve ser estudada de forma crítica.

A que modos de produção se refere Marx quando afirma isto no Prefácio à *Crítica...?*

Refere-se aos modos de produção nos quais "a sociedade burguesa" é a "última forma contraditória". Diz que com esta sociedade burguesa ou modo de produção capitalista "termina a pré-história da humanidade".

Portanto, se até o estabelecimento do modo de produção capitalista se pode dizer, em geral, que as relações jurídico-políticas e ideológicas não surgem senão para confirmar e assegurar as relações de produção que surgiram de forma espontânea ao nível de infra-estrutura, esta afirmação já não vale para a transição do capitalismo ao socialismo.

A transição das relações capitalistas de produção para as relações socialistas de produção não se opera espontaneamente.

Na transição do capitalismo ao socialismo são as relações jurídico-políticas as primeiras a estabelecerem-se. A tomada do poder político pela classe operária ou pela classe operária e seus aliados cria condições que permitem estabelecer as relações ideológicas que permitirão um pleno desenvolvimento das forças produtivas, base necessária para o estabelecimento final do comunismo: "a cada um segundo sua necessidade".

Vejamos agora como Engels descreve este processo:

> Com o apossamento dos meios de produção pela sociedade, elimina-se a produção mercantil e, com ela, o domínio do produto sobre o produtor. A anarquia no seio da produção social é substituída pela organização consciente e planejada. Termina a luta pela existência individual. Com isto o homem se separa definitivamente do reino animal, e passa, das condições animais de existência a outras realmente humanas. O cerco das condições de existência que até agora dominou os homens cai, agora, sob o domínio e o controle deles, os quais se tornam, pela primeira vez, conscientes e donos reais da natureza, em virtude e na medida em que se tornam donos de sua própria associação. Agora os homens aplicam e dominam assim, com pleno conhecimento real das leis de seu próprio fazer social, que antes lhes faziam frente como leis naturais estranhas a eles e dominantes. A própria associação dos homens, que antes parecia imposta e concedida pela natureza e pela história, agora se torna ação livre e própria. Os poderes objetivos e estranhos que até agora dominaram a história passam sob o controle dos próprios homens. A partir desse momento os homens farão sua história com plena consciência; a partir desse momento irão obtendo, predominantemente, e cada vez mais, das causas sociais que ponham em movimento, os efeitos que desejem. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.[28]

A transição do capitalismo para o socialismo é, portanto, uma transição na qual a ação política revolucionária se adianta às relações de produção. O desvio espontaneísta do marxismo não vê esta diferença radical que existe entre a transição do capitalismo para o socialismo e as outras transições anteriores. Aplica o mesmo modelo a todas as transições e fica esperando que a formação social capitalista evolua de forma espontânea para o socialismo.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo estudamos os conceitos de modo de produção, formação social e conjuntura política. Vimos que o primeiro se refere a uma totalidade social abstrata, o segundo a uma totalidade social concreta historicamente determinada e o terceiro ao "momento atual" de uma formação social. Utilizando os conceitos de modo de produção e de formação social, pudemos indicar de forma precisa qual é o objeto de *O capital*, de Marx. Por último vimos a transição de um modo de produção a outro.

Portanto, neste capítulo definimos os seguintes conceitos da teoria geral do materialismo histórico: *modo de produção — formação social — conjuntura política.*

QUESTIONÁRIO

1. Quais são os dois sentidos em que se utiliza o conceito de modo de produção?
2. Que se entende por modo de produção?
3. Por que é importante dispor de um conceito teórico para analisar uma realidade?

---

28. ENGELS, *Anti-Dühring*, p. 280.

4. Por que o conceito de modo de produção se refere a uma totalidade abstrata?
5. Que se entende por formação social?
6. Por que não se pode falar de país como sinônimo de formação social?
7. Qual é o objeto de *O capital?*
8. Pode-se afirmar que *O capital* foi superado?
9. Que se entende por conjuntura política?
10. Qual o método científico para estudar a conjuntura política?
11. Por que é importante estudar a conjuntura política?
12. Que se entende por transição?
13. Qual é a diferença entre as transições anteriores para o capitalismo e a deste para o socialismo?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Pode-se falar de uma formação social a dominante capitalista se ao nível da estrutura econômica não são as relações de produção capitalistas as que dominam?
2. Como determinar quando um modo de produção de bens materiais e suas relações de produção correspondentes passam a ocupar o papel dominante na estrutura econômica de uma formação social?
3. Por que é importante limitar bem o objeto de *O capital?*
4. Poderia fazer uma análise da conjuntura política atual de seu país aplicando o método do sistema de contradições?

BIBLIOGRAFIA

MARX: *El capital,* Livro III, p. 734; Livro I, p. 46, nota 36.

LÊNINE: "Quiénes son los amigos del pueblo?", fascículo I.

MAO TSÉ-TUNG: "Sobre a contradição".

ALTHUSSER: "Teoria, práctica teórica y formación teórica. Ideología y lucha ideológica", pp. 5-18.

ALTHUSSER: "El objeto de *El capital*", em *Para leer "El capital"*, pp. 188-199. Ed. francesa, t. II, pp. 149-164.

BALIBAR: "Los conceptos fundamentales del materialismo histórico", cap. I, item 3: "La determinación en última instancia", *Para leer "El capital"*, pp. 237-45. Ed. francesa, t. II, pp. 212-222.

Modificações introduzidas no capítulo:

1. Precisão do conceito de estrutura a dominante.
2. Precisão do conceito de relações de produção como núcleo estruturador do modo de produção.
3. Insistência em que a formação social não é uma combinação de modos de produção.
4. Acrescenta-se aqui o conceito de transição que antes figurava no capítulo XI, sem maiores modificações.

SEGUNDA PARTE

AS CLASSES SOCIAIS

Na *primeira parte* deste livro estudamos todos os conceitos que nos permitem definir de maneira científica a *estrutura social global*, tanto em seus níveis mais abstratos (modo de produção) como em seus níveis mais concretos (formação social e conjuntura política). Até aqui permanecemos, portanto, ao nível das *estruturas sociais*.

Nesta *segunda parte* do livro estudaremos os *efeitos que estas estruturas produzem sobre os indivíduos* que as habitam e a forma pela qual podem modificá-las.

O primeiro capítulo se referirá ao *conceito de classes sociais* como efeito da estrutura social. O segundo se referirá à *luta de classes*, isto é, à forma como as classes podem atuar sobre as estruturas.

9

CONCEITOS DE CLASSES SOCIAIS

1. *Introdução*. 2. *Classes sociais e modo de produção*. 3. *O modo de produção capitalista: duas ou três classes?* 4. *Classes sociais e reprodução do modo de produção*. 5. *Grupo social, classe e fração de classe*. 6. *Interesse de classe*. 7. *Consciência de classe e instinto de classe*. 8. *Classes sociais e formação social*. 9. *Classes de transição*. 10. *Situação de classe*. 11. *Classes sociais e conjuntura política*. 12. *Luta de classes*. 13. *Conclusão: as classes sociais como "portadoras" de determinadas estruturas*.

INTRODUÇÃO

MARX MORREU antes que pudesse redigir o capítulo de *O capital* dedicado, precisamente, a este tema. Muitos foram os autores que pretenderam reconstituí-lo, mas nem sempre os métodos escolhidos foram os melhores. Lembremos aqui apenas um deles: Dahrendorf, que em seu livro *As classes sociais e seu conflito na sociedade industrial* se esforça por reconstituir o último capítulo de *O capital* fazendo-o em forma de recopilação de citações tomadas a diferentes textos de Marx, pertencentes a diferentes épocas e que se desenvolvem a diferentes níveis de abstração, segundo um esquema que estabelece previamente. Seu esforço é valioso quanto à apresentação de citações, mas absolutamente nulo quanto a significar uma contribuição para a compreensão da "problemática" marxista acerca das classes sociais.

O verdadeiro caminho não é o de construir o conceito ausente através de uma recopilação de citações ou da escolha das melhores entre elas, mas tratar de construí-lo através da compreensão da pro-

blemática que está em sua base e que se encontra fundamentalmente em *O capital*. Este é o caminho que temos seguido.

O conceito de classe social é um conceito que pode ser definido a um nível abstrato: ao nível de modo de produção, mas que para ser um instrumento de análise política deve ser concretizado estudando as novas determinações que adquire em uma formação social concreta e em uma conjuntura política determinada.

Definiremos primeiramente o conceito de classe social em nível de modo de produção para depois passarmos às determinações próprias que adquire em nível da formação social e da conjuntura política.

2. CLASSES SOCIAIS E MODO DE PRODUÇÃO

Em todo modo de produção no qual existem relações de exploração apresentam-se dois grupos sociais antagônicos: os exploradores e os explorados: escravos e amos, servos e senhores feudais, operários e patrões.

A existência destas classes ou grupos antagônicos não foi descoberta por Marx; muitos historiadores e economistas já falavam delas antes dele.

Marx escrevia a J. Weydemeyer, a 5 de março de 1852:

> ...Quanto a mim, não me cabe o mérito de haver descoberto a existência das classes sociais na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas a anatomia destas classes. O que eu trouxe de novo foi demonstrar: 1) que a *existência de classes* só está unida a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção;* 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à *ditadura do proletariado;* 3) que esta mesma ditadura não é, de per si, mais que o trânsito para a *abolição de todas as classes* e para uma sociedade sem classes...[1]

Portanto Marx *não descobre* as classes nem a luta de classes.

Economistas como Smith e Ricardo, historiadores como Tierry, Guizot e Niebuhr, dos começos do século XIX, já haviam tratado deste problema.

O ponto de partida de Marx é o ponto de chegada daqueles economistas e historiadores.

O conhecimento histórico, em sua mais avançada forma, já mostrava na época de Marx a sucessão de "civilizações", de "regimes políticos", de culturas etc., como o resultado da luta entre grupos

1. *Obras escogidas,* II, p. 456.

sociais: escravos e cidadãos livres; patrícios e plebeus; servos e proprietários feudais e assim por diante.

Portanto, quando Marx inicia o *Manifesto* com a célebre frase: "A história de qualquer sociedade, até nossos dias, é a história da luta de classes", não está senão resumindo as conclusões a que haviam chegado seus predecessores. Estas conclusões constituem a matéria-prima sobre a qual vai trabalhar teoricamente para construir uma teoria científica das classes e de suas lutas.

Se voltarmos à primeira contribuição indicada por Marx a Weydemeyer, podemos enunciá-lo como o colocar em relação o conceito de classe com o conceito de modo de produção (fases históricas do desenvolvimento da produção).

Em um dos textos mais citados pelos marxistas, Lênine define as classes sociais da seguinte maneira:

> As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram em face dos meios de produção (relações que as leis fixam e consagram), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, por conseguinte, pelo modo e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem.
>
> As classes sociais são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social.[2]

Em muitos outros textos Lênine insiste na relação que existe entre situação na produção social ou situação em face dos meios de produção e classe social.

A grande contribuição do marxismo para o estudo das classes sociais foi, precisamente, estabelecer esta relação.

A definição marxista de classe social seria, portanto, a seguinte:

> AS CLASSES SOCIAIS são grupos sociais antagônicos em que um se apropria do trabalho do outro por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção determinado, lugar que está determinado fundamentalmente pela forma específica em que se relaciona com os meios de produção.

2. LÊNINE, "Uma grande iniciativa", em *Marx, Engels, marxismos,* p. 479.
3. *El socialismo vulgar y el populismo, op. cit.,* ed. francesa, t. 6, pp. 267-268, e *Para caracterizar el romanticismo económico,* t. 2, p. 233.

Esta relação específica tem sido considerada classicamente como uma relação de propriedade ou não-propriedade dos meios de produção, identificando-se geralmente a *propriedade* com a *posse efetiva* destes bens. Mas já vimos que ambas as palavras não significam o mesmo, que nem sempre coincide a propriedade com a posse efetiva destes meios. Esta confusão tem sua origem no próprio *O capital,* visto como no modo de produção capitalista pré-monopolista estudado por Marx coincidem ambas as relações em uma mesma pessoa. O capitalista é *proprietário* dos meios de produção e os *possui* "efetivamente ao mesmo tempo, já que sem sua intervenção, ou a de um delegado seu, o complexo processo de produção não pode caminhar. Não obstante, na única seção de *O capital* onde Marx se refere a formas pré-capitalistas de produção, distingue claramente estas duas relações: propriedade e posse efetiva.

A correspondência ou não-correspondência destas relações produz efeitos diferentes nos grupos interessados. Vejamos dois tipos de efeitos que podem ocorrer segundo a forma pela qual se combinam:

	Classe A	*Classe B*	*Efeito*
Tipo I	Propriedade jurídica e posse efetiva de todos os meios de produção = propriedade real	Não-propriedade nem posse efetiva deles	Para produzir seus meios de subsistência a classe B deve trabalhar para a classe A
Tipo II	Propriedade do meio de produção mais importante: a terra	Posse da terra, propriedade dos instrumentos de trabalho, controle do processo de produção = posse efetiva	Para produzir seus meios de subsistência a classe B não necessita trabalhar para a classe A; se o faz, deve-se a razões extra-econômicas

Seria precisamente a não-correspondência entre as relações de propriedade e de posse efetiva que tornaria necessária a intervenção de fatores extra-econômicos para estabelecer e manter a relação de exploração.

> . . . é evidente que sob todas as formas em que o trabalhador direto é "possuidor" dos meios de produção e condições de trabalho necessárias para a produção de seus próprios meios de subsistência, a relação de propriedade tem de manifestar-se a par como relação direta de domínio e de servidão; o produtor direto, por conseguinte, como um homem privado de liberdade. . . Supomos que o produtor direto se encontra em posse de seus próprios meios de produção, das condições objetivas de trabalho necessárias para a realização de seu trabalho e para a criação de seus meios de subsistência. Nestas condições, só a coação extra-econômica, qualquer que seja a forma de que se revista, pode arrancar a estes produtores o trabalho excedente para o latifundiário nominal. [4]

São, portanto, as relações de produção o elemento mais importante para definir as classes sociais. Conforme o caráter destas relações de produção, assim será o caráter da relação entre a classe exploradora e a explorada.

A correspondência entre propriedade jurídica e propriedade real dos meios de produção no modo de produção capitalista, que determina uma completa separação entre o trabalhador e seus meios de produção, é que obriga o trabalhador a oferecer "voluntariamente" sua força de trabalho ao capitalista para sobreviver, tornando teoricamente desnecessária a intervenção de fatores extra-econômicos para reproduzir essas relações de classe. Isso não quer dizer que tais fatores estejam completamente ausentes. Sabemos que as relações capitalistas de produção descansam em uma determinada concepção jurídica da propriedade e do contrato de trabalho, e na presença de um exército disposto a agir nos momentos em que a intensidade da luta de classes assume caráter muito agudo, como o comprova a história dos massacres do movimento operário. Por isso poderíamos dizer que, embora as relações superestruturais estejam presentes no capitalismo, só intervêm quando existe ameaça contra o sistema que tende a reproduzir-se de forma espontânea obedecendo a suas próprias leis econômicas.

Algo muito diferente ocorre com o modo de produção servil. Aqui, a não-correspondência das relações de propriedade jurídica com as relações de posse efetiva determina que a classe proprietária (os latifundiários) tenha de recorrer à força, à tradição, à religião etc., para lograr produzir as relações de exploração, para manter o servo submetido a seu jugo.

E poderíamos dizer que é o caráter da estrutura econômica, própria do período de transição do capitalismo para o socialismo, em que a propriedade dos principais meios de produção é do Estado proletário (isto é, do proletariado como classe representada no Estado), mas em que a "posse efetiva" destes meios ainda está em mãos daqueles que por seus conhecimentos prévios estão capacitados para

4. Marx, *El capital,* III, p. 732.

fazê-los funcionar (ex-capitalistas que passaram a ser administradores, toda a gama de técnicos do sistema anterior, e mais tarde os novos técnicos, porém formados com a antiga mentalidade), que torna necessária a intervenção de fatores extra-econômicos: políticos (esta é uma das justificativas da ditadura do proletariado) e ideológicos, para lutar contra os hábitos legados pelo sistema anterior. Estes fatores extra-econômicos devem intervir para impedir que o trabalho dos operários seja açambarcado, de uma maneira ou de outra, pelo grupo que tem a posse efetiva dos meios de produção. Só o desenvolvimento das forças produtivas (compreendendo nelas os trabalhadores e sua preparação técnica) permitirá chegar à realização de uma plena posse de todos os meios de produção por parte dos trabalhadores e, portanto, à supressão das classes.

É evidente que para suprimir as classes não basta acabar com os exploradores, com os detentores da terra e capitalistas; não basta suprimir *toda* propriedade, antes é imprescindível suprimir toda propriedade privada sobre os meios de produção; é necessário suprimir a diferença que existe entre a cidade e o campo, entre os trabalhadores manuais e intelectuais. Esta obra exige muito tempo. Para realizá-la é preciso dar um gigantesco passo adiante no desenvolvimento das forças produtivas, é preciso vencer a resistência (muitas vezes passiva e muito mais tenaz e difícil de vencer) de numerosas supervivências da pequena produção, é preciso vencer a enorme força do costume e da rotina que estas supervivências trazem consigo.[5]

3. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DUAS OU TRÊS CLASSES?

Na seção anterior afirmamos que só existem duas classes antagônicas em cada modo de produção. Como se explica, então, que Marx, ao referir-se ao capitalismo no Prefácio à *Crítica da economia política* e em alguns capítulos de *O capital,* fale de três classes: capitalistas, latifundiários e operários?

Para podermos responder a esta pergunta devemos indagar: em que nível de abstração se situa Marx quando fala destas três classes? Ao nível abstrato do modo de produção capitalista puro ou ao nível mais concreto de uma formação social com acentuada dominação capitalista?

Se estudarmos rigorosamente os textos, verificaremos que quando Marx fala das "três classes" sempre se refere à "sociedade moderna", à "sociedade burguesa moderna" ou à "sociedade moderna" baseada no regime capitalista, e não ao modo de produção capitalista.

Por outro lado, se examinarmos com cuidado os capítulos sobre a renda da terra, que se encontram na seção VI de *O capital* (livro III), e especialmente o capítulo XXXVII: "Introdução", veremos que Marx estuda o problema da renda porque "o monopólio da propriedade territorial constitui uma premissa histórica e se mantém como base constante do regime de produção capitalista..." Portanto, Marx se vê obrigado a estudar a renda porque ela constitui um dado histórico fundamental na constituição do modo de produção capitalista e não porque seja uma exigência de tipo lógico.

Lênine nos diz que "do ponto de vista lógico podemos conceber muito bem uma organização puramente capitalista da agricultura sem nenhuma propriedade privada sobre a terra..."[6] portanto, sem latifundiários.

Vejamos agora os textos mais explícitos de Marx sobre o *problema das três classes:*

...partindo da existência do regime de produção capitalista, o capitalista não só é um funcionário necessário, mas o funcionário mais importante da produção. Por sua vez, o latifundiário é uma figura perfeitamente supérflua neste sistema de produção. Tudo o de que este necessita é que o solo não seja objeto de livre disposição, que se defronte com a classe operária como um meio de produção que não lhe pertence, e esta finalidade se alcança perfeitamente, declarando o solo propriedade do Estado e fazendo, portanto, com que o Estado receba a renda do solo. O latifundiário, que era um funcionário importante na produção no mundo antigo e na Idade Média, é hoje, no mundo industrial, um aborto parasitário. Por isso o burguês radical, olhando igualmente de soslaio a supressão de todos os demais impostos, dá um passo à frente e nega, teoricamente, a propriedade privada sobre o solo, que deseja ver convertida em propriedade comum da classe burguesa do capital, sob a forma de propriedade do Estado. Entretanto, na prática, sente fraquejar seu valor, pois sabe que todo ataque a uma forma de propriedade — a uma das formas da propriedade privada sobre os meios de produção — poderia acarretar conseqüências muito delicadas para a outra. Além disso, os próprios burgueses se foram convertendo também em latifundiários.[7]

E esta outra citação, ainda mais clara:

O trabalho materializado e o trabalho vivo são os dois fatores em cuja defrontação descansa este regime de produção. O capitalista e o operário assa-

5. LÊNINE, "Uma grande iniciativa", *loc. cit.*, p. 479.

6. LÊNINE, *A questão agrária e os críticos de Marx, op. cit.*, ed. francesa, t. 6, p. 119.

7. MARX, *Historia crítica de la teoría de la plusvalía,* Fondo de Cultura Económica, México, 1944, 1ª ed., vol. 2, p. 167.

lariado são os únicos agentes e fatores da produção cujas relações e cujo antagonismo emanam da própria essência do regime de produção capitalista. As circunstâncias por força das quais o capitalista, por sua vez, se vê obrigado a ceder a terceiras pessoas, alheias ao processo de trabalho, uma parte do trabalho excedente ou da mais-valia extorquidos por ele, não se apresentam senão em segunda instância... Este (o capitalista) é, perante o obreiro, o possuidor da mais-valia em sua totalidade, mesmo quando, mais tarde, tenha de transferir uma parte dela ao outro capitalista que lhe facilitou o dinheiro, o latifundiário etc. Por isso, como observa James Mill, a produção poderia seguir seu curso sem o menor tropeço embora desaparecesse o latifundiário, substituído pelo Estado. O proprietário privado da terra não é, na produção capitalista, um agente necessário da produção, se bem que o capitalismo precise de que a propriedade do solo pertença a alguém, ao Estado por exemplo, contanto que não se ache em mãos do operário. Esta redução das classes que participam diretamente na produção — redução que responde à própria essência do regime feudal, do regime antigo etc. — e, portanto, dos elementos que participam diretamente do valor produzido e do produto em que toma corpo este valor, a saber: o capitalista e o operário assalariado, com exclusão do proprietário de terra, o qual só participa *post festum* e não em virtude de razões inerentes ao regime capitalista de produção, mas por obra do sistema de propriedade privada sobre as forças naturais... longe de ser um erro... constitui a expressão teórica do regime capitalista de produção...[8]

Estes textos nos permitem, portanto, concluir que no modo de produção capitalista, como em qualquer modo de produção, existem apenas duas classes fundamentais antagônicas: a burguesia e o proletariado.

Quando Marx fala de três classes, está referindo-se não a um modo de produção puro mas a uma formação social dada: a sociedade moderna inglesa ou outra na qual domina o modo de produção capitalista.

4. CLASSES SOCIAIS E REPRODUÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO

Para poder satisfazer as necessidades de consumo dos homens que vivem em uma sociedade, o processo de produção de bens materiais não pode paralisar-se, nem ser interrompido; tem de reproduzir-se continuamente. E este processo tende a reproduzir-se segundo o modo que lhe é próprio, tende a reproduzir sem cessar as relações sociais de produção que seu funcionamento pressupõe.

Por isso é importante fazer intervir na definição das classes o conceito de reprodução do modo de produção.

8. *Ibid.*, pp. 233-235.

Vejamos o que diz Marx referindo-se ao modo de produção capitalista:

O processo capitalista de produção reproduz, portanto, em virtude de seu próprio desenvolvimento, o divórcio entre a força de trabalho e as condições de trabalho; reproduz e eterniza, com isso, as condições de exploração do operário. Obriga-o constantemente a vender sua força de trabalho para poder viver e permite constantemente ao capitalista comprá-la para enriquecer-se... Portanto, o processo capitalista de produção não só reproduz a mais-valia, mas também produz e reproduz o mesmo *regime de capital* de uma parte o capitalista e da outra o trabalhador assalariado.[9]

Contudo, não basta ver a importância da reprodução na determinação das classes sociais; é necessário estudar a forma específica que este processo de reprodução assume segundo o modo de produção.

A reprodução do modo de produção capitalista, por exemplo, não implica somente a reprodução de suas duas classes sociais — capitalistas e obreiros — mas uma reprodução delas seguindo uma determinada tendência: o fortalecimento numérico da classe obreira pela ploletarização crescente dos capitalistas incapazes de vencer a concorrência e, portanto, uma diminuição numérica da classe capitalista.

O estudo do "campesinato" como uma classe de transição de formas pré-capitalistas a formas capitalistas faz-nos ver, pelo contrário, que sua tendência de desenvolvimento se efetua no sentido de uma diminuição do número de camponeses, parte dos quais passa a pertencer ao sistema de produção capitalista.

É este aspecto dinâmico do funcionamento das classes, essencial da teoria de Marx, que muitos de seus seguidores deixaram no esquecimento, transformando o estudo das classes em um estudo estático, formal.

5. GRUPO SOCIAL, CLASSE E FRAÇÃO DE CLASSE

Nas páginas anteriores afirmamos que só existem duas classes antagônicas em qualquer modo de produção. Demonstramos, por exemplo, que a classe dos proprietários de terra não é, em sentido marxista estrito, uma classe do modo de produção capitalista.

Ao dizer que em qualquer modo de produção só existem duas classes antagônicas, estamos afirmando com isso que todos os indi-

9. *El capital*, I, pp. 486-487.

víduos que existem sob um modo de produção determinado devem fazer parte de uma das duas classes antagônicas? Não, de maneira nenhuma. Nem todos os indivíduos de uma sociedade, mais ainda, nem todos os grupos sociais devem pertencer a uma classe determinada.

Entre todos os grupos sociais que existem em uma sociedade, só os grupos que ao participar de forma direta no processo de produção chegam a constituir-se em pólos antagônicos (exploradores e explorados) se constituem em classes sociais. Existem outros grupos que não podem ser definidos como classes sociais, quer por representar grupos intermediários entre as duas classes antagônicas em nível da produção, como se dá no caso dos técnicos e administradores, quer por não estarem ligados diretamente à produção e sim a serviço de instituições da superestrutura: professores, advogados, funcionários públicos e assim por diante.

Por outro lado, é necessário não confundir o conceito de classe com o de fração de classe, que corresponde aos subgrupos nos quais se pode decompor uma classe. Por exemplo: a burguesia, como classe, se decompõe em burguesia industrial, burguesia comercial e burguesia financeira.

O importante é determinar o critério científico que permite distinguir as diferentes frações no interior de uma determinada classe.

Em *O capital* Marx nos indica o caminho a seguir para estabelecer as frações em que se podem dividir as classes do modo de produção capitalista.

Da mesma maneira em que Marx passa do conceito abstrato de mais-valia para os conceitos mais concretos de benefício da empresa, benefício comercial e juro, que não são senão as formas desenvolvidas da mais-valia, isto é, as formas em que esta aparece em um nível mais concreto da análise do funcionamento do capital, da mesma maneira se deveria passar das duas classes do modo de produção capitalista, consideradas ao nível do processo de produção de mais-valia — capitalistas e operários — para as frações de classe que surgem no processo de circulação do capital.

Na realidade, Marx segue este processo quando analisa as formas desenvolvidas da mais-valia: ao benefício da empresa corresponde a burguesia industrial; ao benefício comercial a burguesia comercial; e ao juro a burguesia financeira.

Ocorre o mesmo com a análise do proletariado?

Marx é menos explícito neste ponto; o resultado disto é que muitos teóricos marxistas não incluam no conceito de proletariado os

trabalhadores do comércio e de bancos, que são, pois, considerados como "empregados" (grupo social que se incluiria no ambíguo conceito de "classes médias").

Qual o argumento de fundo destes teóricos marxistas? Segundo eles, só pode ser considerado operário o trabalhador que produz *diretamente* a mais-valia, isto é, o trabalhador "produtivo". A este argumento podemos opor a análise de Marx. Por que este considera como frações da burguesia os representantes do capital comercial e financeiro *se eles não participam diretamente* na extração da mais-valia, mas apenas em sua realização, isto é, na venda dos produtos e nas operações financeiras que permitirão ao capitalista industrial recuperar em forma de dinheiro o capital invertido no processo de produção?

Portanto, pensemos que da mesma maneira como existe uma burguesia "não-produtiva", isto é, não ligada diretamente à produção da mais-valia — a burguesia comercial e financeira —, existiria um proletariado "não-produtivo correspondente a cada fração desta burguesia.

Vejamos o que diz Marx do assalariado comercial:

> Trata-se agora de saber o que ocorre com os obreiros assalariados comerciais, empregados pelo capitalista comercial... De um ponto de vista, este obreiro comercial é um obreiro assalariado como qualquer outro. Em primeiro lugar, porque seu trabalho é comprado pelo variável do comerciante e não pelo dinheiro gasto como renda,[10] o que quer dizer que não se compra simplesmente para o serviço privado de quem o adquire, mas com fins de valorização do capital desembolsado. Em segundo lugar porque o valor de sua força de trabalho e, portanto, seu salário, se acha determinado, como nos demais trabalhos obreiros assalariados, pelo custo de produção de sua força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho.
>
> Não obstante, entre ele e os operários empregados diretamente pelo capital industrial tem de medear, necessariamente, a mesma diferença que entre o capital industrial e o capital comercial e a que existe, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante. O comerciante, como mero agente da circulação, não produz valor nem mais-valia... razão por que tampouco os obreiros mercantis dedicados por ele às mesmas funções podem criar diretamente mais-valia para ele...[11]

Vejamos, por último, qual é a dinâmica de desenvolvimento desta fração do proletariado, à medida que se reproduz, em forma ampliada, o modo de produção capitalista:

---

10. Isto é, como entrada.
11. *El capital*, III, p. 286.

O obreiro verdadeiramente comercial figura entre os assalariados mais bem remunerados, entre aqueles que prestam um trabalho qualificado e especializado, superior ao trabalho médio. Não obstante, seu salário tende a diminuir, inclusive em relação com o trabalho médio, à medida que progride o sistema capitalista de produção. Em parte pela divisão do trabalho no escritório comercial... Em segundo lugar... a generalização do ensino público permite recrutar esta categoria de obreiros entre classes que antes se achavam à margem dela e que estavam habituadas a viver pior. Além disso, aumenta a oferta, e, com ela, a competição... O capitalista aumenta o número destes obreiros quando há mais valor e mais-valia que realizar. Mas o aumento deste trabalho é sempre efeito, nunca a causa, do aumento da mais-valia. [12]

Aceitar nossa formulação anterior significa pôr à prova a utilidade teórica que alguns marxistas têm dado ao conceito de trabalho produtivo na definição das classes sociais. Se se emprega este conceito no sentido em que Marx o utiliza em algumas análises, chega-se ao absurdo de incluir no conceito de proletariado desde o operário não qualificado até o gerente de uma indústria, isto é, desde os trabalhadores diretos que sofrem na própria carne a exploração, até os trabalhadores indiretos que não passam de representantes do capitalista no processo de extração da mais-valia.

Não obstante, se o conceito de trabalho produtivo não é adequado para definir as duas classes antagônicas do modo de produção capitalista, torna-se útil, ao nível político, para determinar qual é a classe e a fração de classe capaz de realizar e dirigir a revolução socialista. É o proletariado produtivo, o proletariado industrial, próprio de um capitalismo avançado, que por sua situação na produção (organização própria do trabalho coletivo, complexo, nível de educação etc.) é a fração do proletariado mais preparada para dirigir a revolução socialista, é a vanguarda do proletariado.

6. INTERESSE DE CLASSE

Antes de passar a um nível de análise mais concreta, ao nível de uma formação social historicamente determinada, e estudar, a este nível, as novas determinações que tem o conceito de classe social, examinaremos dois dos mais freqüentemente empregados, porém mui poucas vezes definidos: o conceito de interesse de classe e o de consciência de classe.

Será o interesse de classe o conjunto de aspirações espontâneas de determinada classe social? Uma greve que se limita a expressar

12. *Ibid.*, p. 293.

aspirações reivindicatórias, sem jamais pôr em questão o sistema capitalista, pode ser considerada como a expressão do interesse de classe do proletariado?

Para responder a estas perguntas devemos distinguir primeiramente dois tipos de interesse: os espontâneos imediatos e os estratégicos a longo prazo.

Os INTERESSES ESPONTÂNEOS IMEDIATOS são as aspirações que manifestam as classes ou grupos sociais motivados por problemas atuais de sua existência. Têm geralmente por objetivo conseguir maior bem-estar imediato, melhor participação na repartição da riqueza social. Por exemplo: o interesse espontâneo imediato de um grupo de obreiros de baixos salários é conseguir o aumento de seus ganhos para poder fazer frente à alta do custo de vida. O interesse imediato de um grupo de camponeses é que se comprem seus produtos a um preço conveniente. Em ambos os casos se pretende conseguir uma solução para um mal atual, sem buscar a causa profunda deste mal: é importante ter em conta que estes interesses espontâneos imediatos se encontram sempre influídos pela ideologia dominante, por isso nunca chegam a pôr em questão o sistema.

Daí que o proletariado abandonado a seus interesses espontâneos imediatos não logre ir além de uma luta puramente reformista: luta por melhores salários, maior assistência familiar, mais horas de descanso etc., aspirações que em si mesmas não são más, porém não podem transformar-se na meta final da luta de classes do proletariado, já que não põem em questão o próprio sistema de exploração.

A história de todos os países testifica que a classe obreira, exclusivamente com suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência "tradeunionista", isto é, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reclamar a promulgação de tais ou quais leis necessárias aos operários etc.[13]

Portanto:

...*tudo o que seja* inclinar-se ante a espontaneidade do movimento operário... equivale — *em absoluto independente da vontade de quem o faz — a fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários.*[14]

Por conseguinte, os interesses espontâneos imediatos não podem ser considerados, em sentido rigoroso, como interesses de classe.

13. LÊNINE, "*Qué hacer?*", *Obras escogidas*, I, p. 142.
14. *Ibid.*, p. 149.

Que se entende, então, por interesse de classe?
Vejamos o que diz Marx em *La Sagrada Família:*

> Não se trata do que estabelece, ocasionalmente, como objetivo, este ou aquele proletariado, ou inclusive o proletariado em sua totalidade. Seu objetivo e sua ação histórica estão manifestos e irrevogavelmente traçados por sua própria situação vital, como por toda a organização da sociedade burguesa atual.

Portanto, os interesses estratégicos a longo prazo são os interesses que surgem da situação própria de cada classe na estrutura econômica da sociedade.

O interesse estratégico a longo prazo da classe dominante é perpetuar sua dominação; o da classe dominada é destruir o sistema de dominação. O interesse estratégico do proletariado, por exemplo, é destruir o sistema de produção capitalista, origem de sua condição de explorado, destruindo aquilo que é seu fundamento: a propriedade privada dos meios de produção.

É importante assinalar que, devido à influência deformante da ideologia dominante, estes interesses estratégicos a longo prazo não podem surgir de maneira espontânea; é necessário que os membros das classes exploradas aprendam a conhecê-los. A necessidade da penetração da teoria marxista-lenista no movimento obreiro se deve, precisamente, à incapacidade do proletariado para conhecer de forma imediata seus interesses estratégicos a longo prazo.

> A social-democracia é a união do movimento obreiro com o socialismo. Sua incumbência não se estriba em servir passivamente ao movimento obreiro em cada uma de suas fases, mas em representar os interesses do movimento em seu conjunto, indicar a este movimento seu objetivo final, suas tarefas políticas, e salvaguardar sua independência política e ideológica. Desligado da social-democracia, o movimento obreiro se apequena e se transforma por força em um movimento burguês.[15]

Entre os interesses espontâneos imediatos e os interesses estratégicos a longo prazo que refletem a dificuldade dialética do objetivo parcial e objetivo final, podem existir contradições. Por exemplo, a obtenção de salários altos, se não se faz acompanhar de uma correta educação ideológica, pode servir para adormecer o proletariado, tirando-lhe energias para lutar por seus interesses estratégicos a longo prazo, isto é, a luta pela destruição do sistema capitalista e a implantação do sistema socialista. As classes dominantes sabem utilizar, de maneira muito inteligente, estas contradições para perpetuar sua dominação.

15. LÊNINE, "Tareas urgentes de nuestro movimiento", *Obras escogidas*, I, p. 113.

Do que ficou dito se depreende que, em sentido rigoroso, só os interesses estratégicos a longo prazo representam os verdadeiros INTERESSES DE CLASSE.

Por outro lado, não é senão partindo dos interesses imediatos que se pode chegar a fazer o proletariado compreender seus verdadeiros interesses de classe.

Lênine foi muito claro e severo a respeito deste ponto. Para conduzir o proletariado à luta política contra os servidores do capital,

> ...é necessário ligar esta luta com determinados interesses da vida quotidiana... Mas se estes interesses se esfumam com reivindicações políticas apenas compreensíveis só para a intelectualidade, não significa isto retroceder de novo, limitar-se de novo à luta da intelectualidade apenas, cuja importância acaba de ser reconhecida?[16]

Portanto, é necessário combater dois erros:

1. Considerar como *interesse de classe* as aspirações espontâneas imediatas de uma classe.
2. Esquecer que *é necessário partir dos interesses imediatos* de uma classe para levá-la a compreender seus verdadeiros interesses de classe.

7. CONSCIÊNCIA DE CLASSE E INSTINTO DE CLASSE

Outra expressão que devemos definir é a de CONSCIÊNCIA DE CLASSE.

Não se deve confundir a consciência de classe com a consciência psicológica dos indivíduos que fazem parte de uma determinada classe. Ela não é nem a soma nem a média do que pensam, sentem etc., os indivíduos de uma determinada classe em um determinado momento.

A consciência de classe se acha diretamente ligada ao conceito de interesse de classe.

Um indivíduo ou grupo social tem consciência de classe quando está consciente de seus verdadeiros interesses de classe.

A consciência de classe é, portanto, um dado objetivo relacionado com uma situação objetiva: a situação que cada classe ocupa na produção social. Isso a distingue absolutamente dos pensamentos empíricos, dos pensamentos psicologicamente descritíveis e explicáveis que os homens fazem de sua situação de vida.

16. LÊNINE, "Quiénes son los amigos del pueblo?", p. 219.

Agora nos cabe fazer uma última pergunta. Será a consciência de classe algo que nasce espontaneamente?

Para responder a esta pergunta devemos distinguir previamente entre consciência de classe e instinto de classe.

Toda classe social, por sua situação objetiva dentro da produção social, tende a reagir de uma maneira típica. Chamaremos INSTINTO DE CLASSE precisamente a esses esquemas inconscientes de reação, produtos da situação de classe, que se encontram na base de todas as manifestações espontâneas de classe. O instinto de classe é subjetivo e espontâneo, a consciência de classe é objetiva e racional.

Lênine é quem mais freqüentemente emprega esta expressão de instinto de classe:

> O campesinato tem "instinto" de proletário... Os operários aspiram instintivamente ao socialismo... é o instinto dos explorados que os levou a realizar a fraternização na frente... etc.

Assim sendo, existe uma passagem direta do instintivo para o consciente? É evidente que não, pelo menos no que se refere às classes exploradas de todo modo de produção.

Entre o instinto e a consciência se interpõe a ideologia dominante, que desnaturaliza o instinto limitando-o a expressões que não ponham em questão o sistema, e por isso a consciência de classe do proletariado *não é jamais* a mera expressão de sua situação na estrutura econômica da sociedade.

Se o proletariado de um determinado país não tem CONSCIÊNCIA DE CLASSE, mas uma consciência puramente reivindicatória, não se pode culpar disso, exclusivamente, à imaturidade das condições objetivas. As condições nunca estarão suficientemente maduras para que o proletariado adquira por si só sua CONSCIÊNCIA DE CLASSE. A tarefa do partido operário consiste precisamente em "introduzir" a consciência de classe no proletariado, isto é, em mostrar-lhe e ajudá-lo a ser conseqüente com seus verdadeiros interesses de classe.

8. CLASSES SOCIAIS E FORMAÇÃO SOCIAL[17]

Chamamos ESTRUTURA DE CLASSES à articulação das diferentes classes e frações de classe nos diferentes níveis (econômico, político, ideológico) de uma formação social.

17. Neste ponto nos baseamos fundamentalmente em um texto não publicado de Joubert.

Esta estrutura de classes não constitui uma simples justaposição das classes típicas de cada uma das relações de produção que se encontram presentes nela, mas uma articulação original destas classes que sofrem assim novas determinações.

Nesta articulação de um certo número de classes em uma formação social determinada encontramos sempre: uma classe ou fração de classe dominante e classes ou frações de classes dominadas.

A estrutura de classes ao nível da formação social implica, além das determinações próprias à combinação das diferentes relações de produção que servem de suporte às diferentes classes antagônicas próprias a cada modo de produção, outras determinações que explicam o surgimento de novas classes que têm caráter transitório, por exemplo, o campesinato (pequeno produtor agrícola), que surge ao suprimir-se o regime de produção baseado na servidão e que tende a desaparecer à medida que se desenvolve o capitalismo no campo, convertendo-se em sua maior parte em proletariado agrícola ou emigrando para a cidade.

Portanto, para realizar uma análise completa da estrutura de classes de uma formação social determinada devemos considerar, além das classes típicas das relações de produção presentes, as classes de transição. Por outro lado, não devemos esquecer que cada uma destas classes *sofre modificações ao estar articulada a todas as demais* e desempenhar *um papel dominante ou subordinado nesta articulação.*

Apliquemos o que dissemos até aqui a uma formação social a dominante capitalista, isto é, a uma formação social na qual, ao nível da produção de bens materiais, domina o sistema capitalista de produção, subordinando de uma ou de outra maneira os outros modos de produção de bens materiais que coexistem com ele e servindo de base a uma estrutura ideológica e política.

A classe dominante no modo de produção capitalista passa a ser a classe que domina na formação social. Ela faz com que seus interesses de classe prevaleçam sobre os interesses de todas as outras classes. O próprio caráter de dominante a faz adquirir novas determinações que se encontravam ausentes ao nível do modo de produção puro. Ela deverá, na verdade, manter relações de exploração, de colaboração, de luta política etc., não só com o proletariado mas também com as demais classes da formação social. Isto implica que tenha, no próprio seio da estrutura de classes, instrumentos novos (econômicos, políticos e ideológicos) que lhe permitam assegurar e perpetuar sua dominação.

Em uma formação social a dominante capitalista, a classe capitalista dominante deve:

1. Reproduzir a relação de exploração original (capitalista/proletariado);
2. estender esta dominação a outras classes ou camadas da estrutura de classes (capitalista/pequeno-produtor);
3. impedir toda ingerência ou fazer alianças com a antiga classe dominante (latifundiários/capitalistas).

É este conjunto de relações que lhe permite reproduzir-se como classe dominante e desenvolver sua dominação.

Vejamos como se manifestam estas relações nos três níveis da formação social:

No *nível econômico,* como efeito da economia de mercado e do desenvolvimento das forças produtivas no interior das empresas capitalistas, o artesanato tende, por exemplo, a desaparecer havendo permitido ao capitalista uma superexploração prévia. O campesinato, salvo algumas raras exceções, tende a transformar-se em proletariado agrícola ou a emigrar para a cidade, já que sua pequena exploração deixa de ser rentável em face da grande exploração capitalista etc.

Ao *nível político,* por exemplo, surge a necessidade da intervenção política para reproduzir as condições de exploração, coisa que formalmente, ao nível do modo de produção puro, parecia não ser necessária.

A burguesia, que vai ascendendo mas que ainda não triunfou de todo, necessita e emprega ainda o *poder do Estado* para *"regulamentar" os salários,* isto é, para sujeitá-los dentro dos limites que convêm aos fabricantes de mais-valia, e para alongar a *jornada de trabalho* e manter o próprio operário no grau normal de subordinação.[18]

Por outro lado, nem sempre a dominação de uma classe na estrutura implica que seja esta a mesma classe que domine politicamente. Às vezes podem produzir-se deslocamentos. Uma classe que, por sua situação na estrutura econômica, domina na estrutura de classes de uma formação social determinada pode abandonar o poder político a outra classe para conservar o domínio na estrutura econômica, o que por sua vez determina seu domínio na estrutura social.

Marx analisa este fenômeno em El 8 Brumário:

Portanto, quando a burguesia excomunga como *"socialista"* o que antes enaltecia como *"liberal"*, confessa que seu próprio interesse lhe ordena evitar o

18. *El capital,* I, pp. 627-628.

perigo de seu *governo próprio,* que para poder impor a tranquilidade no país tem de impô-la, antes de tudo, a seu parlamento burguês, que para manter intato seu poder social tem de quebrar seu interesse político; que os indivíduos burgueses só podem continuar explorando outras classes e desfrutando mansamente da propriedade, da família, da religião e da ordem sob a condição de que sua classe seja condenada com as demais classes à mesma nulidade política; que para salvar a bolsa é preciso renunciar à coroa.[19]

Por último, no *nível ideológico,* a ideologia da classe dominante tende a defender a ordem social, que não é senão a ordem que *ela estabeleceu* para reproduzir sua dominação. Não é estranho observar através da história que idéias que foram rechaçadas em uma determinada época pela burguesia, como o controle da natalidade, sejam aceitas e fomentadas anos depois, para evitar a explosão demográfica que, aumentando a quantidade de insatisfeitos com o regime, chegaria, inclusive, ao ponto de pô-lo em perigo.

9. CLASSES DE TRANSIÇÃO

> Chamaremos CLASSES DE TRANSIÇÃO às classes que só aparecem ao nível de uma formação social como efeito da desintegração de antigas relações de produção e que tendem a decompor-se à medida que se desenvolvam novas relações de produção.

A pequena burguesia, isto é, o pequeno produtor independente (artesão ou camponês) é um caso típico de classe de transição.

Vejamos primeiramente a pequena burguesia agrária ou CAMPESINATO em sentido estrito.

Onde existiu historicamente um regime de produção baseado na servidão, a abolição dos laços de servidão libertou os antigos servos convertendo-os em pequenos produtores mais ou menos independentes. Mas o desaparecimento da servidão não se deve ao acaso ou à boa vontade dos "senhores", mas à pressão exercida pelo capitalismo incipiente, que depois de um certo desenvolvimento urbano começa a penetrar no campo.

A penetração do capitalismo no campo produz um efeito desintegrador desta classe, a qual pouco a pouco se vai decompondo no proletariado rural e burguesia rural. O CAMPESINATO como classe tende, portanto, a desaparecer. Incapaz de competir com a produção capitalista no mercado, devido a seus custos de produção mais ele-

19. *Obras escogidas,* I, p. 273.

vados, vai-se arruinando e convertendo no proletariado rural ou emigrando para a cidade, salvo alguns raros casos que conseguem firmar-se e converter-se em camponeses ricos passando às fileiras da burguesia rural.

Esta decomposição do campesinato é um processo irreversível enquanto dominam as leis da produção capitalista. Nenhum "desejo" de manter a pequena produção pode deter este processo; é possível, sim, tomar medidas para diminuir sua velocidade.

Ocorre o mesmo fato com os pequenos produtores independentes, isto é, com aqueles produtores que são ao mesmo tempo donos de seus meios de produção. A impossibilidade de competir com as empresas capitalistas no mercado os reduz, a pouco e pouco, à condição de proletários.

Portanto, a pequena burguesia (pequenos produtores camponeses e artesãos que produzem em um regime de economia mercantil) não existe como classe ao nível do modo de produção puro, mas aparece como tal ao nível da formação social, como classe de transição que surge da desintegração das relações de produção baseadas na servidão e tende a desaparecer à medida que as relações de produção capitalista se estendem.

O isolamento de seus membros, devido à forma independente de produzir, seu caráter transitório, seu caráter intermediário entre o proletariado e a burguesia determinam suas caractersíticas nos diferentes níveis da formação social.

Do ponto de vista da economia, a pequena burguesia é uma classe explorada pelo sistema capitalista dominante e a ele subordinada, mas justamente por causa de seu isolamento, provocado por suas próprias condições de produção, apegado a um lugar e a uma exploração determinada,

> não está em condições de compreender o caráter de classe desta exploração e desta opressão, das quais sofre, às vezes, não menos que o proletariado; não está em condições de compreender que tampouco o Estado na sociedade burguesa pode deixar de ser um Estado de classe.[20]

Do ponto de vista ideológico, devido a sua situação de transição, o pequeno produtor está em uma dupla situação; é, ao mesmo tempo, um elemento de progresso enquanto representa uma libertação do regime anterior de dependência, e um elemento reacionário enquanto luta por manter sua situação de pequeno produtor independente, pondo obstáculos ao desenvolvimento econômico.

20. LÊNINE, "Quiénes son los amigos del pueblo?", p. 140.

A situação intermediária que ocupa, entre patrões e operários, leva-o a flutuar entre os interesses da burguesia e do proletariado.

Além disso, é a classe mais permeável à ideologia dominante, com a qual estabelece relações tais que lhe impedem perceber as condições objetivas de sua servidão e de sua futura destruição.

Para concluir, citemos este excelente texto de Lukács sobre a pequena burguesia:

> A pequena burguesia ao viver, pelo menos parcialmente nas grandes cidades, submetida diretamente às influências do capitalismo em todas as manifestações exteriores da vida, não pode manter-se inteiramente indiferente ao fato da luta de classes entre a burguesia e o proletariado.
>
> Mas a pequena burguesia como "classe de transição na qual os interesses das duas classes se atenuam reciprocamente" vai sentir-se "por cima da oposição de classes em geral". Como conseqüência disso, buscará meios "não para suprimir os dois extremos, capital e assalariado", mas para atenuar sua oposição e transformá-la em harmonia. Passará, portanto, na ação, ao lado de todas as decisões finais da sociedade e deverá necessariamente lutar alternativamente, e sempre inconscientemente por uma ou outra das direções da luta de classes.[21]

10. SITUAÇÃO DE CLASSE

Nas páginas anteriores examinamos o conceito de classe social em dois níveis diferentes: ao nível de modo de produção e ao nível da formação social, isto é, de uma sociedade historicamente determinada.

Em ambos os níveis as classes se definem por sua SITUAÇÃO na estrutura social, situação que depende das relações específicas que os grupos sociais mantêm com os meios de produção.

A situação de classe está determinada pelo lugar que os indivíduos ocupam no processo de produção social.

Chamamos *situação de classe* àquela que os indivíduos têm na estrutura social, a qual depende, em última instância, do papel que desempenham no processo de produção social.

Não se deve confundir este conceito com o de ORIGEM DE CLASSE, que não se refere à situação atual do indivíduo na estrutura social, mas à situação de classe na qual o indivíduo se formou; por exemplo, a situação de classe de seus pais.

Por último, este conceito de SITUAÇÃO DE CLASSE não deve ser confundido com o de POSIÇÃO DE CLASSE, que desenvolveremos na seção seguinte.

21. *G.* LUKÁCS, *Histoire et conscience de classe*, Minuit, Paris, 1960, p. 84.

11. CLASSES SOCIAIS E CONJUNTURA POLÍTICA

Nossa primeira etapa foi definir as classes em nível de modo de produção; depois as definimos em nível de formação social. Agora devemos passar ao nível mais concreto, ao nível da CONJUNTURA POLÍTICA ou "momento atual", que constitui a síntese de todas as contradições de uma determinada sociedade em um momento determinado de seu desenvolvimento. A este nível entram em jogo novas determinações superdeterminando as classes anteriormente definidas.

Analisaremos duas destas determinações: o problema da POSIÇÃO DE CLASSE e a diferença entre classe e FORÇA SOCIAL.

a) Posição de classe

Quando estudamos as classes sociais em nível de modo de produção vimos que em uma sociedade nem todos os indivíduos pertencem a uma das duas classes antagônicas; que existem grupos sociais que não podem ser definidos como classes sociais, quer por representarem grupos intermediários entre as duas classes antagônicas em nível da produção, quer por não participarem diretamente na produção nem estarem a serviço de instituições da superestrutura. Estes grupos não constituem classes propriamente ditas, mas tendem a adotar posições que favoreçam uma ou outra das classes antagônicas.

Por outro lado, nem todos os membros de uma classe defendem os interesses de sua classe em uma conjuntura política determinada. Por exemplo, a aristocracia operária, setor privilegiado da classe operária dos países capitalistas imperialistas em numerosas conjunturas políticas, não tem defendido os interesses da classe operária, mas os interesses da burguesia.

Portanto, não basta ser membro de uma classe, ter uma determinada situação de classe, para adotar atitudes políticas conseqüentes com essa situação de classe.

> Chamaremos POSIÇÃO DE CLASSE à "tomada de partido" por uma classe em uma conjuntura política determinada.

Esta "tomada de partido" por uma classe determinada significa defender e lutar por seus interesses de classe, adotar "seu ponto de vista", "passar a integrar suas fileiras", "representar seus interesses".

Referindo-se, por exemplo, às camadas médias,[22] o pequeno industrial", o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, Marx afirma que "são revolucionárias unicamente quando têm diante de si a perspectiva de sua passagem iminente para o proletariado", elas defendem, então, "não seus interesses presentes, mas seus interesses futuros", abandonam "seus pontos de vista para adotar o do proletariado".[23]

Diz Lênine, por outro lado, que não é impossível que em certas condições tal ou qual camada de trabalhadores se situe ao lado do proletariado. Depois assinala que todo o problema reside em determinar estas condições, e julga que as palavras "fazer seu o ponto de vista do proletariado" expressam de forma precisa estas condições; que estas palavras traçam, de forma muito nítida, uma linha de demarcação entre os verdadeiros marxistas e todos os demais grupos que se julguem socialistas.[24]

Em outro texto, referindo-se aos intelectuais, diz que todo intelectual, apesar de trabalhar em uma análise objetiva da realidade, "não pode deixar de *tomar partido* por esta ou aquela classe, uma vez que haja compreendido as relações que existem entre elas".[25]

Em um texto sobre "As tarefas da juventude revolucionária" faz ver como os estudantes não podem ser considerados como um todo homogêneo, já que tendem a refletir os interesses de todas as classes e grupos políticos da sociedade. Entre eles, só alguns *"adotam uma posição revolucionária"*, consagram suas forças à classe obreira.[26]

Em *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*, Marx nos fala dos "representantes" da pequena burguesia que "podem estar a uma enorme distância deles, por sua cultura e sua situação individual. O que os torna representantes da pequena burguesia é que não vão além, quanto à mentalidade, de onde vão os pequenos burgueses em sistema de vida, que, portanto, se vêem teoricamente impulsionados para os mesmos problemas e as mesmas soluções a que são impul-

22. A expressão "camadas médias" é descritiva. A expressão científica que abrange estes grupos sociais indicados por Marx é o de "pequena burguesia"

23. ""Manifiesto del Partido Comunista"" *Obras escogidas*, t. I, p. 29.

24. Discurso acerca da questão do programa do Partido no XX Congresso do POSDR, *Obras completas*, ed. francesa, t. 6, pp. 513-514.

25. LÊNINE, "A que herança renunciamos?" ed. francesa, t. 2, p. 548. Na ed. espanhola, t. 1, p. 108 foi traduzido "no puede quedar al margen de" ("não pode ficar à margem de").

26. LÊNINE, t. 7.

sionados aqueles, praticamente, pelo interesse material e pela situação social. Tal é, em geral, a situação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam."[27]

Portanto, a posição de classe é um conceito que pertence à análise da conjuntura política. É no "momento atual" da luta política quando os indivíduos se agrupam em posições de classe definidas. A base desta posição de classe é, evidentemente, a situação de classe, mas não se restringe a ela. Elementos isolados ou grupos pertencentes a outras classes podem aderir e lutar por uma classe que não é a sua.

A situação de classe cria, como já vimos, um instinto de classe que faz os membros dessa classe tenderem a tomar partido pela classe que pertencem.

Para passar a uma posição de classe proletária, o instinto de classe do proletariado só precisa ser educado; pelo contrário, para que os intelectuais pequenos burgueses consigam passar a uma posição de classe proletária, seu instinto de classe deve sofrer uma revolução.[28]

E para que isto se realize de forma definitiva, é preciso um longo processo. Muitas vezes, intelectuais pequenos burgueses aderem ao partido do proletariado porque se convenceram da verdade e eficácia política das análises marxistas, mas em conjunturas políticas difíceis caem em posições de pequenos burgueses. Esta é a razão profunda da importância que o marxismo atribui à constituição social do partido do proletariado. Quanto maior a quantidade de membros do partido que tenham uma situação de classe proletária, tanto mais facilmente se evitarão os desvios esquerdistas ou direitistas que surgem como expressão da ideologia pequeno-burguesa nas fileiras do proletariado.[29]

b) *Forças sociais*

Muitas confusões acerca do conceito de classe provêm de certos textos de Marx que foram interpretados no sentido de negar o

27. *Obras escogidas*, I, pp. 260-261.

28. L. ALTHUSSER, entrevista de *L'Unità*, diário do PC italiano, janeiro de 1968.

29. Sobre este ponto, é muito interessante o texto "Decisões acerca de certas questões da história de nosso Partido", publicado no tomo 3 das *Obras escogidas* de Mao Tsé-Tung. (Ed. inglesa, pp. 177-225).

caráter de classe a um grupo social que, apesar de estar em uma determinada situação na estrutura econômica de uma formação social, ainda não participou de forma unificada na luta política.

Em outros textos Marx não nega seu caráter de classe a um grupo que não tenha participado na luta política, porém se refere a ele com a expressão de "classe em si", opondo-o ao que denomina "classe para si", isto é, à classe que participa na luta política.

> As condições econômicas haviam transformado, primeiramente, a maior parte do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe frente ao capital, mas ainda não frente a si mesma.[30]

Parece-nos mais adequada a terminologia empregada por Lênine e Mao, que falam de *classe social* quando se situam em nível de modo de produção e de formação social, e que introduzem a expressão FORÇA SOCIAL para analisar a ação destas classes em nível da conjuntura política.

Um grupo social pode constituir uma classe e não uma força social, como, por exemplo, os pequenos produtores camponeses de certos países.

Pelo contrário, alguns grupos sociais podem constituir uma força social sem pertencer a uma das tantas classes de uma formação social, como, por exemplo, os intelectuais revolucionários.

Para que uma classe ou grupo social se constitua em força social, não é preciso estar organizada em partido político próprio como parece depreender-se de alguns textos de Marx. Basta que sua existência se reflita de alguma forma na correlação de forças em nível da conjuntura, isto é, que produza "efeitos pertinentes", para utilizar a terminologia de Poulantzas.[31] Este é o caso do campesinato parcelário que Marx analisou nos *18 Brumario*. Na conjuntura concreta do bonapartismo Marx reconhece o papel que os camponeses parcelários desempenharam apesar de não terem organização nem ideologia próprias. Eles constituem uma força social devido ao fato de que sua existência, como classe, se reflete nessa conjuntura con-

30. MARX, *La misère de la philosophie*, Éd. Sociales Paris, 1961, p. 177.

31. Parece-nos que a contribuição mais importante de Poulantzas para o estudo das classes sociais encontra-se precisamente neste ponto. Quando falamos de "classe diferenciadas e autônomas", falamos de "forças sociais", visto como pensamos que nem só as classes sociais podem constituir-se em forças sociais. Ver pp. 90-92 de seu livro.

creta pelo fenômeno histórico do bonapartismo que não teria existido sem os camponeses parcelários.

"Luís Bonaparte considera-se o representante dos camponeses parcelários embora, em realidade, seja o "representante" da burguesia. Nem por isso deixa de ser certo que a existência econômica dos camponeses parcelários se reflete, no nível político, por "efeitos pertinentes" que são *a forma particular de Estado* do bonapartismo como fenômeno histórico. Trata-se aqui, de um elemento novo, facilmente perceptível, que é a forma particular de Estado do Segundo Império, e que não se pode inserir na moldura do Estado parlamentar que a precedeu".[32] Se isto não houvesse ocorrido, se a existência do campesinato como classe não se houvesse refletido no fenômeno do bonapartismo, esta classe teria tido, sem dúvida, algum tipo de presença no nível político, "embora fosse apenas pelo simples fato de que a organização política de outras classes, assim como as instituições do Estado, deveriam ter levado em conta a existência dos camponeses parcelários, no caso do sufrágio, por exemplo. Não obstante, neste caso essa presença não teria representado um elemento novo, não teria tido "efeitos pertinentes", mas só se haveria inserido, como variação, nos limites circunscritos pelos efeitos pertinentes de outros elementos, por exemplo, no quadro da democracia constitucional."[33]

Assim sendo, em um processo revolucionário é preciso distinguir três tipos de forças:

forças motrizes
força principal
força dirigente.

As forças motrizes são constituídas pelos grupos sociais que participam de maneira ativa no processo revolucionário.

A força principal se acha constituída pelo grupo social que representa a força motriz mais numerosa.

A força dirigente está constituída pelo grupo social que conduz o processo revolucionário. Para dirigir o processo revolucionário não é preciso que a força motriz seja mais numerosa. O que a constitui como força dirigente não é o seu número mas seu papel político, isto é, sua capacidade de tomar a iniciativa, formular metas adequadas a cada etapa e encontrar formas justas de direção. Desta maneira, ganha-se a confiança das massas revolucionárias que seguem, sem vacilar, suas diretivas.

32. POULANTZAS, *Op. cit.*, p. 91.
33. *Ibid.*, p. 92.

O caso da Revolução chinesa ilustra muito bem estes três tipos de forças. As forças motrizes estavam compostas pelo campesinato pelo proletariado e pela pequena burguesia urbana; às vezes se conseguia incorporar certos setores da burguesia nacional.[34] A força principal era, sem dúvida, o campesinato e o proletariado, apesar do seu escasso número, conseguiu constituir-se na força dirigente da revolução devido ao papel político que desempenhou na Revolução chinesa.

É muito importante não confundir a força principal com a força dirigente da revolução.

Em alguns países da América Latina, por exemplo, as condições de extrema miséria do campesinato, seu grande potencial revolucionário e seu grande peso específico dentro da população global do país, o constituem, sem dúvida, na força principal da revolução nesses países. Mas afirmar isto não significa negar ao proletariado seu papel dirigente no processo revolucionário, já que ele é *objetivamente* a única classe que, por sua situação (de classe), isto é por sua situação na produção social, é capaz de conduzir o processo revolucionário até o fim, até a suspensão de todo o tipo de exploração.

12. CONCLUSÃO: AS CLASSES SOCIAIS COMO PORTADORAS DE DETERMINADAS ESTRUTURAS

Depois do quanto ficou dito nos pontos precedentes podemos compreender que tipo de relação existe entre a estrutura social e as classes sociais.

As classes sociais não são os *sujeitos criadores* das estruturas sociais. São pelo contrário, como diz Marx, os "portadores", (Träger) de determinadas estruturas, os atores de um drama que não construíram.

Detenhamo-nos por um momento neste conceito de *"portador"* que é o que Marx emprega em *O capital* para observar a relação que aqui pretendemos estudar.

Em primeiro lugar devemos advertir que a palavra alemã "Träger" tem em espanhol (e em francês) * dois significados muito diferentes: "suporte" e "portador". O primeiro termo (suporte) traz a idéia de sustentar, de ser a base de algo, de servir de apoio a algu-

34. Quando o imperialismo recorre ao recurso da guerra de agressão.
* Em português: sustentáculo, apoio, suporte, portador.

ma coisa, e neste sentido Marx a utiliza quando afirma que *"as relações materiais são os suportes (Träger) das relações sociais.*[35]

O segundo termo (portador) significa, pelo contrário, tomar sobre si, levar consigo, e neste sentido Marx o emprega quando afirma que *"o capitalista não é outra coisa senão o capital personificado"*, que *"só atua* no processo de produção como portador (Träger) do capital".[36]

Quando o marxismo afirma que as *classes são os portadores de determinadas estruturas,* está rejeitando toda concepção voluntarista acerca das classes sociais.

Não são as classes que *criam* as estruturas. Não basta, por exemplo, que uma classe se proponha a mudar uma estrutura social para que possa fazê-lo. Embora o proletariado quisesse implantar o comunismo imediatamente, após haver destruído o capitalismo, não poderia fazê-lo, uma vez que este regime social necessita, como condição prévia para sua implantação, de um desenvolvimento muito avançado das forças produtivas.

Mas afirmar que não são as classes que *criam* as estruturas não significa negar que elas possam *atuar sobre* as estruturas, modificando-as dentro de certos limites. Estes limites dependem de certas condições materiais, fundamentalmente do grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Sem a participação ativa das classes, as estruturas sociais tendem a reproduzir-se superando as crises provocadas por suas contradição internas. As mudanças radicais das estruturas sociais só se produzem quando as classes revolucionárias são capazes de aproveitar-se das crises do sistema para produzir mudanças estruturais profundas, isto é, mudanças revolucionárias. Isto é o que explica o papel fundamental que o marxismo atribui à luta de classes como motor da História.

Voltando agora a nossa definição, dizer que as classes são portadores de determinadas estruturas é o mesmo que dizer que elas são *os efeitos* destas estruturas.

---

35. *Das Kapital,* pp. 826-827.

36. *Ibid.* Devemos assinalar que a edição espanhola de *El capital* (Fondo de Cultura Económica) traduz indistintamente, nos dois casos apontados, a palavra *"Träger"* por "expoente". A edição francesa, pelo contrário, traduz o primeiro *Träger* por *'support"* e o segundo por *"porteur"*. Por outro lado quando Althusser se refere às classes sociais sempre emprega o termo *"porteur"*. Balibar é quem introduz a confusão quando assinala que a palavra *"Träger"* tem sido, amiúde, substituída pela palavra *"support"* (*Para leer El capital,* p. 275). Poulantzas repete o erro de Balibar.

Podemos, assim, chegar a definir as classes sociais como os efeitos da estrutura social global sobre os indivíduos que participam de uma ou outra maneira na produção social.

Teríamos abandonado, por isso, o conceito de relações de produção para definir as classes?

Achamos que este seria o caso se concebêssemos a estrutura social global como uma simples articulação de níveis (econômico, ideológico e político) como o faz Poulantzas.[37] Neste caso se cai na impossibilidade teórica de estudar este efeito como um efeito da estrutura global e o indivíduo se vê forçado a analisá-lo como uma série de efeitos parciais em nível de cada estrutura regional.

Por outro lado, se se pensa na articulação dos diferentes níveis da estrutura social a partir das *relações de produção,* tudo se altera Para Marx, são estas as relações que servem de centro estruturador ou de matriz do conjunto social, como o vimos ao estudar o conceito de modo de produção. E, por isso, são estas relações que servem de fundamento para as constituições das classes sociais. Negar isto qualificando-o de desvio economicista, é negar a contribuição fundamental do marxismo para o estudo das classes sociais, e é, portanto, um retrocesso com respeito ao pensamento marxista.[38]

Por último queremos esclarecer que uma coisa é falar das classes sociais como *efeitos* da estrutura social global, o que, finalmente não significa senão que elas são fundamentalmente o efeito das relações de produção, e outra coisa é falar dos *efeitos que as classes podem produzir* nos diferentes níveis da sociedade: efeitos ideológicos, efeitos políticos ou efeitos econômicos. Quando nos referimos a estes efeitos queremos referir-nos à prática concreta que estas classes realizam. Esta prática será estudada no próximo capítulo.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo referimo-nos ao conceito marxista de classe social. Definimo-lo primeiramente ao nível de modo de produção para em seguida examinar as novas determinações que adquire ao nível da formação social e da conjuntura política. Por último, demos sentido preciso à definição das classes como *portadores* de determinadas estruturas.

---

37. POULANTZAS, *Clases sociales y poder político en el Estado capitalista.* Siglo XXI, México, 1969, p. 71.

38. *Op. cit.,* p. 68. Uma crítica sistemática às formulações de Poulantzas a respeito das classes sociais encontra-se em: *Política y clases sociales en Poulantzas* (estudo crítico), Marta Harnecker, CESO, 1969. (Apontamento mimeografados).

Vimos os seguintes conceitos da teoria geral do materialismo histórico: *classe social — fração de classe — interesse de classe — consciência de classe — instinto de classe — estrutura de classe — classe de transição — situação de classe — posição de classe — força social — força motriz — força principal — — força dirigente.*

QUESTIONÁRIO

1. Em que estado deixou Marx seu estudo acerca das classes sociais?
2. Qual a novidade que Marx acrescenta com respeito às classes sociais?
3. Como se definem as classes sociais em nível de modo de produção?
4. Por que Marx fala de três classes quando se refere ao sistema capitalista?
5. Quantas classes existem em cada modo de produção?
6. Que relação existe entre a reprodução do modo de produção e as classes sociais?
7. Todos os indivíduos de uma sociedade pertencem a uma classe determinada?
8. Que se entende por fração de classe?
9. Que se entende por interesse espontâneo imediato?
10. Que se entende por interesse de classe?
11. Que se entende por consciência de classe?
12. Que se entende por instinto de classe?
13. Pode o proletariado adquirir, de forma espontânea, uma consciência de classe proletária?
14. Que se entende por estrutura de classes?
15. Por que as classes sociais sofrem novas determinações ao nível da formação social? Quais, por exemplo?
16. Que se entende por classe de transição?
17. Explicar por que se usa a palavra "portador" para definir o papel das classes.
18. Que se entende por situação de classe?
19. Que se entende por posição de classe?
20. Que se entende por força social?
21. Que se entende por forças motrizes?
22. Que se entende por força principal?
23. Que se entende por força dirigente?
24. Reduz o marxismo as classes sociais ao meramente econômico?
25. Por que Marx não define as classes sociais usando como critério as diferentes rendas?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. Quais são os conhecimentos prévios necessários para se fazer uma análise científica das classes sociais na América Latina?
2. Por que o critério de maior ou menor exploração não é um critério marxista para definir as possibilidades revolucionárias de uma classe?
3. Quais são os efeitos da ação do imperialismo na estrutura de classes latino-americana?

BIBLIOGRAFIA

MARX: Carta a Weydemeyer, de 5 de março de 1852, em *Obras escogidas*, t I, p. 496.

MARX: *El capital*, livro III, cap. III: "Las clases sociales".

MARX: "Las luchas de clases en Francia, de 1848 a 1850", *Obras escogidas*, t I, pp. 104-228.

MARX: "El dieciocho Brumario de Luís Bonaparte", *loc. cit.*, pp. 229-328

MARX: "La guerra civil en Francia", *loc. cit.*, pp. 460-534.

ENGELS: *A situação da classe operária na Inglaterra.*

LÊNINE: "El contenido económico del populismo", *Obras completas*, t. I.

LÊNINE: "La gran iniciativa", em *Marx, Engels, marxismo*, Ed. Progreso, Moscou, pp. 479-482.

MAO TSE-TUNG: *Análise de classe da sociedade chinesa.*

MAO TSE-TUNG: *Intervenções nas discussões sobre a arte e a literatura em Yenan*

BUJARIN N: *La théorie du matérialisme historique*, cap. VIII. *Les clases sociales et la lutte des clases*, Éd. Anthropos, Paris, 1967, pp. 299-338.

DAHRENDORF: *Las clases sociales y su conflicto en la sociedad industrial*, cap. I: "El modelo de la sociedad de clases de Karl Marx".

BOUVIER-AJAM e MURY: As classes sociais.

POULANTZAS: Clases sociales y poder político en el Estado capitalista, Siglo XXI México, 1969.

Modificações introduzidas no capítulo:

1. Aplicação dos conceitos de propriedade jurídica, propriedade real e posse efetiva ou as diferentes relações de classe.
2. Precisão do conceito de grupo social.
3. Precisão do conceito de força social.
4. Supressão do ponto "luta de classes" que passa a constituir um capítulo à parte.
5. Introdução do conceito de "portador", que é fundamental para se compreender a relação das classes com as estruturas sociais.

10

A LUTA DE CLASSES

1. O conceito de luta de classes. 2. Os diferentes tipos de luta de classes. 3. Formas da luta de classes. 4. Estratégia e tática na luta de classes. 5. A revolução: o aspecto culminante da luta de classes.

1: CONCEITO DE LUTA DE CLASSES

EM NÍVEL da conjuntura política as classes sociais só podem ser concebidas como *"práticas de classes"*, e como as classes são grupos com interesses opostos, estas práticas de classe tomam o caráter de luta de classes. [1] E é justamente esta *luta de classes*, realizada dentro dos limites fixados pela estrutura social, que nas sociedades de classe constitui o motor da História. [2]

Pois bem, Marx não descobriu as classes nem a luta de classes. Sua grande contribuição foi passar da descrição da existência das classes sociais para o conhecimento da origem destas classes e, por isso, pôde dar-nos a *LEI que rege a luta de classes*.

É isto que nos diz Engels no seguinte texto:

"Marx foi precisamente o primeiro que descobriu a grande lei que rege a marcha da História, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou em outro terreno [illegible] qualquer, não são, em realidade, mais que a expressão, mais ou menos [illegible] de lutas entre classes sociais, e que a existência, e por isso também [illegible] destas classes, estão condicionados, por sua vez, pelo grau de

1. POULANTZAS, *N., Clases sociales y poder político en el Estado capitalista*. Siglo XXI, México, 1969, p. 100.

2. O papel das classes na História será desenvolvido na terceira parte deste livro com maior profundidade.

desenvolvimento da situação econômica, pelo modo de sua produção e de sua troca, condicionado por esta. Essa lei... tem para a história a mesma importância que a lei da transformação da energia para as ciências naturais...[3]

Vejamos agora o que se entende por luta de classes.

Chama-se luta de classes ao confronto que se produz entre os operários de uma fábrica ou profissão e seus patrões?

Vejamos como Lênine responde a esta pergunta:

"Não, não são mais que seus débeis começos. A luta dos operários se converte em luta de classe só quando os representantes avançados da classe operária de um país adquirem consciência de que formam uma classe única e empreendem a luta não contra patrões isolados, mas contra *toda a classe* capitalista e contra o governo que apóia a essa classe. Só quando cada operário se considera membro de toda classe operária, quando vê em sua pequena luta quotidiana contra um patrão ou funcionário uma luta contra toda a burguesia e contra todo o governo só então sua luta se transforma em luta de classe."[4]

> Chama-se LUTA DE CLASSES ao confronto que se produz entre duas classes antagônicas quando lutam por seus interesses de classe.

A luta de classes aparece quando uma classe se opõe a outra *em ação*, e, portanto, só aparece em um determinado momento do desenvolvimento de uma sociedade. Em outras fases de sua evolução, a luta de classes pode aparecer apenas em germe, como no caso de lutas isoladas entre os operários de algumas fábricas e seus patrões, ou nas lutas que, embora mobilizem toda a classe, não conseguem se elevar até o nível de seus próprios interesses de classe; ou como uma luta *oculta, latente*, quando não existe luta aberta mas descontentamento latente, oposição surda.[5]

Pois bem, a luta de classes se dá em três níveis que correspondem aos três níveis ou estruturas regionais que fazem parte da estrutura social global:

3. MARX, *El dieciocho Brumario de Luis Bonaparte. Obras escogidas*, I, p. 232.

4. LÊNINE, "Nossa tarefa imediata", t. 4, pp. 195-196, ed. russa. Citado em Marx, Engels, Lênine *Sobre el comunismo científico*, ed. Progresso, Moscou, 1967, p. 149.

5. BUJARIN, *La théorie du matérialisme historique* (*Manuel populaire de sociologie marxiste*). Anthropos, Paris, 1967.

LUTA DE CLASSES
- a) *Luta econômica* (em nível da estrutura econômica)
- b) *Luta ideológica* (em nível da estrutura ideológica)
- c) *Luta política* (em nível da estrutura política)

2. OS DIFERENTES TIPOS DE LUTA DE CLASSES

a) *A luta econômica* é o confronto que se produz entre as classes antagônicas em nível da estrutura econômica. Este confronto se caracteriza pela resistência que as classes exploradas opõem, a este nível, às classes exploradoras.

Lênine define da seguinte maneira a luta econômica do proletariado:

A luta econômica é a luta coletiva dos operários contra os patrões a fim de conseguir condições vantajosas de *venda de sua força de trabalho*, melhorar as condições de trabalho e de vida dos operários. Esta luta é, necessariamente, uma luta profissional, porque as condições de trabalho são em extremo variadas nos diferentes ofícios e, portanto, a luta pela *melhoria* destas condições tem de realizar-se forçosamente, por ofícios.[6]

b) *A luta ideológica*

A luta de classes manifesta-se, também, em nível ideológico da mesma forma que uma luta entre a ideologia da classe explorada contra a ideologia da classe exploradora.[7]

Na sociedade capitalista esta luta é travada entre a *ideologia burguesa* e todas as suas formas de manifestação, e a *ideologia proletária* baseada na teoria marxista da História.

Para que esta luta alcance êxito deve, diferentemente das demais formas de luta, atacar o inimigo no ponto onde é mais forte, isto é, onde estão os melhores expoentes da ideologia da classe dominante. Muitas vezes se critica esta ideologia simplificando-a pela escolha de seus expoentes mais fracos. Isto permite, com freqüência, ao inimigo ganhar terreno em lugar de fazê-lo retroceder. [8]

6. LÊNINE, "¿'Qué hacer ", T. I, p. 168.

7. No capítulo sobre ideologia vimos a existência de diferentes tendências ideológicas que correspondiam às diferentes classes sociais.

8. "Na frente ideológica... a derrota dos auxiliares e dos partidários menores tem uma importância quase insignificante; nela é preciso combater aos mais eminentes...

Uma ciência obtém a prova de sua eficácia e vitalidade quando demonstra que sabe enfrentar os grandes campeões das tendências opostas, quando resolve

c) *A luta política*

A luta política é ataque frontal que se produz entre as classes em sua luta pelo poder político, isto é, na luta por apoderar-se do Estado.

Isto é o que Lênine diz no seguinte texto:

"Toda luta de classes é uma luta política. É sabido que estas palavras de Marx, de profundo sentido, foram compreendidas erroneamente pelos oportunistas, que tentaram falseá-las, subjugados pelas idéias liberais. Entre os oportunistas figuravam, por exemplo, os "economistas" irmãos mais velhos do "liquidadores". Os "economistas" supunham que qualquer choque entre as classes já constitui uma luta política. Por isso reconheciam como "luta de classes" a luta por cinco kopeks para cada rublo, não querendo ver a existência de uma forma superior, mais desenvolvida e mais nacional de luta de *classes*, pela *política*. Os "economistas" reconheciam, portanto, a luta de classes em sua forma embrionária, não a aceitando em seu aspecto mais desenvolvido. Em outras palavras, os "economistas" admitiam unicamente na luta de classes o que era mais tolerável do ponto de vista da burguesia liberal, recusando-se a ir mais longe que os liberais e rechaçando uma luta de classes mais elevada, inaceitável para os liberais. Deste modo, os "economistas" se converteram em políticos liberais operários e repudiaram, com isso, a concepção marxista, revolucionária, da luta de classes.

Continuemos. Não basta que a luta de classes só seja autêntica, conseqüente e elevada quando abrange a política. Também em política pode limitar-se a pequenos detalhes e pode calar mais fundo, até os alicerces. O marxismo proclama que a luta de classes demanda pleno desenvolvimento e é "nacional" *unicamente* quando não só abrange a política mas também dela toma o mais essencial: a organização do poder do Estado.

Ao contrário, o liberalismo, quando o movimento operário adquiriu certo rigor, já não se decide a repudiar a luta de classes, mas procura apequenar, mutilar e castrar a concepção de luta de classes. O liberalismo está disposto a aceitar também a luta de classes no terreno da política, com a única condição de que aquela *não* abarque a organização do poder do Estado. É fácil compreender quais são os interesses da classe burguesa que originam esta deformação liberal do conceito de luta de classes."[9]

Do que ficou dito anteriormente podemos concluir que existem três tipos fundamentais de luta de classes: econômica, ideológica e política.

Estes diferentes tipos não existem, todavia, separados uns dos outros, mas fundidos em uma só unidade que constitui a luta de

com seus próprios recursos os problemas vitais que estes apresentaram, ou demonstra, peremptoriamente, que tais problemas são falsos." GRAMSCI, *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, p. 134.

9. LÊNINE, "La concepción liberal y marxista de la lucha de clases", ed. russa, t. 19, pp. 97-98. Em Marx, Engels, Lênine, *op. cit.*, p. 151.

classes propriamente dita ou ataque frontal de uma classe contra outra.

Isto posto, em toda conjuntura política existe uma determinada forma de fusão destes diferentes tipos de luta, na qual um deles desempenha o papel dominante. Em um determinado momento histórico pode ser a luta ideológica o ponto nodal estratégico da luta de classes; em outros casos pode ser a luta econômica ou a política.

Como entender, então a afirmativa de Marx de que toda luta de classes é uma luta política?

Pensamos que se deve entender esta afirmativa no sentido de que o defrontar-se definitivo das classes antagônicas só se verifica quando a classe oprimida passa a questionar o sistema de poder que torna possível sua condição exploradora. Para que exista um ataque frontal verdadeiro das classes não basta a luta econômica, nem a luta ideológica, é necessário passar ao nível da luta política, da luta pelo poder. Só neste momento é que a luta de classes adquire todo seu conteúdo. Até então trata-se apenas de ataques parciais que não põem em questão o sistema que permite a reprodução das classes antagônicas enquanto tais. Por isso Lênine diz que a luta dos operários se converte em luta de classe só quando os representantes avançados da classe operária de um país adquirem consciência de que formam uma classe operária única e empreendem a luta no contra patrões isolados, mas contra toda a classe capitalista e contra o governo que apóia a essa classe.[10]

Afirmar, porém, que a luta política é a luta de classes por excelência não implica negar a importância que tem a luta econômica.

A necessidade deste tipo de luta foi reconhecida, desde o princípio, pelo marxismo.

Marx e Engels criticavam os socialistas utópicos por desprezarem este tipo de luta. Na resolução do Congresso da Associação de Trabalhadores, de 1866, punha-se em guarda contra dois desvios: exagerar sua importância e subestimá-la.

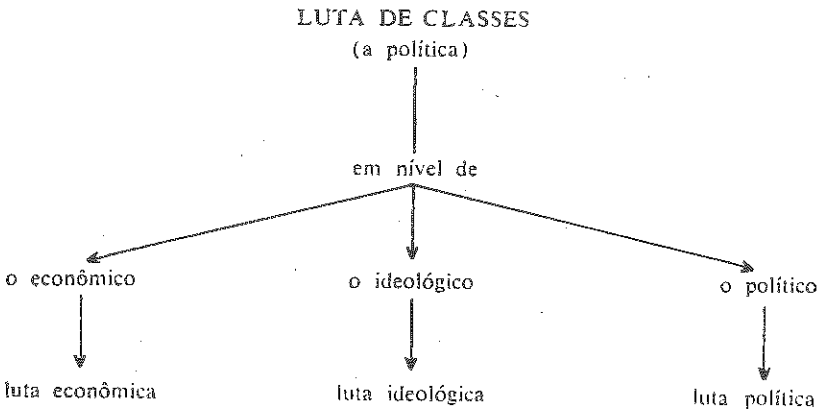
Antes de passarmos ao próximo ponto, esclareçamos dois conceitos que se confundem comumente: "o político" e "a política".

Entenderemos por *"o político"* o aparelhamento jurídico-político de uma sociedade. Neste sentido a luta política é uma luta no terreno ou nível do "político".

Entenderemos por *"a política"* o campo da ação política, isto é, a luta de classes em uma conjuntura política determinada.

10. LÊNINE, *Nuestra tarea inmediata*, t. 4, pp. 195-196, ed. russa. Citado em Sobre el comunismo científico, ed. Progresso, Moscou, 1967, p. 149.

ESQUEMA IV



3. FORMAS DA LUTA DE CLASSES

Pois bem, cada um destes tipos de luta que se desenvolve em uma frente ou nível determinado pode assumir formas distintas: legal ou ilegal, pacífica ou violenta.

Por exemplo: *na frente econômica* — greves, marchas da fome, diminuição do ritmo de trabalho, ocupação de fábricas e assim por diante.

Na frente ideológica: publicações, emissões de rádio e televisão de orientação revolucionária; utilização revolucionária das concentrações políticas e campanhas eleitorais etc.

Na frente política: luta eleitoral, insurreição armada, guerra popular (com suas diferentes formas; guerra de guerrilhas, guerra de posições e guerra de movimentos), e assim por diante.

Vejamos agora quais são, segundo Lênine, as exigências fundamentais que todo marxista deve apresentar ao examinar a questão das formas de luta.

"Em primeiro lugar, o marxismo se distingue de todas as formas primitivas do socialismo porque não liga o movimento a uma única *forma determinada de luta*. O marxismo admite as *formas de luta mais diversas;* além disso não *"inventa", antes generalizada, organiza e dá um caráter consciente às formas de luta das classes revolucionárias que surgem por si mesmas no curso do movimento.* Inimigo absoluto de toda fórmula abstrata, de toda receita doutrinária, o marxismo exige que se preste muita atenção à luta de *massas* que se está

desenvolvendo, a qual, à medida que o movimento se estende, à medida que cresce a consciência das massas, à medida que as crises econômicas e políticas se acentuam, gera procedimentos sempre novos e sempre mais diversos de defesa e ataque. Por isto o marxismo não rechaça, a priori, nenhuma forma de luta. O marxismo não se limita, em nenhum caso, às formas praticáveis e existentes apenas em um determinado momento, antes admite o *aparecimento inevitável* de formas novas de luta, desconhecidas dos militantes de um dado período, ao mudar a conjuntura social. O marxismo, neste sentido, *aprende*, por assim dizer, da prática das massas, e não pretendem *ensinar* a estas as formas de luta *inventadas por "sistematizadores" de gabinete*. Sabemos — dizia, por exemplo, Kautsky, ao examinar as formas da revolução social — que a próxima crise nos trará novas formas de luta que não podemos prever agora.

Em segundo lugar, o marxismo exige que a questão das formas de luta seja considerada de um ponto de vista *absolutamente histórico*. Colocar esta questão fora da situação histórica concreta significa não compreender nem mesmo o ABC do materialismo dialético. Nos diversos momentos da evolução econômica, segundo as diferentes condições políticas, a cultura nacional, os costumes etc., aparecem em primeiro plano diferentes formas de luta, que se fazem preponderantes, e em relação com isto se modificam, por sua vez, as formas secundárias, acessórias. Querer responder sim ou não a propósito de um determinado procedimento de luta, sem examinar em pormenor a situação concreta do movimento dado, no estado determinado de seu desenvolvimento, significa abandonar completamente o terreno do marxismo.

Estes são os princípios teóricos fundamentais que devem guiar-nos."[11]

4. ESTRATÉGIA E TÁTICA NA LUTA DE CLASSES

Mas um partido marxista-leninista não deve limitar-se a seguir as formas de luta que surgem espontaneamente nas massas trabalhadoras. Deve elevar estas formas de luta até que se transformem nos meios mais adequados para a realização de seus interesses de classes.

Pois bem, nem sempre os interesses de classe podem realizar-se de maneira imediata. Às vezes é necessário passar por uma primeira etapa em que só se prepara o terreno para realizar estes interesses de classes. Em uma primeira etapa, por exemplo, o proletariado poderia unir-se ao camponesado e a certos setores populares a fim de realizar tarefas democrático-burguesas. Depois, em uma segunda etapa, após haver demonstrado sua capacidade como força dirigente nas tarefas democrático-burguesas, o partido do proletariado, apoiado nas massas populares, poderia começar a realizar as tarefas da supressão definitiva da exploração social. Este tem sido, por exemplo, o caso da revolução chinesa e da revolução cubana.

Portanto, supondo a necessidade de uma primeira etapa de luta, etapa que provavelmente não seria necessária nos países de desenvol-

11. LÊNINE, *La guerra de guerrillas*, t. 9, Obras completas.

vimento capitalista avançado, todo partido revolucionário deveria estabelecer para si um programa mínimo,[12] no qual figurariam as metas da primeira etapa e um *programa máximo* que realizaria, finalmente, a supressão de toda exploração.

Pois bem, fixado o programa mínimo próprio à primeira etapa de desenvolvimento da luta de classes, torna-se necessário o estabelecimento de uma *estratégia geral de luta* para atingir estes objetivos.

Não basta, porém, estabelecer uma estratégia geral; para realizar estes fins estratégicos é necessário poder mobilizar as massas, visto como *sem participação das massas não há revolução.* E para mobilizar as massas é necessário partir de seus interesses espontâneos imediatos. Não se podem propor às massas fórmulas abstratas; é necessário propor-lhes fórmulas concretas de ação, de acordo com a conjuntura política de cada momento.

Estas fórmulas concretas de ação constituem as diferentes *táticas* de um partido. As *instruções políticas* são apenas frases curtas, que têm a função de idéias-forças, nas quais o partido sintetiza estas fórmulas concretas de ação.

Só um partido que tem contato com as massas, que conhece seus interesses imediatos, que conhece seu potencial revolucionário, pode estabelecer as instruções táticas adequadas a cada momento histórico. A precisão das posições táticas de um partido revolucionário faz com que as massas cheguem a reconhecê-lo como sua vanguarda.

---

12. Programa mínimo que é o melhor programa para esta etapa e, portanto, o único programa verdadeiramente revolucionário, já que é o único que permite fazer o processo avançar. Muitos programas mais revolucionários no papel podem chegar a ser um freio para a revolução se pretendem ser aplicados de imediato. Para aclarar o que pretendemos dizer vamos dar um exemplo: se um exército patriótico ainda não suficientemente forte pretende libertar o país de um exército inimigo muito poderoso que o tenha invadido, deve concentrar todas as suas forças para vencê-lo. Seria incorreto pretender libertar todo o país simultâneamente dispersando suas escassas forças. Para poder libertar realmente todo o território e não cair derrotado no primeiro combate, o exército deve libertar primeiro certas zonas estratégicas, aquelas que permitem debilitar mais rapidamente o inimigo, deixando ainda momentaneamente em suas mãos outras zonas.

O ideal seria libertar todas as zonas ao mesmo tempo, mas quando o ideal não responde à realidade das forças com as quais se conta, tratar de consegui-lo custe o que custar se transforma, no final das contas, no principal entrave para consegui-lo. Só avançando por etapas se logrará atingir o objetivo final: libertar todas as zonas em mãos do inimigo. Isto posto, não significa afirmar que é necessário desmobilizar as zonas não estratégicas para que elas esperem de braços cruzados a libertação final. Pelo contrário, estas zonas devem estar mobilizadas porém suas ações devem estar coordenadas e subordinadas ao objetivo principal.

Os partidos que não têm contato com as massas tendem a lançar *instruções abstratas* que podem ser corretas do ponto de vista estratégico, mas que carecem de significação para as massas, uma vez que não aparecem ligadas de maneira alguma com seus interesses espontâneos imediatos.

É, portanto, na luta e não nas declarações onde se reconhece a verdadeira vanguarda revolucionária.

5. A REVOLUÇÃO SOCIAL: O ASPECTO CULMINANTE DA LUTA DE CLASSES

À medida que se desenvolvem as contradições da sociedade [13] a luta de classes adquire um caráter mais agudo, até que chega um momento quando as classes oprimidas conseguem apoderar-se do poder político e começam a destruir as antigas relações de produção.

Este processo consciente e violento de destruição das antigas relações de produção e, portanto, das classes sociais que são seus portadores, é o que o marxismo denomina *revolução social.* [14]

Pois bem, toda revolução social é o resultado de um conjunto de fatores objetivos e subjetivos.

Os fatores objetivos são as mudanças objetivas operadas na conjuntura nacional e internacional. São a base material da revolução.

O conjunto de fatores objetivos necessários ao desencadeamento de uma revolução constitui o que Lênine denominou SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA.

Vejamos o que diz ele a respeito deste ponto em seu artigo *O fracasso da II Internacional,* escrito dois anos antes da Revolução de outubro:

"Para um marxista não resta dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas toda situação revolucionária conduz a uma revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não equivocar-nos se indicarmos estes três principais: 1) Impossibilidade para as classes dominantes de manter, sem alterações, as formas de sua dominação; crise "nos de cima", crise da política da classe dominante, que produz brecha pela qual se abre passagem ao descontentamento

---

13. Ver cap. 10. p. 191.

14. Ela não tem nada a ver com um simples processo de libertação político (independência dos países latino-americanos), nem com uma simples mudança de governo por via de um golpe militar.

e à indignação das classes oprimidas. Para que a revolução avance não basta que "os de baixo o queiram" — é preciso, também, que "os de cima não possam" continuar vivendo como até aqui. 2) Aguçadura, acima do normal, da pobreza e da miséria das classes oprimidas. 3) Considerável elevação, como conseqüência das classes indicadas, da atividade das massas, que nos períodos "pacíficos" se deixam despojar caladamente, mas que nos períodos turbulentos se vêem empuxadas tanto pela situação de crise como "pelos próprios de cima" a uma situação histórica independente.

Sem estas mudanças objetivas, independentes da vontade, não só de tais ou quais grupos ou partidos, mas também de tais ou quais classes, a revolução é, em regra geral, impossível. É o conjunto destas mudanças objetivas que constitui uma situação revolucionária."[15]

Louis Althusser define esta situação revolucionária como "uma acumulação e exasperação de contradições históricas" que se fundem em uma unidade de ruptura. [16]

Mas a História tem conhecido numerosos casos de situações revolucionárias que não conseguiram transformar-se em revoluções vitoriosas, como, por exemplo, na década de 60 do século passado na Alemanha, em 1905 na Rússia, no primeiro ano da primeira guerra imperialista mundial, em vários países da Europa etc.

Isto nos mostra que as condições objetivas não bastam. Para passar de uma situação revolucionária a uma revolução vitoriosa é necessário que às condições objetivas se acrescentem as *condições subjetivas*.

"... a revolução não surge de toda situação revolucionária, mas somente do caso onde a todas as mudanças objetivas já enumeradas se acrescenta uma mudança subjetiva, que é a seguinte: a capacidade da *classe* revolucionária para realizar atos revolucionários de massa suficientemente *vigorosos* a ponto de romper completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não "cairá" nunca, mesmo na época de crise, se não for "derrubado". [17]

Isto posto, é importante assinalar que estas condições objetivas e subjetivas que eram, para Lênine, as condições necessárias para que a insurreição geral triunfasse, não podem ser usadas, portanto, como critério para determinar o momento em que se deve começar uma guerra popular prolongada que tem como um de seus objetivos, justamente, criar as condições da revolução social.

---

15. LÊNINE, *Obras completas*, t. 21, pp. 189-190, ed. francesa.
16. *La revolución teórica de Marx*, pp. 77 e ss.
17. LÊNINE, *O fracasso da II Internacional*.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo vimos o que se entende por luta de classes, os diferentes tipos de lutas (de classes) econômica, política, ideológica. As diferentes formas em que estas lutas podem ocorrer: legais ou ilegais, pacíficas e violentas, e qual deve ser a atitude do partido marxista-leninista perante elas. A estratégia e a tática na luta de classes. Para terminar, uma análise das condições objetivas e subjetivas da revolução social, clímax da luta de classes.

QUESTIONÁRIO

1. Que se entende por luta de classes?
2. Que se entende por luta econômica?
3. Que se entende por luta ideológica?
4. Que se entende por luta política?
5. Que se entende por "o político"?
6. Que se entende por "a política"?
7. Que se entende por tipos de lutas?
8. Que se entende por forma de luta?
9. Qual é a tese marxista a respeito da forma de luta?
10. Que se entende por programa mínimo?
11. Que se entende por programa máximo?
12. Só o programa máximo é revolucionário?
13. Quando um partido político realiza uma tática correta?
14. Que considerações devem ser levadas em conta para lançar uma instrução correta?
15. Que se entende por revolução social?
16. Que se entende por situação revolucionária?
17. Que se entende por condições objetivas da revolução?
18. Que se entende por condições subjetivas da revolução?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. É possível combinar a luta eleitoral com a luta armada?
2. Quando um programa mínimo é revolucionário?
3. Que elementos levaria V. em conta para fixar a estratégia que a revolução deveria seguir em seu país?
4. Que condições são as mínimas necessárias para iniciar a guerra popular prolongada com êxito?

BIBLIOGRAFIA

1. ENGELS: Prefácio ao El dieciocho Brumario de Luís Bonaparte, *Obras escogicas,* I.
2. LÊNINE: ¿Qué hacer? Cap. II, III, IV. Em: Acerca de los sindicatos, pp. 62-160.
3. LÊNINE: El contenido económico del populismo", *Obras completas,* T. 1.
4. LÊNINE: La tarea de la social democracia russa. *Obras completas,* T. 2.
5. LÊNINE: *La guerra de guerrilias,* em: Marx, Engels, Lênine: *Sobre el comunismo científico* pp. 141-143 (Obras completas, T. 11).
6. LÊNINE: *El programa militar e la revolución proletaria,* edições em línguas estrangeiras, Moscou; (folheto), (Obras completas, T. 23).
8. LÊNINE: *Nuestra tarea inmediata,* Obras completas, T. 4.
9. LÊNINE: *Nuestro programa,* em "Acerca de los sindicatos", pp. 37-42.
10. LÊNINE: *Sobre as greves, op. cit.,* pp. 43-54.
11. LÊNINE: *Carta a Natsia* (13-X-1905), *op. cit.* pp. 208-213.
12. MAO TSE-TUNG: *Problemas estratégicos da guerra revolucionária em China,* (Obras escogidas, T. 1).
13. MAO TSE-TUNG: *Problemas estratégicos de la guerra de guerrilhas contra Japón* (Obras escogidas, T. 2).
14. MAO TSE-TUNG: *La guerra prolongada,* (Obras escogidas, T. 2).
15. POULANTZAS, N.: *Clases sociales y poder político en el Estado capitalista, Siglo* XXI, México, 1969.

Modificações introduzidas no capitulo:

Nas edições anteriores a luta de classes era um dos pontos do capítulo de Classes Sociais. Aqui foi desenvolvido em forma mais ampla, fixando-se todos os conceitos e acrescentando-se o problema das formas de luta e da estratégia e da tática da luta de classes. Além disso integramos neste capítulo o ponto acerca da revolução que antes figurava no capítulo de transição que desaparece nesta nova edição.

TERCEIRA PARTE

TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

Com os conceitos de estrutura social e classes sociais, podemos agora passar a definir de maneira científica a originalidade de Marx com respeito à teoria da História.

11

TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

1. Introdução. 2. A teoria hegeliana da história. 3. A teoria marxista da história. 4. O materialismo histórico: teoria geral e teorias regionais. 5. Níveis de realização da teoria do materialismo histórico: ciência das formações sociais e ciência da conjuntura política. 6. O materialismo histórico: ciência que se opõe ao dogmatismo e ao revisionismo. 7. A teoria marxista e o papel dos homens na história. 8. Dois desvios da teoria marxista da história: o economismo e o voluntarismo.

INTRODUÇÃO

DESDE os primeiros historiadores que surgiram no mundo grego, a grande maioria se limitou a fazer uma cronologia de fatos passados. Os acontecimentos mais significativos eram empregados como critérios de periodicidade (por exemplo, as batalhas, as conquistas, o nascimento de Jesus Cristo etc.). A grande contribuição dos raros filósofos da história, como Hegel, foi haver buscado um princípio de inteligibilidade para as diferentes etapas da história. Vejamos o que diz Engels:

> ...a filosofia da história, principalmente a representada por Hegel, reconhece que os móveis ostensivos e até os móveis reais e efetivos dos homens que atuam na história não são, muito menos, as últimas causas dos acontecimentos históricos, antes, atrás deles estão outras forças determinantes que é preciso investigar; o que ocorre é que não vai buscar estas forças na própria história, mas as importa de fora, da ideologia filosófica. Em vez de explicar a história da antiga Grécia por sua própria concatenação interna, Hegel afirma, por exemplo, simplesmente, que esta história não é senão a elaboração das "formas da bela individualidade", a realização da "obra de arte" como tal. Assim diz muitas coisas formosas e profundas acerca dos antigos gregos,

porém isso não constitui obstáculo para que hoje não nos demos por satisfeitos com semelhante explicação, que não passa de uma frase.[1]

Exporemos brevemente a concepção hegeliana da história para podermos determinar qual é a originalidade de Marx com respeito a Hegel.

2. TEORIA HEGELIANA DA HISTÓRIA

Devido ao fato de as categorias de história e tempo estarem intimamente relacionadas entre si, estudaremos as características essenciais do tempo histórico hegeliano para compreendermos o fundamento de sua teoria da história.

As características do tempo histórico hegeliano são: a) *continuidade homogênea* e b) *contemporaneidade.*

a) *Continuidade homogênea*

Para Hegel o tempo possui o caráter de *continuidade homogênea.* É como a água de um rio que corre continuamente, percorrendo diversas paragens. Cada paragem diferente seria uma fase da história. Esta continuidade do tempo se fundamenta na continuidade dialética do processo de desenvolvimento do Espírito Absoluto, da *Idéia.* Existe uma espécie de alma na história, que se manifesta de diferentes maneiras nas diferentes fases históricas (a personalidade abstrata em Roma, a beleza na Grécia, a subjetividade no cristianismo medieval etc.).

Se a história está constituída por um tempo homogêneo, todo o problema do historiador reside em cortar esta continuidade segundo a periodização que corresponda à sucessão das diferentes fases do desenvolvimento da idéia.

b) *Contemporaneidade ou categoria do presente histórico*

A condição exigida para realizar os cortes históricos, seguindo as diferentes fases da evolução da idéia, é conseguir captar, em cada corte, a totalidade social global. A totalidade social deve estar constituída de tal maneira que todos os elementos coexistam sempre no mesmo tempo. Esta característica é peculiar de uma totalidade expressiva cuja unidade é de tipo espiritual, isto é, de uma totalidade em que cada parte expressa o núcleo central desta.

1. ENGELS, *Ludwich Feuerbach y el fin de la filosofía alemana,* Lenguas extranjeras, Moscou, pp. 48-49.

A redução de *todos* os elementos que formam a vida concreta de um mundo histórico (instituições econômicas, sociais, políticas, jurídicas, costumes, moral, arte, religião filosofia e inclusive os acontecimentos históricos: guerras batalhas, derrotas etc.) a *um* princípio de unidade interna, esta própria redução não é em si possível senão sob a *condição absoluta* de considerar toda a vida concreta de um povo como a exteriorização-alienação... de um *princípio espiritual interno*... isto é, *não de sua realidade material mas de sua ideologia mais abstrata.*[2]

A idéia de tempo histórico elaborada por Hegel não é senão o reflexo da experiência vivida do tempo. Cremos viver em um tempo único onde vemos um passado, um presente e um futuro. Cremos distinguir diferentes períodos em nossa história pessoal, períodos que determinamos segundo os fatos mais importantes de nossa vida.

A noção de tempo histórico de Hegel é uma noção ideológica, tomada da experiência vivida, e se acha diretamente relacionada com a concepção que este filósofo tem da totalidade social. A existência de um tempo homogêneo e a possibilidade de fazer cortes históricos que nos permitam ver a essência da totalidade social estão diretamente ligadas à concepção hegeliana da totalidade social como um todo que possui uma unidade de tipo espiritual.

3. TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

Qual é a originalidade de Marx em relação à teoria da história? Consiste em haver descoberto um novo critério de periodização: o critério dos modos de produção?

Sustentar que a novidade de Marx reside no descobrimento de um novo critério de periodização da história — o dos modos de produção — é permanecer na concepção hegeliana da história, no interior de um tempo histórico único, homogêneo, que agora, em lugar de ser fragmentado partindo do desenvolvimento da Idéia, é-o partindo de um critério material: o modo de produção de bens materiais e suas conseqüências jurídico-políticas e ideológicas.

Infelizmente, os raros textos de Marx e de Engels sobre sua concepção da história prestam-se para interpretações deste tipo.

Engels nos diz, por exemplo, que "a idéia tradicional, à qual Hegel também prestou culto, via no Estado o elemento determinante e na sociedade civil o elemento condicionado por aquele". E acrescenta que as aparências justificam, sem dúvida, esta idéia. Para o marxismo, ao contrário, "o Estado (regime político), é o elemento subal-

2. ALTHUSSER, *La revolución teórica de Marx,* pp. 83-84.

terno, e a sociedade civil (reino das relações econômicas), o principal". [3]

Neste texto Engels identifica sociedade civil com estrutura econômica e Estado com as superestruturas jurídico-políticas e ideológicas. A inversão aparece de forma clara: enquanto em Hegel é o político-ideológico (a consciência de si de uma época) a essência do econômico, em Marx seria o econômico a essência do político-ideológico. A superestrutura jurídico-política e ideológica não seria, portanto, senão um mero fenômeno do econômico. [4]

A teoria da história passaria, assim, do evolucionismo espiritualista hegeliano para o evolucionismo materialista do marxismo; do critério de periodização da história, a partir da evolução dialética da Idéia, para o critério de periodização a partir da evolução dialética da economia.

A originalidade de Marx ficaria reduzida à inversão da concepção de Hegel. Segundo a formulação do próprio Marx, ele teria *"posto sobre os pés* o que em Hegel andava de cabeça para baixo".

Pois bem, como vimos ao longo deste trabalho, não basta que fiquemos ao nível da letra do texto; é necessário estudá-lo de forma crítica e tratar de descobrir, através de um estudo global das obras destes autores, qual era seu verdadeiro enunciado acerca da história.

Marx e Engels não elaboraram de forma sistemática e rigorosa um enunciado explícito acerca de sua teoria da história,[5] porém seu estudo do modo de produção capitalista segue em busca dos instrumentos teóricos que permitem elaborar esta teoria.

Para elaborar o conceito marxista de história é necessário partir do conceito marxista de totalidade social.

No capítulo 8 vimos que o conceito abstrato que nos dá o conhecimento da totalidade social é o conceito de MODO DE PRODUÇÃO: estrutura global dinâmica composta por três estruturas regionais:

3. ENGELS, *op. cit.*, p. 52.

4. Não se deve confundir a teoria de Hegel com o juízo que Marx faz dele. Ver, sobre este ponto, Althusser, *La revolución teórica de Marx*, pp. 168-169 nota 43.

5. Na realidade, em 1845-46, Marx e Engels haviam começado uma obra de caráter teórico sobre a história. Foi escrita, mas nunca publicada enquanto viveram; trata-se de *A ideologia alemã*. Mais tarde, ao referir-se a ela, Engels escreve: "A parte concluída reduz-se a uma exposição da concepção materialista da história, que apenas demonstra quão incompletos eram ainda, por aquela época, nossos conhecimentos da história econômica". (Nota preliminar ao folheto "Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã", 21 de fevereiro de 1888).

econômica, ideológica e jurídico-política. Isto posto, cada uma destas estruturas tem uma existência relativamente autônoma e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento, sem deixar, por isso, de estar determinada, em última instância, pela estrutura econômica. Os níveis da superestrutura não são, portanto, a simples expressão do econômico. Têm uma realidade própria, relativamente independente. Dizer que um nível da sociedade tem uma existência própria e leis de desenvolvimento próprias é afirmar que tem um tempo próprio relativamente autônomo, relativamente independente, em sua própria dependência, dos tempos de outros níveis.

Se estudamos, por exemplo, a passagem do feudalismo para o capitalismo, vemos que o tempo da estrutura econômica não era o mesmo que o da estrutura jurídico-política. As relações sociais de produção capitalistas se estabeleciam espontaneamente dentro da formação social feudal (as primeiras manufaturas de tipo capitalista coexistem com explotações agrárias de tipo feudal), mas o Estado e o direito continuam a serviço das antigas classes dominantes. A revolução burguesa produziu a adequação destes tipos de tempo.

No caso da transição do capitalismo para o socialismo, devido ao fato de a estrutura econômica capitalista e suas leis de desenvolvimento impedirem toda possibilidade de surgimento de relações sociais de produção socialistas, torna-se necessária a tomada do poder político por parte do proletariado para começar a estabelecê-las. Esta "antecipação" das relações políticas sobre as econômicas, na transição para o socialismo, acha-se determinada pela articulação precisa destas relações.

Portanto, cada estrutura de um modo de produção tem um tempo próprio, tempo que não é visível imediatamente, mas que deve ser construído em cada caso.

Para explicar esta última afirmação buscaremos um exemplo na psicologia: uma biografia não narra a vida de um personagem seguindo o tempo assinalado pelos relógios (horas, dias, meses, anos etc.), antes se esforça por apontar os grandes fatos que marcaram sua vida: encontros, descobrimentos, acidentes etc. O tempo da biografia é um tempo visível a partir dos acontecimentos que se realizam nessa vida pessoal. Mas Freud demonstrou-nos que permanecer nesse tempo visível, no tempo da biografia, é permanecer na superfície de uma vida humana, é permanecer ao nível da descrição. Para conhecer a pessoa é necessário conhecer a estrutura fundamental de sua personalidade. A grande contribuição de Freud é haver produzido o conceito que permite conhecer esta estrutura fundamental: *o conceito de in-*

consciente e suas diferentes fases de desenvolvimento (oral, anal, uretral, edípica, período de latência etc.). A significação profunda dos fatos da biografia não é inteligível senão a partir de sua situação dentro de uma fase determinada do desenvolvimento psíquico. A morte do pai, por exemplo, para um menino que passa pela fase edípica (conquista do amor da mãe) tem uma significação muito diferente da que tem para um menino que ainda não chegou a essa fase ou que já a tenha superado. O primeiro pode sofrer fortes sentimentos de culpa pensando que foi ele que matou o pai, como sua imaginação inconsciente o desejava.

O tempo da biografia é um tempo visível, vivido, linear. O tempo do inconsciente não é visível, deve ser construído para cada fase do desenvolvimento da vida psíquica, sendo cada uma destas fases que permite passar da simples enumeração de fatos para sua compreensão.

Podemos, portanto, concluir que nem a teoria freudiana do desenvolvimento do psiquismo nem a teoria marxista da história das sociedades se situam, em absoluto, ao nível da história empírica visível, que se desenvolve em um tempo único, linear, simplesmente "cronológico".

Tomemos agora outro exemplo pertencente propriamente ao terreno da história: o tempo da história da filosofia.

> O tempo da história da filosofia tampouco é legível imediatamente: por certo que *vemos*, na cronologia histórica, suceder-se filósofos e podemos tomar esta seqüência pela própria história. Mas novamente aqui é preciso renunciar aos preconceitos ideológicos da sucessão do visível e lançar-se a *construir o conceito de tempo da história da filosofia.* [6]

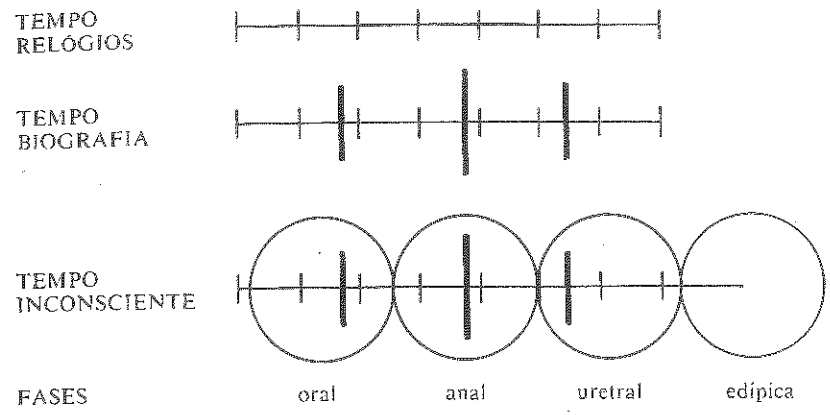
É, portanto, necessário construir o conceito de tempo da filosofia a partir da sucessão das diferentes problemáticas filosóficas, isto é, das estruturas sistemáticas típicas que unificam os diferentes elementos de um pensamento.

Dentro de uma mesma problemática podem encontrar-se diferentes filósofos.

Podem registrar-se mudanças radicais de problemática (Marx em relação com Hegel), mas também podem ocorrer mudanças secundárias (Feuerbach com respeito a Hegel).

A história da filosofia, para adquirir o caráter de história científica, deveria, portanto, abandonar o estudo cronológico dos diferentes filósofos e passar ao estudo das diferentes problemáticas filosóficas que

6. ALTHUSSER, "El objeto de *El capital*", em *Para leer "El capital"*, ed. francesa, II, p. 49.



existiram, localizando os filósofos dentro de suas respectivas problemáticas.

Marx não se limita, por conseguinte, a oferecer um novo critério de periodização, porque a própria natureza deste critério — o MODO DE PRODUÇÃO — implica uma transformação completa da maneira de propor o problema. Já não se trata de uma temporalidade histórica lineal, homogênea, de tipo hegeliano, mas de certas estruturas específicas de historicidade.

> Da mesma maneira que não existe produção em geral, não existe também história em geral, mas estruturas específicas de historicidade.[7]

Estas *estruturas específicas de historicidade são os diferentes modos de produção* fundados, em última instância, em um determinado modo de produção de bens materiais.

A teoria marxista da história é, portanto, *um estudo científico da sucessão descontínua dos diferentes modos de produção.*

A teoria marxista da história que tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de produção deve ser posta a serviço do estudo de realidades concretas, deve servir para produzir conhecimentos históricos que se situam em outro nível, ao nível das formações sociais e de suas conjunturas políticas.

7. *Ibid.*, p. 52, ed. francesa.

A utilização da TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA, isto é, do corpo de conceitos do materialismo histórico no estudo de um objeto concreto historicamente determinado, é o que diferencia, a este nível, um historiador marxista de um historiador não-marxista.

Não se deve confundir, portanto, *a teoria da história* com os *conhecimentos científicos empíricos* acerca de uma realidade histórica determinada.

4. O MATERIALISMO HISTÓRICO: TEORIA GERAL E TEORIAS REGIONAIS

No capítudo acerca dos conceitos de *modo de produção* e *formação social*, vimos que a obra mais perfeita de Marx, *O capital*, tem por objeto o estudo do modo de produção capitalista, isto é, um objeto abstrato que jamais se encontra em estado puro na realidade. Vimos também os limites deste estudo: dá-nos um conhecimento científico do nível econômico do modo de produção capitalista em sua fase pré-monopolista. Marx não pôde realizar seu projeto inicial: o estudo de todos os níveis do modo de produção capitalista.

Contudo, o que é que guia a Marx no estudo científico do modo de produção capitalista? Qual é seu "fio condutor"?

Seu "fio condutor" é a *teoria do materialismo histórico* por ele enunciada, em forma esquemática, no Prefácio à *Crítica da economia política*. Nos capítulos anteriores estudamos os principais conceitos desta teoria científica da história.

Pois bem, os *conceitos gerais* do materialismo histórico empregados em *O capital* são diferentes dos *conceitos específicos* que constituem a teoria do nível econômico do modo de produção capitalista desenvolvida nesta obra. Estes *conceitos específicos* — trabalho abstrato e trabalho concreto — relacionados com valor de troca e valor de uso, mais-valia, capital constante e capital variável etc., são conceitos que só servem para estudar o nível econômico do modo de produção capitalista; o estudo científico do nível econômico de produção "feudal" ou do modo de produção socialista requer outros conceitos específicos.

Marx distingue claramente estas duas categorias de conceitos quando se refere a seu plano de estudo acerca da sociedade capitalista na *Introdução à crítica da economia política*:

> O plano a adotar deve ser manifestamente o seguinte: 1) as determinações abstratas gerais que convêm, mais ou menos, a todas as formas de sociedade... 2) as categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa...[8]

Quais são, para Marx, estas determinações gerais?

Pensamos que se pode chegar a determiná-las 1) lendo atentamente "o resultado geral" a que chegou Marx e que uma vez adquirido lhe serviu de fio condutor em "seus estudos", exposto por ele no Prefácio à *Crítica da economia política*, e 2) estudando o ponto quarto da *Introdução à crítica da economia política*.

Marx encabeça este quarto ponto com uma série de conceitos gerais: "Produção, meios de produção, relações de produção e relações de circulação, formas de Estado e de consciência em relação com as condições de produção e de circulação, relações jurídicas, relações familiares".

Podemos concluir, portanto, que o modo de produção capitalista, para ser estudado de forma científica, precisa de um corpo de conceitos mais gerais, mais abstratos, do que os conceitos específicos a esse modo de produção.

Estes conceitos gerais serão os instrumentos de trabalho que permitirão produzir o conhecimento do modo de produção capitalista.

Devemos distinguir, portanto, no materialismo histórico: uma TEORIA GERAL ou corpo de conceitos empregados no estudo diferencial de cada modo de produção e TEORIAS REGIONAIS dos diferentes modos de produção (escravista, "feudal", capitalista, socialista etc.) e da transição de um modo de produção para outro.

Se quisermos situar, por exemplo, de forma precisa a teoria marxista da ditadura do proletariado, devemos assinalar que não pertence à teoria geral do materialismo histórico mas a uma teoria regional: a teoria da transição do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista e, mais precisamente, à sub-região da instância jurídico-política desta fase de transição.

5. NÍVEIS DE REALIZAÇÃO DA TEORIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO: CIÊNCIA DAS FORMAÇÕES SOCIAIS E CIÊNCIA DA CONJUNTURA POLÍTICA

O materialismo histórico é uma *teoria científica*. Em sua qualidade de teoria científica não nos dá um conhecimento de realidades con-

8. *Einleitung zur Kritik der politischen Ökonomie*, p. 639. Ver textos selecionados, pp. 299-301.

cretas. *O capital,* por exemplo, não nos dá um conhecimento de uma sociedade concreta historicamente determinada, mas o conhecimento de um objeto abstrato: o modo de produção capitalista puro.

O materialismo histórico, como toda *teoria,* não nos dá nenhum conhecimento concreto, mas nos dá os meios (instrumentos de trabalho intelectual) que nos permitem alcançar um conhecimento científico dos objetos concretos. Portanto, como vimos na introdução, se o materialismo histórico não é utilizado na análise de realidades concretas, pode ser considerado como uma teoria amputada que não cumpre seu objetivo, como uma flecha que se faz girar entre os dedos sem jamais ser lançada.

Chamaremos, seguindo Althusser, CONCEITOS TEÓRICOS aos conceitos que, por fazerem parte de uma teoria científica, não nos fornecem conhecimento de nenhuma realidade concreta: os conceitos da teoria geral e das teorias regionais do materialismo histórico. Chamaremos *CONCEITOS EMPIRICOS* aos conceitos que nos dão conhecimento de uma realidade concreta.[9]

Estes *conceitos empíricos não* são um puro e simples decalque da realidade, uma pura e simples leitura imediata desta. Não obstante, não podem existir sem utilizar os *dados* provenientes da observação e da experiência.

Uma investigação ou uma observação não é jamais um efeito passivo; só é possível se conduzida e controlada por conceitos teóricos que atuam sobre ela, quer diretamente, quer indiretamente, através de suas regras de observação, eleição e classificação na montagem *técnica* que constitui o campo da observação ou da experiência. Uma investigação ou uma observação, mais ainda, uma experiência, não proporcionam, portanto, senão *materiais* que em seguida são elaborados como *matéria-prima* em um trabalho posterior de transformação que vai produzir, finalmente, os conceitos *empíricos.* Sob o nome de *conceitos empíricos* não designamos, pois, o *material* inicial, mas o resultado de suas elaborações sucessivas; temos em vista, portanto, o resultado de um processo de conhecimento complexo, no qual o material inicial e em seguida a matéria-prima obtida são transformados em conceitos empíricos graças à intervenção dos *conceitos teóricos,* quer em pessoa, quer presentes, e em ação, nesta elaboração sob a forma de montagens experimentais, regras de método, regras de crítica e de interpretação.

A relação dos conceitos teóricos com os conceitos empíricos não é, portanto, em nenhum caso, uma relação de exterioridade (os conceitos teóricos não são "reduzidos" aos dados empíricos), nem uma relação de dedução (Os conceitos empíricos não são deduzidos dos conceitos teóricos), nem uma relação de subordinação [*subsomption*] (os conceitos empíricos não são a *particularidade* complementar da *generalidade* dos conceitos teóricos, como casos particulares destes). Deve-se, melhor, dizer (em um sentido próximo da

9. ALTHUSSER, "Sur le travail théorique", em *La pensée,* nº 132, abril de 1967, p. 6.

expressão de Marx, quando fala da "realização da mais-valia") que os conceitos empíricos "realizam" os conceitos teóricos no conhecimento concreto dos objetos concretos. A dialética de uma tal "realização" ... necessitará de amplos esclarecimentos, que não podem ser produzidos senão sobre a base de uma teoria da prática das ciências e de sua história.[10]

Há dois níveis de *"realização"* da teoria marxista da história ou materialismo histórico: *o nível da formação social,* isto é, de uma estrutura social historicamente determinada que toma a forma de uma individualidade concreta, que mantém certa identidade através de suas transformações, da mesma maneira que Pedro tem uma estrutura de personalidade que guarda uma certa identidade ao longo de sua vida, apesar de passar por diferentes fases de desenvolvimento; e *o nível da conjuntura política* ou momento atual dessa estrutura social, isto é, as formas particulares que toma essa individualidade nos diversos momentos históricos.

Resumindo o que acabamos de dizer, podemos distinguir dois níveis de "realização teórica" do materialismo histórico:

1) a ciência das formações sociais,
2) a ciência da conjuntura.

Pois bem, antes de passar ao ponto seguinte queremos insistir aqui em algo que desenvolvemos amplamente na Introdução deste livro. A teoria marxista nasce para *transformar o mundo* e, portanto, sua verdadeira realização final é a realização dela para uma prática política revolucionária.

6. O MATERIALISMO HISTÓRICO: CIÊNCIA QUE SE OPÕE AO DOGMATISMO E AO REVISIONISMO[11]

O materialismo histórico é uma ciência. É seu caráter de ciência que o coloca em oposição ao dogmatismo e ao revisionismo.

Saber o que é uma ciência é, ao mesmo tempo, saber que esta não pode viver senão mediante a condição de *desenvolver-se.* Uma ciência que se repete sem descobrir nada é uma ciência morta; já não é uma ciência mas um dogma fixo. Uma ciência só vive de seu desenvolvi-

10. *Ibid.*

11. Este ponto é tomado textualmente do artigo de Althusser "Teoria, práctica y formación teórica. Ideología y lucha ideológica", em *Casa de las Américas,* nº 34, fevereiro de 1966, pp. 14-15.

mento, isto é, de seus descobrimentos. Este ponto é igualmente importante, pois podemos ser tentados a crer que possuímos no materialismo histórico e no materialismo dialético, tal como nos têm sido dados hoje em dia, ciências acabadas e que desconfiemos, por princípio, de todo novo descobrimento. Certamente, o movimento obreiro tem motivos para manter-se alerta contra os revisionistas que se têm enfeitado sempre com títulos de "novidade" ou de "renovação"; mas esta defesa necessária não tem nada a ver com os receios contra os descobrimentos de uma ciência viva...

Marx, Engels e Lênine expressaram sobre este ponto sem nenhum equívoco. Quando Marx, em uma célebre demonstração de humorismo, dizia que ele "não era marxista", queria dizer que considerava o que havia feito como um simples começo de uma ciência, visto como um saber acabado seria um absurdo que conduziria mais cedo ou mais tarde a uma não-ciência.

Engels diz o mesmo quando escreve, por exemplo, em 1877: "...com isto [com os descobrimentos de Marx], o socialismo se converte em uma ciência, que agora deve ser elaborada em todos os seus pormenores..." (*Anti-Dühring*).

Lênine proclama com maior força ainda esta mesma realidade, em 1899:

> Não pode haver um partido socialista sem uma teoria revolucionária que reúna todos os socialistas, da qual estes extraiam todas as suas convicções e as apliquem em seus procedimentos de luta e métodos de ação. Defender a doutrina, que de acordo com seu mais profundo conhecimento é a verdadeira, contra todos os ataques infundados e contra os intentos de piorá-la não significa, de maneira alguma, ser inimigo de *toda* crítica. Não consideramos, em absoluto, a teoria de Marx como algo acabado e intangível; estamos convencidos, pelo contrário, de que esta teoria não tem feito senão colocar as pedras angulares da ciência que os socialistas *devem* impulsionar em todos os sentidos, sempre que não queiram ficar atrasados na vida. Cremos que para os socialistas russos é particularmente necessário impulsionar *independentemente* a teoria de Marx, porque geralmente apenas dá os *princípios diretivos* que se aplicam *em particular* à Inglaterra, de um modo diferente que à França; à França, de um modo diferente que à Alemanha; à Alemanha, de um modo diferente que à Rússia.[12]

Althusser assinala os pontos capitais que este texto contém:

1) Marx nos deu, no terreno teórico, as "pedras angulares", os "princípios diretivos", isto é, os princípios teóricos de base de uma teoria *que é absolutamente necessário desenvolver.*

12. LÊNINE, *Nuestro programa,* Editorial Cartago, pp. 209-210.

2) Este desenvolvimento teórico é para todos os socialistas um *dever* para com sua ciência; se não o executam, faltariam a seu dever perante o socialismo.

3) É necessário não somente desenvolver a teoria em geral, mas desenvolver também suas *aplicações particulares,* a natureza própria de cada caso concreto.

4) Esta defesa e este desenvolvimento da ciência marxista supõem, ao mesmo tempo, a maior firmeza contra todos os que queiram colocar-nos de volta *aquém* dos princípios científicos de Marx, assim como uma verdadeira *liberdade de crítica e de investigação científica* exercida sobre a base dos princípios teóricos de Marx por aqueles que podem e querem ir *além,* liberdade indispensável para a vida da ciência marxista e de qualquer outra ciência.[13]

Por último, para terminar, queremos citar o seguinte texto de Mao Tse-Tung:

> As fórmulas dogmáticas, vazias e secas, destroem nossas possibilidades criadoras, e não só elas mas o próprio marxismo. O marxismo dogmático não é, em absoluto, marxismo mas antimarxismo.[14]

7. A TEORIA MARXISTA E O PAPEL DOS HOMENS NA HISTÓRIA

Existe uma contradição interna entre a importância que o marxismo atribui à luta de classes, isto é, à ação dos homens sobre a história, e sua afirmação do determinismo histórico?

Já em 1843 Marx escrevia o seguinte em uma carta a Ruge:[15] "Não dizemos às pessoas: "abandonem suas lutas que não têm nenhum valor", antes, pelo contrário, queremos fazer ressoar em seus ouvidos a verdadeira ordem de luta, explicar-lhes a razão de suas lutas..."

Comentando estas palavras de Marx, diz Lênine: "Esta ordem foi encontrada por Marx, que não é um utopista, mas um sábio severo e, às vezes livre... e encontrada... por uma análise científica do regime burguês contemporâneo, pela explicação da *necessidade* da exploração, pelo estudo das leis de seu desenvolvimento."[16]

13. Até aqui a citação de ALTHUSSER.
14. Conversações acerca da arte e da literatura.
15. Setembro de 1843.
16. "¿Quiénes son los amigos del pueblo?" p. 60.

Neste texto vemos como a *necessidade* das leis que governam a sociedade capitalista *não implica uma passividade* dos homens perante estas leis.

Concedamos novamente a palavra a Lênine:

> ...este é um dos temas preferidos pelo filósofo subjetivista: a idéia do conflito entre o determinismo e a moralidade, entre a necessidade histórica e a significação da personalidade individual. Para isto borrou um montão de papéis, enchendo um abismo com suas absurdas tagarelices sentimentais filistéias, para solucionar este conflito a favor da moralidade e do papel da personalidade. Realmente, não existe tal conflito... a idéia da necessidade histórica [não] menoscaba em nada o papel do indivíduo na história; toda a história se compõe precisamente de ações de indivíduos que são indubitavelmente personalidades. A questão real que surge ao valorizar a atuação social de uma personalidade consiste em saber em que condições se assegura o êxito desta atuação. O que garantirá que essa atividade não resultará em um ato individual que se afunda no mar dos opostos?[17]

Portanto, frente ao rechaço do marxismo por parte da filosofia espiritualista, que o acusa de ser um expoente do determinismo absoluto da matéria, o que anula toda possibilidade de participação criadora do homem na história, o marxismo responde: na realidade, são os homens que fazem a história, mas a fazem em condições bem determinadas. E por isso o investigador marxista analisará, em primeiro lugar, essas condições de existência, especialmente as materiais: a forma na qual os homens produzem os bens materiais e as relações sociais em que realizam esta atividade produtiva.

Geralmente o marxismo não fala da história como a obra dos "indivíduos viventes", já que esta frase lhe parece oca. Ao analisar as relações sociais *reais* e seu desenvolvimento *real* analisa justamente o produto da atividade dos indivíduos. Pelo contrário, a filosofia espiritualista fala, sem dúvida, dos indivíduos, do homem, mas em realidade não os toma como ponto de partida de seu estudo ao não estudar as condições que os constituem como tais: suas condições efetivas de existência, o sistema de relações de produção, mas "como marionetes aos quais enchem a cabeça com seus próprios pensamentos e sentimentos".[18]

As ações dos homens que aparecem como infinitamente variadas e dificilmente sistematizáveis foram generalizadas pelo marxismo e

17. *Ibid.*, pp. 31-32.

18. LÊNINE, "O conteúdo econômico do populismo", ed. francesa, t. 1, p. 441.

relacionadas com as ações de grupos de indivíduos que diferem entre si pelo lugar que ocupam na produção social, isto é, foram referidas às ações de determinadas classes sociais. É a *luta destas classes e não a ação dos indivíduos isolados* o que determina a marcha da história.

> Assim se refuta a concepção puramente mecânica e pueril dos subjetivistas que se contentavam em vão em dizer que a história é obra dos indivíduos viventes, sem preocupar-se por investigar que ambiente social determina as ações dos indivíduos e como opera.[19]

Vejamos agora como Lênine estuda a ação de um determinado indivíduo, o padre Gapão, na história russa a partir do famoso "Domingo sangrento" de 9 de janeiro de 1905:

> Também na Rússia vimos um cura colocar-se à frente do movimento; cura que no transcurso de um só dia passou da exortação de fazer chegar ao Czar uma petição pacífica ao chamamento para começar a revolução... Já não temos Czar. Um rio de sangue correu hoje entre ele e o povo russo. Chegou a hora de os obreiros russos liberarem sem ele a luta pela liberdade do povo...
>
> Quem assim fala não é o cura Gapão. São os milhares e milhares, os milhões e milhões de operários e camponeses russos... pela vida que durante séculos levou o camponês, humilhado e intimidado, isolado do mundo exterior... A década do movimento obreiro fez surgir milhares de proletários social-democratas progressistas, que haviam rompido com esta fé, plenamente conscientes do que faziam. Educou a dezenas de milhares de operários naquilo que o instinto de classe, fortalecido na luta grevista e na agitação política destruiu — todos os fundamentos de semelhante fé... Estas massas não estavam ainda preparadas para levantar-se; sabiam apenas implorar e suplicar. Seu sentimento e seu estado de ânimo, o grau de seus conhecimentos e de sua experiência política foram levados a manifestar-se pelo cura Gapão, e nisso consiste a importância histórica do papel desempenhado ao começar a Revolução russa por um homem que ainda ontem era perfeitamente desconhecido e que hoje se converteu no herói do dia em Petersburgo, e na figura central de toda a imprensa européia.[20]

A história deste personagem mostra-nos como a ação de um indivíduo passou a ser uma ação histórica devido ao fato de ser a expressão de uma força social, a qual, por sua vez, se situa nos limites objetivos da estrutura.

Agora podemos compreender melhor a afirmação da teoria marxista que ao falar da história distingue entre o termo "homem" ou "indivíduo" e os termos "massa" e "classe".

19. *Op. cit.*, p. 444.

20. LÊNINE, "Jornadas revolucionárias", t. 8, pp. 107-108.

O marxismo sustenta que, nas lutas de classe, não é o homem ou os homens em geral que fazem a história, mas as *massas,* isto é, são as *forças sociais comprometidas na luta de classes, o motor da história.*

Por não compreender o verdadeiro sentido da teoria marxista da história e do papel que nela desempenha a luta de classes, freqüentemente se cai em dois erros que são funestos para o movimento revolucionário: o economismo ou espontaneísmo, que prega a submissão às leis do desenvolvimento econômico, e o voluntarismo, que desconhece as condições objetivas mínimas necessárias para empreender uma ação revolucionária vitoriosa.

8. DOIS DESVIOS DA TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA: O ECONOMISMO E O VOLUNTARISMO

a) *O economismo*

Na seção anterior anunciávamos dois possíveis desvios da teoria marxista da história: o economismo e o voluntarismo.

Vejamos primeiramente em que consiste o desvio *economista.*

A manifestação mais visível deste desvio teórico a encontramos ao nível da prática sindical. As lutas da classe obreira se reduzem à luta gremial pela conquista de uma situação econômica melhor (melhores salários, férias remuneradas, previdência social etc.). Para o economismo a luta política da classe obreira não é senão o modo mais desenvolvido, mais amplo e mais efetivo da luta econômica.

O economismo se esforça para que os próprios autores do marxismo se solidarizem com sua causa. Afana-se em buscar as "citações célebres" que sirvam de pretexto a seu ausentismo político. E, evidentemente, as encontra. Marx e Engels, em numerosas passagens de suas obras, empregam fórmulas que, isoladas de seu contexto, e sobretudo da autêntica problemática dos autores, se prestam a interpretações de tipo economista. A estas citações "pró-economistas" poderíamos opor multíplices citações "antieconomistas". Não o faremos porque não cremos que se possa reduzir a ciência ao resultado de uma balança de citações pró e contra. Indicaremos, por outro lado, quais são os supostos teóricos que estariam na base da corrente economista e que são absolutamente alheias à concepção marxista da História.

Primeiro suposto teórico: A REDUÇÃO DA SUPERESTRUTURA (POLÍTICO-JURÍDICA E IDEOLÓGICA) A UM SIMPLES FENÔMENO ECONÔMICO. O economismo nega a possibilidade teórica de que o tempo da estrutura política seja diferente do tempo da estrutura econômica, reduzindo o político a uma mera manifestação do econômico. Este foi o erro cometido pelos mencheviques nos preâmbulos da Revolução de outubro. Segundo Lênine, eles "teriam aprendido, de memória, que a revolução democrática tem por base econômica a revolução burguesa e compreenderam esta afirmação no sentido de que era necessário rebaixar as tarefas democráticas do proletariado ao nível da moderação burguesa..."

A *teoria do espontaneísmo social* que se encontra na base do economismo não é senão uma das formas em que se manifesta esta redução da superestrutura a um mero fenômeno da estrutura econômica. Esta teoria espontaneísta reduz a consciência de classe (fenômeno que pertence ao terreno do ideológico) a um simples reflexo das condições econômicas. Pensa que se adquire esta consciência espontaneamente, que basta, por exemplo, ser operário para ter consciência de classe operária. Sabemos que o marxismo-leninismo sustenta, pelo contrário, que, abandonadas a seu próprio impulso, as massas tendem, espontaneamente, para o reformismo. Daí a necessidade de "importar" a teoria científica de Marx para o movimento operário. É a fusão da teoria marxista e do movimento operário que tornam possível a existência de um partido operário revolucionário, isto é, um partido *da* classe operária, mas que constitui, ao mesmo tempo, sua *vanguarda.* Um partido que vai mostrando à classe operária quais são seus verdadeiros interesses de classe e quais são os passos a serem dados para conseguir sua satisfação. O economismo nega, na prática, o caráter de vanguarda do partido operário, transformando-o, pelo contrário, em retaguarda da classe que representa.

Ao economismo espontaneísta podemos aplicar as seguintes palavras de Lênine:

> querem que os revolucionários reconheçam a "plenitude de direitos do movimento no presente", isto é, a "legitimidade" da existência do que existe; que os "ideólogos" não tratem de "desviar" o movimento do caminho "determinado pela ação recíproca entre os elementos materiais e o meio material"; que se considere como desejável sustentar a luta "que é possível para os operários nas circunstâncias presentes", e, como possível, a luta "que travam realmente no momento atual"... é "o" culto da espontaneidade, isto é, do que existe "no momento presente"...[21]

O economismo sustenta, portanto, que a *luta* econômica é a única forma de luta válida *"na situação atual de imaturidade das condições objetivas".* Mas esta imaturidade converte-se, para os economistas, em

21. "¿Qué hacer?", em *Obras escogidas,* I, p. 13.

uma *imaturidade crônica*, já que as condições nunca estarão maduras se se renuncia a levar em conta um dos fatores que definem seu estado de madureza: a organização política revolucionária do proletariado.

Segundo suposto teórico: CONFUSÃO DE DOIS NÍVEIS DIFERENTES DE ABSTRAÇÃO OU ELABORAÇÃO CIENTÍFICA: O NÍVEL DA TEORIA CIENTÍFICA E O NÍVEL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO DE UMA REALIDADE HISTÓRICA DETERMINADA. Analisando a realidade concreta afirma-se a necessária sucessão dos diferentes modos de produção, como se em uma formação social concreta pudesse existir um modo de produção puro que seria substituído por outro modo de produção também puro.

Já vimos, anteriormente, que não existe nenhuma realidade pura, que toda formação social é uma realidade complexa na qual se combinam diferentes sistemas de produção de bens materiais que servem de base a estruturas ideológicas e políticas complexas. Por isso o desenvolvimento destas realidades concretas não consiste na passagem de um MODO DE PRODUÇÃO para outro, mas na passagem de uma estrutura econômica DOMINANTE no interior da FORMAÇÃO SOCIAL para outra forma de DOMINAÇÃO. A determinação da DOMINAÇÃO não se produz de forma mecânica, seguindo leis preestabelecidas para os modos de produção puros, antes depende do tipo específico de combinação dos diferentes sistemas de produção no interior de cada sociedade concreta e da forma pela qual esta se integra nas relações mundiais de produção.

Portanto, se TEORICAMENTE o marxismo afirma uma sucessão *descontínua* de diversos modos de produção e estabelece uma certa ordem baseada, em última instância, no desenvolvimento das forças produtivas, isso não quer dizer que na HISTÓRIA CONCRETA de uma determinada sociedade se dê esta mesma ordem TEÓRICA. A complexidade da formação social, o tipo de combinação das diferentes relações de produção, sua integração nas relações mundiais de produção e a forma política que tomam os grupos que representam as classes exploradas etc., tudo isso determinará a forma na qual se sucedem as fases (atrasos, distorções, regressões, saltos etc.).

Terceiro suposto teórico e a base mais profunda do economismo: A CONCEPÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA COMO UMA TEORIA EVOLUCIONISTA, ISTO É, COMO UMA SUGESTÃO CONTÍNUA DOS DIFERENTES MODOS DE PRODUÇÃO QUE GERARIAM UNS AOS OUTROS A PARTIR DE UM MESMO TRONCO COMUM: O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS.

O economismo sustenta que é preciso "respeitar" as fases do desenvolvimento; não concebe a possibilidade de "saltar" fases.

Não é estranho que também aqui encontremos múltiplas "citações célebres" que apóiem a interpretação evolucionista ("hegeliana") da história.

Da mesma maneira pela qual Engels reconhece que suas próprias formulações e as de Marx podiam prestar-se a interpretações economistas, devido ao fato de terem de acentuar este aspecto da realidade para combater o idealismo dominante:

> O fato de que os discípulos façam mais finca-pé do que o devido no aspecto econômico é coisa da qual, em parte, temos a culpa Marx e eu próprio. Em face dos adversários tínhamos de sublinhar este princípio cardeal que se negava, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e oportunidade para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações. Mas tão logo se tratava de expor uma época histórica e, portanto, de aplicar praticamente o princípio, mudava a coisa, e já não havia possibilidade de erro. Infelizmente, ocorre com bastante freqüência que se acredita haver entendido totalmente e que se pode manejar sem mais uma nova teoria pelo mero fato de haver-se assimilado, e nem sempre exatamente, suas teses fundamentais. Desta censura não se acham isentos muitos dos novos "marxistas" e assim se explicam muitas das coisas peregrinas que hão aportado...[22]

Da mesma maneira poderíamos justificar a linguagem evolucionista de muitos textos fazendo referência ao marco ideológico em que se produziram estas obras: o enorme peso do pensamento evolucionista-dialético de Hegel, ao qual Engels se refere com entusiasmo em seu livro: *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, juntamente com as descobertas científicas de Darwin e com a necessidade da luta contra o pensamento metafísico. Não obstante, se passarmos do formalismo de certas frases para o estudo da problemática global das obras de Marx e Engels, mediante uma leitura crítica dessas obras, verificamos que a teoria marxista da história, como TEORIA, não tem nada que ver com o evolucionismo, que a passagem de um modo de produção para outro não tem nada que ver com o "continuísmo" do evolucionismo.

Na parte consagrada à concepção marxista da história vimos que esta era uma teoria, portanto, um corpo de conceitos abstratos que não pretendiam refletir, reproduzir ou imitar a história, mas servir de instrumento para conhecê-la. A teoria marxista da história limita-se a proporcionar-nos os conceitos das estruturas das quais dependem os efeitos históricos.

---

22. ENGELS, carta a Bloch, 21-22 de setembro de 1890, em *Obras escogidas*, II, pp. 494-495.

Marx diz-nos que todos os modos de produção são momentos históricos mas não nos diz que geram uns aos outros. Lênine o entendeu assim, como o manifestam as seguintes palavras que afirmam como se deforma o marxismo: "misturando-o ao hegelianismo de forma arbitrária, sustentando que todo país deve passar pela fase do capitalismo".[23]

"...Nenhum marxista jamais viu na teoria de Marx uma espécie de esquema filosófico-histórico obrigatório para todos..."[24]

O economismo é, portanto, um desvio "evolucionista hegeliano" da concepção marxista da história. Reduz a história a uma evolução contínua de certas estruturas: os modos de produção, as quais por sua vez se reduzem à estrutura econômica. Nesta concepção da história não há lugar para a ação das massas. As massas apenas expressam a evolução das estruturas.

b) *O voluntarismo*

Cuidaremos agora de expor o outro desvio da teoria marxista da história: o voluntarismo que caracteriza o esquerdismo ou "enfermidade infantil do comunismo".

A tradição de luta revolucionária marxista-leninista mostra-nos como nenhum movimento revolucionário está isento de desvios de direita: economismo, reformismo etc.; ou de esquerda: aventurismo etc. Por outro lado, as vanguardas que têm estado à testa de movimentos revolucionários vitoriosos — Revoluções russa, chinesa, cubana — têm lutado sempre e têm sido capazes de superar estes dois desvios, conseguindo assim estabelecer uma linha política correta que os tem conduzido ao poder.

Cremos, portanto, que é necessário precisar bem o que a tradição marxista-leninista entende por esquerdismo.

O esquerdismo é um desvio do marxismo, que se caracteriza:

No plano ideológico, por um acentuado subjetivismo. Seu desejo de ver realizada a revolução fá-lo ver a realidade deformada. Confunde seu desejo com a realidade objetiva. Este subjetivismo o leva a cair no dogmatismo. Raciocina-se como doutrinários da revolução, repete-se, de memória, sem entender, ordens revolucionárias extremistas, válidas só para certas situações históricas concretas, mas que não podem ser generalizadas sem mais nem menos. Não basta, por

23. "O conteúdo econômico do populismo" *Obras completas,* ed. francesa, t. I, p. 67.

24. *Ibid.*, p. 366.

exemplo, *querer realizar* a revolução socialista para lançar como palavra de ordem do movimento revolucionário: "luta pela revolução socialista"; é possível, e a história das revoluções o tem demonstrado, que, embora se tenha como perspectiva final a revolução socialista, muitas vezes é necessário avançar por etapas realizando primeiro revoluções democráticas que depois se convertem em socialistas.

No plano organizativo, o esquerdismo se expressa por um acentuado individualismo. Este se manifesta, por um lado, na incapacidade para aceitar as medidas disciplinares do partido e, por outro, na tendência a utilizar as forças do partido com finalidades pessoais. O caudilhismo político é uma das formas em que se manifesta o individualismo no plano da organização.

No plano da direção, o esquerdismo se expressa em nível da estratégia revolucionária em sua incapacidade para distinguir as possíveis *etapas* da revolução. Confunde-se o objetivo final com os passos que é necessário dar para alcançar este objetivo. Esta mesma confusão dá como resultado, no plano tático, uma absoluta incapacidade para reflexionar em termos de *relações de força.* Não se compreende a necessidade de considerar, com rigorosa objetividade, as forças das classes e as relações destas forças antes de empreender uma ação política determinada. Isto mesmo leva a negar a possibilidade de todo compromisso com forças que não estejam diretamente interessadas no socialismo.

O esquerdismo é um desvio voluntarista, subjetivista da teoria marxista da história. Em sua base encontramos a mesma problemática teórica que no desvio economista, porém invertida. Já não é o determinismo econômico, mas a vontade dos homens, de certos grupos revolucionários e de seus heróis, que determinam a marcha da história. O voluntarismo passa por alto a consideração das condições mínimas necessárias para fazer a revolução. A imaturidade crônica afirmada pelo economismo transforma-se no voluntarismo em *maturidade, sempre dada* das condições revolucionárias. O servilismo aos interesses espontâneos das massas, próprio do economismo, aqui se transforma em um desapego das massas.

Nem no economismo — para o qual a História está marcada de antemão — nem no voluntarismo — para o qual a História é fundamentalmente o produto da vontade dos homens, da vontade revolucionária de certos indivíduos desligados das massas, mas convencidos de que estas, socialistas em potência, os seguirão apenas iniciem a luta revolucionária — fazem qualquer análise das condições atuais da revolução, das classes, forças sociais e relações de forças existentes em cada país. Ambos matam as revoluções antes de nascer, mas por mo-

tivos opostos; o economismo porque confia no espontaneísmo das massas; o voluntarismo porque confia excessivamente nos homens ou em pequenos grupos de revolucionários e descuida o preparo de uma organização capaz de mobilizar as massas.

Estes desvios esquerdistas podem ocorrer no interior dos partidos marxistas como podem ocorrer no exterior, constituindo determinados "grupinhos", condenados a ser apenas grupinhos enquanto não corrigirem sua linha política desligada das massas.

Vejamos agora qual o juízo de Lênine sobre estes grupinhos:

> A história da social-democracia russa está cheia de pequenos grupos surgidos "por uma hora", por alguns meses, grupos que não têm nenhuma raiz nas massas (pois bem, uma política sem as massas é uma política aventureira), que não têm nenhuma idéia séria e firme. Em um país pequeno-burguês e em período histórico de reformas burguesas, *é inevitável* que intelectuais de toda espécie se unam aos operários e cuidem de criar toda classe de grupinhos aventureiros, no sentido que acabamos de indicar.[25]

E à pergunta: qual é a prova do caráter aventureiro destes grupinhos? Lênine responde o seguinte:

> A prova é a história destes dez anos (1904-1914) tão notáveis e ricos em sucessos. Os dirigentes de todos esses pequenos grupos têm manifestado, neste espaço de tempo, as flutuações mais importantes, mais lamentáveis, mais ridículas sobre as questões mais importantes de tática e organização; têm revelado sua *incapacidade absoluta* para criar correntes que se arraiguem nas massas.[26]

Depois de ler com atenção este texto, parece-nos que, segundo Lênine, aquilo que definiria fundamentalmente o esquerdismo aventureiro e que o condena à esterilidade política seria A REALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DESARRAIGADA DAS MASSAS. Frente à esterilidade de uma linha POLÍTICA SEM MASSAS, podemos opor como solução a palavra de ordem POLÍTICA DE MASSAS?

Não, porque não existe UMA, e, sim, DUAS *políticas* de massas. Aquela que segue a vontade espontânea das massas esquecendo-se de que estas se encontram no interior de uma estrutura social em que domina a ideologia burguesa e que, portanto, abandonadas a si próprias caem no reformismo, e aquela que é capaz de interpretar não os interesses aparentes das massas, mas os interesses profundos, seus verdadeiros interesses de classe.

---

25. "Acerca do aventurismo", *Obras completas,* ed. francesa, t. 20, p. 374.

26. *Ibid.,* p. 376.

Portanto, nem toda *política de massas* é uma política revolucionária. Se um partido se limita a organizar as lutas que espontaneamente surgem dentro da classe obreira, sem relacioná-las com a luta pelos interesses estratégicos a longo prazo, desta classe, está realizando uma política reformista e não revolucionária.

Isto posto, tratemos de definir o que devemos entender por linha política de massas:

1. *Confiar nas massas.* Confiar em que as massas possam chegar a compreender e agir em função de tarefas revolucionárias sempre que sejam corretamente mobilizadas. Confiar na possibilidade criadora das massas que em momentos históricos críticos têm sabido inventar novos métodos de luta, novas formas para vencer a seus inimigos de classe.

2. *Respeitar as massas.* Respeitar dialeticamente seus interesses espontâneos imediatos e seus interesses a longo prazo. Isto se deve traduzir em propor tarefas que, embora relacionadas com seus interesses estratégicos a longo prazo, partam sempre de seus interesses espontâneos imediatos. Somente tomando estes interesses como ponto de partida se poderá fazer avançar o movimento no sentido de atingir seus interesses estratégicos.

3. *Consultar as massas.* Recolher suas idéias, suas opiniões em face dos fatos. Não lhes dar tudo prontinho vindo de cima. Averiguar se as instruções que foram transmitidas encontram eco verdadeiro nas massas. Quão justa parece ser, neste sentido, a afirmação de Mao: "o militante que não fez investigações não tem direito a falar".

4. *Informar às massas.* Informar-lhes sobre a situação histórica que se vive, sobre a situação de sua frente de luta e sua relação com as demais frentes. Sobre as tarefas que são propostas e a forma de levá-las a termo. Informar-lhes de maneira veraz tanto dos aspectos positivos como dos negativos do estado de coisas.

5. *Educar as massas.* Elevar seu nível de consciência política partindo de suas próprias lutas. Fazê-las compreender a conexão que há entre suas lutas parciais e a luta política geral.

6. *Organizar as massas.* Buscar fórmulas que permitam a máxima participação. Para este fim é importante determinar qual o setor mais ativo delas e preocupar-se especialmente em organizá-lo para que este arraste após si os setores mais passivos e mais atrasados.

7. *Mobilizar as massas.* Baixar ordens adequadas a cada nova conjuntura que surja. Estas ordens serão justas e farão o movimento revolucionário avançar na medida em que não sejam ordens abstratas, e sim ordens que partam do estado atual da consciência das massas para conduzi-las à luta por seus interesses estratégicos.

Para terminar queremos dizer que, embora o enraizamento nas massas e uma linha política de massas revolucionárias sejam essenciais para definir um movimento revolucionário, é importante não esquecer que todo o partido marxista teve de passar por uma primeira etapa na qual ainda não tinha um verdadeiro enraizamento nas massas e, por isso, todo seu trabalho organizador se esforça ao máximo para adquirir este enraizamento.

É por isso que, quando se pede a Lênine uma prova acerca do caráter aventureiro de certos grupelhos, ele insiste em que esta prova se encontra na História.

É NA AÇÃO E NÃO NOS PROGRAMAS, NEM NOS DISCURSOS, NEM NOS BONS PROPÓSITOS ONDE SE PROVAM AS VERDADEIRAS VANGUARDAS REVOLUCIONÁRIAS.

RESUMO DO CAPÍTULO

Vimos neste capítulo qual é a grande contribuição de Marx e Engels para a teoria da história. Vimos que não se trata de uma simples inversão de Hegel, mas de uma mudança radical de problemática, na qual o conceito de modo de produção tem um papel central. Fizemos distinção entre a teoria geral e as teorias regionais do materialismo histórico e em seguida assinalamos os níveis de realização desta teoria: a ciência das formações sociais e a ciência da conjuntura política. Insistimos no caráter antidogmático do marxismo. Por último estudamos dois importantes desvios da teoria marxista da história: o economismo e o voluntarismo.

QUESTIONÁRIO

1. Qual é a contribuição de Hegel para a teoria da história?
2. Por que se pensa que Marx inverteu a teoria hegeliana da história?
3. Que diferença existe entre a totalidade hegeliana e a totalidade marxista?
4. Que se entende por tempo não-visível? Poderia dar alguns exemplos?
5. Que se entende por estruturas específicas de historicidade? Poderia dar um exemplo?

6. Poderia explicar o que se entende quando se afirma que a teoria marxista da história é um estudo científico da sociedade e seu desenvolvimento?
7. Que diferença existe entre a teoria da história e os conhecimentos científicos empíricos acerca de uma realidade histórica determinada?
8. Que se entende por teoria geral do materialismo histórico?
9. Que se entende por teorias regionais do materialismo histórico?
10. Que relação existe entre elas?
11. Que diferença existe entre os conceitos teóricos e os conceitos empíricos?
12. Por que se fala de "níveis de realização" do materialismo histórico?
13. Quais são estes níveis?
14. Por que o marxismo se opõe ao dogmatismo?
15. Que se entende por revisionismo?
16. Existe uma contradição entre a afirmação do determinismo histórico marxista e o papel que esta teoria atribui à luta de classes?
17. Em que momento as ações de um indivíduo adquirem caráter histórico?
18. Que se entende por economismo?
19. Por que é um desvio do marxismo?
20. Por que o aventurismo político freia o processo revolucionário?
21. Quais são as características do esquerdismo?
22. Por que a teoria marxista da história se encontra ao final deste livro?
23. Que se entende por linha política de massas?

TEMAS PARA MEDITAÇÃO

1. É todo fato que transcorre no tempo um fato histórico? Se não é assim, que condições deve cumprir para constituir-se em fato histórico?
2. Qual a relação que existe entre a luta de classes e os fatores estruturais dentro dos quais esta se produz? Em que sentido estes fatores limitam a luta de classes e em que sentido esta vai além desses limites?
3. Quando se deve falar de revisionismo e quando se trata de uma reestruturação necessária ao avanço da teoria?
4. Qual é o grave perigo do revisionismo moderno?

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L.: "Teoria, práctica teórica y formación teórica. Ideología y lucha ideológica", na revista *Casa de las Américas*, nº 34, fevereiro de 1966, pp. 5-18.

ALTHUSSER, L.: "El objeto de *El capital*", em *Para leer "El capital"*, pp. 101-20. (Sobre o conceito de história).

ALTHUSSER, L.: "Sur le travail théorique", em *La Pensée*, nº 132, abril de 1967. (Sobre os níveis de realização da teoria marxista da história).

CAHIERS MARXISTES-LENINISTES: nºs 9-10, "Lenin: sur l'infantilisme de gauche", pp. 71-83. (Sobre os níveis de realização).

LÊNINE: "Nuestro programa", t. 4, pp. 209-210 (ed. Cartago). (Contra o dogmatismo e o revisionismo).

LÊNINE: "¿Qué hacer?", *Obras escogidas*, t. I, pp. 117-200. (Sobre o dogmatismo, o economismo, o terrorismo).

LÊNINE: "¿Quiénes son los amigos del pueblo?", parte I, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Moscou, 1946, pp. 3-75. (Sobre a teoria marxista, o indivíduo e a história).

LÊNINE: "El contenido económico del populismo", t. I, pp. 441-444. (ed. francesa). Sobre o indivíduo e a história).

LÊNINE: *"Acerca do aventurismo"*, no t. 20.

MAO TSE-TUNG: *O estudo* (folheto).

MAO TSE-TUNG: *Reformemos nosso estudo.*

MAO TSE-TUNG: "Conversações acerca da arte e da literatura". (Contra o dogmatismo.)

Modificações introduzidas no capitulo:

1. Mudança do termo esquerdismo por "voluntarismo" quando se refere ao caráter mais geral do desvio.
2. Acrescenta-se texto sobre a linha política de massas.

APÊNDICE

A MAIS VALIA[1]

I. O VALOR NA ECONOMIA MERCANTIL SIMPLES

1. *A divisão do trabalho e a propriedade privada: condições primeiras do sistema econômico baseado no intercâmbio.* 2. *O preço: regulador aparente da economia fundada no intercâmbio.* 3. *Os gastos de produção.* 4. *O trabalho: base do valor.*

II. A MAIS-VALIA NA ECONOMIA CAPITALISTA

1. *Impossibilidade de obter a mais-valia por meio do intercâmbio.* 2. *A força de trabalho como mercadoria e seu valor.* 3. *A formação da mais-valia.* 4. *O capital como fator de produção.* 5. *A mais-valia absoluta e a mais-valia relativa.* 6. *O exército de reserva: efeito do capitalismo sobre a classe operária.*

ESFORÇAMO-NOS, neste apêndice, em expor de maneira clara porém rigorosa, o conceito de mais-valia, pelo fato de que só através dele podemos explicar, de forma científica, as causas da exploração capitalista e, portanto, vislumbrar o que é necessário fazer para suprimi-las.

1. Para elaborar este capítulo utilizamo-nos, além de *O capital*, de Marx, do texto de Lapidus e Ostrovitianov: *Manual de economía política*, Moscou, 1929. Recomendamos calorosamente sua leitura, pela grande simplicidade da obra, sem que por isso perca o rigor científico. Este texto será publicado em Editorial Universitaria, de Santiago do Chile, sob o título: *Conceptos fundamentales de El capital de K. Marx*, com uma apresentação nossa e um plano para estudar *El Capital*.

Ao escrever este apêndice, temos pensado fundamentalmente em servir aos companheiros trabalhadores. Oxalá se cumpra este objetivo.

1. A DIVISÃO DO TRABALHO E A PROPRIEDADE PRIVADA: CONDIÇÕES PRIMEIRAS DO SISTEMA ECONÔMICO BASEADO NO INTERCÂMBIO

Nos lugares mais abandonados da América Latina ainda encontramos grupos de homens, na sua maioria indígenas, que satisfazem as suas necessidades fundamentais unicamente por meio de sua própria economia: fabricam seu pão com o trigo que eles mesmos semearam; vestem-se com roupas cujo tecido eles mesmos teceram a mão com a lã de suas ovelhas; constróem suas casas com a madeira dos bosques e o barro da zona onde habitam; e assim por diante.

Isto contrasta totalmente com o espetáculo que apresentam as grandes cidades modernas latino-americanas. Nelas nenhum homem pode satisfazer as suas necessidades sem recorrer a muitos outros: seu alimento, sua casa, sua vestimenta dependem do trabalho de muitos outros homens.

Nestas grandes cidades cada homem tem seu trabalho específico: operário metalúrgico, operário têxtil, operário panificador etc. E, portanto, só pode viver se de alguma forma se liga a outros trabalhadores que lhe vão proporcionar as coisas que ele não produz mas de que necessita para viver.

Nas grandes cidades existe, portanto, por um lado, uma divisão do trabalho[2] e, por outro, uma grande interdependênca entre os que trabalham nos diferentes ramos.

Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, tanto mais cresce essa interdependência dos diferentes setores.[3]

Como, porém, se realiza a união entre os diferentes trabalhos na sociedade capitalista?

Na sociedade capitalista onde as empresas pertencem aos capitalistas individuais; onde os capitalistas são proprietários de suas empresas e as organizam de acordo com seus próprios interesses e não de acordo com os interesses da sociedade, a ligação entre os diferentes trabalhos, ou entre as diferentes empresas não pode realizar-se mediante uma planificação global da economia da sociedade; mediante

2. Tanto cresce a divisão da produção social como a divisão técnica do trabalho. Ver estes conceitos no capítulo 1 deste livro.

3. Ver o conceito de socialização das forças produtivas no capítulo 3 deste livro.

uma direção única que organize a produção e a participação dos produtos, mas somente através do intercâmbio dos produtos no mercado.

Portanto, quando existe propriedade privada dos meios de produção, a única forma de relacionar as diferentes unidades econômicas isoladas é através do intercâmbio de produtos no mercado.

Nas economias onde domina o intercâmbio, cada produtor isolado (ou grupo de produtores) produz, não para satisfazer a suas próprias necessidades, mas para vender tais produtos no mercado e comprar, por meio deles, os produtos de que necessita para viver.

Estes produtos, que são valores de uso para outros através do mercado, Marx lhes chama *mercadorias*.

Isto posto, é importante esclarecer que a economia baseada no intercâmbio não é só uma característica do regime capitalista de produção — pode ocorrer em diferentes regimes produtivos. Durante a escravidão, por exemplo, os objetos produzidos por um grupo de escravos em uma fazenda eram intercambiados por objetos produzidos por outro grupo de escravos ou pelos pequenos artesãos.

Qual a diferença entre a economia mercantil simples e a economia capitalista?

A economia mercantil simples caracteriza-se pelo fato de que nela o produtor da mercadoria é, ao mesmo tempo, o seu dono e tem direito a dispor dela. Na economia capitalista, os produtores diretos — os trabalhadores — não são donos das mercadorias que produzem; elas pertencem aos proprietários das fábricas ou aos proprietários dos meios de produção, que obrigam os operários que não têm meios de produção nem meios de consumo, a trabalhar para eles.

2. O PREÇO: REGULADOR APARENTE DA ECONOMIA FUNDADA NO INTERCÂMBIO

Pois bem, embora o objetivo final deste apêndice seja compreender mais profundamente o sistema capitalista de exploração, deveremos começar analisando as características do sistema mercantil simples, visto como só assim poderemos, finalmente, chegar, de maneira mais fácil, a nosso objetivo.

Em toda economia mercantil simples, como em toda economia baseada no intercâmbio, os possuidores das mercadorias se apresentam no mercado nas condições de proprietários iguais de suas mercadorias, e não se desfazem delas se não recebem outras em troca.

Pois bem, como proprietários individuais de suas mercadorias, perseguem fins individuais, buscam sempre vender ao preço mais alto possível.

Todavia, podem os proprietários individuais satisfazer o seu desejo de vender o mais caro possível?

Embora aparentemente o proprietário individual seja o amo e senhor de suas mercadorias, e possa fazer delas o que bem lhe pareça, não depende dele o realizar sua vontade.

O comprador também é um proprietário que tem dinheiro e deseja comprar ao preço que lhe seja mais conveniente. Por outro lado, a par de nosso vendedor de mercadorias existem muitos outros, e pode acontecer que os compradores constituam um número menor do que os vendedores, e com isso os comerciantes arriscam não vender todas as suas mercadorias. Isto dá origem à competição entre os proprietários das mercadorias, e começam a lutar uns contra outros, disputando o comprador e esforçando-se por vender a um preço inferior ao dos competidores.

O mercado passa a ser, assim, o cenário de uma dupla luta: entre os vendedores e os compradores, por um lado, e, por outro, entre os vendedores entre si.

Quando o produtor se dirige com suas mercadorias para o mercado não sabe se produziu muito ou pouco; não sabe bem qual vai ser a aceitação que ela terá. Só através do preço que se fixa no mercado para sua mercadoria poderá perceber a importância que ela tem na produção social.

Se, por exemplo, o preço dos sapatos sobe muito, quer isso dizer que se produziu menos que o indispensável à satisfação das necessidades dos compradores; se, pelo contrário, seu preço baixa, isso quer dizer que se produziu mais do que o necessário.

Os produtores individuais terão em conta estas indicações que o mercado lhes dá. No primeiro caso aumentarão a produção de sapatos; no segundo, diminui-la-ão.

Desta maneira, a economia fundada no intercâmbio se acha dirigida e regulamentada pelo movimento dos preços. Estes atuam como reguladores espontâneos da economia. Ao produtor individual de mercadorias não resta senão submeter-se a esta lei cega que não consegue controlar.

Contudo, de que dependem os preços? Que é que faz com que uma coisa valha uma determinada quantia de dinheiro e outra valha quantia diferente?

Vejamos o que ocorre se vamos comprar uma camisa numa loja. A vendedora nos oferece vários tipos de camisa de diferentes preços. Se lhe perguntamos por que uma camisa vale mais que a outra, nos responderá que se deve à sua melhor qualidade, e, portanto, à sua maior durabilidade.

Todavia, será possível explicar os preços pela melhor qualidade e maior duração das coisas?

Vejamos se é a mesma coisa comparando-se a camisa com outro objeto, por exemplo, um prato. Este objeto vale menos do que uma camisa e, não obstante, se é de plástico ou de metal, pode durar muito mais do que ela.

Quer dizer, então, que o preço depende da utilidade de uma coisa?

Dando o seguinte exemplo, evidencia-se que tampouco aquele serve como explicação: o pão é muito mais útil e necessário ao homem do que os diamantes e, não obstante, estes são infinitamente mais caros.

Por outro lado, a utilidade da coisa é diferente para cada comprador. Um operário que só pode comprar um par de calças por ano, e um advogado que pode comprar diversos, ambos verão de maneira diferente a utilidade que lhes presta um determinado par de calças.

É difícil esclarecer, portanto, qual a utilidade que pode ter um determinado produto. Não obstante, poder-se-á objetar que embora isso não seja possível, pode-se determinar facilmente quantas pessoas quereriam comprar um objeto determinado e quantas outras quereriam vendê-lo.

Não se pode determinar quantas vezes é mais útil o pão do que os sapatos, contudo é possível determinar quantas pessoas vieram hoje comprar sapatos de número 40, por exemplo. Se há 10 pares e vêm 20 pessoas, isso significará que a demanda é maior do que a oferta. Se, pelo contrário, há 20 pares e só vêm 10 pessoas, a oferta será maior do que a procura.

Não será por meio da oferta e da procura que se fixam os preços no mercado?

Acaso não sobe o preço da cebola quando ela escasseia? Porventura não é mais cara a fruta quando começa a estação, e, logo baixa muito?

Não podemos negar que a oferta e a procura influem nos preços, mas, poderá ela avaliar suficientemente o preço de uma mercadoria?

Se assim fosse, duas coisas que tivessem a mesma procura deveriam ter o mesmo preço.

Por exemplo, se existissem 100 quilos de açúcar no mercado e a procura fosse de 50, e se, por outro lado, existissem 10 pares de sapatos e a procura fosse só de 5, é muito claro que em ambos os casos a demanda é metade da oferta, mas nem por isso os sapatos vão ter o mesmo preço do quilo de açúcar.

A lei da oferta e procura poderá explicar as pequenas variações dos preços. Poderá explicar porque o quilo de açúcar vale hoje tantos centavos a mais do que há uns dias passados; porque os sapatos baixaram de preço no final da temporada. Todavia, ela nunca nos explicará porque o açúcar vale uma certa quantidade de dinheiro, uma certa quantidade de centavos de cruzeiro, e os sapatos valem outra quantidade de dinheiro, calculada não em centavos mas em dezenas de cruzeiros.

Portanto, a lei da oferta e da procura pode indicar-nos a alta ou baixa dos preços em períodos certos de tempo, mas não nos pode explicar porque uma mercadoria vale mais do que outra, porque se podem comprar vários quilos de açúcar com o dinheiro com que se poderia comprar um só par de sapatos.

3. OS GASTOS DE PRODUÇÃO

Um produtor de mercadorias deixa de produzir aquelas mercadorias que se vendem com prejuízo porque não há compradores suficientes, e se põe a produzir aquelas que têm grande procura.

Como, porém, percebe que a produção de certas mercadorias se tornou de pouca conveniência?

Se pedirmos a um vendedor ambulante de cadeiras que nos reduza o preço, o que nos dirá? Que não pode fazê-lo, porque lhe custaram mais do que o preço que lhe oferecemos.

Quer isso dizer que o preço das mercadorias está determinado pelos gastos de produção?

Para responder a esta pergunta, apresentemos um exemplo concreto: Uma costureira que faz, em sua casa, vestidos para vender.

Qual é o custo de produção de seus vestidos?

Ela tem de gastar dinheiro em comprar tecido, linha, botões; precisa gastar dinheiro em alugar a sala onde costura, em luz e força; e, por último, precisa de dinheiro para repor a máquina que se vai desgastando com o uso. Se a máquina de costura vale 500 cruzeiros e só serve para costurar 500 vestidos, a costureira deverá contar como gasto, por vestido que faça, um cruzeiro para substituir a máquina quando ela se tenha inutilizado.

Isto posto, é a soma destes gastos que determina o preço de um produto?

Se assim fosse, significaria que não se pagaria nada pelo trabalho da costureira, e que ela morreria de fome. Se a costureira demora um

dia todo para fazer um vestido, necessita receber por seu trabalho uma certa quantia de dinheiro que lhe permita comprar as mercadorias que não produz enquanto trabalha na confecção do vestido, mas de que precisa para viver.

Para poder viver deve, portanto, intercambiar os produtos de seu trabalho pelos produtos do trabalho de outros.

Desta maneira, o preço do vestido compreenderá os seguintes elementos:

Elem.			
60	tecido	matérias-primas	meios de produção
5	botões		
5	linha		
1	desgaste da máquina de costura	meios de trabalho	
1	eletricidade		
1	calefação		
2	aluguel da sala		
65	trabalho da costureira	força de trabalho	
140			

Ora, a costureira tratará de vender o vestido mais caro do que lhe custa produzi-lo, e algumas vezes conseguirá fazê-lo, quando a procura de vestidos for maior do que a oferta. Se, porém, isso ocorre, todas as costureiras se dedicarão a fazer vestidos, e logo haverá mais vestidos no mercado do que a procura, e com isso os preços voltarão a baixar.

Vemos, portanto, que existem variações dos preços, que dependem das variações da oferta e procura, mas vemos também que estas variações não se apartam muito do custo de produção dos objetos.

Podemos dizer, então, que o preço é determinado pelo custo de produção dos objetos?

Não, porque se analisarmos cada um dos elementos que entram no custo de produção, sem contar o trabalho da costureira, verificamos que eles podem ser reduzidos também aos mesmos elementos. Por exemplo, o tecido pode reduzir-se ao gasto da lã, o desgaste dos teares etc., mais uma certa quantidade de horas de trabalho do tecelão. E assim todos os demais elementos. E se continuarmos reduzindo o que

acabamos de analisar, veremos que, afinal se reduz ao trabalho do cuidador de ovelhas.

Se reduzirmos cada um dos elementos até o final, veremos que o custo de produção se reduz ao trabalho exercido pelos diferentes trabalhadores sobre os bens que a natureza produz.

4. O TRABALHO: BASE DO VALOR

Nos pontos anteriores vimos como o preço de uma mercadoria pode variar segundo a oferta e procura, mas vimos também que a oferta e procura não explicam o nível em torno do qual oscilam os preços.

Vimos que este nível se explica, finalmente, só pela quantidade de trabalho necessária à criação dessa mercadoria.

Nossa análise nos conduziu, portanto, da qualidade natural das mercadorias (sapatos, pratos, diamante etc.), do mercado e do intercâmbio, ao *trabalho humano*.

O trabalho humano é, pois, a base de toda a vida social. Os homens necessitam de objetos materiais para satisfação de suas necessidades, e esses objetos não caem do céu — são o produto do trabalho dos homens sobre a natureza.

Mas o homem não vive nem trabalha só. Vive e trabalha em sociedade. No processo de trabalho os homens começam a depender uns dos outros e criam, assim, determinadas relações de produção entre eles.[4]

O trabalho de um indivíduo passa a ser, assim, uma parcela do trabalho social e as relações de trabalho devem assegurar uma determinada repartição do trabalho social de tal modo que a sociedade, em seu conjunto, possa satisfazer a suas necessidades. Ao falar da produção mercantil simples vimos como esta repartição do trabalho social se faz, neste caso, através das leis do mercado.

Vimos, além disso, que os preços flutuam, mas como estes, variam em torno de um determinado nível que é atingido, em última instância, pela quantidade de trabalho que se encontra incorporado em cada mercadoria. Este nível em torno do qual giram os preços é o que chamaremos VALOR.

Chama-se LEI DO VALOR à lei que rege o intercâmbio de mercadorias. Ela sustenta que o intercâmbio das mercadorias no mercado é regido, em última instância, pela quantidade de trabalho nelas incor-

4. Ver capítulo 2.

porado. Se uma mercadoria vale duas vezes mais do que outra é porque ela contém o dobro de trabalho que a outra.

Esta lei do valor é a lei que regula, de forma espontânea, a economia mercantil baseada na existência de produtores individuais que só entram em relações entre si por meio do mercado. E por isso esta lei regerá enquanto existirem produtores individuais que se relacionam entre si por meio do mercado. Quando a sociedade for capaz de planificar totalmente a economia, de modo que a distribuição do trabalho social não se faça de forma cega, através do mercado, mas de forma consciente e projetada de antemão, a lei do valor desaparecerá, não terá mais sentido.

Pois bem, vimos afirmando que o valor de uma mercadoria está determinado pela quantidade de trabalho nela incorporado.

Quer isso dizer que o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho individual, e que a mercadoria valerá mais ou menos conforme o rendimento deste trabalho individual?

Se assim fosse, existiriam tantos valores quantos graus de rendimento no trabalho. Se uma costureira faz um vestido em 12 horas, outra em 16 e outra em 18 horas, existiriam três valores para o vestido.

Vejamos, porém, o que ocorre se estas três costureiras vão vender seus vestidos no mercado. A que trabalhou 18 horas tratará de vendê-lo a um preço que lhe permita pagar essas 18 horas; ora, as demais ao verem que ela vende a um preço mais elevado, tratarão de vender a esse mesmo preço, ganhando mais dinheiro com menor soma de trabalho. Não obstante, o que ocorrerá então no mercado é que muitas costureiras atraídas pelo alto preço dos vestidos se lançarão a fabricá-los, mas como existirão produtos deste tipo em demasia no mercado, ver-se-ão obrigados a baixar os preços. Pois bem, supondo que a oferta e a procura coinciden, pergunta-se: a que preço se venderão os vestidos?, ao preço que envolve o maior ou menor número de horas de trabalho?

O valor de um produto depende, portanto, não do trabalho individual, mas do trabalho que a sociedade toda emprega na produção um determinado artigo. Não se calcula o valor tomando em conta o trabalho maior nem o menor, mas o trabalho médio; o trabalho que é produzido utilizando um nível tecnológico médio e um rendimento médio da força de trabalho.

O valor de um produto depende, portanto, não do trabalho individual, mas do *trabalho socialmente necessário para produzi-lo*.

Exemplifiquemos: Vejamos como se calcula o tempo socialmente necessário para produzir um determinado tipo de camisa.

Costureiras	Camisas	Total	Tempo/trabalho	Total/horas
20	20	400	2 horas cada	800
30	10	300	4 " "	1/200
60	5	300	6 " "	1/800
Produção social global =		1000 camisas		3/800 horas

Assim a produção de 1 000 camisas necessárias para a sociedade importou no gasto de 3 800 horas, isto é, 3,8 horas, termo médio por camisa (3 800 ÷ 1 000 = 3,8). Este tempo de 3,8 horas, isto é, de 3 horas e 48 minutos será o tempo socialmente necessário para a referida produção.

Não se há de cair no erro de calcular o trabalho socialmente necessário extraindo um termo médio entre as horas requeridas nas empresas de menor e de maior rendimento. Neste caso as de menor rendimento produzem uma camisa cada 6 horas e as de maior rendimento uma camisa cada duas horas, e o termo médio seria de 4 horas (6 + 2 = 8 ÷ 2 = 4), o que difere muito do resultado que obtivemos por via do exemplo que demos.

A que se deve esta diferença?

Deve-se a que na sociedade global se produz maior quantidade de camisas que demandam tempo de produção mais longo. Se as camisas produzidas em seis horas tivessem sido o dobro do que são no exemplo, o tempo de trabalho socialmente necessário teria sido maior.

O trabalho socialmente necessário depende, portanto, da tecnologia média que se utiliza, das aptidões médias dos trabalhadores e das condições médias de trabalho.

Isto posto, nenhum desses aspectos permanece estático; todos vão variando no decurso do tempo. Isso produz uma modificação das horas de trabalho socialmente necessárias, as quais, à medida que se aperfeiçoam os sistemas tecnológicos, tendem a ir diminuindo.

Ora, a introdução de uma nova máquina só influi no tempo de trabalho socialmente necessário se esta inovação se generaliza rapidamente.

Se uma costureira começa a utilizar uma nova máquina de costura que lhe permita coser uma camisa em uma hora, e todas as demais continuam utilizando as antigas máquinas, esta inovação não

influirá grandemente no tempo de trabalho socialmente necessário e, pelo contrário, permitirá a esta costureira ganhar mais, visto como o valor que regula os preços será calculado, ainda, de acordo com o tempo médio social que é maior do que o que ela emprega, e ela, ao vender a camisa, obterá maior quantidade de dinheiro, em relação a seus gastos, do que as demais costureiras. Esta é a razão pela qual, nas economias baseadas no intercâmbio (compreendendo nelas também a economia capitalista), os proprietários individuais se esforçam por introduzir novas máquinas e por conservar o segredo de seus avanços técnicos.

Pois bem, à medida que se generaliza a utilização de uma determinada máquina, tende a baixar o tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria e, portanto, seu valor, e seu preço, que não é senão uma forma de expressão de seu valor.

Por último, antes de passarmos a explicar como ocorre isto no sistema capitalista, digamos que é necessário distinguir entre o trabalho simples de mão-de-obra e o trabalho mais complexo, mais especializado. O valor que produz o trabalho de um torneiro especializado é muito maior do que aquele que produz um trabalho simples, como no caso da transferência do material de um lugar para outro, a embalagem e assim por diante.

II — A MAIS-VALIA NA ECONOMIA CAPITALISTA

1. IMPOSSIBILIDADE DE OBTER A MAIS-VALIA POR MEIO DO INTERCÂMBIO

O intercâmbio em uma sociedade capitalista é muito diferente do intercâmbio que acabamos de analisar em uma economia mercantil simples.

Se entrarmos em uma casa comercial de uma cidade capitalista e cuidarmos de pedir redução no preço de um produto, o primeiro argumento que o vendedor apresentará não será aquele apresentado pelo vendedor ambulante de cadeiras: que elas lhe custaram mais do que lhe oferecemos. O vendedor dirá, desta vez, que a venda desse artigo não lhe produz grandes lucros, que não pode vendê-lo a preço de custo porque necessita ganhar algo.

Na economia mercantil simples o que interessa ao pequeno produtor independente é conseguir, pela venda de seus produtos, o dinheiro suficiente para poder comprar as mercadorias de que necessita para viver. Na economia capitalista, o que interessa ao capita-

lista é que a venda de seus produtos lhe renda uma quantidade maior de dinheiro do que aquela despendida na produção desses objetos. O intercâmbio não tem sentido para ele se não lhe traz uma quantidade de dinheiro maior do que a despendida.

Se antes se tratava de vender mercadorias (M) para obter dinheiro (D) que permitisse comprar outras mercadorias (M), agora se trata de ter dinheiro que permita comprar mercadorias que permitam obter mais dinheiro.

Assim, a fórmula do intercâmbio mercantil simples seria:

$$M - D - M$$

E a fórmula do intercâmbio capitalista seria:

$$D - M - D + d$$

Pois bem, a primeira pergunta que surge é: De onde o capitalist tira esta maior quantidade de dinheiro?

Poderá vir de uma superelevação dos preços, isto é, da venda das mercadorias acima de seu valor?

Se os capitalistas constituíssem um grupo que só vendesse e nunca tivesse de comprar, enquanto existisse outro grupo com dinheiro suficiente para comprar continuamente sem produzir nada, talvez se pudesse explicar assim o fato. Mas a realidade é diferente; o capitalista, ao mesmo tempo que vende seus produtos, tem de comprar outros para poder produzir. Tem de comprar matérias-primas e instrumentos de trabalho a outros capitalistas. Sendo assim, se estes aumentassem os preços também, produzir-se-ia uma espécie de compensação em nível social. O que lucrassem como vendedores, perderiam como compradores.

Portanto, o lucro que o capitalista obtém não pode ser explicado por via do intercâmbio, isto é, dizendo que vende seus produtos a um preço mais alto do que valem.

Como explicar, então, que vendendo os produtos por seu valor, os capitalistas possam obter certa margem de lucro?

Este problema só pode ser resolvido se encontrarmos uma mercadoria que possa ser comprada pelo capitalista, e que pelo seu uso produza valor?

Se a origem última do valor é o trabalho humano, como vimos anteriormente, esta mercadoria não pode ser senão a força de trabalho; ela é a única mercadoria capaz de criar valor.

2. A FORÇA DE TRABALHO COMO MERCADORIA E SEU VALOR

Ora, a força de trabalho [5] não é uma mercadoria em qualquer sociedade. Nem na escravidão, nem no modo de produção servil, nem na produção mercantil simples os trabalhadores vendiam livremente sua força de trabalho. No primeiro caso, o seu ser pertencia ao amo; no segundo, existia um determinado tipo de relação de dependência que obrigava o servo a realizar uma determinada quantidade de trabalho para o senhor; no último caso, trata-se de produtores independentes que trabalham por conta própria.

Quais são as condições necessárias para que surja a força de trabalho como mercadoria?

Primeiro: a existência de um trabalhador livre que tenha direito a dispor de sua força de trabalho.

Segundo: a existência de um trabalhador livre que esteja desprovido de todo meio de produção. Desta maneira, para poder viver, necessita vender sua força de trabalho a quem possui os meios de produção: o capitalista.

Nestas condições, que é que determina o valor desta mercadoria chamada força de trabalho?

Se o valor de uma mercadoria depende do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, como aplicar este enunciado à força de trabalho?

Parece difícil aplicá-lo à força de trabalho, já que ela não é produzida em fábricas, mas nasce da vida por uma multiplicação natural.

Não obstante, um exame atento do funcionamento do sistema capitalista faz-nos ver que a mercadoria força-de-trabalho não é uma exceção nem um caso privilegiado de mercadoria.

Vejamos em que consiste o uso que o capitalista faz da força de trabalho.

O operário deve trabalhar para o capitalista durante o tempo que o contrato de trabalho determina. Ora, trabalhando, atuando sobre a natureza, o operário despende certa quantidade de força muscular, nervosa, cerebral, isto é, certa quantidade de energia.

5. Ver capítulo 1 deste livro, p. 27.

Contudo, para conservar sua força de trabalho, deve reconstituir diariamente a energia gasta. E, para este efeito, deverá utilizar certa quantidade de bens de consumo: alimentos, roupa, casa etc.

Por outro lado, é necessário que esta força de trabalho aflua constantemente ao mercado, e para isso é preciso assegurar a multiplicação natural dos operários. O trabalhador deve ter, portanto, os meios suficientes para sustentar a família.

Se um operário tem mulher e cinco filhos e o salário que recebe dá apenas para comprar meios de subsistência para ele, é evidente que repartirá estes entre toda a sua família e não poderá, desse modo, refazer a energia gasta. Portanto, a manutenção de uma família média deve estar compreendida obrigatoriamente no valor da força de trabalho.

Além do mais, o operário tem certo número de necessidades que correspondem a seu grau de cultura e ao nível de desenvolvimento de seu país, que também devem ser consideradas. Este é um dos motivos que explicam as variações de salários nos diferentes países. O operário europeu, e o norte-americano, ganham muito mais do que o operário latino-americano.

Por último, veremos o que ocorre com os operários especializados.

Por um lado, devido a seu maior nível cultural, eles sentem mais necessidades. E, por outro, deve-se levar em conta o tempo de trabalho socialmente necessário que despendeu durante o aprendizado de sua especialização, bem como as necessidades de conservação e elevação de nível. Aqui se encontra o motivo dos salários mais altos dos trabalhadores especializados.

O valor da força de trabalho é igual, pois, ao valor de todos os produtos necessários para sua conservação e reprodução em uma sociedade determinada.

Neste valor é preciso considerar os seguintes pontos:

a) necessidades básicas dele e de sua família;

b) necessidades culturais;

c) nível de especialização.

O capitalista se vê, em geral, obrigado a pagar a força de trabalho mais ou menos pelo seu valor, porque se não o fizer, obtém resultados inferiores na produção. O capitalista sabe que um operário bem alimentado rende muito mais do que um operário subnutrido.

3. A FORMAÇÃO DA MAIS-VALIA

Pois bem, supondo que o capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor, fato que nem sempre ocorre, sobretudo em países como os nossos onde a quantidade de trabalhadores cessantes aumenta dia a dia, assegurando ao capitalista a reposição certa da mão-de-obra de que necessita, como obtém com ela seu lucro?

O capitalista e o operário se encontram no mercado de trabalho. Este último oferece como mercadoria sua força de trabalho. O capitalista a compra por uma determinada quantia de dinheiro para fazê-la trabalhar durante certo período de tempo, por exemplo, 8 horas.

Havendo-a comprado, o capitalista pode dispor da força de trabalho como valor de uso, isto é, pode fazê-la trabalhar e assim o faz.

Sendo assim, se a comprou por 10 cruzeiros diários, e se estes 10 cruzeiros representam, em dinheiro, 4 horas de trabalho, o operário terá restituído ao capitalista, nessas quatro horas o dinheiro que pagou por ele. Como, porém, a força de trabalho tem a qualidade de produzir mais trabalho do que o necessário para reproduzi-la e o capitalista o sabe, ele o faz trabalhar as 8 horas. O valor criado nas últimas quatro horas constitui um lucro líquido para o capitalista.

> Chama-se MAIS-VALIA ao valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho.

> Chama-se TEMPO DE TRABALHO NECESSÁRIO ou PAGO ao tempo de trabalho em que o operário reproduz sua força de trabalho.

> Chama-se TEMPO DE TRABALHO EXTRA ou NÃO PAGO ao tempo em que cria mais-valia para o capitalista.

O conceito de mais-valia é o conceito-chave para explicar a exploração capitalista. É a mais-valia a fonte do lucro capitalista.

4. O CAPITAL COMO FATOR DE PRODUÇÃO

No processo de produção capitalista não participa apenas a força de trabalho; são também necessários os meios de produção: matérias-primas, máquinas, edifícios etc.

Se o capitalista não monopolizasse em suas mãos estes meios de produção, o operário não se veria obrigado a trabalhar para ele.

O capitalista reúne em suas mãos tanto os meios de produção como a força de trabalho.

> Chama-se CAPITAL aos diferentes elementos do processo de trabalho quando pertencem ao capitalista e se destinam a produzir mais-valia para seu dono.

É importante insistir em que as coisas chegam a ser capital, não por suas condições naturais, mas pelas relações de produção específicas nas quais se acham insertas, isto é, a exploração do trabalhador assalariado pelo capitalista.

A força de trabalho, no caso da produção mercantil simples, não pode ser considerada como capital. Tampouco pode ser considerada desta maneira a lã com a qual a mãe tece para seu filho.

O capital é, pois, uma categoria que não se pode aplicar a qualquer sociedade.

Os meios de produção e a força de trabalho só podem considerar-se como capital no regime capitalista de produção, quando se destinam a produzir mais-valia.

Examinemos agora como os meios de produção participam no processo produtivo capitalista, e qual o papel que desempenham neste processo.

Comecemos pelo que ocorre com as máquinas.

Uma máquina, por exemplo, um tear mecânico, pode participar em vários processos de produção de tecidos. Mas não tem duração infinita — à medida que se usa, vai-se gastando. Se supomos que dura uns 10 anos, podemos dizer que cada ano perde um décimo de seu valor, e isso quer dizer que cada ano transfere para a mercadoria essa quantidade de valor.

Se a máquina vale 100 000 cruzeiros, isto é, se tem trabalho incorporado por essa quantidade de cruzeiros, cada ano transferirá para as mercadorias produzidas 10 000 cruzeiros (100 000 ÷ 10), e se forem produzidos 5 000 produtos com essa máquina por ano,

em cada produto vão incorporados dois cruzeiros (10 000 ÷ 5 000) que expressam a quantidade de valor que as máquinas transferem para eles.

As máquinas não produzem nenhum valor novo, mas transferem para as mercadorias seu valor, a pouco e pouco, isto é, de forma parcial.

Vejamos agora o que ocorre com as matérias-primas.

As matérias-primas (tanto as principais como as auxiliares)[6] desaparecem totalmente, umas fazendo parte dos produtos; outras, como no caso das matérias de combustão, para obter a energia e o calor necessários ao processo de produção. Elas transferem, portanto, totalmente seu valor para o produto.

Mas apesar da diferente forma em que transferem seu valor para o produto, as máquinas e as matérias-primas têm algo em comum. *Nem umas nem outras podem criar valor*, e só podem transferir seu valor na medida em que são postas em ação pelo trabalho humano.

O trabalho humano não tem, portanto, só a capacidade de criar valor: tem, também, a capacidade de fazer com que os meios de produção transfiram seu valor para os produtos. Sem o trabalho humano, o capitalista não teria vantagem alguma em ter fábricas imensas, repletas de máquinas modernas.

Devemos distinguir, assim, duas formas de capital.

> Chamaremos CAPITAL CONSTANTE ao capital invertido em meios de produção porque seu valor não muda no processo produtivo.

> Chamaremos CAPITAL VARIÁVEL ao capital invertido em força de trabalho porque ela produz mais valor, e, portanto, faz variar o valor.

Isto posto, sem o capital constante torna-se impossível a criação de mais-valia, visto como a força de trabalho só pode dar seus frutos pondo em marcha os meios de produção. Mas embora o capital constante seja a condição da criação de mais-valia, ele próprio não pode criá-la. Portanto, tampouco influi na mais-valia a quantidade de capital constante que existe. A mesma quantidade de mais-valia

6. Ver capítulo 1, *b*.

pode ser produzida com capitais constantes muito diferentes. Por exemplo, uma indústria com uma tecnologia altamente avançada e, portanto, com um capital constante muito elevado, que ocupa 20 operários e outra com uma tecnologia muito mais barata que também ocupa 20 operários, produzirão a mesma quantidade de mais-valia se ambas conseguem pagar a força de trabalho com apenas quatro horas da jornada de trabalho. Os capitalistas das duas indústrias produzem, assim, a mesma quantidade de mais-valia nas horas de trabalho não pago.

Portanto, para determinar o grau de exploração da classe operária em nada nos interessa examinar a quanto monta o capital constante; só nos interessa ver qual a relação existente entre o valor da força de trabalho ou capital variável e a mais-valia produzida.

Exemplifiquemos: Se o valor das máquinas é igual a 100 000 cruzeiros, o da matéria-prima igual a 10 000 cruzeiros, a força de trabalho a 20 000 cruzeiros, a mais-valia é de 20 000 cruzeiros, a taxa de exploração será igual a 20 000 cruzeiros (mais-valia) divididos por 20 000 cruzeiros (capital variável), isto é, 100%. Quer isso dizer que de cada hora que o operário trabalha, meia-hora trabalha de graça para o capitalista.

Enquanto a relação entre mais-valia e capital variável não se altere, não se alterará a taxa de exploração, embora varie muito a quantidade de dinheiro que o capitalista inverta em capital constante.

5. A MAIS-VALIA ABSOLUTA E A MAIS-VALIA RELATIVA

Já vimos que como o que mais interessa ao capitalista é a produção da mais-valia, quanto maior seja esta, maiores serão seus lucros.

Como, porém, conseguir a produção de maior soma de mais-valia?

A primeira forma que o capitalista tem para consegui-lo é prolongando ao máximo a jornada de trabalho de tal modo que depois de o trabalhador haver produzido o valor equivalente ao de sua força de trabalho, possa continuar trabalhando para produzir mais-valia para o capitalista.

Se em quatro horas produz o valor que equivale à sua força de trabalho, e trabalha outras quatro horas, produzirá mais-valia de 100%. Mas se o capitalista consegue alongar a jornada de trabalho para 12 horas, é evidente que produzirá o dobro de mais-valia e a taxa de exploração se elevará a 200%.

Esta forma de obter maior quantidade de mais-valia é muito conveniente para o capitalista, uma vez que ele não aumenta seus gastos nem em máquinas nem em locais, e consegue um rendimento muito maior da força de trabalho.

Este foi o procedimento adotado nos começos do capitalismo. Mas não se pode prolongar indefinidamente a jornada de trabalho. Há limites físicos e históricos para isso.

Físicos, porque se o trabalhador trabalha durante muito tempo, não pode descansar o suficiente que dê para refazer sua força de trabalho na forma devida e se irá produzindo um esgotamento intensivo com a conseqüente baixa do rendimento.

Históricos, porque, à medida que se desenvolve o capitalismo, desenvolve-se também a classe operária, a qual se organiza e começa a opor uma resistência combativa à exploração capitalista. Por via de árduas e duras lutas vai conseguindo reduzir a jornada de trabalho, obrigando o capitalista a buscar outras medidas para aumentar a mais-valia.

O capitalista não pode aumentar agora a mais-valia prolongando a jornada de trabalho; pelo contrário, muitas vezes, pressionado pela luta dos operários, deve encurtá-la.

Como pode, então, obter a mais-valia sem a qual não tem sentido sua existência?

Há duas maneiras de obtê-la: por um lado, intensificando o trabalho, e por outro, diminuindo o tempo de trabalho necessário, isto é, aquele no qual o operário trabalha para refazer sua força de trabalho.

Intensificar o trabalho é fazer a força de trabalho render o máximo. Fazem-se, assim, estudos para ver quais são os movimentos absolutamente necessários para realizar um determinado tipo de trabalho, cuidando-se de suprimir todos os movimentos supérfluos. Instala-se música, melhor iluminação etc., não por sentimentos humanitários, mas porque isso contribui para que se produza mais.

Ora, como intensificação do trabalho tem um limite porque chega um momento em que trabalhar com maior intensidade produz esgotamento físico e mental, o capitalista deve decidir-se, finalmente, por cuidar de reduzir o tempo de trabalho necessário.

Como pode fazê-lo?

Supondo que a força de trabalho é paga por seu valor, a única maneira de diminuir a jornada de trabalho destinada a pagar seu valor é diminuindo o valor desta força.

E como diminuir-lhe o valor?

Diminuindo o valor dos objetos que o trabalhador consome.

E como diminuir o valor destes objetos?

Produzindo-os com menor soma de trabalho.

E como reduzir a quantidade de trabalho necessária para produzi-los?

Aumentando o rendimento do trabalho por intermédio, fundamentalmente, do aperfeiçoamento dos meios de trabalho. Um tear moderno consegue muito mais metros de tecido em uma hora de trabalho do que um tear rudimentar, e, desta maneira, cada metro de tecido se torna mais barato, visto como demanda menor número de horas de trabalho incorporadas nele. [7]

Esta é a razão pela qual os capitalistas se interessam tanto por baixar os custos dos objetos que intervêm na manutenção da força de trabalho e, muitas vezes, buscam outras medidas além das assinaladas como seja a subvenção a artigos de primeira necessidade para que os trabalhadores possam adquiri-los a preços mais baratos. Não fazem isto por filantropia, mas para aumentar seus lucros.

Se o valor dos artigos de consumo popular baixa, também baixa o valor da força de trabalho, e portanto necessita-se de menor tempo para refazer seu valor.

Se antes se produzia 100% de mais-valia fazendo o operário trabalhar 16 horas diárias, 8 para produzir o valor correspondente à sua força de trabalho e 8 para o capitalista, agora, reduzida a jornada a 8 horas, pode-se obter os mesmos 100% de mais-valia, conseguindo que o trabalho necessário se reduza a 4 horas. E conseguindo-se reduzir para menos horas, aumentará mais a taxa de mais-valia.

Pois bem, do que ficou dito podemos compreender os motivos pelos quais o sistema capitalista como tal está interessado no contínuo aperfeiçoamento das máquinas. O aumento da produtividade do trabalho que elas tornam possível permite ao sistema obter mais-valia sem necessidade de alongar nem intensificar o trabalho.

Contudo, a estas razões próprias do sistema como tal, acrescenta-se a motivação do capitalista individual que, ao introduzir uma máquina melhor, consegue produzir a custos mais baixos do que seus competidores, logrando obter um lucro extraordinário que surge da diferença entre o valor individual de seus produtos e o valor social que este tipo de produtos tem no mercado.

Exemplifiquemos: Se um capitalista introduz um tear que lhe permite produzir o dobro de tecido por hora que produzia antes, o

7. Ver capítulo 3, Forças produtivas.

valor desse produto se reduz muito, mas como o restante dos capitalistas trabalha ainda com teares antigos, o valor social ou valor propriamente dito do tecido é superior ao valor individual, e como é este valor que regula o preço de venda do tecido, nosso capitalista venderá ao mesmo preço que os demais, tendo um custo de produção muito menor, e com isso obterá um lucro extraordinário.

Por outro lado, os capitalistas se vêem obrigados a ir aperfeiçoando continuamente sua maquinaria, porque se não o fazem, não serão capazes de competir com os demais capitalistas de seu ramo. Se um capitalista fica para trás, se não conseguir aumentar a produtividade de seu trabalho ao mesmo ritmo que os demais, seus custos de produção serão mais elevados, e como pode vender ao preço que gira em torno do valor, ganhará menos, até que chegue o dia que não ganhará nada, vendo-se obrigado a fechar a fábrica.

Todas as razões aqui expostas nos fazem ver porque o sistema capitalista tem de aperfeiçoar continuamente os instrumentos de trabalho, as máquinas.

Esta necessidade é justamente o maior estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas. Nenhum regime econômico anterior havia estimulado tanto seu desenvolvimento.

Chamaremos MAIS-VALIA ABSOLUTA à mais-valia que se obtém com alongamento da jornada de trabalho ou intensificando o uso da força de trabalho.

Chamaremos MAIS-VALIA RELATIVA à mais-valia que se obtém diminuindo o tempo de trabalho necessário.

6. O EXÉRCITO DE RESERVA: EFEITO DO CAPITALISMO SOBRE A CLASSE OPERÁRIA

As máquinas, ao mesmo tempo em que aumentam enormemente a produtividade do trabalho (os teares automáticos modernos produzem uma quantidade muito maior de tecido por hora do que a produção dos teares artesanais rudimentares), deslocam também uma

grande quantidade de mão-de-obra (o trabalho que antes era executado por 20 trabalhadores têxteis usando teares individuais rudimentares, agora é feito por uma só máquina que ocupa apenas dois ou três trabalhadores).

Os trabalhadores assim deslocados ficam disponíveis.

Ficam, porém, disponíveis para sempre?

Não, já que é necessário criar indústrias para produzir a energia com que elas trabalham etc. Ao mesmo tempo em que se fecham certas fontes de trabalho, abrem-se outras noutros setores. Por isso, os trabalhadores que saem de uma indústria, depois de certo tempo, deverão normalmente encontrar trabalho em outras indústrias.

O desenvolvimento capitalista determina, portanto, e ao mesmo tempo necessita para poder funcionar, que exista sempre no mercado de trabalho certa quantidade de trabalhadores disponíveis para as necessidades de mão-de-obra que a classe capitalista possa ter. Por isso é que Karl Marx chamou a estes trabalhadores, em contínua mudança de uma indústria para outra, de exército de reserva dos capitalistas. [8]

Aos capitalistas convém a existência deste exército de trabalhadores e sabem utilizá-lo muito bem. Usam-no para pressionar os operários, para que estes não exijam salários muito altos. Os trabalhadores sabem que podem ser substituídos a qualquer momento pelos companheiros cessantes que estão dispostos, muitas vezes, a aceitar salários de fome, contanto que possam ter trabalho. Os capitalistas utilizam esta luta por conseguir trabalho para romper a unidade dos trabalhadores, desviando a luta dos operários contra os patrões para uma luta entre eles próprios.

Como conclusão de tudo quanto dissemos anteriormente, podemos afirmar que os trabalhadores só se libertarão das cadeias que os prendem aos capitalistas, e de todos os males que elas provocam, destruindo a propriedade capitalista dos meios de produção para transformá-la em propriedade de todos os trabalhadores por intermédio de seu Estado: o Estado proletário.

---

8. Nos países capitalistas dependentes, este exército de reserva do qual Marx falava, referindo-se ao capitalismo dos países desenvolvidos, vê-se engrossado por um número crescente de disponíveis que se origina ao introduzir nestes países a tecnologia dos países avançados, o que, em lugar de produzir um desenvolvimento tecnológico gradual que permita, de alguma forma reabsorver os disponíveis em outras indústrias produtoras de máquinas, deixa sem esperanças de trabalho um enorme setor da população, deslocado das pequenas indústrias de tipo artesanal pelas grandes indústrias modernas, cujas máquinas provêm do estrangeiro.

RESUMO DESTE APÊNDICE

Neste apêndice tratamos de explicar, de forma simples porém rigorosa, a origem da exploração capitalista: a produção da mais-valia. Tivemos de começar analisando o processo de produção mercantil simples para depois passarmos ao processo de produção capitalista. Partimos das aparências para ir descobrindo qual a explicação de fundo do problema. Partimos, portanto, dos preços para chegarmos daí ao valor. Depois de havermos examinado detidamente o conceito de valor e trabalho socialmente necessário, passamos a definir a mais-valia partindo de uma análise do valor da força de trabalho. A seguir, para podermos distinguir entre mais-valia absoluta e relativa, definimos os conceitos de capital constante e capital variável.

Por último, detivemo-nos em um dos efeitos do capitalismo sobre a classe operária: o exército de reserva.

Vimos, neste apêndice, os seguintes conceitos: *valor — tempo de trabalho socialmente necessário — mais-valia — mais-valia absoluta — mais-valia relativa — capital — valor da força de trabalho — capital constante — capital variável — exército de reserva.*

QUESTIONÁRIO

1. Que relação existe entre o intercâmbio e a divisão do trabalho?
2. A economia mercantil existe só no regime capitalista de produção?
3. Qual a diferença entre a economia mercantil simples e a economia capitalista?
4. Por que os preços são apenas um regulador aparente da economia fundada no intercâmbio?
5. Pode um produtor individual fixar o preço que deseje, de acordo com seus interesses, de seus produtos?
6. Que lutas se travam no cenário do mercado?
7. Por que os preços não podem depender da utilidade dos objetos?
8. Por que a lei da oferta e procura não pode explicar a essência dos preços?
9. Por que os gastos de produção não podem explicar os preços?
10. Como se calcula o custo de produção de um objeto?
11. Que é que explica o valor de um objeto?

12. Que se entende por lei do valor?
13. Que se entende por tempo de trabalho socialmente necessário?
14. Por que não se pode obter a mais-valia através do intercâmbio?
15. Qual a mercadoria que ao mesmo tempo em que é usada produz mais valor?
16. Que condições sociais são exigidas para que exista no mercado como mercadoria a força de trabalho?
17. Como se calcula o valor da força de trabalho?
18. Que se entende por tempo de trabalho necessário?
19. Que se entende por tempo de trabalho extraordinário?
20. Que se entende por capital?
21. Que se entende por capital constante?
22. Que se entende por capital variável?
23. Que se entende por mais-valia absoluta?
24. Que se entende por mais-valia relativa?
25. Que se entende por exército de reserva?

QUARTA PARTE

TEXTOS SELECIONADOS

12

I. TEXTOS GERAIS SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO

1. J. STÁLINE: SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO E O MATERIALISMO DIALÉTICO *

. . . *O materialismo histórico.* Resta apenas responder a esta pergunta: Que se entende, do ponto de vista do materialismo histórico, por "condições de vida material da sociedade", que são as que determinam, em última instância, a fisionomia da sociedade, suas idéias, suas concepções, instituições políticas etc.?

Quais são, em realidade, essas "condições de vida material da sociedade", quais são seus traços característicos?

Não há dúvida de que neste conceito de "condições de vida material da sociedade" entra, antes de tudo, na natureza que circunda a sociedade, no meio geográfico, que é uma das condições necessárias e constantes da vida material da sociedade e que, naturalmente, influi no desenvolvimento desta. Qual o papel do meio geográfico no desenvolvimento da sociedade? Não será, acaso, o meio geográfico o fator fundamental que determina a fisionomia da sociedade, o caráter do regime social dos homens, a transição de um regime para outro? O materialismo histórico responde negativamente a esta pergunta. O meio geográfico é, indiscutivelmente, uma das condições constantes e necessárias do desenvolvimento da sociedade e influi, sem dúvida, nele, aproximando-o ou atenuando-o. Mas esta influência não é *determinante,* já que as mudanças e o desenvolvimento da sociedade se produzem com uma rapidez incomparavelmente maior

* *Cuestiones del leninismo,* Ed. Lenguas Extranjeras, Moscou, 1946, pp. 539-53.

do que os que afetam o meio geográfico. No transcurso de três mil anos, a Europa viu desaparecer três regimes sociais: o comunismo primitivo, a escravidão e o regime feudal, e na parte oriental da Europa, na URSS, feneceram quatro. Pois bem, durante este tempo, as condições geográficas da Europa ou não sofreram alteração alguma, ou, se o sofreram foi tão leve, que a geografia não crê que valha a pena registrá-lo. E é comprensível que seja assim. Para que o meio geográfico experimente mudanças de certa importância, são necessários milhões de anos, ao passo que em umas centenas ou em dois mil anos podem produzir-se, inclusive, mudanças da maior importância no regime social.

Daqui se depreende que o meio geográfico não pode ser a causa fundamental, a causa *determinante* do desenvolvimento social pois o que permanece quase invariável através de dezenas de milhares de anos não pode ser a causa fundamental à qual obedeça o desenvolvimento daquilo que no espaço de umas poucas centenas de anos experimenta mudanças radicais.

Igualmente, é indubitável que o crescimento da população, a sua maior ou menor densidade, seja um fator que também faça parte do conceito das "condições materiais de vida da sociedade", visto como entre estas condições materiais se conta como elemento necessário o homem, e é impossível a vida material da sociedade sem um determinado mínimo de seres humanos. Não será, talvez, o desenvolvimento da população o fator cardeal que determina o caráter do regime social em que os homens vivem?

O materialismo histórico responde negativamente também a esta pergunta.

Não há dúvida de que o crescimento da população influi no desenvolvimento da sociedade, facilitando-o ou retardando-o, mas não pode ser este fator cardeal que o ocasione; nem sua influência sobre o desenvolvimento da sociedade pode ter um caráter *determinante*, já que o crescimento da população por si mesmo não nos oferece a chave para explicar porque um regime social dado seja substituído precisamente por um determinado regime novo e não por outro, porque o regime do comunismo primitivo foi substituído precisamente pelo regime da escravidão, o regime escravista pelo regime feudal e este pelo burguês e não por outros quaisquer.

Se o crescimento da população fosse o fator determinante do desenvolvimento social, a uma densidade maior de população teria de corresponder, forçosamente, na prática, um tipo proporcionalmente mais elevado de regime social. Mas na realidade isto não ocorre. A densidade da população da China é quatro vezes maior do que a dos

Estados Unidos, apesar de que os Estados Unidos ocupam um lugar mais elevado que a China no que se refere a desenvolvimento social, pois enquanto na China continua imperando o regime semifeudal, há muito tempo que os Estados Unidos chegaram à fase culminante de desenvolvimento do capitalismo. A densidade de população da Bélgica é 19 vezes maior do que a dos Estados Unidos e 26 vezes maior do que a da URSS, e, não obstante, os Estados Unidos ultrapassam a Bélgica no que toca a seu desenvolvimento social, e a URSS lhe leva de vantagem toda uma época histórica, pois enquanto na Bélgica impera o regime capitalista, a URSS já o liquidou e instaurou o regime socialista.

Daqui se depreende que o crescimento da população não é, nem pode ser, o fator cardeal no desenvolvimento da sociedade, o fator *determinante* do caráter do regime social, da fisionomia da sociedade.

a) Qual é, pois, dentro do sistema das condições de vida material da sociedade, o fator cardeal que determina a fisionomia daquela, o caráter do regime social, a passagem da sociedade de um regime para outro?

O fator é, segundo o materialismo histórico, *o modo de obtenção dos meios de vida* necessários à existência do homem, *o modo de produção dos bens materiais:* do alimento, do vestuário, do calçado, da moradia, do combustível, dos instrumentos de produção etc., necessários para que a sociedade possa viver e desenvolver-se.

Para viver, o homem precisa de alimentos, vestuário, calçado, moradia, combustível etc.; para ter estes bens materiais é necessário produzi-los, e para poder produzi-los é necessário dispor de instrumentos de produção, com ajuda dos quais se consegue o alimento, se fabrica o vestuário, o calçado, se constrói a moradia, se obtém o combustível etc.; é preciso saber produzir estes instrumentos e servir-se deles.

Instrumentos de produção com ajuda dos quais se produzem os bens materiais, e *homens* que os manejam e efetuam a produção dos bens materiais, por terem uma certa *experiência produtiva* e *hábitos de trabalho,* tais são os elementos que, em conjunto, formam as *forças produtivas* da sociedade.

Mas as forças produtivas constituem apenas um dos aspectos da produção, um dos aspectos do modo de produção, o aspecto que reflete a relação entre o homem e os objetos e forças da natureza empregados para a produção dos bens materiais. O outro aspecto do modo de produção é constituído pelas relações dos homens entre si dentro do processo de produção, as *relações de produção* entre os homens. Os homens não lutam com a natureza e não a utilizam para a produção de

bens materiais isoladamente, desligados uns dos outros, mas juntos, em grupos, em sociedades. Por isso, a produção é sempre e sob quaisquer condições uma produção *social*. Ao efetuar a produção dos bens materiais, os homens estabelecem entre si, dentro da produção, tais ou quais relações mútuas, tais ou quais relações de produção. Estas relações podem ser de colaboração e ajuda mútua entre homens livres de toda exploração, podem ser de domínio e subordinação ou podem ser, por último, de relações de transição entre uma forma de relações de produção e outra. Contudo, qualquer que seja seu caráter, as relações de produção constituem — sempre e em todos os regimes — um elemento tão necessário da produção quanto as próprias forças produtivas da sociedade.

Na produção — diz Marx — os homens não atuam somente sobre a natureza, mas atuam também uns sobre os outros. Não podem produzir sem associar-se de certo modo para atuar em comum e estabelecer um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações, e através destes vínculos e relações sociais, e só através deles, é que se relacionam com a natureza e que se efetua a produção. (*Obras escogidas*, t. I, p. 261, ed. alemã).

Por conseguinte, na produção, o modo de produzir não abrange só as forças produtivas da sociedade, mas também as relações de produção entre os homens, relações que são, portanto, a forma pela qual toma corpo sua unidade dentro do processo da produção de bens materiais.

b) *A primeira característica* da produção é que jamais se detém em um ponto durante um longo período, antes muda e se desenvolve constantemente, com a peculariedade de que estas mudanças ocorridas no modo de produção provocam inevitavelmente a mudança de todo o regime social, das idéias sociais, das concepções e instituições políticas, provocam a reorganização de todo o sistema social e político. Nas diversas fases de desenvolvimento, o homem emprega diversos modos de produção ou, dizendo-o em termos mais vulgares, mantém diferente genero de vida. Sob o regime do comunismo primitivo, o modo de produção empregado é diferente daquele sob a escravidão; sob o regime da escravidão é diferente daquele sob o regime do feudalismo e assim por diante. E em consonância com isto variam também o regime social dos homens, sua vida espiritual, suas concepções, suas instituições políticas.

Conforme seja o modo de produção existente em uma sociedade, assim é também, fundamentalmente, esta mesma sociedade e assim são suas idéias e suas teorias, suas concepções e instituições políticas.

Ou, para dizê-lo em termos mais comuns, conforme o homem vive, assim pensa.

Isto significa que a história do desenvolvimento da sociedade é, antes de tudo, a história do desenvolvimento da produção, a história dos modos de produção que se sucedem uns aos outros ao longo dos séculos, a história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção entre os homens.

Isto quer dizer que a história do desenvolvimento social é, ao mesmo tempo, a história dos próprios produtores de bens materiais, a história das massas trabalhadoras, que são as forças fundamentais do processo de produção, as que levam a cabo a produção de bens materiais necessários à existência da sociedade.

Isto quer dizer que a ciência histórica, se pretende ser uma verdadeira ciência, não deve continuar reduzindo a história do desenvolvimento social aos atos dos reis e dos caudilhos militares, aos atos dos "conquistadores" e "avassaladores" de Estados, mas deve ocupar-se, antes de tudo, da história dos produtores dos bens materiais, da história das massas trabalhadoras, da história dos povos.

Isto quer dizer que a chave para o estudo das leis da história da sociedade não tem de ser buscada na cabeça dos homens, nas idéias e concepções da sociedade, mas no modo de produção aplicado pela sociedade em cada um dos períodos históricos, isto é, na economia da sociedade.

Isto quer dizer que a tarefa primordial da ciência histórica é o estudo e o descobrimento das leis da produção, das leis do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, das leis do desenvolvimento econômico da sociedade.

Significa, pois, que o partido do proletariado, para ser um verdadeiro partido, deve, antes de tudo, conhecer as leis do desenvolvimento da produção, as leis do desenvolvimento econômico da sociedade.

Portanto, em política, para não equivocar-se, o partido do proletariado deve, antes de tudo, tanto no que se refere à formação de seu programa quanto no que tange a sua atuação prática, partir das leis do desenvolvimento da produção, das leis do desenvolvimento econômico da sociedade.

c) *A segunda característica* da produção consiste em que suas mudanças e seu desenvolvimento partem sempre das mudanças e do desenvolvimento das forças produtivas e, antes de tudo, dos que afetam aos instrumentos de produção. As forças produtivas são, assim, o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. De início, mudam e se desenvolvem as forças produtivas da sociedade e depois,

em dependência com estas mudanças e *em consonância com elas*, mudam as relações de produção entre os homens, suas relações econômicas. Não obstante, isto não quer dizer que as relações de produção não influam sobre o desenvolvimento das forças produtivas e que estas não dependam daquelas. As relações de produção, embora seu desenvolvimento dependa do desenvolvimento das forças produtivas, atuam por sua vez sobre o desenvolvimento destas, acelerando-o ou atenuando-o. A este propósito convém advertir que as relações de produção não podem ficar por tempo demasiado longo atrasadas em face das forças produtivas ao crescerem estas, nem achar-se em contradição com elas, já que as forças produtivas só podem desenvolver-se plenamente quando as relações de produção estão em harmonia com o caráter e o estado de progresso destas. Por isso, por muito atrasadas que fiquem as relações de produção com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, têm necessariamente de colocar-se, e realmente se colocam — mais cedo ou mais tarde —, em harmonia com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e com o caráter destas. Não fora assim, encontrar-nos-íamos ante uma ruptura radical da unidade entre as forças produtivas e as relações de produção dentro do sistema desta, ante um desconjuntamento da produção em bloco, ante uma crise de produção, ante a destruição das forças produtivas.

Um exemplo de desarmonia entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas, um exemplo de conflito entre ambos os fatores, temo-lo nas crises econômicas dos países capitalistas, onde a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção está em violenta discordância com o caráter social do processo de produção, com o caráter das forças produtivas. Como resultado desta discordância surgem as crises econômicas que conduzem à destruição das forças produtivas. Tal discordância constitui, por si mesma, base econômica da revolução social, cuja missão consiste em destruir as relações de produção existentes e criar outras novas que correspondam ao caráter das forças produtivas.

Pelo contrário, o exemplo de uma harmonia completa entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas no-lo oferece a economia socialista da URSS, onde a propriedade social sobre os meios de produção concorda plenamente com o caráter social do processo da produção e onde, portanto, não existem crises econômicas nem se produzem casos de destruição das forças produtivas.

Por conseguinte, as forças produtivas não constituem apenas o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção, mas sim, o elemento determinante de seu desenvolvimento.

Conforme sejam as forças produtivas, assim têm de ser também as relações de produção.

Se o estado das forças produtivas responde à pergunta sobre com que instrumentos de produção os homens criam os bens materiais que lhes são necessários, o estado das relações de produção já responde a outra pergunta: em poder de quem estão os *meios de produção* (a terra, as matas, as águas, o subsolo, as matérias-primas, as ferramentas e os edifícios destinados à produção, as estradas e os meios de comunicação etc.)? À disposição de quem se encontram os meios de produção: à disposição de toda a sociedade, ou à disposição de determinados indivíduos, grupos ou classes que os empregam para explorar a outros indivíduos, grupos ou classes?

Eis aí um quadro esquemático do desenvolvimento das forças produtivas desde os tempos primitivos até nossos dias. Das ferramentas de pedra sem polir passa-se ao arco e à flecha e, em relação com isto, da caça como sistema de vida à domesticação de animais e aos rebanhos primitivos; das ferramentas de pedra se passa às ferramentas de metal. (O machado de ferro, o arado com relha de ferro etc.) e, em consonância com isto, ao cultivo das plantas e à agricultura; vem a seguir o melhoramento progressivo das ferramentas metálicas para a elaboração de materiais, passa-se à forja de fole e à olaria e, em consonância com isto, se desenvolvem os ofícios artesãos, estes ofícios se separam da agricultura, desenvolve-se a produção independente dos artesãos e mais tarde a manufatura; dos instrumentos artesãos de produção passa-se à máquina, e a produção artesanal e manufatureira se transformam na indústria mecânica; por último, passa-se ao sistema de máquinas, e aparece a grande indústria mecânica moderna: tal é, em linhas gerais, nem mesmo completo, o quadro do desenvolvimento das forças produtivas sociais ao longo da história da humanidade. Além disso, como é lógico, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção correm a cargo de homens relacionados com a produção e não se realizam com independência destes; portanto, a par das mudanças e do desenvolvimento dos instrumentos de produção mudam e desenvolvem-se também os homens, como o elemento mais importante que são das forças produtivas; mudam e desenvolvem sua experiência quanto à produção, seus hábitos de trabalho e sua habilidade para o emprego dos instrumentos de produção.

Em consonância com as mudanças e o desenvolvimento experimentados pelas forças produtivas da sociedade no curso da história, mudam também e se desenvolvem as relações de produção entre os homens, suas relações econômicas.

A história reconhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

Sob o regime do *comunismo primitivo,* a base das relações de produção é a propriedade social sobre os meios de produção. Isto, em essência, corresponde ao caráter das forças produtivas durante este período. As ferramentas de pedra e o arco e a flecha, que aparecem mais tarde, excluíam a possibilidade de lutar isoladamente contra as forças da natureza e contra as bestas ferozes. Se não queriam morrer de fome, ser devorados pelas feras ou sucumbir às mãos das tribos vizinhas, os homens daquela época viam-se obrigados a trabalhar em comum, e assim tanto recolhiam os frutos na mata, como organizavam a pesca, como construíam suas moradias etc. O trabalho em comum conduziu à propriedade em comum sobre os instrumentos de produção, assim como sobre os produtos. Ainda não havia surgido a idéia da propriedade privada sobre os meios de produção, excetuando-se a propriedade pessoal de certas ferramentas, que ao mesmo tempo que ferramentas de trabalho eram armas de defesa contra os animais ferozes. Ainda não existia exploração, não existiam classes.

Sob o regime da escravidão, a base das relações de produção é a propriedade do escravista sobre os meios de produção, assim como também sobre os próprios produtores, os escravos, os quais o escravista podia vender, comprar e matar, como gado. Estas relações de produção se acham fundamentalmente em consonância com o estado das forças produtivas durante este período. Agora, em vez das ferramentas de pedra, o homem já dispõe de ferramentas de metal. Em vez daquela mísera economia primitiva baseada na caça e que não conhecia nem a criação de rebanhos nem a agricultura, surgem os rebanhos, a agricultura, os ofícios artesãos e a divisão do trabalho entre os diversos ramos de produção; surgem a possibilidade de efetuar intercâmbio de produtos entre os diferentes indivíduos e as diferentes sociedades e a possibilidade de acumular riquezas em mãos de umas tantas pessoas; produz-se, com efeito, uma acumulação de meios de produção em mãos de uma minoria e surge a possibilidade de que esta minoria subjugue a maioria e converta seus componentes em escravos. Já não existe o trabalho livre e em comum de todos os membros da sociedade dentro do processo de produção, antes impera o trabalho forçado dos escravos, explorados pelos escravistas, que não trabalham. Tampouco existe, portanto, propriedade social sobre os meios de produção nem sobre os produtos. A propriedade social é substituída pela propriedade privada. O escravista é o primeiro e fundamental proprietário com plenitude de direitos.

Ricos e pobres, exploradores e explorados, homens com plenitude de direitos e homens totalmente privados de direitos; uma furiosa luta de classes entre uns e outros: tal é o quadro que apresenta o regime da escravidão.

Sob o regime feudal, a base das relações de produção é a propriedade do senhor feudal sobre os meios de produção e sua propriedade parcial sobre os produtores, sobre os servos, que já não podem matar, mas que podem comprar e vender. A par da propriedade feudal existe a propriedade individual do camponês e do artesão sobre os instrumentos de produção e sobre sua economia privada, baseada no trabalho pessoal. Estas relações de produção se acham fundamentalmente em consonância com o estado das forças produtivas durante este período. O aperfeiçoamento progressivo da fundição e elaboração do ferro, a difusão do arado de ferro e do tear, os progressos da agricultura e da fabricação do azeite, o aparecimento das primeiras manufaturas junto às oficinas dos artesãos: tais são os traços característicos do estado das forças produtivas nesta fase.

As novas forças produtivas exigem que se deixe ao trabalhador certa iniciativa na produção, que experimente certa inclinação para o trabalho e se ache interessado nele. Por isso, o senhor feudal prescinde dos escravos, que não sentem nenhum interesse por seu trabalho nem põem nele a menor iniciativa, e prefere entender-se com os servos, que têm sua própria economia e suas próprias ferramentas e se acham interessados, em certo grau, pelo trabalho, na medida necessária para trabalhar a terra e pagar ao senhor, em espécie, com uma parte da colheita.

Durante este período, a propriedade privada faz novos progressos. A exploração continua sendo tão rapace como sob a escravidão, embora um pouco suavizada. A luta de classes entre os exploradores e os explorados é o traço fundamental do feudalismo.

Sob o regime capitalista, a base das relações de produção é a propriedade capitalista sobre os meios de produção e a inexistência de propriedade sobre os produtores, obreiros assalariados, a quem o capitalista não pode matar nem vender, pois se acham isentos de vínculos de sujeição pessoal, mas carecem dos meios de produção, e por isso, para não morrerem de fome, sentem-se obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista e a dobrar a cerviz ao jugo da exploração. A par da propriedade capitalista sobre os meios de produção existe e se acha nos primeiros tempos muito generalizada a propriedade privada do camponês e do artesão, livres da servidão, sobre seus meios de produção, propriedade privada que se baseia no trabalho pessoal. Em

lugar das oficinas dos artesãos e das manufaturas, surgem as grandes fábricas e empresas, dotadas de maquinaria. Em lugar das fazendas dos nobres, cultivadas com os primitivos instrumentos camponeses de produção, surgem as grandes explorações agrícolas capitalistas, montadas à base da técnica agrária e dotadas de maquinaria agrícola.

As novas forças produtivas exigem trabalhadores mais cultos e mais espertos do que os servos, mantidos no embrutecimento e na ignorância: trabalhadores capazes de entender e manejar as máquinas. Por isso, os capitalistas preferem tratar com operários assalariados, livres das cadeias da servidão e suficientemente cultos para saber manejar a maquinaria.

Mas depois de desenvolver as forças produtivas em proporções gigantescas, o capitalismo se enreda em contradições insolúveis para ele. Ao produzir cada vez mais mercadorias e ao fazer baixar sempre seus preços, o capitalismo aguça a competição, arruina a massa de pequenos e médios proprietários, converte-os em proletários e rebaixa seu poder aquisitivo, com o que se torna impossível a venda das mercadorias produzidas. Ao dilatar a produção e concentrar em enormes fábricas e empresas industriais a milhões de operários, o capitalismo dá ao processo de produção um caráter social e vai minando com isso sua própria base, já que o caráter social do processo de produção reclama a propriedade social sobre os meios de produção, enquanto a propriedade sobre tais meios continua sendo uma propriedade privada capitalista, incompatível com o caráter social que o processo de produção apresenta.

Estas contradições irredutíveis entre o caráter das forças produtivas e o das relações de produção se manifestam nas crises periódicas de superprodução, em que os capitalistas, não encontrando compradores solventes como conseqüência do empobrecimento da massa da população, provocado por eles mesmos, se vêem obrigados a queimar os produtos, a destruir as mercadorias elaboradas, a paralisar a produção e a devastar as forças produtivas, e em que milhões de seres se vêem condenados à paralisação forçada e à fome, não porque escasseiem as mercadorias, mas muito ao contrário: por haver-se produzido em excesso.

Isto quer dizer que as relações capitalistas de produção já não se acham em consonância com o estado das forças produtivas da sociedade, antes se acham em irredutível contradição com elas.

Isto significa que o capitalismo traz em suas entranhas a revolução, uma revolução que está convocada para suplantar a atual pro-

priedade capitalista sobre os meios de produção pela propriedade socialista.

Temos, pois, que o traço fundamental do regime capitalista é a mais encarniçada luta de classes entre exploradores e explorados.

Sob o regime socialista, que até hoje só é uma realidade na URSS, a base das relações de produção é a propriedade social sobre os meios de produção. Ali já não há exploradores nem explorados. Os produtos criados são distribuídos com ajuste ao trabalho, segundo o princípio de "o que não trabalha não come". As relações mútuas entre os homens dentro do processo de produção têm o caráter de relações de cooperação fraternal e de mútua ajuda socialista entre trabalhadores livres de toda exploração. As relações de produção se acham em plena consonância com o estado das forças produtivas, pois o caráter social do processo de produção é referendado pela propriedade social dos meios de produção.

Por isso, a produção socialista da URSS não conhece as crises periódicas de superprodução nem os absurdos que acarretam.

Em conseqüência, na URSS as forças produtivas se desenvolvem com ritmo acelerado, já que as relações de produção, ao se acharem em consonância com ditas forças produtivas, abrem amplo caminho para este desenvolvimento.

Tal é o quadro que apresenta o desenvolvimento das relações de produção entre os homens, no curso da história da humanidade.

Tal é a relação de dependência em que o desenvolvimento das relações de produção se acham com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e, em primeiro lugar, com respeito ao desenvolvimento dos instrumentos de produção, relação de dependência por força da qual as mudanças e o desenvolvimento que as forças produtivas experimentam se traduzem, mais cedo ou mais tarde, nas mudanças e no desenvolvimento congruentes das relações de produção.

O uso e a criação de meios de trabalho (por "meios de trabalho" Marx entende, principalmente, os instrumentos de produção) — diz Marx —, embora em gérmen já se apresentem em certas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, razão pela qual Franklin define o homem como um animal que fabrica instrumentos. E assim como a estrutura dos restos fósseis de ossos tem uma grande importância para reconstruir a organização de espécies animais desaparecidas, os vestígios de meios de trabalho servem-nos para apreciar formações econômicas da sociedade já desaparecidas. O que distingue as espécies econômicas entre si não é o que se produz, mas como se produz... Os meios de trabalho não são somente o barômetro do desenvolvimento da força de trabalho do homem, mas também o expoente das relações sociais em que se trabalha. *El capital*, t. I, p. 189).

E em outras passagens:

As relações sociais estão intimamente vinculadas às forças produtivas. Ao descobrir novas forças produtivas, os homens mudam de modo de produção, e ao mudar de modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as suas relações sociais. O moinho movido a braços gera a sociedade dos senhores feudais; o moinho a vapor, a sociedade dos capitalistas industriais. (*La miseria de la filosofía*, p. 71, ed. alemã, Moscou, 1939).

Existe um movimento constante de incremento das forças produtivas, de destruição das relações sociais e de formação das idéias; o único imutável é a abstração do movimento. (*Op. cit.*, p 72).

Caracterizando o materialismo histórico, tal como se estabelece no *Manifesto do Partido Comunista*, diz Engels:

A produção econômica e a estrutura social que necessariamente dela se deriva em cada época histórica constituem a base sobre a qual descansa a história política e intelectual dessa época... Portanto, toda a história da sociedade, desde a dissolução do regime primitivo de propriedade coletiva sobre o solo, tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, nas diferentes fases do desenvolvimento social. Agora, esta luta chegou a uma fase em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não pode emancipar-se da classe que a explora e a oprime (a burguesia), sem emancipar ao mesmo tempo, para sempre, a sociedade inteira da exploração, da opressão e da luta de classes... (Prólogo de Engels à edição alemã de 1883).

d) *A terceira característica* da produção consiste em que as novas forças produtivas e as novas relações de produção coerentes com ela não surgem desligadas do velho regime, depois de desaparecido este, mas se formam no seio dele; formam-se não como fruto da ação premeditada e consciente do homem mas de um modo espontâneo, inconsciente e independentemente da vontade dos homens. Formam-se nestas condições, por dois motivos.

Em primeiro lugar, porque os homens não são livres para escolher tal ou qual modo de produção, pois cada nova geração, ao entrar na vida, já encontra um sistema estabelecido de forças produtivas e relações de produção, como fruto do trabalho das gerações passadas, em vista do que, se deseja ter a possibilidade de produzir bens materiais, não tem, nos primeiros tempos, outro remédio senão aceitar o estado de coisas com o qual se encontra dentro do campo da produção e adaptar-se a ele.

Em segundo lugar porque, quando aperfeiçoa este ou outro instrumento de produção, este ou outro elemento das forças produtivas, o homem não sabe, não compreende, nem sequer lhe ocorre pensar nisso, que conseqüências *sociais* pode sua inovação acarretar, antes

pensa única e exclusivamente em seu interesse imediato, em facilitar seu trabalho e em obter algum proveito imediato e tangível para si.

Quando alguns dos membros da sociedade comunista primitiva começaram a substituir, paulatinamente e tateando o terreno, as ferramentas de pedra pelas de ferro, ignoravam, naturalmente, e não pensavam nisso, que conseqüências *sociais* havia de ter esta inovação, nem sabiam compreender que a passagem para as ferramentas metálicas significava uma mudança radical na produção, mudança que afinal de contas conduziria ao regime da escravidão; a única coisa que lhes interessava era facilitar seu trabalho e conseguir um proveito imediato e sensível; sua atuação consciente se limitava ao campo estreito desta vantagem tangível, de caráter pessoal.

Quando, no período do regime feudal, a jovem burguesia européia começou a organizar, junto às pequenas oficinas gremiais dos artesãos, as grandes empresas manufatureiras, imprimindo com isso um avanço às forças produtivas da sociedade, não sabia, naturalmente, nem cogitava sobre as conseqüências *sociais* que esta inovação havia de acarretar: não sabia nem compreendia que esta "pequena" inovação conduziria a um reagrupamento das forças sociais que necessariamente desembocaria na revolução, a qual se dirigiria contra o poder real, cujas mercês tanto apreciavam, e contra a nobreza, cuja posição não poucos de seus melhores representantes sonhavam escalar; a única coisa que a preocupava era baratear a produção de mercadorias, lançar uma quantidade maior de artigos nos mercados da Ásia e da América recém-descoberta, e obter maiores lucros; sua atuação consciente se limitava à estreiteza desta finalidade tangível.

Quando os capitalistas russos, juntamente com os capitalistas estrangeiros, introduziram na Rússia, de um modo intensivo, a grande indústria mecânica moderna, deixando intacto o czarismo e entregando os camponeses à voracidade dos proprietários de terra, não sabiam, naturalmente, nem disso cogitavam, que conseqüências *sociais* este importante incremento das forças produtivas havia de acarretar: não sabiam nem compreendiam que este importante salto que se verificava no campo das forças produtivas da sociedade conduziria a um reagrupamento das forças sociais que daria ao proletariado a possibilidade de unir consigo aos camponeses e de levar a cabo a revolução socialista vitoriosa; a única coisa que desejavam era incrementar ao máximo a produção industrial, dominar o gigantesco mercado interno do país, converter-se em monopolistas e tirar maiores lucros da economia nacional; a consciência com que realizavam aquele ato não ia além do horizonte empírico e estreito de seus interesses pessoais.

Com relação a isto, diz Marx:

Na produção social de sua vida [isto é, na produção dos bens materiais necessários à vida dos homens] os homens contraem determinadas relações necessárias e *independentes* [sublinhado por Stáline] de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. *Obras escogidas*, t. I, ed. alemã, p. 359).

Isto não significa, não obstante, que as mudanças ocorridas nas relações de produção e a passagem das velhas relações de produção a outras novas se verifiquem lisa e planamente, sem conflitos nem comoções. Pelo contrário, estas mudanças geralmente revestem a forma de uma derrocada revolucionária das velhas relações de produção para dar passagem à instauração de outras novas. Até chegar a um certo período, o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças que se operam no campo das relações de produção transcorrem de modo espontâneo, independentemente da vontade dos homens. Contudo, só até um determinado momento, até o momento em que as forças produtivas que surgem e se desenvolvem conseguem maturar completamente. Uma vez que as novas forças produtivas estejam maduras, as relações de produção existentes e seus representantes, as classes dominantes, se convertem nesse obstáculo "insuperável" que só pode ser eliminado por meio da atuação consciente das novas classes, por meio da ação violenta destas classes, por meio da revolução. Aqui se destaca com grande nitidez a *enorme importância* das novas idéias sociais, das novas instituições políticas, do novo poder político, convocados a liquidar pela força as velhas relações de produção. Sobre a base do conflito entre as novas formas produtivas e as velhas relações de produção, sobre a base das novas exigências econômicas da sociedade surgem novas idéias sociais; estas novas idéias organizam e mobilizam as massas, as massas se fundem em um novo exército político, criam um novo poder revolucionário e utilizam este novo poder para liquidar, pela força, o velho regime estabelecido no campo das relações de produção e referendar o novo. O processo espontâneo de desenvolvimento deixa o posto à ação consciente do homem, o desenvolvimento pacífico à transformação violenta, a evolução à revolução.

O proletariado — diz Marx — vê-se obrigado a organizar-se como classe para lutar contra a burguesia... mediante a revolução se converte em classe dominante, destrói pela força as velhas relações de produção. (*Manifesto do Partido Comunista*).

E em outro lugar:

O proletariado se valerá do poder político para ir despojando gradualmente a burguesia de todo o capital, de todos os instrumentos de produção,

centralizando-os em mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e procurando aumentar por todos os meios e com a maior rapidez possível as forças produtivas. (*Op. cit.*).

A violência é a parteira de toda sociedade que traz em suas entranhas outra nova. (Marx, El Capital, t. I, p. 791.)

Eis em que termos Marx formulava, com traços geniais, a essência do materialismo histórico, no memorável "Prólogo", escrito em 1859 para seu famoso livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*[1].

2. MARX: PREFÁCIO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Meu primeiro trabalho empreendido para resolver as dúvidas que me assaltaram foi uma revisão crítica da filosofia hegeliana do direito. Este trabalho levou-me à conclusão de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas nem pelo chamado desenvolvimento geral do espírito humano, antes radicam, pelo contrário, nas relações materiais da vida, cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil", e que a anatomia da sociedade civil há de ser buscada na economia política. O resultado geral a que cheguei (pelo estudo da economia política) pode resumir-se assim: Na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado do desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto de relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens o que determina seu ser; é, inversamente, seu ser social o que determina sua consciência. A um certo grau de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a expressão jurídica destas, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até aqui. De formas de desenvolvimento das forças produtivas

1. Ver o texto seguinte.

se convertem em suas travas. E assim se abre uma época de revolução social. A mudança da base econômica revoluciona mais ou menos rapidamente toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam estas transformações, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que se podem apreciar com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em uma palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência deste conflito e lutam para resolvê-lo. Do mesmo modo que não podemos julgar a um indivíduo pelo que pensa de si, não podemos também julgar estas épocas de transformação por sua consciência, antes, pelo contrário, é preciso explicar-se esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social jamais desaparece antes que se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que ela pode conter; nunca surgem relações de produção novas e superiores antes que as condições de existência material destas relações se hajam manifestado no próprio seio da velha sociedade. A isso se deve o fato de que a sociedade jamais formula para si problemas senão os que pode resolver, visto como, se observamos mais de perto, vemos que o próprio problema não surge senão ali onde já existem as condições materiais para resolvê-lo, ou pelo menos onde já estão por aparecer. Em largos traços, a produção asiática, antiga, feudal e burguesa moderna podem ser qualificadas como épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos; não obstante, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com tal formulação social termina a pré-história da sociedade humana.

II. O PROCESSO DE PRODUÇÃO

1. MARX: *EL CAPITAL*, LIVRO I, PP. 131-136.

. . . Os fatores simples que intervêm no processo de trabalho são: *a atividade adequada a um fim*, ou seja, *o próprio trabalho*, seu *objeto* e seus *meios*.

O homem se encontra, sem que em nada ele intervenha para isso, com *a terra* (conceito que inclui também economicamente, o de *água*), tal e qual em tempos primitivos surte ao homem de provisões e de meios de vida aptos para ser consumidos diretamente, como o *objeto geral* sobre o qual versa o trabalho humano. Todas aquelas coisas que o trabalho nada mais faz senão desprender de seu contato direto com a terra são objetos de trabalho que a natureza oferece ao homem. Tal ocorre com os peixes que se pescam, tirando-os de seu elemento, a água; com a madeira derribada nas matas virgens; com o cobre separado do filão. Pelo contrário, quando o objeto sobre o qual versa o trabalho já foi, digamo-lo assim, filtrado *por um trabalho anterior*, chamamo-lo de *matéria-prima*. É o caso, por exemplo, do cobre extraído do filão para ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. Para isso é necessário que haja experimentado, por meio do trabalho, uma certa transformação.

O *meio de trabalho* é aquele objeto ou conjunto de objetos que o operário interpõe entre ele e o objeto que trabalha e que lhe serve para *canalizar* sua atividade sobre este objeto. O homem se serve das qualidades mecânicas, físicas e químicas das coisas para utilizá-las, *conforme o seu objetivo*, como instrumentos de ação sobre outras coisas. O objeto que o operário empunha *diretamente* — se prescindimos dos víveres prontos para serem consumidos sem mais manipulação, da fruta, por exemplo, em cujo caso os instrumentos de trabalho são seus próprios órgãos corporais — não é o objeto sobre o qual trabalha, mas o instrumento de trabalho. Deste modo, os produtos da natureza se convertem diretamente em *órgãos* da atividade do operário, órgãos que incorpora a seus próprios órgãos corporais, prolongando assim, a despeito da Bíblia, sua estatura natural. A terra é sua despensa primitiva e é, ao mesmo tempo, seu primitivo arsenal de instrumentos de trabalho. Ela lhe fornece a *pedra* que lança, com a qual fricciona, golpeia, corta etc. E a *própria terra* é um instrumento de trabalho embora exija, para seu cultivo, para poder utilizá-la como instrumento de trabalho, toda outra série de instrumentos e um desenvolvimento da força de trabalho relativamente grande. Tão logo o processo de trabalho se desenvolva um pouco, reclama instrumentos de trabalho fabricados. Nas cavernas usadas pelos homens primitivos se descobrem instrumentos e armas de pedra. E nas origens da história humana, os animais *domesticados*, isto é, adaptados, transformados já pelo trabalho desempenham um papel primordial como instrumentos de trabalho, ao lado da *pedra* e da *madeira* talhada, dos ossos e das conchas. O uso e a fabricação de meios de trabalho, embora já se apresentem em

gérmen em certas espécies animais, caracterizam o *processo de trabalho especificamente humano,* razão por que Franklin define o homem como *a toolmaking animal,* ou seja, como um animal que fabrica instrumentos. E assim como a estrutura e armação dos restos de ossos têm grande importância para reconstituir a organização de espécies animais desaparecidas, os vestígios de *instrumentos de trabalho* servem-nos para apreciar antigas formações econômicas da sociedade já sepultadas. O que distingue as épocas econômicas entre si não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz. Os instrumentos de trabalho não são só o barômetro indicador do desenvolvimento da força de trabalho do homem, mas também o expoente das condições sociais em que trabalha. E, na categoria dos instrumentos de trabalho, os *instrumentos mecânicos,* cujo conjunto forma o que poderíamos chamar de *sistema ósseo e muscular da produção,* acusam as características essenciais de uma época social de produção de um modo muito mais definido do que esses instrumentos cuja função se limita a servir de receptáculos dos objetos de trabalho e aos quais, em conjunto, poderíamos designar, de um modo muito genérico, como o *sistema vascular da produção,* por exemplo, os tubos, os barrís, as canastras, os jarros etc. A indústria química é a única em que estes instrumentos se revestem de uma importância considerável.

Entre os objetos que servem de *meios* para o processo de trabalho contam-se, em sentido amplo, além daqueles que servem de mediadores entre os efeitos do trabalho e o objeto deste e que, portanto, atuam de um modo ou de outro para canalizar a atividade do trabalhador, todas aquelas *condições materiais* que hão de concorrer para que o processo de trabalho se efetue. Trata-se de condições que não se identificam diretamente com tal processo, mas sem as quais este não poderia ser executado, ou só poderia ser executado de modo imperfeito. E aqui voltamos a encontrar como meio geral de trabalho desta espécie, com a *própria terra,* que é a que oferece ao obreiro o *locus standi* e à sua atividade o campo de ação *(field of employment).* Outros meios de trabalho deste gênero, mas devidos já ao trabalho do homem, são, por exemplo, os locais em que se trabalha, os canais, as ruas etc.

Como vemos, no *processo de trabalho* a atividade do homem consegue, valendo-se do instrumento correspondente, transformar o objeto sobre o qual versa o trabalho com ajuste ao fim perseguido. Este processo vai dar e se extingue no *produto.* Seu produto é um *valor de uso,* uma matéria disposta pela natureza e adaptada às necessidades humanas mediante uma mudança de forma. O trabalho interpenetra e se confunde com seu objeto. E o que no trabalhador era dinamismo

está agora no produto, plasmado no que é, quietude. O obreiro é o tecelão, e o produto o tecido.

Se analisarmos todo este processo do ponto de vista de seu resultado, *do produto,* veremos que ambos os fatores, os *meios de trabalho* e o *objeto* sobre o qual este recai, são os *meios de produção* e o trabalho um *trabalho produtivo.*

Para gerar um valor de uso como *produto,* o processo de trabalho absorve, em conceito de *meios de produção,* outros valores de uso, produto por sua vez de processos de trabalhos anteriores. E o próprio valor de uso que forma o produto deste trabalho constitui o meio de produção daquele. Isto é, que os produtos não são só o resultado, mas constituem, ao mesmo tempo, a *condição* do processo de trabalho.

Exceção feita da *indústria extrativa,* aquela à qual a natureza oferece o objeto sobre o qual trabalha, por exemplo, a mineração, a caça, a pesca etc. (a agricultura só entra nesta categoria quando se trata do arroteamento e cultivo de terras virgens), todos os ramos industriais recaem sobre *objetos* que têm o caráter de *matérias-primas,* isto é, sobre materiais já filtrados por um trabalho anterior, sobre objetos que já são, por sua vez, produtos de trabalho. É o que ocorre, por exemplo, com a *semente,* na agricultura. Os animais e as plantas, que costumamos considerar como produtos naturais, não são apenas produtos do ano anterior, suponhamos, mas, sob sua forma atual, são o fruto de um processo de transformação desenvolvido ao longo das gerações, controlado pelo homem e canalizado pelo trabalho humano. No que se refere aos *instrumentos de trabalho,* a imensa maioria destes mostra, mesmo a uma observação superficial, as marcas de um trabalho anterior.

As matérias-primas podem constituir a substância principal de um produto ou servir *simplesmente* de *matérias auxiliares* para sua fabricação. As matérias auxiliares são *absorvidas pelo próprio instrumento de trabalho,* o carvão pela máquina a vapor, o azeite pela roda, o feno pelo cavalo de tiro, ou *incorporadas à matéria-prima,* para operar nela uma transformação de caráter material, como ocorre com o cloro que se emprega para branquear tecidos, com o carvão que se mistura ao ferro, com a cor que se dá à lã e assim por diante; outras vezes, servem para ajudar simplesmente na *execução do trabalho,* que é o que acontece, por exemplo, com os materiais empregados para iluminar e aquecer os locais em que se trabalha. Na verdadeira indústria química desaparece esta distinção entre matérias principais e auxiliares, já que na substância do produto não *reaparece* nenhuma das matérias-primas empregadas.

Como todas as coisas possuem numerosas qualidades, sendo portanto susceptíveis de diversas aplicações úteis, o mesmo produto pode entrar como matéria-prima dos processos de trabalho mais diversos. O trigo, por exemplo, é matéria-prima para o fabricante de farinha e para o fabricante de amido, para o destilador de aguardente, para o criador de gado etc. Além disso é, como semente, matéria-prima de sua própria produção. O carvão é produto da indústria carbonífera, e igualmente meio de produção do mesmo ramo industrial.

Um mesmo produto pode servir de meio de trabalho e de matéria-prima no mesmo processo de produção. Assim, por exemplo, na pecuária, o gado, ou seja, a matéria-prima que se elabora, é ao mesmo tempo um meio para a produção de adubo animal.

Pode ocorrer que um produto pronto para ser consumido diretamente seja empregado de novo como matéria-prima para a elaboração de outro produto, como se faz, por exemplo, com a uva para fabricação de vinho. Outras vezes o trabalho executa seu produto sob uma forma em que *só* pode ser empregado como matéria-prima. A estas matérias-primas se dá o nome de *artigos semi-acabados,* embora mais exato seria denominá-los *artigos intermediários,* como são, por exemplo, o algodão, o fio, a fibra etc. Mesmo já sendo um produto, pode ocorrer que a matéria-prima originária tenha de percorrer toda uma graduação de diferentes processos, nos quais vai funcionando sucessivamente como matéria-prima, sob uma forma diferente cada vez até chegar ao processo de trabalho final, do qual sai transformada em *meio de vida* pronto para seu consumo ou em *instrumento de trabalho* concluído.

Como se vê, o fato de *um valor de uso* representar o papel de *matéria-prima, meio de trabalho* ou *produto,* depende única e exclusivamente das *funções concretas* que esse valor de uso desempenha *no processo de trabalho,* do lugar que nele ocupa; ao mudar de lugar, mudam seu destino e sua função...

...O *processo de trabalho,* tal como o temos estudado, isto é, fixando-nos apenas em seus elementos simples e *abstratos,* é a atividade racional encaminhada à produção de valores de uso, à assimilação das matérias naturais a serviço das necessidades humanas, à condição geral do intercâmbio de matérias entre a natureza e o homem, à condição natural eterna da vida humana, e portanto independente das formas e modalidades desta vida e comum a todas as formas sociais igualmente. Por isso, para expô-la, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em relação com outros. Bastava-

-nos apresentar o homem e seu trabalho por um lado e, por outro, a natureza e seus materiais. Do mesmo modo que o sabor do pão não nos diz quem cultivou o trigo, este processo não nos revela também as condições sob as quais se executou; não nos descobre se se desenvolveu sob o látego brutal do capataz de escravos ou sob o olhar medroso do capitalista, se foi Cincinato quem o executou, lavrando seu par de *jugera,* ou se foi o selvagem que abate uma fera com uma pedrada.

III. SOCIALIZAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

1. MARX: *EL CAPITAL,* LIVRO I, PP. 313-314.

...Ao revolucionar-se o regime de produção em um ramo industrial, este arrasta consigo os demais. Isto que dizemos se refere principalmente àqueles ramos industriais que, embora isolados pela divisão *social* do trabalho, que faz com que cada um deles produza uma mercadoria independente, aparecem, não obstante, entrelaçados como outras tantas fases de um processo geral. Assim, por exemplo, a implantação da fiação mecânica obrigou também o ramo têxtil a mecanizar-se, e ambos provocaram, por sua vez, a revolução químico-mecânica nos ramos de lavanderia, tinturaria e estampado. A revolução operada nas fiações de algodão determinou o invento do *gin* para separar a cápsula de algodão da semente, o que permitiu que a produção algodoeira se elevasse, como as circunstâncias exigiam, ao nível de uma produção em grande escala. A revolução experimentada pelo regime de produção agrícola e industrial determinou, por sua vez, uma mudança revolucionária quanto às condições *gerais* do processo social de produção, ou seja, quanto aos *meios de comunicação e transporte.* Como os meios de comunicação e transporte de uma sociedade cujo *pilar* — para empregar a expressão de Fourier — eram a pequena agricultura, com sua indústria doméstica acessória, e o artesanato urbano, já não podiam, de modo algum, bastar às necessidades de produção do período manufatureiro — com sua acentuada divisão do trabalho social, sua concentração dos instrumentos de trabalho e dos obreiros e seus mercados coloniais, razão por que tiveram de transformar-se, como de fato se transformaram, as comunicações e meios de transporte legados pelo período manufatureiro — não tardaram em converter-se em um entrave insuportável face à grande indústria, com sua celeridade febril de produção, suas proporções gigantescas, seu constante lançamento de massas de capital

e de trabalho de uma a outra órbita de produção e as concatenações recém-criadas dentro do mercado mundial. Daí que — mesmo prescindindo da navegação a vela, completamente revolucionária — o sistema de comunicação e de transporte *se adaptasse* a pouco e pouco ao regime de produção da grande indústria por meio de uma rede de barcos fluviais a vapor, de ferrovias, transatlânticos e telégrafos. Por outro lado, as massas gigantescas de ferro que à indústria agora tinha de forjar, soldar, cortar, brocar e moldar, reclamavam por sua vez máquinas ciclópicas que a indústria manufatureira de construção de maquinaria era impotente para criar...

2. LÊNINE, "QUIÉNES SON LOS AMIGOS DEL PUEBLO?", PP. 49-51.

A socialização do trabalho pela produção capitalista não consiste, em absoluto, em que se trabalhe em um local comum (isto constitui apenas uma partícula do processo), mas em que a concentração de capitais se faz acompanhar da especialização do trabalho social, de uma diminuição do número de capitalistas em cada ramo da indústria e de um aumento da quantidade de ramos especiais da indústria; multíplices processos de produção dispersos se fundem em um só processo social de produção. Assim, por exemplo, quando a indústria têxtil estava em mãos de artesãos, os próprios pequenos produtores fiavam e teciam, e a indústria tinha poucos ramos (fundiam-se as operações de fiar e tecer). Ao contrário, uma vez socializada a produção pelo capitalismo, aumenta a quantidade de ramos especiais da indústria; realizam-se, separadamente, as operações de fiar o algodão e tecê-lo; o próprio isolamento e a concentração da produção originam novos ramos: fabricação de maquinaria, extração da hulha etc. Em cada ramo industrial, agora mais especializado, o número de capitalistas é cada vez menor. Isto significa que é cada vez mais forte o vínculo social que une os produtores entre si: os produtores vão-se agrupando estreitamente em um bloco único. Cada um dos pequenos produtores isolados realizava várias operações e, portanto, era relativamente independente dos demais: por exemplo, o artesão que semeava o linho, fiava-o e o tecia, era quase independente dos demais. A semelhante regime de pequenos e desagregados produtores de mercadorias (e unicamente a semelhante regime) é aplicável o adágio: "Cada um por si e Deus por todos", isto é, a anarquia das oscilações do mercado. Completamente distinta é a situação nas condições do trabalho socializado obtido graças ao capitalismo.

O fabricante que produz tecidos depende do que fabrica fios de algodão; este último, do capitalista dono das plantações de algodão, do dono das fábricas que constroem maquinaria, da mina de carvão etc. Por conseguinte, nenhum capitalista pode prescindir dos demais. É evidente que o adágio de "Cada um por si" já não é aplicável a semelhante regime: aqui, cada um trabalha para todos e todos para cada um (e a Deus já não resta lugar algum, nem em qualidade de fantasia celestial, nem como "Bezerro de ouro" terrestre). Muda completamente o caráter do regime. Sob o regime das pequenas empresas isoladas, quando se paralisava o trabalho em alguma delas, isto se refletia apenas sobre um número reduzido de membros da sociedade, sem causar confusão geral e, por conseguinte, não chamava a atenção de todo o mundo, não dava motivo para uma intervenção da sociedade. Todavia, se semelhante paralisação ocorre em uma grande empresa dedicada a um ramo industrial muito especializado e que, portanto, trabalha para quase toda a sociedade e, por sua vez, depende de toda a sociedade (dou como exemplo, para maior clareza, um caso em que a socialização chegou a seu ponto culminante), então já é preciso paralisar o trabalho em todas as demais empresas da sociedade, pois só podem receber os produtos necessários daquela empresa e só podem colocar todas as suas mercadorias quando existem as mercadorias daquela empresa. Todas as empresas se fundem, desta maneira, em um único processo produtivo social, mas ao mesmo tempo cada empresa é dirigida por um capitalista, dependendo de seu arbítrio, e os produtos sociais passam a ser propriedade privada sua. Não é evidente que a forma de produção entra em contradição irredutível com a forma de apropriação?

IV. DEMONSTRAÇÃO DO PAPEL DETERMINANTE DA PRODUÇÃO NO INTERIOR DO PROCESSO ECONÔMICO

1. MARX: INTRODUÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.[1]

A. *Introdução*

I. PRODUÇÃO, CONSUMO, DISTRIBUIÇÃO, INTERCÂMBIO (CIRCULAÇÃO)

1. Tradução direta dos principais parágrafos do texto alemão: *Einleitung zur Kritik der politischen Ökonomie*, Dietz-Verlag, Berlim, 1964, t. 13, pp. 615-630. Marx escreveu esta obra em 1857.

1. *Produção*

a) O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção material.*

Indivíduos que produzem em sociedade, portanto, uma produção de indivíduos socialmente determinada, tal é, naturalmente, o ponto de partida. O caçador e o pescador, considerados de forma individual e isolada, pelos quais começam Smith e Ricardo, fazem parte das ficções vulgares do século XVIII.

...A produção realizada fora da sociedade por um indivíduo isolado — fato excepcional que bem pode acontecer a um ser civilizado, transportado por acaso a um lugar deserto e que já possui, potencialmente, as forças próprias da sociedade — é coisa tão absurda como seria o desenvolvimento da linguagem sem a presença de indivíduos que vivam e falem em conjunto.

...Quando falamos, por conseguinte, de produção, sempre se trata da produção em um estado determinado do desenvolvimento social — da produção realizada por indivíduos sociais. Poderia parecer que para falar da produção em geral, fosse necessário seguir fielmente o processo histórico de seu desenvolvimento em suas diferentes fases, declarar com firmeza, previamente, que nos referimos a *uma* época histórica determinada, por exemplo, a produção burguesa moderna, que é, em realidade, nosso verdadeiro assunto. Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração *racional,* na medida em que, destacando e precisando bem os traços comuns, nos evita a repetição. Não obstante, este caráter geral, ou estes *traços comuns,* surgidos através da comparação, formam por si mesmos um conjunto muito complexo cujos elementos se separam ao revestir determinações diferentes. Algumas destas características pertencem a todas as épocas, outras são comuns a algumas somente. [Algumas] destas determinações parecerão comuns tanto à época mais moderna como à mais antiga. Sem elas não se pode conceber nenhuma produção. Mas se é verdade que as línguas mais evoluídas têm em comum com as menos evoluídas certas leis e determinações, o que constitui sua evolução, é precisamente isso que as diferencia destas características gerais e comuns; da mesma maneira, é necessário distinguir bem as determinações que são válidas para a produção em geral, a fim de que a unidade — que surge da identidade do sujeito (humanidade), e do objeto (natureza) — não faça olvidar a diferença essencial. Deste olvido deriva, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos, que provam a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes atualmente.

...Sobre o primeiro ponto: toda produção é uma apropriação da natureza pelo indivíduo de conformidade e pela mediação de uma sociedade determinada. Neste sentido, é uma tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção. Mas é ridículo partir disto para passar de um salto a uma forma determinada de propriedade, por exemplo, à propriedade privada. (O que, também, supõe igualmente como condição uma forma oposta, a *não-propriedade.* A história mostra-nos, muito pelo contrário, que a propriedade comum (por exemplo, entre os índios, entre os eslavos, entre os antigos celtas etc.) é a forma primitiva desta, forma que, sob o aspecto de propriedade comunal, desempenhará, durante longo tempo ainda, um papel importante. Aqui, não se trata de saber se a riqueza se desenvolve melhor sob uma ou outra forma de propriedade. Mas dizer que não pode existir nenhuma produção nem, portanto, nenhuma sociedade em que não exista nenhuma forma de propriedade é pura tautologia. Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto* (contradição de termos).

Sobre o segundo ponto: o fato de assegurar os bens adquiridos etc. Se se reduzem estas banalidades a seu conteúdo real, expressam muito mais do que acreditam aqueles que as pregam. Isto é, que toda forma de produção gera suas próprias relações jurídicas, sua própria forma de governo etc. É pecar por falta de sutileza e perspicácia o estabelecer entre coisas que formam um todo orgânico relações contingentes, estabelecer só um laço ao nível da reflexão. Os economistas burgueses têm a vaga idéia de que a produção é mais fácil com a política moderna do que na época, por exemplo, do "direito do mais forte". Apenas se esquecem de que o "direito do mais forte" é igualmente um direito, e que sobrevive sob outra forma em seu "estado jurídico".

Quando as condições sociais que correspondem a um estado determinado da produção se acham apenas em via de formação ou, pelo contrário, quando já se encontram em via de desaparecimento, naturalmente se produzem perturbações na produção, embora sejam de grau e de efeito variáveis.

Para resumir, todas as etapas da produção têm determinações comuns às quais o pensamento dá um caráter geral; mas as pretensas *condições gerais* de toda produção não constituem senão aqueles

elementos abstratos que não correspondem a nenhum estado histórico real da produção.

2. RELAÇÃO GERAL DA PRODUÇÃO COM A DISTRIBUIÇÃO, O INTERCÂMBIO E O CONSUMO

a) [*Produção e consumo*]

A produção é, também, em forma imediata, consumo.

Duplo caráter do consumo, subjetivo e objetivo: o indivíduo que ao produzir, desenvolve suas faculdades, gasta-as, consome-as no ato de produção, exatamente como a procriação natural é consumo de forças vitais. Em segundo lugar: consumo dos meios de produção empregados, que se usam, que se desgastam e que se dissolvem (como, por exemplo, no caso da combustão) em parte nos elementos do universo. Fato igual ocorre com a matéria-prima, que não conserva nem sua forma nem sua constituição natural, visto como se acha consumida. O próprio ato de produção é, portanto, em todos os seus momentos, também um ato de consumo. Os economistas, além do mais, admitem isto. A produção considerada como imediatamente idêntica ao consumo, e o consumo como coincidindo de maneira imediata com a produção, é o que chamam de *consumo produtivo*. Esta identidade de produção e consumo ratifica a proposição de Espinosa: *Determinatio est negatio* (toda determinação é negação).

Mas esta determinação do consumo produtivo não se estabelece, precisamente, senão para distinguir o consumo que se identifica com a produção, do consumo propriamente dito, que se concebe melhor como antítese destrutiva da produção. Consideremos, pois, o consumo propriamente dito.

O consumo é, também, de maneira imediata, produção, da mesma maneira que na natureza o consumo dos elementos e substâncias químicas é produção da planta. É evidente que na alimentação, por exemplo, que é uma forma particular de consumo, o homem produz seu próprio corpo. Isto é válido também para qualquer outro tipo de consumo que contribui de algum modo para a produção do homem.

Produção que se consome.

. . . [O consumo] cria os objetos da produção sob uma forma ainda subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade.

A isto corresponde, por parte da produção: 1) que ela provê ao consumo sua matéria, seu objeto; um consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, a produção cria, produz o consumo. 2) Mas não é apenas o objeto o que a produção proporciona ao consumo; também lhe proporciona seu aspecto determinado, seu caráter, seu aspecto final *(finish)*. Exatamente como o consumo dava o último toque ao produto como produto, a produção o dá ao consumo. Como primeiro fato, o objeto não é um objeto geral, mas determinado, que deve ser consumido de uma maneira determinada, para o que a própria produção deve servir de intermediária. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com garfo e faca, é diferente daquela que se satisfaz com carne crua servindo-se de mãos, unhas e dentes. A produção não produz só o objeto de consumo mas também o modo de consumo, e não só de uma maneira objetiva, mas também subjetiva. A produção cria, portanto, ao que consome. 3) A produção não só proporciona um objeto material para a necessidade mas uma necessidade para o objeto natural. Quando o consumo se liberta de sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato — e o próprio fato de permanecer nesse estado seria o resultado de uma produção que permaneceu em uma rudeza primitiva — ele mesmo se encontra, como instinto, mediado pelo objeto. A necessidade que experimenta deste objeto é criada por sua percepção. O objeto de arte — como qualquer outro produto — cria um público apto para compreender a arte e para gozar da beleza. A produção não produz, pois, só um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. A produção produz, por conseguinte, o consumo, primeiro, proporcionando-lhe a matéria; segundo, determinando o modo de consumo; terceiro, fazendo nascer no consumidor a necessidade de produtos expostos de início por ela, simplesmente sob forma de objetos. Produz, portanto, o objeto de consumo. Da mesma maneira o consumo gera a *aptidão* do produtor, solicitando-lhe, sob a forma de uma necessidade que determina o objeto da produção.

. . O consumo como necessidade é um momento interno da atividade produtiva; mas este é o ponto de partida da realização, e por conseguinte, também, seu momento predominante, o ato mediante o qual todo o processo se repete. O indivíduo produz um objeto e volta sobre si mesmo mediante o consumo do objeto, mas o faz como indivíduo produtivo que se reproduz a si mesmo. O consumo aparece, assim, como um momento da produção.

Contudo, na sociedade a relação entre o produtor e o produto, a partir do momento em que este último foi determinado, é uma re-

lação exterior, e a volta do produto ao sujeito depende das relações deste com outros indivíduos. Não se converte imediatamente em possuidor. Da mesma maneira a apropriação imediata do produto não é o fim que se propõe o produtor quando produz na sociedade. Entre o produtor e os produtos intervém a *distribuição*, que mediante leis sociais determina a parte que lhe corresponde na massa dos produtos e se coloca, assim, entre a produção e o consumo.

Mas então, constitui a distribuição uma esfera autônoma ao lado e fora da produção?

b) [*Distribuição e produção*]

..As relações e modos de distribuição aparecem, pois, simplesmente como o reverso dos agentes da produção. Um indivíduo que participa na produção sob a forma de trabalho assalariado participa sob a forma de salário na repartição dos produtos que resultam da produção. A estrutura da distribuição se acha inteiramente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao objeto — só o resultado da produção pode ser distribuído — mas também no que concerne à forma. O modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina sob que forma se participa na distribuição. É absolutamente ilusório colocar a terra na produção, a renda da terra na distribuição etc.

..Em relação ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que condiciona sua posição na produção dentro de cujo limite se produz, e que precede, portanto, à produção. Por sua origem, o indivíduo não tem capital nem propriedade da terra. Desde seu nascimento se vê reduzido, pela distribuição social, ao trabalho assalariado. Mas o próprio fato de ser reduzido a essa condição é o resultado da existência do capital, da propriedade da terra como agentes de produção independentes.

Se considerarmos a sociedade global, a distribuição, de outro ponto de vista, parece preceder à produção e determiná-la, por assim dizer, como um fato pré-econômico. Um povo conquistador reparte o país entre os conquistadores e impõe, assim, uma certa repartição e uma certa forma de propriedade da terra; determina, portanto, a produção. Ou então faz dos povos conquistados escravos do trabalho servil, a base da produção. Ou então um povo, mediante uma revolução, destrói a grande propriedade e a divide, dá, pois, assim, mediante esta nova distribuição, um novo caráter à produção. Ou então, por último, a legislação perpetua a propriedade da terra em certas famílias, ou faz do trabalho um privilégio hereditário e lhe imprime, assim, um caráter de casta. Em todos estes casos, e todos são históricos, a distribuição não parece estar estruturada e determinada pela produção, mas ao contrário, a produção parece estar determinada pela distribuição.

Em sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição de produtos, mais alijada da produção e, podemos dizer, independente desta. Mas antes de ser distribuição de produtos é: 1) distribuição de instrumentos de produção, e 2) o que é outra determinação da mesma relação, distribuição dos membros da sociedade entre os diferentes gêneros de produção. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.) A distribuição de produtos não é, manifestamente, senão o resultado desta distribuição, que se acha incluída no próprio processo de produção, e determina a estrutura da produção.

Considerar a produção sem levar em conta esta distribuição, que se acha incluída nela, é manifestamente uma abstração vazia, enquanto, pelo contrário, a distribuição de produtos se acha implícita nesta distribuição, que constitui em sua origem um momento da própria produção.

As questões anteriormente formuladas se reduzem todas, em última instância, em saber como intervêm na produção as condições históricas gerais e qual a relação dela com o movimento histórico em geral. A questão surge, em forma clara, da discussão e da análise da própria produção.

Não obstante, sob a forma trivial em que foram formuladas anteriormente, também podem ser solucionadas com uma penada. Em todas as conquistas existem três possibilidades. O povo que conquista impõe ao povo conquistado seu próprio modo de produção (por exemplo, os ingleses neste século, na Índia); deixa subsistir o antigo modo de produção e se contenta com receber um tributo (por exemplo, os turcos e os romanos), ou então se produz uma ação recíproca que dá origem a algo novo, a uma síntese (em parte nas conquistas germânicas). Em todo caso, o modo de produção, seja do povo que conquista ou do povo conquistado, ou inclusive o que provém da fusão dos dois precedentes, é determinante para a nova distribuição que aparece. Mesmo que se apresente como condição prévia do novo período de produção, ela é assim, por sua vez, um produto da produção, não só da produção histórica em geral, mas de tal ou qual produção histórica determinada.

c) [*Finalmente intercâmbio e distribuição*]

A própria circulação não é senão um momento determinado do intercâmbio ou o intercâmbio considerado em sua totalidade.

Na medida em que o *intercâmbio* não é mais do que um momento intermediário entre a produção e a distribuição que determina tanto como o consumo; na medida, por outro lado, em que este último aparece como um momento da produção, o intercâmbio se encontra também incluído, manifestamente, nesta última, como momento.

...O intercâmbio só aparece em forma independente ao lado da produção, indiferente diante dela, no último estado em que o produto é intercambiado imediatamente para ser consumido. Porém, em primeiro lugar, não há intercâmbio sem divisão do trabalho, seja este natural ou inclusive já um resultado histórico; em segundo lugar, o intercâmbio privado supõe a produção privada; em terceiro lugar, a intensidade do intercâmbio, assim como sua extensão e seu modo, são determinados pelo desenvolvimento e pela estrutura da produção. Por exemplo, o intercâmbio entre o campo e a cidade, o intercâmbio no campo, na cidade etc. Em todos estes momentos, o intercâmbio aparece, pois, diretamente compreendido na produção ou por ela determinado.

O resultado ao qual chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo sejam idênticos, mas que todos são elementos de uma totalidade, diferenciações dentro de uma unidade. A produção transborda tanto de seu próprio limite, em sua determinação antitética de si mesma, como os demais momentos. A partir dela recomeça, sem cessar, o processo. Não resta dúvida de que o intercâmbio e o consumo não podem ser predominantes. Acontece o mesmo com a distribuição como distribuição de produtos. Mas como distribuição de agentes de produção ela mesma é um momento da produção. Uma produção determinada implica, portanto, um consumo, uma distribuição e um intercâmbio determinados; regula, igualmente, as *relações recíprocas determinadas destes diferentes momentos*. Na verdade, a produção, também, *sob sua forma específica*, encontra-se por sua vez determinada pelos demais momentos. Por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera do intercâmbio se estende, o volume da produção aumenta e nela se opera uma divisão mais profunda. Uma transformação da distribuição liga-se a uma transformação da produção; é o caso, por exemplo, quando existe concentração do capital, ou diferente repartição da população na cidade e no campo etc. Finalmente, as necessidades inerentes ao consumo determinam a produção. Existe ação recíproca entre os diferentes momentos. Este é o caso de qualquer totalidade orgânica.

V. FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

1. LÊNINE: "FREDERICO ENGELS", EM *MARX, ENGELS, MARXISMO* (EDITORIAL PROGRESSO, MOSCOU), P. 53.

Contrariamente a Hegel e outros hegelianos, Marx e Engels eram materialistas. Enfocando o mundo e a humanidade deste ponto de vista materialista, viram que, assim como todos os fenômenos da natureza têm por base causas materiais, também o desenvolvimento da sociedade humana está *condicionado* pelo desenvolvimento das forças materiais, pelo das forças produtivas. Do desenvolvimento das forças produtivas *dependem* as relações em que se colocam os homens entre si no processo de produção dos objetos indispensáveis à satisfação das necessidades humanas. E nessas relações está a *chave* que permite explicar todo os fenômenos da vida social, os anelos do homem, suas idéias e suas leis.

2. LÊNINE: "KARL MARX", EM *MARX, ENGELS, MARXISMO, OP. CIT.*, P. 21.

O marxismo apontou o caminho para uma investigação universal e completa do processo de nascimento, desenvolvimento e decadência das formações sociais e econômicas, examinando o *conjunto* de todas as tendências contraditórias e concentrando-as nas condições exatamente determináveis, de vida e de produção das diferentes classes da sociedade, eliminando o subjetivismo e a arbitrariedade na escolha das diversas idéias "dominantes" ou em sua interpretação e pondo a descoberto *as raízes* de todas as idéias e de todas as diversas tendências manifestadas, no estado das forças materiais produtivas, sem exceção alguma.

3. MARX-ENGELS: LA IDEOLOGÍA ALEMANA, PUEBLOS UNIDOS, MONTEVIDÉU, 1958.

O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto como *o que* produzem como com o modo *como* produzem. O que os

indivíduos são DEPENDE, portanto, das condições materiais de sua produção.

Esta produção... pressupõe, por sua vez, um *intercâmbio* entre os indivíduos. A forma deste intercâmbio se acha CONDICIONADA, por sua vez, pela produção. (P. 19.)

...O que variava era a forma da associação e a relação com os produtores diretos, visto como as condições de produção haviam mudado. (P. 23.)

...Um grande incremento da força produtiva... este desenvolvimento das forças produtivas... constitui também uma PREMISSA PRÁTICA ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIA...[1] (P. 35.)

4. MARX: *CARTA A ANNENKOV, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1846, OBRAS ESCOGIDAS, T. II.*

Que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Podem os homens escolher livremente esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado nível de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde uma determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem determinadas formas de constituição social, uma determinada organização da família, dos estamentos ou das classes; em uma palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado Estado político, que não é mais do que a expressão oficial da sociedade civil...

Apraz-me acrescentar que os homens não são livres árbitros de suas *forças produtivas* — BASE de toda sua história —, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta mesma energia se acha determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior a eles, que eles não criaram e que é produto da geração anterior. O simples fato de que cada geração posterior se encontre com as forças produtivas adquiridas pela geração precedente, que lhes servem de matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão,

1. Escrevemos com maiúsculas as palavras que nos interessa sublinhar.

cria uma história da humanidade que é muito mais a história da humanidade porquanto as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento. Conseqüência inevitável: a história social dos homens jamais ultrapassa a história de seu desenvolvimento individual, tenham ou não, eles mesmos, consciência disso. Suas relações materiais formam a BASE de todas as suas relações... (Pp. 446-447).

5. MARX: PREFÁCIO À CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.

...relações de produção que CORRESPONDEM ao grau de desenvolvimento das forças produtivas.

VI. NOÇÕES DE INFRA E SUPERESTRUTURA

1. MARX-ENGELS: LA IDEOLOGIA ALEMANA, PUEBLOS UNIDOS, MONTEVIDÉU, URUGUAI, 1958.

1. *Sobre a relação geral entre infra e superestrutura.* Deparamo-nos, pois, com o fato de que determinados indivíduos, que como produtores atuam de um determinado modo, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem necessariamente de realçar em cada caso concreto, empiricamente e sem nenhuma classe de falsificação, a travadura existente entre a organização social e política e a produção. A organização social e o Estado surgem constantemente, do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como possam apresentar-se ante a imaginação própria ou alheia, mas tal como *realmente* são, isto é, tal como atuam e como produzem materialmente, e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de sua vontade.

A produção das idéias e representações, da consciência, no princípio aparece diretamente entrelaçada com a atividade material e o comércio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, os pensamentos, o comércio espiritual dos homens se apresentam ainda, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. E o mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como se manifesta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião,

da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens são reais e atuantes, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar a suas formações mais amplas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. E se em toda a ideologia os homens e suas relações aparecem invertidos como na câmara escura, este fenômeno responde a seu processo histórico de vida, como a inversão dos objetos ao projetar-se sobre a retina responde a seu processo de vida diretamente físico.

Inteiramente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu sobre a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Isto é, não se parte do que os homens dizem, representam ou imaginam, nem tampouco do homem anunciado, pensado, representado ou imaginado para chegar, partindo daqui, ao homem de carne e osso; parte-se do homem que realmente atua e, partindo de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos deste processo de vida. Também as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias de seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e sujeito a condições materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que lhes correspondem perdem, assim a aparência de sua própria substantividade. Não têm sua própria história nem seu próprio desenvolvimento, antes os homens que desenvolvem sua produção material e seu intercâmbio material também mudam ao mudar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seus pensamentos. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Do primeiro ponto de vista, parte-se da consciência como do indivíduo vivente; do segundo ponto de vista, que é o que corresponde à vida real, parte-se do mesmo indivíduo real vivente e se considera a consciência apenas como *sua* consciência.

E este modo de considerar as coisas não é algo incondicional. Parte das condições reais e não as perde de vista nem por um momento. Suas condições são os homens, não vistos e plasmados através da fantasia, mas em seu processo de desenvolvimento real e empiricamente registrável, sob a ação de determinadas condições. Tão logo se expõe este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como o é para os empiristas, ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas.

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também a ciência real e positiva, a exposição da ação prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. Terminam ali as frases sobre a consciência e passa o ocupar seu lugar o saber real. A filosofia independente perde, com a exposição da realidade, o meio em que pode existir. Em lugar dela, pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, abstraído da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações de per si, separadas da história real, carecem de todo valor. Só podem servir para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão em série de suas diferentes camadas. Mas não oferecem, de modo algum, como a filosofia, uma receita ou um padrão de acordo com o qual possam dispor as épocas históricas. Pelo contrário, a dificuldade começa ali onde se aborda a consideração e ordenação do material, seja o de uma época passada ou o do presente, a exposição real das coisas. A eliminação destas dificuldades acha-se condicionada por premissas que de modo algum podem ser aqui expostas, pois se derivam sempre do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos em cada época. Destacaremos aqui algumas destas abstrações, para opô-las à ideologia, ilustrando-as com alguns exemplos históricos. (Pp. 25-27.)

2. *Sobre as classes sociais.* . . . as classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se formam e diferenciam em cada um destes conglomerados humanos.

Donde se deduz que todas as lutas que se efetuam dentro do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc., não são senão as formas ilusórias sob as quais se ventilam as lutas reais entre as diversas classes. . . (P. 34).

3. *Sobre a ideologia e as classes dominantes.* As idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época; ou, em outras palavras, a classe que exerce o poder *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe com isso, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, o que faz que se lhe submetam, no devido tempo, por termo médio, as idéias dos que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. As idéias dominantes outra coisa não são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, as relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante são, também, as que con-

ferem o papel dominante a suas idéias. Os indivíduos que constituem a classe dominante têm, também, entre outras coisas, a consciência desse fato e pensam de acordo com ele; por isso, enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o âmbito de uma época histórica, compreende-se naturalmente que o façam em toda sua extensão e, portanto, entre outras coisas, também como pensadores, como produtores de idéias, que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo; e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. Por exemplo, em uma época e em um país em que se disputam o poder e a coroa, a aristocracia e a burguesia, em que, portanto, se acha dividida a dominação, impõe-se como idéia dominante a doutrina da divisão de poderes, proclamada agora como "lei eterna".

A divisão do trabalho, com a qual já nos encontramos acima (pp. 3-34) como uma das potências fundamentais da história anterior, manifesta-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho físico e intelectual, de tal modo que uma parte desta classe se revela como a prevista por seus pensadores (os ideológicos conceptivos, ativos de dita classe, que fazem do criar a ilusão desta classe acerca de si mesma seu ramo de alimentação fundamental), enquanto os demais adotam ante estas idéias e ilusões uma atitude, de preferência, passiva e receptiva, visto que são em realidade os membros ativos desta classe e dispõem de pouco tempo para formar ilusões e idéias acerca de si mesmos. Pode, inclusive, acontecer que no seio desta classe, o desdobramento a que nos referimos chegue a desenvolver-se em termos de certa hostilidade e de certo rancor entre ambas as partes, mas esta hostilidade desaparece por si mesma tão logo surge qualquer colisão prática susceptível de pôr em risco a própria classe, ocasião em que desaparece, igualmente, a aparência de que as idéias dominantes não são as da classe dominante, mas que estão dotadas de um poder próprio, diferente desta classe. A existência de idéias revolucionárias em uma determinada época pressupõe a existência de uma classe revolucionária, acerca de cujas premissas já dissemos acima (pp. 34-37) o necessário. (Pp. 48-50.)

4. *Sobre o Estado e o direito.* ... A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, paulatinamente comprado, a rigor, pelos proprietários privados, entregue completamente a estes pelo sistema da dívida pública e cuja existência, como revelam a alta e a baixa dos valores do Estado na bolsa, depende inteiramente do crédito comercial que lhe concedam os proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser já uma *classe,* e não um simples

estamento, acha-se obrigada a organizar-se em um plano nacional e não já só em um plano local e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Mediante a emancipação da propriedade privada com respeito à comunidade, o Estado adquire uma existência especial junto à sociedade civil e à margem dela; mas tampouco não é mais que a forma de organização a que necessariamente se submetem os burgueses, tanto no interior como no exterior, para a mútua garantia de sua propriedade e de seus interesses. A independência do Estado só se verifica, hoje em dia, naqueles países em que os estamentos ainda não se desenvolveram totalmente até converter-se em classes, onde ainda desempenham certo papel os estamentos, já eliminados nos países mais adiantados, onde existe certa mistura e onde, portanto, nenhuma parte da população pode chegar a dominar sobre as demais. É isto, com efeito, o que ocorre na Alemanha. O exemplo mais perfeito do Estado moderno temo-lo nos Estados Unidos. Os modernos escritores franceses, ingleses e norte-americanos se manifestam todos no sentido de que o Estado só existe em função da propriedade privada, o que, por força de repetir-se, já se incorporou à consciência habitual.

Como o Estado é a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se daí que todas as instituições comuns têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, além disso, na vontade desprendida de sua base real, na vontade *livre.* E, do mesmo modo, se reduz o direito, por sua vez, à lei.

O direito privado se desenvolve, conjuntamente com a propriedade privada, como resultado da desintegração da comunidade natural. Entre os romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não acarretou mais conseqüências industriais e comerciais porque o modo de produção de Roma continuou sendo inteiramente o mesmo que antes. Nos povos modernos, onde a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e pelo comércio, o nascimento da propriedade privada e do direito privado abriu uma nova fase, susceptível de um desenvolvimento ulterior. A primeira cidade que na Idade Média mantinha um comércio extenso por mar, Amálfi, foi também a primeira em que se desenvolveu um direito marítimo. E tão logo, primeiro na Itália e mais tarde em outros países, a indústria e o comércio se encarregaram de seguir desenvolvendo a propriedade privada, novamente se acolheu o direito romano desenvolvido e foi elevado à posição de autoridade. E quando, mais tarde, a bur-

guesia já era suficientemente forte para que os príncipes tomassem sob sua proteção seus interesses, com o fito de derrubar a nobreza feudal por meio da burguesia, começou em todos os países — como na França, durante o século XVI — o verdadeiro desenvolvimento do direito, que em todos eles, excetuando-se a Inglaterra, tomou como base o direito romano (principalmente no tocante à propriedade mobiliária). (Não nos esqueçamos que o direito carece de história própria, como carece também dela a religião.)

O direito privado proclama as relações de propriedade existentes como o resultado da vontade geral. O próprio *jus utendi et abutendi* (direito de usar e de abusar, ou seja, de consumir ou destruir a coisa) expressa, de um lado, o fato de que a propriedade privada já não guarda a menor relação com a comunidade e, de outro lado, a ilusão de que a própria propriedade privada descansa sobre a mera vontade privada, como o direito de dispor arbitrariamente da coisa. Na prática o *abuti* tropeça em limitações econômicas mui determinadas e concretas para o proprietário privado, se não deseja que sua propriedade, e com ela seu *jus abutendi,* passem a outras mãos, posto que a coisa não é tal coisa simplesmente em relação com sua vontade, porém somente se converte em verdadeira propriedade no comércio e independente do direito a uma coisa (só ali se converte em uma *relação,* no que os filósofos chamam de uma idéia). Esta ilusão jurídica, que reduz o direito à mera vontade, conduz, necessariamente, no desenvolvimento ulterior das relações de propriedade, ao resultado de que uma pessoa pode ostentar um título jurídico de uma coisa sem, realmente, chegar a tê-la. Assim, por exemplo, se a competição suprime a renda de um imóvel, o proprietário conservará, sem dúvida alguma, o título jurídico de propriedade, e com ele o correspondente *jus utendi et abutendi.* Mas nada poderá fazer com ele nem possuirá nada enquanto proprietário da terra, a menos que disponha de capital suficiente para poder cultivar seu imóvel. E pela mesma ilusão dos juristas se explica o fato de que para eles e para todos os códigos em geral seja algo fortuito que os indivíduos estabeleçam relações entre si, celebrando, por exemplo, contratos, considerando estas relações como nexos que se podem ou não contrair, conforme se deseje, e cujo conteúdo descansa totalmente sobre o capricho individual dos contratantes. Tão logo o desenvolvimento da indústria e do comércio faz surgir novas formas de intercâmbio, por exemplo, as companhias de seguros etc., o direito se vê obrigado, em cada caso, a dar entrada a estas formas entre os modos de adquirir a propriedade.

Nada mais comum do que a idéia de que na história, até agora, tudo tem consistido na ação de *tomar.* Os bárbaros *tomaram* o Império Romano, e com esta tomada se explica a passagem do mundo antigo para o feudalismo. Mas na tomada pelos bárbaros trata-se de saber se a nação tomada por eles havia chegado a desenvolver forças produtivas industriais como ocorre nos povos modernos, ou se suas forças produtivas descansavam, no fundamental, simplesmente sobre sua união e sobre a comunidade. O ato de tomar se acha, ademais, condicionado pelo objeto que se toma. A fortuna de um banqueiro, que consta de papéis, não pode, de modo algum, ser tomada sem que aquele que a toma se submeta às condições de produção e de intercâmbio do país tomado. E o mesmo fato ocorre com todo o capital industrial de um país industrial moderno. Finalmente, a ação de tomar termina sempre muito depressa, e quando já não há nada que tomar, necessariamente é preciso começar a produzir. E, desta necessidade de produzir, imediatamente declarada, segue-se que a forma da comunidade adotada pelos conquistadores instalados no país tem, necessariamente, de corresponder à fase de desenvolvimento das forças produtivas com as quais ali se encontram ou, quando não seja este o caso, modificar-se de acordo com as forças produtivas. E isto explica, também, o fato que se acreditou observar por todas as partes na época posterior à transmigração dos povos, a saber: que os vassalos se converteram em senhores e os conquistadores adotaram imediatamente a língua, a cultura e os costumes dos conquistados. O feudalismo não saiu, de maneira alguma, já pronto e organizado da Alemanha; ao contrário, teve sua origem, por parte dos conquistadores, na organização guerreira que os exércitos foram adquirindo durante a própria conquista e se desenvolveu até transformar-se no verdadeiro feudalismo depois dela, graças à ação das forças produtivas encontradas nos países conquistados. Até que ponto se achava condicionada esta forma pelas forças produtivas revelam-no os intentos frustrados que se fizeram para impor outras formas originadas de velhas reminiscências romanas (Carlos Magno etc.). (Pp. 68-78.)

VII. CLASSES SOCIAIS

1. MARX: EL CAPITAL, Livro III, cap. LII, pp. 817-818.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os latifundiários, cujas respectivas fontes de renda são o

salário, o lucro e o rendimento do solo, isto é, os obreiros assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra, formam as três grandes classes da sociedade moderna baseada no regime capitalista de produção.

É na Inglaterra, indiscutivelmente, onde mais desenvolvida se acha, e na forma mais clássica, a sociedade moderna em sua estruturação econômica. Não obstante, nem aqui se apresenta em toda sua pureza esta divisão da sociedade em classes. Também na sociedade inglesa existem fases intermediárias e de transição que obscurecem em toda parte (embora no campo incomparavelmente menos do que nas cidades) as linhas divisórias. Isto, não obstante, é indiferente para nossa investigação. Já vimos que é tendência constante e lei de desenvolvimento do regime capitalista de produção estabelecer um divórcio cada vez mais profundo entre os meios de produção e o trabalho e ir concentrando os meios de produção dispersos, em grupos cada vez maiores, isto é, converter o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital. E a esta tendência corresponde, de outro lado, o divórcio da propriedade territorial para formar uma potência à parte frente ao capital e o trabalho, ou seja, a transformação de toda a propriedade do solo para adotar a forma de propriedade territorial que corresponde ao regime capitalista de produção.

O problema que imediatamente se levanta é este: que é uma classe? A resposta a esta pergunta se deduz em seguida da resposta que dermos a esta outra: que é que converte os obreiros assalariados, os capitalistas e os donos de terra em fatores das três grandes classes sociais?

É, à primeira vista, a identidade de suas rendas e fontes de renda. Trata-se de três grandes grupos sociais cujos componentes, os indivíduos que os constituem, vivem respectivamente de uma salário, do lucro ou do rendimento do solo, isto é, da exploração de sua força de trabalho, de seu capital ou de sua propriedade territorial.

É certo que deste ponto de vista, também os médicos e os funcionários, por exemplo, constituiriam duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos cujos componentes vivem de rendas procedentes da mesma fonte em cada um deles. E o mesmo se poderia dizer da infinita dispersão de interesses e posições em que a divisão do trabalho social separa tanto aos obreiros como aos capitalistas e aos latifundiários, a estes últimos, por exemplo, em proprietários de vinhedos, proprietários de terras de lavoura, proprietários de matas, proprietários de minas, de exploradores da pesca e assim por diante. (Aqui se interrompe o manuscrito. E.)

2. LÊNINE: "CONTENIDO ECONÓMICO DEL POPULISMO", OBRAS COMPLETAS, T. I, PP. 429-430.

. . . A teoria da luta de classes põe termo, por assim dizer, à tendência geral da sociologia a reduzir "os elementos da individualidade a fontes sociais". Mais ainda, a teoria da luta de classes aplica pela primeira vez esta tendência com tanta plenitude e espírito de conseqüência, que eleva a sociologia à categoria de ciência. Isto foi conseguido com a definição materialista do conceito de "grupo". Naturalmente, este conceito é ainda demasiado impreciso e arbitrário: o critério de distinção de "grupos" pode ser visto tanto nos fenômenos religiosos como nos etnográficos, políticos, jurídicos etc. Não há um elemento firme que permita distinguir em um e outro de tais domínios estes ou aqueles "grupos". A teoria da luta de classes é uma grande realização das ciências sociais precisamente porque estabelece os procedimentos para reduzir o individual a social com toda precisão e exatidão. Em primeiro lugar, esta teoria elaborou o conceito de *formação econômico-social*. Tomando como ponto de partida a forma em que se obtêm os meios de vida — fato básico para toda coletividade humana — vincula a ela as relações entre os homens, geradas sob a influência dessas formas de obter meios de vida, e no sistema de relações ("relações de produção", segundo a terminologia de Marx) vê a *base* da sociedade, base que se reveste de formas político-jurídicas e em determinadas tendências do pensamento social. Cada sistema de relações de produção é, segundo a teoria de Marx, um organismo social particular, com suas próprias leis de aparecimento, de funcionamento e de passagem a uma forma superior, de conversão em outro organismo social. Esta teoria aplicou às ciências sociais o critério objetivo e científico geral da reiterabilidade, que os subjetivistas consideram inaplicável à sociologia. Afirmam os subjetivistas que, devido à extraordinária complexidade e à diversidade dos fenômenos sociais, era impossível estudá-los sem separar os importantes dos pouco importantes e que essa separação só podia realizar-se do ponto de vista do indivíduo "de pensamento crítico" e "moralmente desenvolvido". Assim transformaram tranqüilamente as ciências sociais em uma coletânea de sentenças mora-

listas pequeno-burguesas, cuja amostra vemos nos escritos do senhor Mijailovski, quando filosofa acerca das incongruências da historia e de um caminho iluminado pela "luz da ciência". A teoria de Marx cortou a raiz destes raciocínios. Em lugar da diferença em importante e não importante, estabeleceu a existência entre a estrutura econômica da sociedade, como *conteúdo,* e a *forma* política e ideológica: o próprio conceito de estrutura econômica foi explicado com exatidão, refutando as concepções dos economistas anteriores, que viam leis da natureza onde só existiam de um sistema particular de relações de produção historicamente determinado. As divagações dos subjetivistas acerca da "sociedade" em geral, essas divagações carentes de conteúdo e que não iam além de utopias pequeno-burguesas (porque nem se aclarou sequer a possibilidade de sintetizar as mais diferentes ordens sociais em tipos particulares de organismos sociais), foram substituídas pela *investigação* de determinadas formas de organização da sociedade. Em segundo lugar, as ações dos "indivíduos vivos" no seio de cada uma dessas formações econômico-sociais, ações infinitamente diversas e, ao que parece, não susceptíveis de sistematização, foram sintetizadas e traduzidas para ações de grupos de indivíduos que se distinguiam entre si pelo papel que desempenhavam no sistema das relações de produção, pelas condições da produção e, por conseguinte, pelas condições de seu meio de vida e pelos interesses que esse meio determina; em poucas palavras, foram traduzidas para as ações das *classes,* cuja luta determinava o desenvolvimento da sociedade. Deste modo foi refutada a concepção ingênua, pueril e puramente mecânica que os subjetivistas tinham da história, os quais se davam por satisfeitos com a fatuidade de que a história é feita pelos indivíduos viventes e não queriam esclarecer que ambiente social condicionava ditas ações nem como o fazia. O lugar do subjetivismo foi ocupado por uma concepção que considerava o progresso social como um processo histórico natural, uma concepção sem a qual, é claro, não podia haver ciências sociais. O senhor Struve indica com muito tino que "passar por alto o indivíduo em sociologia ou, dizendo melhor, eliminá-lo dela, é, em essência, um caso particular de aspiração ao conhecimento científico"; que "os indivíduos" não só existem no mundo espiritual, mas também no físico. O *quid* da questão reside em que o estabelecimento de determinadas leis gerais para os "indivíduos" há muito que foi feito no que tange ao mundo físico, mas na esfera social unicamente a teoria de Marx fez isto com toda firmeza.

VIII. CONCEITOS DA TEORIA GERAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO

1. MARX: INTRODUÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA[1]

O plano que se deve adotar há de ser manifestamente o seguinte: 1) determinações abstratas gerais, que convém, relativamente, a todas as formas de sociedade, mas no sentido exposto anteriormente; 2) categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa e sobre as quais descansam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade da terra. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes da sociedade burguesa. O intercâmbio entre elas. Circulação. Crédito (privado; 3) Concentração da sociedade burguesa sob a forma de Estado considerado em sua relação consigo mesmo. As classes "improdutivas". Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relações internacionais de trabalho. Intercâmbio Internacional. Curso do intercâmbio. 5) O mercado mundial e as crises. *Produção. Meios de produção e relações de produção. Relações de produção e relações de circulação. Formas de Estado e da consciência em relação com as condições de produção e de circulação. Relações jurídicas. Relações familiares.*

Nota bene, no que concerne aos pontos mencionados até aqui e que não devem ser esquecidos:

1. A guerra que se desenvolve antes da paz: mostrar como por meio da guerra e nos exércitos etc., se desenvolveram certas relações econômicas como o trabalho assalariado, a maquinaria e assim por diante, mais prontamente do que na sociedade burguesa. Da mesma maneira, a relação entre força produtiva e as relações de circulação particularmente presentes no exército.

2. Relações entre a história idealista tal como se escreveu até aqui e a história real. Em particular, aquelas que se autodenominam histórias da civilização, e que são todas histórias da religião e dos Estados. A propósito, pode-se falar também dos diferentes gêneros de

1. Este texto é tradução direta da versão alemã, *Einleitung zur kritik der Politischen Ökonomie,* Dietz-Verlag, Berlim, 1964, t. 13, pp. 639-640. Refere-se a seu plano de investigações.

história escritos até este momento. A chamada história objetiva. A subjetiva (moral etc).

3. Fenômenos secundários e terciários. De uma maneira geral relações de produção derivadas, transferidas, não originais. Aqui entram em jogo relações internacionais.

4. Censuras em relação ao materialismo desta concepção. Relação com o materialismo naturalista.

5. Dialética dos conceitos de forças produtivas (meios de produção) e relações de produção, dialética cujos limites devem ser determinados e que não suprimem a diferença real.

6. A relação desigual entre o desenvolvimento da produção material e o da produção artística, por exemplo. De uma maneira geral, não tomar a idéia de progresso sob a forma abstrata habitual. Arte moderna etc. Esta desproporção está longe de ser muito importante, nem tão difícil de captar, como a que se produz dentro das relações sociais práticas. Por exemplo, da cultura. Relações dos Estados Unidos com a Europa. Mas a verdadeira dificuldade que deve ser discutida aqui é a seguinte: como as relações de produção, tomando a forma de relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual. Assim, por exemplo, a relação entre o direito romano privado (para o direito penal e o direito público o caso é menos importante) e a produção moderna.

7. Esta concepção aparece como um desenvolvimento necessário. Mas justificação do acaso. Como? (A liberdade, especialmente, também.) (Influência dos meios de comunicação. A história universal nem sempre existiu; a história considerada como história universal é um resultado.)

8. O ponto de partida naturalmente nas determinações naturais; subjetivamente e objetivamente. Tribos, raças etc.

Em relação com a arte, sabe-se que certas épocas de florescimento artístico não se acham de nenhuma maneira em relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem em conseqüência, com o de sua base material, que é, por assim dizer, a ossamenta de sua organização.

IX. A CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA DE MARX

1. LÊNINE: "QUIÉNES SON LOS AMIGOS DEL PUEBLO?"

Esta idéia do materialismo em sociologia era, naturalmente, uma idéia genial. Entende-se que *no momento* não era senão uma hipótese

que pela primeira vez tornava possível tratar de modo rigorosamente científico as questões históricas e sociais. Até então, não sabendo os sociólogos descer até relações tão elementares e primárias como as de produção, abordavam diretamente a investigação e o estudo das formas político-jurídicas, tropeçavam com o fato de que estas formas surgiam destas ou de outras idéias da humanidade em um momento dado, e não passavam daí; era como se as relações sociais se estabelecessem conscientemente pelos homens. Mas esta conclusão, que encontrou sua expressão mais completa na idéia do *Contrato Social* (cujos vestígios se notam muito em todos os sistemas do socialismo utópico), estava completamente em luta com todas as observações históricas. Jamais aconteceu, nem acontece, que os membros da sociedade se representem o conjunto das relações sociais em que vivem como algo determinado, integral, penetrado de um determinado princípio; pelo contrário, a massa se adapta, inconscientemente, a essas relações e até esse ponto não tem idéia delas como relações sociais históricas especiais; que, por exemplo, só ultimamente se tem dado uma explicação das relações de intercâmbio, nas quais os homens têm vivido durante muitos séculos. O materialismo eliminou esta contradição, aprofundando a análise até chegar à origem destas mesmas idéias sociais do homem, e sua conclusão de que o desenvolvimento das idéias depende do desenvolvimento das coisas é a única conclusão compatível com a psicologia científica. Além disso, também por outro conceito, esta hipótese elevou, pela primeira vez, a sociologia ao grau de ciência. Até agora os sociólogos distinguiam com dificuldade, na complicada rede de fenômenos sociais, os fenômenos importantes dos menos importantes (esta é a raiz do subjetivismo em sociologia) e não sabiam encontrar um critério objetivo para esta diferenciação. O materialismo proporcionou um critério completamente objetivo ao destacar as "relações de produção" como a estrutura da sociedade, e ao permitir que se aplique a estas relações o critério científico geral da repetição, cuja aplicação à sociologia os subjetivistas negavam. Enquanto se limitavam às relações sociais ideológicas (isto é, relações que antes de estabelecer-se passam pela consciência dos homens), não podiam perceber a repetição e a regularidade nos fenômenos sociais dos diversos países, e sua ciência, no melhor dos casos, se limitava a descrever estes fenômenos, a recopilar matéria-prima. A análise das relações sociais materiais (isto é, das relações que se estabelecem sem passar pela consciência dos homens; ao intercambiar produtos, os homens contraem relações de produção, mesmo sem ter consciência de que nisso resida uma relação social de produção), a análise das relações materiais permitiu

imediatamente observar a repetição e a regularidade e sintetizar os sistemas dos diversos países em um só conceito fundamental de *formação social*. Esta síntese foi a única que permitiu passar da descrição dos fenômenos sociais (e de sua valorização desde o ponto do ideal) para sua análise rigorosamente científica, que sublinha, por exemplo, aquilo que diferencia um país capitalista de outro e estuda o que é comum a todos eles.

Finalmente, em terceiro lugar, esta hipótese criou, pela primeira vez, a possibilidade de existência de uma sociologia *científica*, porque só reduzindo as relações sociais às de produção, e estas últimas ao nível das forças produtivas, se obteve uma base firme para representar-se o desenvolvimento das formações sociais como um processo histórico natural. E se subentende que, sem semelhante concepção, tampouco pode haver ciência social. (Os subjetivistas, por exemplo, reconhecendo que os fenômenos históricos se regem por leis, não puderam, não obstante, ver sua evolução como um processo histórico-natural, precisamente porque não iam além das idéias e fins sociais do homem sem poder reduzir estas idéias e estes fins às relações sociais materiais).

E eis que Marx, que formulou esta hipótese na década de 40, do século passado, empreende o estudo dos fatos (*nota bene*). Escolhe uma das formações econômico-sociais, o sistema da economia mercantil, e proporciona, à base de uma gigantesca quantidade de dados (que estudou durante não menos de 25 anos), uma análise sumamente minuciosa das leis do funcionamento e desenvolvimento desta formação. Esta análise não provém das relações de produção existentes entre os membros da sociedade: sem recorrer nem uma só vez, para explicar os fatos, aos fatores que se acham fora das relações de produção, Marx permite ver como se desenvolve a organização mercantil da economia social, como esta economia desenvolve a produtividade do trabalho social, trazendo, com isso, um elemento que entra em contradição irreconciliável com os fundamentos desta mesma organização capitalista.

...Do mesmo modo que Darwin pôs fim à idéia de que as diversas espécies de animais e plantas não estão ligadas entre si, são casuais, "criadas por Deus" e invariáveis, e colocou pela primeira vez a biologia sobre uma base completamente científica, estabelecendo a lei da evolução das espécies e da herança, assim Marx pôs fim ao modo de conceber a sociedade como um agregado mecânico de indivíduos sujeitos a toda classe de mudanças por vontade dos chefes (ou, o que dá no mesmo, por vontade da sociedade e dos governos), agregado que surge e muda casualmente, e pela primeira vez colocou

a sociologia sobre uma base científica ao formular o conceito da formação econômico-social como conjunto de determinadas relações de produção, ao estabelecer que o desenvolvimento destas formações constitui um processo histórico-natural.

Desde que apareceu *O capital*, contudo, a concepção materialista da história já não é uma hipótese, mas uma tese cientificamente demonstrada; enquanto não tenhamos outro intento de explicar cientificamente o funcionamento e o desenvolvimento de alguma formação social — precisamente de uma formação social e não dos fenômenos da vida quotidiana de um país, ou de um povo, ou inclusive de uma classe etc. —, outro intento capaz de pôr em ordem "os fatos correspondentes", exatamente como o soube fazer o materialismo; capaz de dar, igualmente, um quadro vivo de uma formação determinada explicando-a de um modo rigorosamente científico, enquanto não o tenhamos, a concepção materialista da história será sinônimo da ciência social. O materialismo não é "uma preferente concepção científica da história", como o crê o senhor Mijailovski, mas a única concepção científica.

X. CONTRA O DOGMATISMO E O REVISIONISMO

1. LÊNINE: "NUESTRO PROGRAMA", OBRAS COMPLETAS, ED. CARTAGO, BUENOS AIRES, 1958, T. 4, PP. 208-210.

A social-democracia internacional atravessa na atualidade um período de vacilação ideológica. Até agora a doutrina de Marx e Engels era considerada como a base firme da teoria revolucionária; mas em nossos dias se fazem ouvir, por toda parte, vozes sobre a insuficiência e caducidade desta doutrina. Aquele que se declara social-democrata e tem a intenção de publicar um jornal social-democrata deve determinar com exatidão sua posição em face da questão que apaixona não só os social-democratas alemães.

Baseamo-nos inteiramente na doutrina de Marx: ela transformou pela primeira vez o socialismo, de utopia, em uma ciência, lançou-lhe bases sólidas, e traçou o caminho que havia de tomar, desenvolvendo-a e elaborando-a em todos os seus detalhes. A doutrina de Marx descobriu a essência da economia capitalista contemporânea, explicando como o emprego do operário, a compra da força de trabalho, encobre a escravização de milhões de desapossados por um punhado de capitalistas, latifundiários, das fábricas, das minas e as-

sim por diante. Esta doutrina demonstrou como todo o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo se orienta no sentido da substituição da pequena produção pela grande, criando as condições que fazem possível e indispensável a estruturação socialista da sociedade. Ela nos ensinou a ver, sob o manto de costumes enraizados das intrigas políticas, de leis complexas e teorias habilmente forjadas, a *luta de classes,* a luta que se desenvolve entre as classes possuidoras de todo gênero e as massas desapossadas, o *proletariado,* que está à testa de todos os indigentes. A doutrina de Marx estabeleceu as verdadeiras tarefas de um partido socialista revolucionário: não compor planos de reorganização da sociedade nem ocupar-se da prédica aos capitalistas e seus acólitos da necessidade de melhorar a situação dos operários, nem tampouco tramar conjurações, *mas organizar a luta de classes do proletariado e dirigir esta luta, que tem por objetivo final a conquista do poder político pelo proletariado e a organização da sociedade socialista.*

E agora formulamos a pergunta: que trouxeram de novo a esta doutrina aqueles buliçosos "renovadores", que tanto ruído fizeram em nossos dias, agrupando-se em torno do socialista alemão Bernstein? *Absolutamente nada*: não impulsionaram nem um passo à frente a ciência que nos legaram, com a indicação de desenvolvê-la, Marx e Engels; não ensinaram ao proletariado nenhum novo método de luta; não fizeram mais do que bater em retirada, recolhendo fragmentos de teorias atrasadas e pregando ao proletariado, em lugar da doutrina da luta, a das concessões aos inimigos mais encarniçados do proletariado, aos governos e partidos burgueses, que não se cansam de inventar novos métodos de perseguição contra os socialistas. Um dos fundadores e chefes da social-democracia russa, Plejanov, tinha inteira razão ao submeter a uma crítica implacável a última "crítica" de Bernstein, de cujas concepções também renegam agora os representantes dos operários alemães (no Congresso de Hanôver).

Sabemos que estas palavras provocarão um amontoado de acusações que se lançarão sobre nós: gritarão que queremos transformar o partido socialista em uma ordem de "ortodoxos" que perseguem aos "hereges" por sua apostasia do "dogma", por toda opinião independente etc. Conhecemos todas estas frases cáusticas tão em voga. Mas eles não têm nem um grama de verdade, nem um traço de sentido comum. Não pode haver um forte partido socialista sem uma teoria revolucionária que reúna todos os socialistas, da qual estes extraiam todas as suas convicções e as apliquem em seus procedimentos de luta e métodos de ação. Defender a doutrina, que segundo sua mais profunda convicção é a verdadeira, contra os ataques infundados e contra os intentos de piorá-la, não significa, de modo algum, ser inimigo de *toda* crítica. Nós não consideramos, em absoluto, a teoria de Marx como algo acabado e intangível; estamos convencidos, pelo contrário, de que esta teoria não tem feito outra coisa senão colocar as pedras angulares na ciência que os socialistas *devem* impulsionar em todos os sentidos, sempre que não queiram ficar atrasados na vida. Cremos que para os socialistas russos é particularmente necessário impulsionar *independentemente* a teoria de Marx, porque esta teoria dá só os princípios *diretivos* gerais, que se aplicam *em particular* à Inglaterra, de um modo diferente que à França; à França, de um modo diferente que à Alemanha; à Alemanha, de um modo diferente que à Rússia. Por isso, com muito gosto acolheremos em nosso jornal os artigos que tratem de questões teóricas e convidamos a todos os camaradas a tratar, abertamente, os pontos em discussão.

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA COMENTADA[1]

1. MARX-ENGELS: *La ideología alemana*, primeira parte: "Feuerbach". Editorial Grijalbo, México, 1956.
Ediciones Pueblos Unidos, Montevidéu, 1958.

Este texto exige uma leitura crítica rigorosa, visto como é o primeiro onde aparece a nova concepção materialista da história. Marx e Engels abandonam sua antiga concepção humanista, introduzem novos conceitos da teoria do materialismo histórico, criticam a concepção idealista de Hegel e a concepção materialista contemplativa de Feuerbach.

O campo ideológico dentro do qual se gera esta obra permite compreender, por um lado, a utilização de certas "sobrevivências" hegelianas e, por outro lado, a acentuação excessiva de um materialismo que tende, em algumas passagens, a cair em um determinismo mecanicista a partir da economia.

A concepção materialista da história encontra-se ainda em um estado muito precário. Isto explica certos erros do texto. Quarenta anos depois de haver concluído, com Marx, esta obra, Engels escreve: "A parte terminada reduz-se a uma exposição da concepção materialista da história, que apenas demonstra quão incompletos eram ainda, naquele tempo, nossos conhecimentos da história econômica". (Prefácio ao folheto *Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía alemana,* Londres, 21 de fevereiro de 1888).

2. MARX: Carta a Annenkov, 28 de dezembro de 1846, em Marx-Engels, *Obras escogidas,* vol. 2, pp. 445-456.

Nesta carta encontra-se uma das raras referências explícitas de Marx acerca do materialismo histórico. Visão de conjunto com exemplos. Papel importante da visão do trabalho no desenvolvimento das forças produtivas.

---

1. Os textos foram ordenados segundo a data de sua execução.

3. MARX-ENGELS: *Manifiesto del Partido Comunista*, em Marx-Engels, *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 12-49.

Engels, em seu Prefácio à edição alemã de 1883 faz-nos um breve resumo das idéias centrais deste texto:

"A idéia fundamental de que está impregnado todo o *Manifesto*, a saber, que a produção econômica e a estrutura social que se deriva dela, necessariamente, em cada época histórica constituem a base sobre a qual descansam a história política e intelectual dessa época; que, portanto, toda a história (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) tem sido uma história de luta de classes, de luta entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, nas diferentes fases do desenvolvimento social; e que agora esta luta chegou à fase em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não pode emancipar-se da classe que a explora e que a oprime (a burguesia), sem emancipar, ao mesmo tempo e para sempre, a sociedade inteira da exploração, da opressão e da luta de classes. Esta idéia fundamental pertence única e exclusivamente a Marx."

E no Prefácio à edição alemã de 1872 Marx e Engels advertiam:

"Embora as condições tenham mudado muito nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expostos neste *Manifesto* continuam sendo hoje, em seu conjunto, inteiramente certos. Alguns pontos deveriam ser retocados. O *Manifesto* explica que a aplicação prática destes princípios dependerá sempre e em toda parte das circunstâncias históricas existentes, e que não se concebe importância exclusiva às medidas revolucionárias enumeradas ao final do capítulo II.

A evolução industrial, os progressos na organização do partido, as experiências revolucionárias, fazem com que este programa se encontre hoje envelhecido em certos pontos.

4. MARX: Carta a Weydemeyer, 5 de março de 1852, em Marx-Engels, *Obras escogidas*, vol. 2, p. 456.

Nesta carta Marx aponta sua verdadeira contribuição ao problema das classes sociais.

5. MARX: *Introducción a la crítica de la economía política* (1857), só os capítulos I, II e IV.
Ver textos selecionados, pp. 279-282.

Texto importante para mostrar o conceito marxista de estrutura e o papel determinante que desempenha a produção no processo econômico.

6. MARX, Prefácio à *Crítica de la economía política* (1859).
Ver textos selecionados, pp. 271-272.

Esta é outra das raras referências explícitas de Marx acerca do materialismo histórico, assim como a síntese rápida mais completa. Refere-se ao materialismo histórico, como a um resultado geral ao qual chegou e que, uma vez adquirido, lhe serviu de fio condutor em seus estudos.

É necessário fazer uma leitura crítica do texto, visto como Marx emprega alguns conceitos inadequados como "ser social" e "consciência social", e cai em formulações que têm dado origem a desvios de tipo economicista.

7. MARX: *El capital* 1867, livro I, pp. 131-136, Fondo de Cultura Económica, México, 1966 (4ª edição).

Análise muito clara de todos os elementos constitutivos das forças produtivas, isto é, dos elementos que formam parte do processo de produção.

8. MARX: *Crítica del programa de Gotha (Glosas marginales al programa del Partido Obrero alemán)* (1875), em Marx-Engels, *Obras escogidas*, pp. 10-29.

Texto muito interessante enquanto documento de luta ideológica contra os desvios do socialismo científico. É um dos textos de Marx que contêm mais sugestões acerca da construção do socialismo. Distinguem-se claramente as duas fases: socialismo e comunismo.

9. ENGELS: *Del socialismo utópico al socialismo científico* (1878), em Marx-Engels, *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 88-153.

O ponto acerca do socialismo utópico é uma síntese muito superficial das idéias dos socialistas utópicos. Importante explicação das teorias utópicas pelas condições materiais da época. A parte que se refere à dialética hegeliana é má.

No ponto sobre o socialismo científico encontra-se uma boa explicação da necessidade histórica do socialismo de suprimir a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. Referências interessantes sobre o Estado no socialismo.

Os pontos críticos mais importantes são: 1) a teoria do reflexo aplicada ao conhecimento que se presta a desvios de tipo esponta-

neísta; 2) a excessiva simplificação do problema da inatividade ilgando-a à maquinaria; 3) o emprego da expressão "modo de produção" como sinônimo de "relações de produção".

10. ENGELS: Carta a Conrad Schmidt, 5 de agosto de 1890, em *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 490-492.

Texto muito importante contra o dogmatismo. O materialismo histórico aparece como um guia ou uma orientação de estudo.

11. ENGELS: Carta a J. Bloch, 21-22 de setembro de 1890, em *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 493-495.

Sobre a determinação em última instância pela economia. Autocrítica sobre a acentuação excessiva do fator econômico. Texto bastante problemático no qual se refere ao papel do homem na história.

12. ENGELS: Carta a K. Schmidt, 27 de outubro de 1890, em *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 295-501.

Refere-se à produção como fator decisivo em última instância. Independência relativa e ação recíproca.

13. ENGELS: Carta a F. Mehring, 14 de julho de 1893, em *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 501-506.

Nesta Carta Engels critica a concepção não dialética da causa e do efeito.

14. ENGELS: Carta a Starkenburg, 25 de janeiro de 1894, em *Obras escogidas*, vol. 2, pp. 509-512.

Sobre a determinação em última instância e a ação recíproca. Não existe um efeito automático da economia.

15. LÊNINE: *Quiénes son los amigos del pueblo?*, primeira parte (1894), folheto, Ediciones en Leńguas Extranjeras, Moscou, 1946, pp. 3-76.

Neste texto se estabelece, de forma muito clara, o lugar de *O capital* no materialismo histórico. Qual é o objeto de estudo de *O capital*. O materialismo histórico como hipótese e como ciência. Texto importante contra o dogmatismo.

16. LÊNINE: "F. Engels" (1895), em *Marx, Engels, marxismo*, Editorial Progresso, Moscou, pp. 50-61.

Breve resumo sobre o papel de Engels no matèrialismo histórico.

17. LÊNINE: "Nuestro Programa" (1899), em *op. cit.*, pp. 122-127.

Traços fundamentais do materialismo histórico. Texto importante contra o revisionismo e o dogmatismo.

18. LÊNINE: "Carlos Marx" (1914), em *op. cit.*, pp. 7-49.

Breves notas biográficas com um texto de síntese sobre o materialismo histórico. Estudar em forma crítica o que se refere ao materialismo dialético. Saltar a parte que se refere à "doutrina econômica", que só é útil como síntese depois de conhecer os principais conceitos utilizados em *O capital*. Ler em forma crítica as expressões "ser social", "consciência social".

19. LÊNINE: *O Estado e a revolução* (1917).

Excelente texto sobre a concepção marxista do Estado. Muito claro e pedagógico.

20. ESTÁLINE: *Sobre o materialismo histórico e o materialismo dialético* (só o referente ao materialismo histórico).
Ver textos selecionados, pp. 257-271.

Texto muito simples acerca da teoria marxista da história. Explica os conceitos de forças produtivas e relações sociais de produção que os outros textos empregam sem explicar. Bom texto para começar, embora convenha logo realizar uma segunda leitura crítica, já que por sua grande simplicidade cai em certas afirmações que se prestam a interpretações erradas. Especialmente a possível confusão entre a sucessão abstrata dos modos de produção e o que ocorre em nível da história empírica.

21. MAO TSÉ-TUNG: "Sobre la contradicción" (1937), em *Obras escogidas*, t. I.

Excelente texto para o estudo da conjuntura política.

22. MAO TSÉ-TUNG: "El estudio" (1938).

Necessidade de estudar a teoria marxista e de aplicá-la de forma criadora.

23. MAO TSÉ-TUNG: "Reformemos nuestro estudio" (1941).

Texto contra um estudo dogmático do marxismo. Necessidade de uma aplicação criadora deste.

Sugestões para organizar de maneira mais eficaz a leitura destes textos.

1. Acerca de como estudar o marxismo e a importância deste: textos 22, 23, 17.
2. Textos que dão uma visão geral: 20, 6, 1, 2, 3, 15, 16, 18.
3. Acerca do processo de trabalho: 7.
4. Acerca da estrutura econômica: 5.
5. Acerca das relações entre infra e superestrutura: 10, 11, 12, 13, 14.
6. Acerca do Estado: 4, 9.
7. Acerca da transição: 9, 8.
8. Acerca da conjuntura política: 21.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DA SEXTA EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA 5
APRESENTAÇÃO, por LOUIS ALTHUSSER 7
INTRODUÇÃO 13
PRIMEIRA PARTE — A ESTRUTURA SOCIAL 25

1 — A PRODUÇÃO 27

Introdução, 27; 1. O processo de trabalho, 28; 2. Elementos do processo de trabalho, 29; 3. O papel dos meios de trabalho no processo de trabalho, 32; 4. Processo de trabalho e processo de produção, 33; 5. Divisão do trabalho, 34.

2 — RELAÇÕES DE PRODUÇÃO 41

Introdução, 41; 1. Relações técnicas de produção, 42; 2. Relações sociais de produção, 45; 3. As relações de produção na manufatura e na grande indústria, 51; 4. Reprodução das relações de produção, 59; 5. As relações sociais de produção não são relações humanas, 60.

3 — AS FORÇAS PRODUTIVAS 65

1. As forças produtivas, 65; 2. A socialização das forças produtivas, 70; 3. Correspondência e não-correspondência entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, 73; 4. O papel da ciência no desenvolvimento das forças produtivas, 75.

4 — A ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE 79

Introdução, 79; 1. Relações de produção e relações de distribuição, 80; 2. Relações de produção e relações de consumo,

81; 3. Relações de produção e relações de intercâmbio, 83; 4. O papel determinante das relações de produção, 83; 5. A estrutura econômica e o conceito marxista de estrutura, 84.

5 — INFRA-ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA 91

1. Infra-estrutura e superestrutura, 91; 2. Superestrutura: uma noção problemática, 92; 3. Relações entre infra e superestrutura, 93.

6 — ESTRUTURA IDEOLÓGICA 99

Introdução, 99; 2. Conteúdo do nível ideológico, 100; 3. Ideologia e classes sociais, 101; 4. Ideologia e estrutura, 102; 5. Regiões ideológicas, 102; 6. Ideologias práticas e ideologias teóricas, 103; 7. Tendências ideológicas, 104; 8. Origem do caráter deformado e falseado das representações ideológicas, 105; 9. Estrutura ideológica e determinação econômica, 108.

7 — ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA 113

1. A estrutura jurídico-política, 113; 2. A dupla função do Estado, 114; 3. Extinção do Estado, 116; 4. Aparelhamento de Estado e poder político, 118; 5. Tipos de Estado e formas de governo, 121; 6. Poder econômico e poder político, 121; 7. O Estado em uma sociedade capitalista, 122; 8. O Estado na transição do capitalismo para o socialismo: a ditadura do proletariado, 127.

8 — MODO DE PRODUÇÃO, FORMAÇÃO SOCIAL E CONJUNTURA POLÍTICA 133

1. Conceito de modo de produção, 133; 2. O conceito de formação social, 139; 3. Qual é o objeto de "O Capital"? 144; 4. Conceito de conjuntura política, 146; 5. O conceito de transição, 149.

SEGUNDA PARTE — AS CLASSES SOCIAIS 157

9 — CONCEITOS DE CLASSES SOCIAIS

1. Introdução, 159; 2. Classes sociais e modo de produção, 160; 3. O modo de produção capitalista: duas ou três classes? 164; 4. Classes sociais e reprodução do modo de produção, 166; 5. Grupo social, classe e fração de classe, 167; 6. Interesse de classe, 170; 7. Consciência de classe e instinto de classe, 173; 8. Classes sociais e formação social, 174; 9. Classes de transição, 177; 10. Situação de classe, 179; 11. Classes sociais e conjuntura política, 180; 12. Conclusão: as classes sociais como "portadores" de determinadas estruturas, 185.

10 — A LUTA DE CLASSES 191

1. Conceito de luta de classes, 191; 2. Os diferentes tipos de luta de classes, 193; 3. Formas da luta de classes, 196; 4. Estratégia e tática na luta de classes, 197; 5. A revolução social: o aspecto culminante da luta de classes, 199.

TERCEIRA PARTE — TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA 203

11 — TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

1. Introdução, 205; 2. Teoria hegeliana da história, 206; 3. Teoria marxista da história, 207; 4. O materialismo histórico: teoria geral e teorias regionais, 212; 5. Níveis de realização da teoria do materialismo histórico: ciência das formações sociais e ciência da conjuntura política, 213; 6. O materialismo histórico: ciência que se opõe ao dogmatismo e ao revisionismo, 215; 7. A teoria marxista e o papel dos homens na história, 217; 8. Dois desvios da teoria marxista da história: o economismo e o voluntarismo, 220.

APÊNDICE — A MAIS-VALIA 231

I — O VALOR NA ECONOMIA MERCANTIL SIMPLES 231

1. A divisão do trabalho e a propriedade privada: condições primeiras do sistema econômico baseado no intercâmbio, 232; 2. O preço: regulador aparente da economia fundada no intercâmbio, 233; 3. Os gastos de produção, 236; 4. O trabalho: base do valor, 238.

II — A MAIS-VALIA NA ECONOMIA CAPITALISTA 241

1. Impossibilidade de obter a mais-valia por meio do intercâmbio, 241; 2. A força do trabalho como mercadoria e seu valor, 243; 3. A formação da mais-valia, 245; 4. O capital como fator de produção, 246; 5. A mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, 248; 6. O exército de reserva: efeito do capitalismo sobre a classe operária, 251.

QUARTA PARTE — TEXTOS SELECIONADOS 255

12 — I. TEXTOS GERAIS SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO 257

1. J. Stáline: Sobre o materialismo histórico e o materialismo dialético, 257; 2. Marx: Prefácio à crítica da Economia Política, 271;

II — O PROCESSO DE PRODUÇÃO 272

1. Marx: *El Capital* (Livro I, pp. 131-136), 272.

III — SOCIALIZAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS 277

1. Marx: *El Capital* (Livro I, pp. 313-314), 277; 2. Lênine: "Quienes son los amigos del pueblo" (pp. 49-51), 278.

IV — DEMONSTRAÇÃO DO PAPEL DETERMINANTE DA PRODUÇÃO NO INTERIOR DO PROCESSO ECONÔMICO 279

1. Marx: Introdução à crítica da Economia Política, 279; 2. Relação geral da produção com a distribuição, o intercâmbio e o consumo, 282.

V — FORÇAS PRODUTIVAS E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO 287

1. Lênine: "Frederico Engels", em *Marx, Engels, Marxismo* (Editorial Progresso, Moscou) (p. 53); 2. Lênine: "Karl Marx", em *Marx, Engels, Marxismo, (op. cit.* p. 21); 3. Marx-Engels: "La ideologia alemana", Pueblos Unidos, Montevidéu, 1958; 4. Marx: Carta a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, "Obras Escogidas" T. II., 288; 5. Marx: Prefácio à Contribuição crítica da Economia Política, 289.

VI — NOÇÕES DE INFRA E SUPERESTRUTURA 289

1. Marx-Engels: "La ideologia alemana", Pueblos Unidos, Montevidéu, 1958, 289.

VII — CLASSES SOCIAIS 295

1. Marx: *El Capital* (Livro III, cap. LII, pp. 817-818), 295; 2. Lênine: "Contenido Económico del Populismo", obras completas (T. I, pp. 429-430), 297;

VIII — CONCEITOS DA TEORIA GERAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO 299

Marx: Introdução à crítica da Economia Política, 299.

IX — A CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA DE MARX 300

1. Lênine: "Quienes son los amigos del pueblo", 300.

X — CONTRA O DOGMATISMO E O REVISIONISMO .. 303

1. Lênine: "Nuestro programa", (obras completas, Ed. Cartago, Buenos Aires, 1958) (T. 4, pp. 208-210).

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA COMENTADA 307